

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO ACADÊMICO**

**TARCILA NIENOW STEIN**

***“OS DOIS BRAÇOS DA BOA MEDICINA”*: A MEDICINA DO CORPO E DA ALMA  
NA OBRA DE FRANCISCO DE MELLO FRANCO**

**SÃO LEOPOLDO**

**2015**

TARCILA NIENOW STEIN

*“OS DOIS BRAÇOS DA BOA MEDICINA”*: A MEDICINA DO CORPO E DA ALMA NA  
OBRA DE FRANCISCO DE MELLO FRANCO

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientadora: Prof. Dr. Eliane Cristina Deckmann Fleck

SÃO LEOPOLDO

2015

S819d

Stein, Tarcila Nienow.

“Os dois braços da boa medicina” : a medicina do corpo e da alma na obra de Francisco de Mello Franco / Tarcila Nienow Stein. – 2015.

157 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

“Orientadora: Prof. Dr. Eliane Cristina Deckmann Fleck.”

1. Franco, Francisco de Mello, 1757-1823. 2. Medicina pastoral. 3. Medicina – História. 4. Doenças – Aspectos religiosos. I. Título.

CDU 61(091)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

TARCILA NIENOW STEIN

*“OS DOIS BRAÇOS DA BOA MEDICINA”*: A MEDICINA DO CORPO E DA ALMA NA  
OBRA DE FRANCISCO DE MELLO FRANCO

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientadora: Prof. Dr. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Aprovado em 02 de Outubro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Betânia Gonçalves Figueiredo - UFMG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Teixeira Weber - UFSM

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira - UNISINOS

*Este trabalho é dedicado ao meu amado Márlon, minha melhor metade. Nenhum dos meus sonhos teria sido possível sem ti, mal sabia eu que você era o maior deles...*

## AGRADECIMENTOS

Acredito que este seja um dos momentos mais esperados: o momento em que finalizamos uma dissertação, afinal foram necessárias tantas pessoas para construir este trabalho, embora algumas vezes eu tenha me sentido solitária enquanto as páginas nasciam.

Começo agradecendo a minha mãe Janete, que sempre me deu a força e o apoio necessário para que eu corresse atrás dos meus sonhos, desejando que eu fosse feliz, não importando a carreira que decidisse escolher. Acabei por me inspirar na trajetória dela para construir a minha. Eu te amo! Obrigada por ser essa mãe maravilhosa, que lutou tanto para nos proporcionar uma vida melhor. E, principalmente, obrigada por me amar e estar ao meu lado sempre. Nada disso teria sido possível sem ti. Obrigada.

À minha extraordinária orientadora, professora Eliane, uma pessoa incrível, que acreditou em mim e no meu potencial, uma das grandes responsáveis por eu estar me tornando mestre. Espero que saiba que a relação que construímos é muito maior do a que estabelecemos entre aluna e professora. Gosto da senhora como se fosse da minha família e, como não canso de dizer, eu a considero uma segunda mãe para mim, que se preocupa e torce pelo meu sucesso. Saiba que a recíproca é verdadeira, eu sinto suas perdas e torço por sua felicidade, pois a senhora é uma pessoa maravilhosa e merece tudo de bom que há nesse mundo. Minha eterna amizade e gratidão.

Ao meu marido, Márlon, meu grande apoiador, sem a tua ajuda eu não teria conseguido realizar meus sonhos. Conte sempre comigo para te apoiar na busca dos teus. Obrigada por estar ao meu lado, dando todos os tipos de suporte, me incentivando, me encorajando, me auxiliando financeiramente para que eu pudesse me preparar para a seleção, também agradeço pelas revisões dos artigos, auxílios na digitação e formatação, enfim, esse trabalho é um pouco teu também.

Minha família se tornou muito pequena ao longo dos anos, tenho poucas pessoas para agradecer, como a minha querida avó, que infelizmente não consegue mais ler, mas a quem sou profundamente grata. Ao meu irmão, mesmo que estejamos afastados por um oceano ou por pequenas diferenças, quero dizer que te amo e que te agradeço pelos anos de amizade e apoio.

À família que escolhi ter: os meus amigos, que são tantos e, ao mesmo tempo tão poucos, aqueles a quem amo como se fossem meus irmãos e irmãs. Elisa e Mirele, que conheci como colegas de disciplinas e de pesquisa, se tornaram minhas amigas e, hoje, são pessoas fundamentais em minha vida! Aos meus amigos do Mestrado, os queridos Douglas e

Marcus Vinícius e tantos outros que fizeram daqueles dois semestres um tempo que deixou saudade. Meus colegas “fleckianos”, especialmente Mariana e Maico, que tanto me ajudaram ao longo da escrita da Dissertação com a digitalização e o envio de material. Obrigada!

Aos meus adorados professores, que tanto me ensinaram, como o querido professor Cláudio Elmir, nosso companheiro de almoços, conversas e conselhos de pesquisa. A ele, agradeço os ensinamentos e a amizade. Também à professora Marluza, ao Professor Luís Fernando, ao professor Paulo e à professora Maria Cristina, obrigada pela oportunidade de aprender com profissionais extraordinários e éticos.

Agradeço à UNISINOS, que tem sido minha casa por tantos anos, onde me graduei e agora me torno Mestre em História, na mesma instituição que formou minha mãe, meus amigos e meus professores.

À CAPES, pela bolsa que recebi nesses dois anos de Mestrado e que permitiu minha dedicação exclusiva, realizando meu antigo sonho de me tornar mestre.

Aos meus novos colegas e professores, que vivem na “terra da Rainha”, *thanks for all the support during these months. Your friendship helped me through some difficult times, and makes me realize that it doesn't matter which country we belong, friendship is a universal language.*

Pesquisar é o trabalho que sempre sonhei fazer. Sou afortunada ao poder dizer que faço o que amo e que amei escrever cada linha desta Dissertação.

*“Descobri que minha obsessão por cada coisa em seu lugar, cada assunto em seu tempo, cada palavra em seu estilo, não era o prêmio merecido de uma mente em ordem, mas, pelo contrário, todo um sistema de simulação inventado por mim para ocultar a desordem da minha natureza”.*

*Gabriel Garcia Marques*

## RESUMO

Esta dissertação analisa a obra escrita pelo médico brasileiro Francisco de Mello Franco, intitulada *Medicina Teológica ou súplica humilde feita a todos os Senhores Confessores, e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascivia, Colera e Bebedice*, de 1794, detendo-se, especialmente, nos capítulos que tratam das *doenças do ânimo* e das terapêuticas e fármacos recomendados para a obtenção de sua cura. Iniciamos com a apresentação da trajetória de Mello Franco, inserindo-a, primeiramente, no contexto de transformações que Portugal vivenciou na segunda metade do século XVIII, em decorrência da Ilustração. E posteriormente em um cenário marcado pela revisão ou contestação às reformas introduzidas pelo Marquês de Pombal. Para a compreensão das influências acadêmicas sofridas por Mello Franco, analisamos os documentos da Universidade de Coimbra produzidos à época da Reforma de 1772 e, também, o catálogo do seu acervo particular de livros, que permite uma reflexão acerca das leituras e apropriações que, provavelmente, fez. Destacamos, ainda, sua condenação à prisão pelo Santo Ofício, no ano de 1781, vinculando-a à opção pelo anonimato na publicação da *Medicina Teológica*, já que a obra, além de ter sido dedicada aos confessores, propunha a substituição destes religiosos pelos médicos no tratamento das *doenças da alma*. Dedicamos dois capítulos da dissertação à análise das *doenças do ânimo* - cólera, melancolia, bebedice, erotomania, satyriazes e ninfomania - e, para tanto, inspirados em obras referenciais da História da Medicina e da História da Saúde e das Doenças, dialogamos tanto com a produção historiográfica sobre o tema, quanto com tratados de *Medicina do ânimo*, receituários e dicionários setecentistas, bem como com catálogos de plantas medicinais contemporâneos. A análise desta categoria de enfermidades - associadas à conduta moral dos penitentes que buscavam os confessores - e, sobretudo, dos receituários que encontramos na obra de Mello Franco constitui-se em abordagem original, ainda não contemplada pelos historiadores que se debruçaram sobre a *Medicina Teológica*.

**Palavras-chave:** Francisco de Mello Franco. Medicina Teológica. Ilustração. Confessores. Doenças do Ânimo.

## ABSTRACT

This dissertation analyses the book written by the Brazilian physician Francisco de Mello Franco in 1794, titled *Medicina Teológica ou súplica humilde feita a todos os Senhores Confessores, e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascivia, Colera e Bebedice*, focusing on the chapters that describe the soul disorders and on the recommended therapies and prescriptions for their healing. Mello Franco's path is presented in the context of the changes that Portugal went through in the XVIII century, because of the Enlightenment and of the restructuring of the University of Coimbra. To better understand this period, documents such as 1772's University of Coimbra Statute and Mello Franco's private book collection catalogue were analysed, allowing for us to infer on the readings that the author might have done. It is worth mentioning that he had been arrested by the Portuguese Inquisition in 1781, which could be the reason for the anonymous publication of *Medicina Teológica*, since this book was dedicated to the clergy, intending their replacement by physicians on the treatment of the soul disorders. Two chapters are focused on the diseases described by Mello Franco, such as anger, melancholy, drunkenness, and lust related disorders. Other medical references, both modern and from the same period, were used in this dissertation. Before the XVIII century, soul disorders, such as those aforementioned, were associated with misbehaviour conducts and sins. In search for a cure, the sinners used to get help from the Church. With the Enlightenment, books as Mello Franco's proposed an alternative, separating Faith and Science. The analytical approach chosen to this work is novel.

**Keywords:** Francisco de Mello Franco. Medicina Teológica. Enlightenment. Confessors. Soul Disorders.

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 - Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e estragos feitos nas ciências .....  | 28  |
| Figura 2 - Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da imediata e suprema inspeção de El-Rei D. José I, nosso Senhor pela Junta de Providência Literária criada pelo mesmo senhor para a restauração das Sciencias e artes liberaes ..... | 33  |
| Figura 3 - Catálogo dos livros do Sñr. Dr. Fran(co) de Mello Franco [1815].....  | 53  |
| Figura 4 - Folha de rosto da obra Medicina Teológica .....   | 60  |
| Figura 5 - Folha de verso da obra Medicina Teológica.....  | 61  |
| Figura 6 - Primeira página do Index da obra Medicina Teológica.....  | 63  |
| Figura 7 - Terceira página do Index da obra Medicina Teológica .....   | 65  |
| Figura 8 - Capa do Reino da Estupidez, com retrato de Francisco de Mello Franco .....  | 139 |
| Figura 9 - Capa da obra Elementos de Higiene (edição de 1823) .....  | 142 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 - Procedência das obras relacionadas no Catálogo de FMF..... | 54 |
|--|----|

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>13</b>  |
| <b>2 OS TEMPOS DE FORMAÇÃO DE FRANCISCO DE MELLO FRANCO .....</b>   | <b>24</b>  |
| 2.1 A Reforma do Ensino e o Marquês de Pombal.....  | 24         |
| 2.2 O Compêndio Histórico de 1771 e os Estatutos de 1772 .....  | 27         |
| 2.3 Os dois braços da boa medicina: razão e experiência .....   | 47         |
| <b>3 A MEDICINA TEOLÓGICA .....</b>   | <b>57</b>  |
| 3.1 Os elementos pré-textuais da obra de Mello Franco.....  | 58         |
| 3.2 A censura da obra <i>Medicina Teológica</i> .....   | 65         |
| 3.3 Livros, autores e autoria: uma discussão pertinente.....  | 73         |
| 3.4 Os confessores .....  | 76         |
| <b>4 ENTRE COLÉRICOS, MELANCÓLICOS E ÉBRIOS .....</b>   | <b>82</b>  |
| 4.1 Medicina da alma e dos nervos na obra <i>Medicina Teológica</i> .....   | 82         |
| 4.2 “A cólera é uma enfermidade mais corporal que espiritual” .....   | 89         |
| 4.3 “Do amor em geral nasce o primeiro ramo de enfermidade, que é a Nostalgia” .....                              | 95         |
| 4.4 “A bebedice é uma enfermidade, que nunca se cura com remédios morais, e<br>difícilmente com os físicos” ..... | 102        |
| <b>5 PARA REMEDIAR O AMOR .....</b>   | <b>108</b> |
| 5.1 O amor como enfermidade .....   | 108        |
| 5.2 “Os prazeres do amor tomados com excesso” .....   | 113        |
| 5.2.1 Erotomania .....  | 113        |
| 5.2.2 Satyriazes.....   | 117        |
| 5.2.3 Ninfomania .....  | 121        |
| <b>5.3 Terapêuticas e prescrições .....</b>   | <b>125</b> |
| 5.3.1 Receituários de Castidade.....  | 125        |
| 5.3.2 Dietética sagrada.....  | 129        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>137</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>149</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

*Não temos outra coisa que palavras  
Somos as palavras que usamos.*

José Saramago

Francisco de Mello Franco nasceu em 1757, na cidade de Paracatu<sup>1</sup>, Minas Gerais. Aos doze anos, o filho de João de Mello Franco e D. Anna Caldeira iniciou seus estudos no Seminário São Joaquim, no Rio de Janeiro. Logo após esta primeira etapa de sua formação, viajou para Lisboa onde cursou, primeiramente, os Estudos Preliminares para posteriormente ingressar na Universidade de Coimbra, onde se formou em Medicina<sup>2</sup>, em 1785. A continuidade dos estudos em Portugal era prática comum na América portuguesa do Setecentos, sobretudo, entre as famílias de Minas Gerais:

Os que conhecem quanto são ainda hoje escassos os recursos que um pai Brasileiro tem para dar educação científica a seus filhos, melhor apreciarão os sacrifícios que eram obrigados a fazer n'aquel tempo. Envia-os para fóra de sua companhia, afastal-os em tenra idade dos carinhos paternaes, era o melhor expediente para beneficial-os. (IHGB, 1831, p. 367).

A passagem acima, transcrita do *Elogio Histórico*, lido em 1831, pelo também médico José Martins da Cruz Jobim<sup>3</sup>, em sessão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, embora marcada por homenagem póstuma, oferece informações sobre a trajetória do médico mineiro. Este documento é um dos poucos<sup>4</sup> que trazem informações sobre sua infância, as condições de sua família e, também, acerca das razões de sua prisão. Outro documento que auxilia na reconstituição de sua trajetória é a Lista dos que foram aprisionados à época da Viradeira, dentre os quais se encontrava o então estudante de Medicina:

Na Lista dos presos que saíram no Auto de Fé da Inquisição de Coimbra em 26 de Agosto de 1781, aparece com o nº 9: Francisco de Mello Franco, Estudante médico,

<sup>1</sup> Em alguns documentos encontramos também “Piracatu”.

<sup>2</sup> Em 1775, Francisco de Mello Franco matriculou-se no curso de Filosofia Natural e Medicina, da Universidade de Coimbra (SANTOS, 2012).

<sup>3</sup> Assim como Mello Franco, o médico José Martins da Cruz Jobim também conviveu com José Bonifácio, tendo desempenhado a função de físico no Paço Imperial.

<sup>4</sup> As informações sobre a carreira de Mello Franco em Portugal são lacunares. Sabemos que o autor foi sócio da Academia Real das Ciências e, também, que: “Quando se tratou da escolha de Medico que devia acompanhar a Princeza d’Austria, prometida em consorcio ao Príncipe Real D. Pedro, El-Rei D. João VI lançou suas vistas a Mello Franco, que havia sido seu médico da câmara; escreveu-lhe de sua própria lettra, e empenhou-se com o Dr. Manuel Luiz, intimo amigo de Mello Franco para que o determinasse a acompanhar a Princesa, depois Imperatriz do Brasil. Fizeram-lhe largas promessas, e ele anuiu aos desejos do Monarcha, vendeu tudo o que possuía em Lisbôa, decidido a ficar para sempre no Brasil. Endereçou-se a Liorne para esperar a Princesa, e de lá partiu ao Rio de Janeiro, onde chegou com ela em fins de 1817”. (IHGB, 1831, p. 372).

natural de Paracatu, Bispado de Pernambuco; Herege, Naturalista, Dogmático; negava o Sacramento do Matrimónio. (BRAGA, 2010, p. 1).

Como é possível constatar na passagem acima, Mello Franco foi aprisionado por ordem do Santo Ofício:

Em 1781, em consequência do seu entusiasmo pelos enciclopedistas, foi alvo de um processo movido pela Inquisição. Daqui resultou um auto de fé celebrado em Coimbra em 26 de agosto, com a acusação de herege naturalista e de negar o sacramento do matrimónio. (MARTINS, 2012, p. 7).

Foram, portanto, a conduta e as ideias de Mello Franco que o levaram à prisão. Os quatro anos no cárcere se deram, especialmente, à defesa das ideias que Pombal propunha para a reforma do ensino em Coimbra e ao rechaço das medidas introduzidas pela Viradeira<sup>5</sup>. Foi durante esse período que o jovem mineiro escreveu o poema satírico, “Reino da Estupidez”, que apresenta “um misto de saudosismo e ironia [...] uma grande valorização das reformas realizadas por Sebastião José de Carvalho e Melo e [...] uma descrença do autor com relação ao período ‘pós-Pombal’”. (MARQUES, 2007, p. 5). Esta posição assumida por Mello Franco é também destacada no Elogio Fúnebre, de 1831:

Mello Franco foi acusado de irreligioso; e sem mais provas conduzido ás masmorras da Inquisição, onde por mais quatro annos gemeu carregado de ferros. Em meio de suas angustias e martyrios, inflingidos pela mansidão dos que se diziam discipulos e defensores de Christo, compoz elle as suas elegias intituladas - Noites de somno -, nas quaes com talento raro descreve as miserias do gênero humano, a degeneração dos defensores da Fé, e a crueldade d’esses algozes sagrados, que sacrificavam a innocencia a seus vãos caprichos. (IHGB, 1831, p. 368).

Mello Franco foi também acusado de viver em concubinato, conduta tida como irreligiosa e “contra o casamento”. Durante o processo, uma única testemunha foi chamada, justamente a mulher com quem o médico mineiro “vivia em pecado”, que acabou também sendo presa, pois não depôs contra ele. Sabe-se que após o período passado no cárcere, o jovem mineiro casou-se com esta mulher, e com ela teve quatro filhos.

Uma pobre senhora foi tambem encarcerada para servir de testemunha da irreligiosidade de que Mello Franco era acusado, e supportou todos os tormentos com uma coragem pouco commum entre pessoas do seu sexo. Em recompensa, d’este procedimento, Mello Franco a tomou por esposa depois de solto. (IHGB, 1831, p. 370).

---

<sup>5</sup> Viradeira é a designação dada ao período que se iniciou em 1777, com a nomeação, feita por D. Maria I, de novos Secretários de Estado, em substituição do Marquês de Pombal. Neste período, deu-se uma progressiva quebra do controle estatal, com a extinção de alguns dos monopólios mercantis estabelecidos por Pombal, e a retomada da influência da Igreja e da alta nobreza sobre o Estado.

Segundo Braga (2010), foi através de “Aviso régio” de agosto de 1782, que Mello Franco teve autorizado o seu retorno ao curso de Medicina, interrompido pela prisão. Nove anos depois de seu ingresso no curso de Medicina da Universidade de Coimbra<sup>6</sup>, ele publicaria - anonimamente<sup>7</sup> - a obra *Medicina Teológica ou súplica humilde feita a todos os Senhores Confessores e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascivia, Colera e Bebedice*<sup>8</sup>, que propunha uma Medicina que buscava conciliar o conhecimento do corpo (que cabia aos médicos) com o da alma (que competia aos confessores).

Ao longo dos 23 capítulos da obra, Mello Franco não somente apresenta a proposta da substituição do confessor pelo médico, como também expõe a necessidade de os teólogos se instruírem em Medicina, para que se tornassem “bons confessores”. Nela também podem ser encontradas algumas evidências das mudanças ocorridas no pensamento da segunda metade do século XVIII, em especial, na Medicina. Para muitos historiadores, essa obra constitui-se em “Uma das fontes mais importantes para se compreender as relações entre ideias psicológicas e biológicas no contexto luso-brasileiro do século XVIII”. (SILVA, 2008, p. 336).

Além de “*Reino da Estupidez*” (1785) e da *Medicina Teológica* (1794), Mello Franco escreveu também “*O Filósofo Solitário*” (1787), “*Tratado da Educação física dos meninos, para uso da nação portuguesa*” (1790), “*Elementos de Higiene*” (1814) e, ainda, “*Ensaio sobre as febres*” (1829), obra que sofreu grandes críticas e que foi publicada após sua morte.

Tanto a trajetória, quanto a produção intelectual de Mello Franco já foram tema de uma série de trabalhos, merecendo a atenção de historiadores portugueses e brasileiros. Dentre eles, merecem destaque os trabalhos de Jean Neves Abreu (2006, 2007, 2010), que analisam a medicina da época e as obras de Mello Franco que versam sobre saúde e higiene pública; os de Marina Massimi (1991, 2006) e de Paulo José Carvalho da Silva (2006), que

---

<sup>6</sup> Há divergência em relação à data de sua publicação nas fontes consultadas. Algumas informam o ano de 1784 e outras, 1794. No prefácio da obra impressa editada pela BN, consta o ano de 1794, sendo que optarei por esta data.

<sup>7</sup> Interessante mencionar que Mello Franco nunca assumiu a autoria da obra “*Medicina Teológica*”. Esse anonimato se deve, muito provavelmente, ao temor que o médico tinha de ser novamente preso. Mas há fortes indícios de que a obra seja de sua autoria, como já apontado por historiadores do século XIX, dentre os quais se encontra Varnhagen. Esses autores estabeleceram relações entre a “*Medicina Teológica*” e as demais obras escritas por Mello Franco, atribuindo a ele a autoria da primeira.

<sup>8</sup> A obra “*Medicina Teológica*” foi publicada em Lisboa, somente em 1794. No site da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), temos acesso à obra original digitalizada, mas para a elaboração deste projeto utilizamos uma versão editada em 2008, pela Fundação Biblioteca Nacional. Esta versão impressa conta com 160 páginas, distribuídas em Prefácio e 23 capítulos. Supõe-se que a edição realizada pela BN em 2008 possa estar relacionada com as comemorações dos 200 anos da chegada da família real ao Brasil, já que o médico Francisco de Mello Franco integrou a comitiva que acompanhou D. Leopoldina, a futura esposa de Pedro I, em sua viagem ao Brasil.

trazem uma abordagem fundamentada na Psicologia, enfocando o amor como enfermidade; o de Flavio Coelho Edler e de Ricardo Cabral de Freitas (2012), que analisam as paixões da alma, estabelecendo comparação entre Ribeiro Sanchez e Mello Franco; o de Maria Gabriela Marinho (2012), que discute a trajetória acadêmica do médico mineiro; o de Renato Marques (2007), que aborda o poema satírico “*O Reino da Estupidez*”; Rossana Nunes (2011), que analisa a *Medicina Teológica*, mas a partir da perspectiva da censura, crítica e recepção; e, ainda, o trabalho de Simone de Almeida Silva, que discute Iluminismo, Ciência luso-brasileira e inclui Mello Franco entre os ilustrados luso-brasileiros.

Diferentemente dos trabalhos acima mencionados, nesta dissertação privilegiamos os tratamentos que Mello Franco recomendou para a cura de enfermidades como a lascívia, a cólera, a melancolia e a bebedice, tendo em vista que tais tratamentos não foram objeto de uma análise mais profunda. Com o propósito de preencher esta lacuna na produção historiográfica, analisaremos a obra “*Medicina Teológica ou súplica humilde feita a todos os Senhores Confessores e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice*” nesta perspectiva, não descuidando de inseri-la no contexto do Reformismo Ilustrado português e de renovação das teorias médicas do século XVIII.

Dentre os objetivos específicos estão os de reconstituir a trajetória acadêmica e intelectual do médico mineiro Francisco de Mello Franco, identificando as influências que o Reformismo Ilustrado exerceu sobre sua produção intelectual e sobre sua atuação como médico; identificar e analisar as causas e o tratamento indicado para as “doenças” descritas por Francisco de Mello Franco, a partir de uma caracterização da sociedade portuguesa da segunda metade do século XVIII e das teorias teológicas e médicas vigentes.

Considerando estes objetivos, foram fundamentais as obras de Arruda (2009), Falcon (1982), Franco (2006), Maxwell (1996) e Varella (2006, 2012), pois retratam o ensino em Coimbra na segunda metade do século XVIII, destacando a singularidade do contexto português, devido à série de reformas introduzidas nos estudos de Medicina. A reconstituição deste contexto é fundamental para que possamos compreender o propósito da obra *Medicina Teológica* e dos textos escritos pelo médico<sup>9</sup>.

A renovação do ensino em Coimbra se deu por meio das reformas nos seus Estatutos, que substituíram os de 1563 e propuseram uma série de mudanças nos currículos, especialmente, no curso de Medicina. Este novo ensino de Medicina, influenciado pelas novas

---

<sup>9</sup> Para compreendermos Portugal do XVIII são fundamentais os trabalhos de Schwarcz (2002), Silva (1993), Saviani (2008), Vainfas (1997) e Verri (2007).

teorias trazidas pelos estrangeirados, previa a introdução de estudos práticos, em especial, da clínica e da atuação em hospitais, e tinha como objetivo o aperfeiçoamento da sociedade, propondo que os médicos fossem os responsáveis pela saúde dos corpos, tida como fundamental para o progresso almejado por Portugal.

Após a reforma realizada por Pombal na Universidade conimbricense - reforma esta que procurou formar uma “elite do conhecimento” que estivesse a serviço do Estado português - [...] Estes homens de ciência colocaram o saber científico a serviço da nação portuguesa, com o intuito de contribuir para as reformas que visavam regenerar o Império lusitano. (VARELLA, 2012, p. 182).

Algumas obras e documentos permitiram um contato direto com a Medicina praticada no século XVIII, tendo contribuído para a reconstituição do ensino oferecido pela Universidade de Coimbra, o espaço de formação nas *artes de curar* que Mello Franco frequentou. Dentre as obras, estão as de Abreu (2006, 2007, 2010), Almeida (2009), Campos (2013), Costa (2011), Daflon (2011), Dias (S/D), Ferraz (1997), Figueiredo (2008), Edler (2011), Kury (2012), Le Goff (1984) e Martins (2001, 2012).

Dentre as fontes a que tivemos acesso, destacamos o “*Catálogo dos livros do Sñr. Dr(or) Fran(co) de Mello Franco*”, de 1815, disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Neste documento encontramos as obras de Medicina e de Literatura que compunham o acervo pessoal do médico mineiro. Por meio de uma análise deste catálogo, identificamos a origem das publicações, e pelos títulos foi possível inferir as influências que Mello Franco eventualmente sofreu ao longo de sua trajetória.

Contamos, também, com obras de Medicina do século XVIII, tais como o *Tratado sobre a saúde dos Povos* (1756), de Antonio Nunes Ribeiro Sanches<sup>10</sup>, médico que exerceu inegável influência sobre Mello Franco:

Este modo de curar e de fazer de maus naturais, bons e prudentes, e de estúpidos, espertos e inteligentes, se perdeu totalmente. Toda a cura são açoites e pancadas e o medo é o que serve a reprimir aqueles maus ímpetos, mas jamais a mudar-lhes a natureza. (...) Seria utilíssimo à Religião e à Republica que houvessem médicos que soubessem curar tão bem as enfermidades do ânimo e terem uma farmacopéia a propósito para mudarem as constituições como têm para curar as enfermidades. (SANCHES apud EDLER; FRANCO, 2011, p. 19).

E, ainda, dois outros tratados de Medicina setecentistas, o “*Âncora Medicinal para conservar a vida com saúde*” e “*Medicina Lusitana*”, publicadas em 1731, por Francisco da

<sup>10</sup> Considerado um dos representantes do Iluminismo aplicado à Medicina, contribuindo, inclusive, para a Enciclopédia de Diderot, Ribeiro Sanches foi autor de relevantes obras em que propunha reformas na medicina do Reino. Assim como Verney, ele considerava que o ensino da universidade não oferecia condições para formar profissionais necessários ao reino de Portugal.

Fonseca Henriques, médico do Rei João V, e que por abordarem tratamentos para as doenças do ânimo,<sup>11</sup> foi possível estabelecer algumas comparações com as prescrições propostas por Mello Franco e por outros médicos do período.

Já a obra “*O Verdadeiro método de estudar para ser útil a República e a Igreja proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal*,” de Luis Antonio Verney,<sup>12</sup> permite discutir a proposição ilustrada de que o médico deveria, através de uma prática médica “útil” ao Estado, garantir a manutenção da saúde da sociedade.

Utilizamos, também, a documentação produzida pela própria Universidade de Coimbra, como “*O Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas ciências, nos professores e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados*”, de 1771. Este documento foi organizado pela Junta de Providência Literária<sup>13</sup> e está disposto na forma de um relatório de mais de 500 páginas, divididas em 2 volumes, onde estão listados os “danos causados pelos jesuítas” à educação portuguesa. Na primeira parte, estão localizados os prelúdios, a observação dos Estatutos, a identificação dos “estratagemas” e a listagem das áreas do conhecimento, Teologia, Cânones, Medicina e Matemática. A segunda parte analisa os supostos estragos e atrocidades cometidos pelos jesuítas.

A seguinte Da Junta de Providência Literária em 28 de Agosto de 1771, dia do grande doutor Santo Agostinho sobre o Compêndio Histórico e Apêndice que dão uma clara e específica ideia dos estragos que os denominados jesuítas fizeram, primeiro na Universidade de Coimbra, consequentemente nas aulas de todos estes reinos, para que pelo conhecimento de tão grandes e tão inveterados males se

<sup>11</sup> A preocupação com as enfermidades do ânimo no Setecentos está relacionada com o “bem viver” e com a conservação da saúde: “A conservação da saúde e divulgação do saber são outros elementos relevantes das obras publicadas ao longo do século XVIII. As preocupações com a mortalidade e o combate às enfermidades são acompanhadas no campo da literatura médica de uma preocupação cada vez maior com a prevenção das enfermidades e constituição de um “regime de viver”. Este regime corresponde ao seguinte: “conservação da saúde consiste na reta observância das seis coisas não naturais, que são: o ar ambiente, o comer e o beber, o sono e a vigília, o movimento e o descanso, os excretos e os retentos, e as paixões da alma”. (HENRIQUES apud ABREU, 2013, p. 10).

<sup>12</sup> Segundo Patrício (2011, p. 7-10), “Luís António Verney, clérigo português radicado na Itália e exemplo de intelectual que viveu boa parte de sua vida fora de Portugal, fez da sua obra, “Verdadeiro Método de Estudar” (1746), um verdadeiro libelo acusatório contra o ensino praticado na Universidade de Coimbra, constituindo o primeiro bombardeamento em força contra os jesuítas portugueses, dos quais Verney tinha sido aluno em Évora. O ataque de Verney e a subsequente expulsão dos Jesuítas por Pombal liquidaram, na época, no seu conjunto, o que hoje designaríamos por sistema português de ensino. O “Verdadeiro Método de Estudar” centra os seus ataques na Universidade de Évora, suas palavras-chave e os dois imaginários que elas encerram estão onipresentes no discurso pombalino, quer seja de carácter legislativo, historiográfico, tratadístico ou panfletário: Jesuítas e Europa”.

<sup>13</sup> A Junta de Providência Literária foi criada em 1770 e sua existência estava condicionada à redação dos novos Estatutos da Universidade de Coimbra. Esta tarefa ficou a cargo de brasileiros e portugueses, entre eles, Francisco Lemos, que veio a se tornar o reitor da Universidade, para supervisionar a implantação dos Estatutos. O trabalho se estendeu pelo ano de 1771. A junta ficou incumbida de avaliar o estado do ensino universitário português e preparar os novos Estatutos que iriam entrar em vigor, alinhados às posições reformistas.

possam indicar mais sensivelmente os remédios por que hão de se construir os objetos das paternais providências de Sua Majestade pelo que pertence à teologia, à jurisprudência canónica e civil e à medicina. (FRANCO, 2008, p. 98)<sup>14</sup>.

Da intervenção na Universidade, a partir da Reforma de 1772, deveria resultar uma elite intelectual formada no seio do reformismo ilustrado, proposição que pode ser encontrada nos *“Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da imediata e suprema inspecção de El Rei D. José I. Nosso senhor pela junta de Providencia Literaria creada pelo mesmo senhor para a restauração das sciencias e artes liberaes nestes reinos e todos seus dominios ultimamente corroborados por sua magestade na sua lei de 28 de agosto deste presente anno”*, que regulamenta e reestrutura o ensino, principalmente, do Curso Médico.

Ainda que toda a vida do homem he muito curta para o estudo dilatado da Medicina; e que não deve já mais afrouxar o Medico no exercicio continuo da observação, e do estudo para se fazer verdadeiramente util ao público; com tudo na Universidade não deve ser demorado mais tempo, do que for preciso para adquirir os conhecimentos fundamentaes da Theorica, e ganhar o habito de praticar com acerto [...] E tendo o espaço de cinco annos bastante, para adquirirem os ditos conhecimentos, todos aquelles, que entrarem na Medicina bem instruidos nos estudos preparatorios [...]. (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 1772, p. 15).

Também recorreremos a dicionários, como o publicado em 1728, por Rafael Bluteau, e um etimológico, publicado em 1836, bem como a alguns que relacionam plantas medicinais comparando seus usos históricos e recentes.

Ao reconstituirmos a trajetória de Mello Franco, não podemos desconsiderar sua inserção em um contexto de reformas e mudanças na Medicina da época, que interferem diretamente na percepção sobre o funcionamento do corpo humano e, especialmente, sobre as enfermidades não exclusivamente físicas.

Há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto: a mudança é precisamente a soma infinita dessas interrelações. [...] Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis. (LEVI, 1996, p. 180).

Não podemos, igualmente, compreender uma trajetória<sup>15</sup> sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo

<sup>14</sup> Como já mencionado, esta obra foi publicada originalmente em 1794.

<sup>15</sup> Ver Bourdieu (1996).

e confrontado com o mesmo espaço dos possíveis. Buscamos, por isso, reconstituir o meio em que o autor se encontrava inserido, para tornar mais compreensíveis suas escolhas:

[sobre a trajetória] Tentar compreender a vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede [...]. (BOURDIEU, 1996, p. 189).

No caso do médico Mello Franco, seu desejo era o de retornar imediatamente ao Brasil, assim que concluísse o curso, em 1785, mas os encargos financeiros fizeram com que permanecesse em Portugal. Isso o levaria a trabalhar como prático em Lisboa, logo após a conclusão do curso de Medicina em Coimbra. Dedicou-se, também, à escrita. No entanto, por estarem alinhados com o Iluminismo ilustrado, que via na manutenção dos corpos um meio para o progresso de Portugal, seus livros não foram bem recebidos pela comunidade médica da época.

Foi, contudo, sua boa reputação que possibilitou seu retorno ao Brasil, juntamente com a comitiva da Princesa da Áustria, noiva de Dom Pedro I, em 1817. Chegando ao Rio de Janeiro, foi acusado de ser um conspirador contra a Coroa portuguesa, não recebendo pagamento algum por seus serviços, após ter vendido tudo que possuía ao deixar Portugal.

Para cumulo de desgostos elle não achava no Rio de Janeiro recompensa alguma das ingratidões e injustiças da Côrte; demais elle tinha posto a sua fortuna nas mãos de um negociante, seu falso amigo que, segundo contam, fez uma d’essas banca-rotas fraudulentas, que a impunidade tem tornado tão communs entre nós, e assim viu em um só dia fugir de seus filhos um patrimonio que havia sido o fructo de muitos anos de fadigas. (IHGB, 1831, p. 373)

O tema abordado em sua última obra, intitulada “Ensaio sobre as febres”, escrita no Brasil, em 1829, versa sobre o objeto causador de sua morte, em uma infeliz coincidência, como nos informa seu elogio fúnebre:

Todas estas circumstancias reunidas talvez á mudança de clima e habito de vida, o fizeram ir cahindo em uma frebre consuptiva, que, fazendo de dia em dia maior progresso, o determinou, por conselho de amigos, a partir para S. Paulo, com esperanças de melhorar; mas voltava ao Rio de Janeiro em uma canôa de voga, quando na altura de Ubatuba, viu-se approximar o termo de sua existencia; pediu que aportasse, e ahí acabou os seus dias a 22 de julho de 1823, debaixo de uma palhoça. (IHGB, 1831, p. 373)

Para além da reconstituição da trajetória e da análise das terapêuticas propostas para as doenças do ânimo, interessa-nos, também, explorar a “escrita de si” na análise da obra

*Medicina Teológica*. A partir de Foucault (1992) e de Ângela de Castro Gomes (2004), é possível refletir sobre a familiaridade com os procedimentos adotados pelos padres confessores que a escrita de Mello Franco nos revela, o que parece decorrer não somente de sua condição de cristão católico, mas, muito provavelmente, de experiências pessoais, que o levaram a sentir-se à vontade para propor a substituição de suas orientações e receitas pelas dos médicos. Sob esta perspectiva, a polêmica obra de Francisco de Mello Franco pode também ser percebida como uma “escrita de si”, tendo em vista que ao longo dos seus vinte e três capítulos, ele pode ter tratado de virtudes e de vícios por ele experimentados durante a infância, em Minas Gerais, nos tempos de Seminário, no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Lisboa, ou mesmo durante sua formação e exercício do ofício de médico, primeiramente na Coimbra e posteriormente na Lisboa setecentista e iluminista.

Como destaca Foucault (1992, p. 3) “[...] trata-se, não de perseguir o indizível, não de revelar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si”. Ao recorrer a este procedimento metodológico, pretendemos pensar a obra *Medicina Teológica* não apenas como um manual para os confessores, mas como uma obra que tem relação com a formação religiosa do autor, já que estudou em Seminários, com os tempos que Mello Franco viveu no cárcere e, também, com seu propósito de curar os “males dos quais sofria a sociedade portuguesa”, no qual ele se encontrava inserido.

Para compreendermos as práticas de escrita, de leitura, bem como a ação dos órgãos encarregados da censura na Europa do século XVIII, tomamos contato com os trabalhos de Bouza (2001), Cavallo (1998), Chartier (1990, 1994, 2010), Darnton (2010), Faulhaber (2012), Megiani (2009) e Villalta (1999), que muito auxiliaram na reflexão sobre a questão da autoria.

Nessa perspectiva que vincula às censuras da Igreja ou do Estado como aquela que associa à propriedade literária, a função-autor está plenamente inscrita no interior da cultura impressa. Nos dois casos, ela parece decorrer de transformações fundamentais trazidas pela imprensa: ela tornou mais ampla e, portanto, mais perigosa a circulação de textos desafiando a autoridade, bem como criou um mercado que pressupõe o estabelecimento de regras e convenções entre todos os que dele tem prova do controle que esses pretendiam proveito [...]. (CHARTIER, 1994, p. 52-53).

Ao apresentar sua obra, Mello Franco a dedica àqueles que ele considerava que deveriam lê-la, como consta no título dado a ela: *Medicina Teológica ou súplica humilde feita a todos os Senhores Confessores, e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes*

na emenda dos pecados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice. Segundo Chartier, uma dedicatória, como esta que está expressa no título da *Medicina Teológica*, acaba por transferir a autoria, tornando aqueles para os quais a obra foi dedicada, autores também, integrando-os, assim, ao texto. Na intenção de ilustrar esta questão, o historiador francês recorre à obra *Dom Quixote* para descrever as diferentes maneiras pelas quais o autor busca através do título ou, então, da dedicatória, obter a aceitação da Coroa ou mesmo, no caso citado, de seu patrocinador.

A obra analisada nesta dissertação faz uma dedicatória a seu “público-alvo”, apresentando-se como uma súplica humilde, de maneira a propor que suas teorias fossem adotadas como práticas pelo clero. Sabemos que a obra foi aprovada pela Mesa Censória portuguesa e que a obra chegou a ser publicada, tendo sido, no entanto, rapidamente retirada de circulação em razão de seu conteúdo.

Refletir sobre os indícios de recepção de uma obra, descrita por Chartier como o “mundo do leitor”, permite avaliar como cada grupo ou sociedade a compreendeu. Levando isso em conta, temos em vista os seguintes questionamentos: Quais teriam sido os leitores<sup>16</sup> que Mello Franco pretendeu alcançar ao escrever a obra *Medicina Teológica*? Seriam apenas os confessores? Ou todos aqueles que buscavam combater os vícios tão comuns no século XVIII? Quem, além dos religiosos, leu também a polêmica obra antes de seu confisco? Sabemos que o “manual” visava os confessores e que as terapêuticas propostas deveriam complementar a confissão e as orações. Além disso, procuramos especular sobre os usos que o livro poderia ter entre os demais médicos, uma vez que a busca de aceitação de um autor por seus pares é geralmente visada:

Os tratados médicos, principalmente os publicados na segunda metade do setecentos, afinavam-se com os princípios utilitários do conhecimento das Luzes e, ao mesmo tempo, os argumentos e homenagens prestados nas obras sinalizam para outros objetivos da produção do conhecimento. Por meio da publicação dos textos, cirurgiões e médicos esperavam obter benefícios e mercês, inserindo-se no sistema de patronagem. (ABREU, 2013, p. 16).

Esta dissertação apresenta quatro capítulos. No primeiro capítulo, discutimos as questões relacionadas à formação de Francisco de Mello Franco, quando de seu ingresso na Universidade de Coimbra, em 1775. Como já destacado, quando o jovem mineiro ingressou no curso de Medicina, haviam-se passado apenas três anos da elaboração dos novos Estatutos

---

<sup>16</sup> Introduzida a partir da Idade Média, a leitura silenciosa permitiu a interiorização do conhecimento e a reflexão individual, tornando-se prática comum nos séculos posteriores. A difusão desta prática entre leigos permite indagar quem seriam os leitores da obra *Medicina Teológica* antes de ter sido retirada de circulação por não contar com a aprovação da Igreja.

da Universidade de Coimbra, a partir do diagnóstico feito pela Junta Literária, em 1771. Neste capítulo, buscamos identificar as influências que as disciplinas introduzidas no novo currículo do Curso de Medicina exerceram na produção intelectual de Mello Franco. A partir da análise do *Compêndio Histórico*, de 1771, e dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1772, percebemos as influências exercidas pela reforma pombalina no ensino de Medicina da época. As concepções defendidas por esta reforma ficam evidenciadas na passagem em que Mello Franco afirma que “Os dois braços da boa medicina” seriam a razão e a experiência. Por fim, abordamos a formação dos acadêmicos de Medicina (em Cirurgia, Clínica e Farmácia) na segunda metade do século XVIII e as discussões que eram feitas à época, em especial, sobre o papel que deveria ser desempenhado pelo profissional em substituição ao “charlatão”.

No capítulo seguinte, procuramos vincular a escrita da obra *Medicina Teológica* ao seu contexto de produção. Em um primeiro momento, analisamos os paratextos da obra do médico mineiro. Apresentamos uma discussão acerca das razões para que a obra tenha sido lançada sem identificação de autoria e, ainda, sobre seu confisco logo após sua publicação, bem como o papel dos confessores a partir da perspectiva de Mello Franco e da Igreja. A obra foi escrita como um manual para os confessores, apresentando abordagens pouco convencionais se comparadas às de outros manuais da época escritos por membros do clero, conforme observado pelo médico-autor:

[...] eu considero aos Confessores como Medicos que curão não só o formal dos pecados, porém também o material, isto é, que não somente conhecem os pecados como uma transgressão da Lei, mas também das causas físicas que eles dimanão [sic]: que não somente absolvem os Penitentes depois de se capacitarem de sua dor, e proposito; mas também lhes prescrevem medicamentos físicos, que ajudarão a perseverar na emenda prometida, a vencer os maus habitos [...]. (FRANCO, 2008, p. 16).

No terceiro e quarto capítulo, analisamos as doenças da alma que Mello Franco descreve ao longo de 150 páginas da *Medicina Teológica*. Além das causas e sintomas, o médico propõe medicamentos e terapêuticas para que os enfermos delas se curassem. Cólera, melancolia e bebedice são abordadas no terceiro capítulo, intitulado “Entre ébrios, melancólicos e coléricos”. No último capítulo, “Para remediar o amor”, abordamos o amor, enquanto enfermidade, bem como a lascívia e a erotomania, ressaltando, ainda, os usos da dietética, tanto com fins profiláticos, quanto para a cura das doenças da alma.

## 2 OS TEMPOS DE FORMAÇÃO DE FRANCISCO DE MELLO FRANCO

*A vida deve ser uma constante educação*

Gustave Flaubert

### 2.1 A Reforma do Ensino e o Marquês de Pombal

Foi durante a administração do Marquês de Pombal (1750-1777) e, em especial, após a expulsão dos jesuítas, que teve início a reforma do ensino em Portugal. Da intervenção ilustrada nas universidades portuguesas resultaram relatórios sobre as suas condições, os quais atribuíram aos jesuítas - que vinham controlando as redes de ensino até então - a responsabilidade pela baixa qualidade de ensino<sup>17</sup>. Sabe-se que com a extinção da Ordem e com a expulsão dos jesuítas dos domínios coloniais ibéricos, as obras produzidas por seus membros foram censuradas e descartadas, contudo deve-se considerar que muitos de seus ensinamentos e concepções se mantiveram através daqueles que por eles foram instruídos na Universidade de Coimbra ou em outras universidades europeias, influenciando, portanto, as gerações posteriores de acadêmicos.

A experiência de Sebastião José de Carvalho e Melo como embaixador da corte portuguesa junto da corte britânica e depois da corte austríaca e o conhecimento que adquiriu do que se ia passando na Europa permitiram-lhe apurar critérios de diagnóstico e tirar lições para operar reformas transformadoras da realidade portuguesa à luz dos novos parâmetros de progresso europeu estabelecidos pela filosofia iluminista. A política reformista pombalina foi, com efeito, perpassada pelo fito programático de acertar o passo de Portugal pelos parâmetros do progresso da Europa dita iluminada. O Marquês de Pombal, como aparece frequentemente expressa na sua propaganda e legislação reformista, teve a preocupação de prestigiar o Reino de Portugal perante os outros reinos europeus e de inverter a imagem negativa que persistia internacionalmente como um País subjugado pelo obscurantismo. (MARQUÊS DE POMBAL/ JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 18).

Pombal costumava acompanhar de perto a redação das obras de cunho antijesuíta em Portugal, sendo que, durante seu governo, muitas delas tiveram suas edições financiadas. Assim, havia um controle sobre as publicações, de forma que elas traduzissem em suas páginas a repulsa que existia aos jesuítas, tidos como os grandes causadores do atraso do progresso.

---

<sup>17</sup> Contraopondo-se a esta percepção, Maxwell (1996, p. 13) afirma que “os jesuítas eram, na verdade, bem menos fechados às ideias modernas do que seus inimigos afirmavam”.

A reforma pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772, enquadrou-se numa profunda remodelação do sistema educativo em Portugal: As transformações introduzidas tiveram repercussões significativas no ensino das matérias científicas em geral. Os ideólogos da renovação foram muito vigorosos nas críticas feitas aos métodos pedagógicos e conteúdos programáticos dos antigos cursos de índole científica. (MARTINS, 2001, p. 1).

O século XVIII, em Portugal, foi marcado pelo contraste entre a fé e a ciência, isto é, de um lado, encontramos a forte atmosfera religiosa, e de outro, o ingresso de uma visão racionalista pautada na lógica e identificada com a Ilustração. Vale destacar que esta afirmação baseia-se nos pressupostos defendidos pelos teóricos da época, hoje, sabemos que homens de fé também eram homens de ciência, sendo possível a coexistência entre ambas. As ideias ilustradas adentraram Portugal por meio de portugueses residentes do exterior, como Luis Antônio Verney, Antônio Nunes Ribeiro Sanchez e Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Estes portugueses ilustrados defenderam o desenvolvimento e o fortalecimento do Estado português, argumentando, principalmente, que o ensino não deveria permanecer nas mãos dos jesuítas, que foram expulsos de Portugal e de seus domínios coloniais justamente durante o governo do Marquês de Pombal (1750-1777).

Dentre as críticas feitas pelos ilustrados à Companhia de Jesus, estava a de que comprometiam o progresso científico, reagindo de forma conservadora às inovações nos mais variados campos do conhecimento, justificando-se, portanto, uma intervenção nas universidades portuguesas, em especial, na de Coimbra, e a adoção de textos de teóricos que durante muito tempo viveram longe do Reino e que passaram a influenciar o ensino de Medicina, como veremos a seguir. Essa iniciativa parte do próprio Pombal:

É no conjunto de reformas empreendidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a partir de 1750, que as questões relativas à saúde ganham maior relevância, o que se depreende pela reforma do ensino médico em Portugal que se efetivou nos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. Nessa conjuntura, há um aumento de produção de impressos de medicina que visavam não apenas propagar os avanços da matéria médica entre a população. (ABREU, 2010, p. 3).

Segundo Abreu (2007, p.152), os “estrangeirados” visavam difundir em Portugal: “[...] os princípios da Ciência moderna, aplicando-os às diversas áreas do saber, mediante a introdução de obras que espelhavam uma rejeição à tradição aristotélica e escolástica e incluíam propostas modernizantes”. Neste Portugal marcado pelo reformismo ilustrado, as Ciências foram percebidas como elemento fundamental para o progresso do estado e da

nação<sup>18</sup>, o que aponta para a relação entre a qualificação da formação acadêmica dos súditos portugueses e o projeto de aperfeiçoamento e progresso da sociedade. A concepção de Ciência que os ilustrados em Portugal compartilhavam aponta para a proximidade da Ilustração portuguesa com o Iluminismo do restante da Europa: “[...] A ciência dita “moderna” foi constituída, por um lado, a partir da crítica ao ensino livresco e, por outro, pela defesa na superioridade da técnica e da experimentação”. (ABREU, 2007, p. 86).

De acordo com Falcon (1982), a reforma do ensino português, que incidiu, principalmente, sobre a Universidade de Coimbra, implicou na proposição e aplicação de novos métodos de ensino, agindo diretamente sobre a formação<sup>19</sup> dos acadêmicos. Também Maxwell (1996, p. 10) destaca que “O estímulo ao novo pensamento em Portugal foi dado pelas conquistas intelectuais de Descartes, Newton e Locke, que durante o século XVII operaram uma ruptura audaciosa da tradição de autoridade, seja bíblica, seja aristotélica [...]”. Foi, portanto, a partir da metade do XVIII, que os intelectuais ilustrados passaram a tecer críticas ao ensino jesuíta<sup>20</sup>, que resultariam na intervenção realizada na Universidade e na Reforma de 1772.

Vale lembrar que as famílias brasileiras - como no caso do autor em questão - desde as primeiras décadas do século XVIII, enviavam seus filhos para estudar na Europa, momento em que tomavam contato com as teorias mais modernas da época e passavam a integrar uma ampla rede de conhecimento estabelecida entre as universidades europeias e as sociedades coloniais. Del Valle (2009), referindo-se à conformação de uma epistemologia própria do século XVIII, considera que a viagem sempre foi o melhor meio de observar, investigar e compilar o mundo, uma forma de conhecer e de definir-se a si mesmo.

O período em que Francisco de Mello Franco estudou em Coimbra foi marcado pelas transformações que haviam ocorrido anos antes, quando da reforma do ensino na Universidade realizada após a expulsão dos jesuítas, que foram responsabilizados pelo atraso que caracterizava Portugal em meados do século XVIII. Os reformistas, simpáticos às teorias do Marquês de Pombal, propuseram reformas de caráter ilustrado nas universidades, tendo em

---

<sup>18</sup> O projeto de reforma do ensino objetivava o reforço do caráter absolutista do estado, sendo assim, os ilustrados viam na educação uma ferramenta fundamental, pois ela seria um meio para formar vassalos obedientes ao estado.

<sup>19</sup> Para mais informações sobre o tema, recomenda-se ver Varella (2012).

<sup>20</sup> Para Franco (2008, p. 20): “Jesuítas e jesuitismo encerram um conceito/visão de carga negativa, pessimista. Representam todo um passado cultural, educativo, mental que urgia repudiar e abolir. Foi no plano das reformas, em especial, nas reformas da educação e do Santo Ofício e da Censura que, de uma forma mais incisiva, foi utilizada a ideologia antijesuítica para operar a sua justificação política e ideológica e para explicar a sua necessidade e urgência”.

vista um ensino mais baseado no experimentalismo, especialmente, para os cursos de Medicina.

## 2.2 O Compêndio Histórico de 1771 e os Estatutos de 1772

As fontes analisadas neste subcapítulo são o *Compêndio* de 1771 e os *Estatutos* de 1772, que contam com capítulos dedicados ao ensino da Medicina nas Universidades.

O *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* foi publicado em 1771<sup>21</sup>, e denuncia a “decadência” de uma das grandes instituições de Portugal, a Universidade de Coimbra, sediada desde 1537 na cidade de mesmo nome. Dele resultará a revisão dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, publicados no ano seguinte. Documento contemporâneo à administração do Marquês de Pombal, o *Compêndio* traduz o pensamento antijesuítico da época:

As propostas de renovação do ensino da medicina no Reino foram incorporadas em grande parte nos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, que visavam reformar o ensino na Universidade. A elaboração dos novos estatutos, em substituição aos de 1563, relaciona-se com os esforços empreendidos por parte do rei D. José I em renovar as bases da cultura e da ciência em Portugal, tendo à frente de seu governo Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido mais tarde por Marquês de Pombal. Nesse contexto, havia um ambiente favorável aos princípios da Ilustração e da renovação cultural. As idéias do Iluminismo, apropriadas de forma seletiva no Reino, representaram um incentivo à cultura científica em diversas áreas do conhecimento. (ABREU, 2007b, p. 154).

Para Franco (2011, p. 24), a reforma pedagógico-educativa realizada ao final da década de 50 do século XVIII foi, acima de tudo, parte fundamental do processo político-ideológico de desjesuitização do ensino em Portugal.

Abaixo, encontramos uma descrição [inserida no *Compêndio*] que relaciona a administração jesuíta de Coimbra à cidade de Cartago. Também menciona o emudecimento das línguas, sugerindo retrocesso no ensino, com destaque para o “enfermo” curso de Medicina, tema recorrente ao longo do documento:

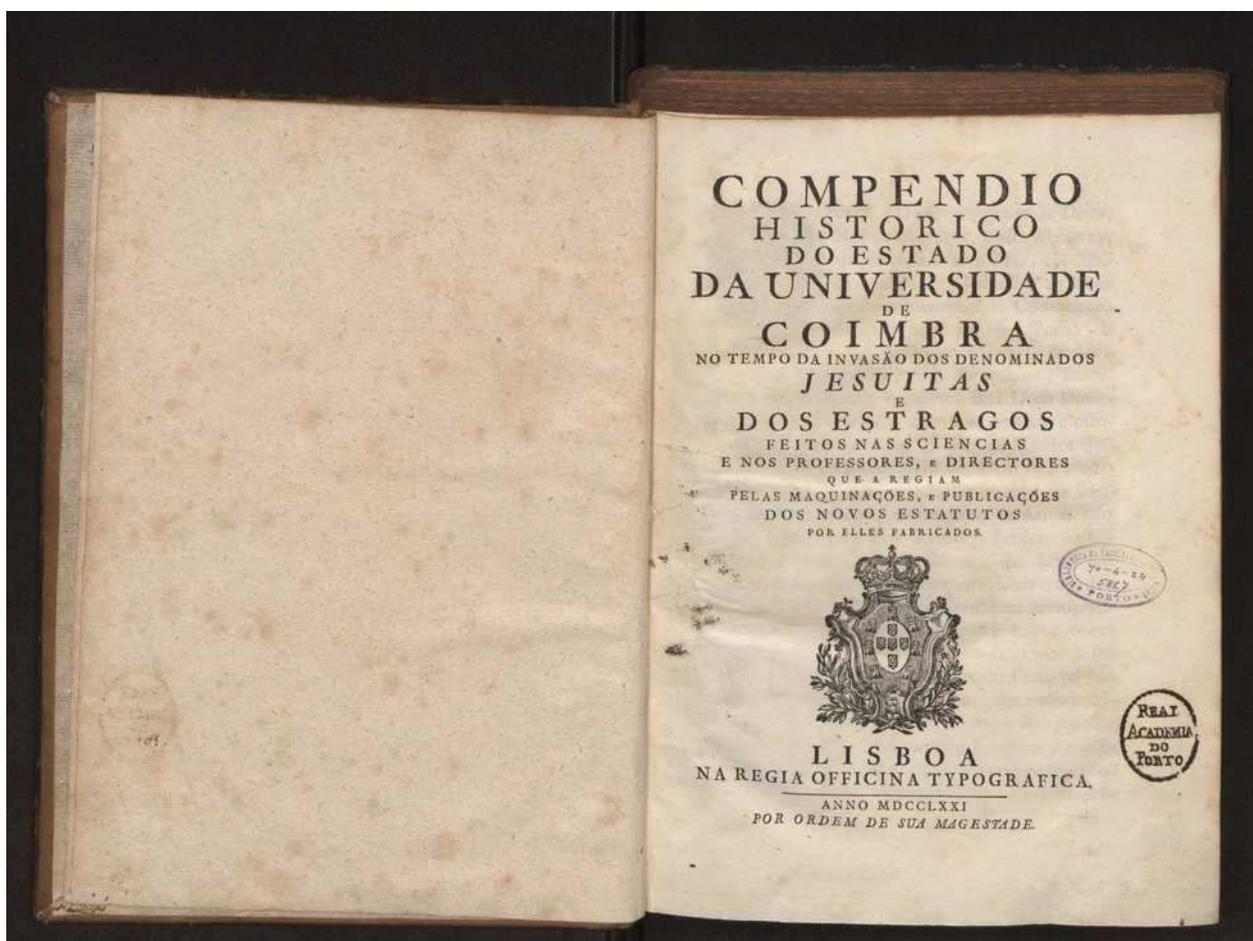
Mas logo que a profissão e direcção dos mesmos Estudos foi arrancada das mãos dos célebres Professores, que ensinavam com tão grande louvor, para ser entregue aos Jesuítas, logo, dizemos, que esta nova Cartago veio estabelecer o seu campo no meio do País dos Latinos, verificou-se em Coimbra o que lamentava a Universidade

---

<sup>21</sup> Elaborado em 1771, o *Compêndio* foi organizado pela Junta de Providência Literária, e está disposto sob a forma de um relatório de mais de 500 páginas, divididas em 2 volumes, onde estão listados os “danos causados pelos jesuítas” à educação portuguesa. Na primeira parte, encontram-se os Prelúdios, a observação dos Estatutos, a identificação dos estratagemas e a listagem das áreas do conhecimento, Teologia, Cânones, Medicina e Matemática. A segunda parte analisa as supostas atrocidades e os estragos cometidos pelos jesuítas.

de Paris no fim do mesmo século XVI com a introdução e recebimento dos mesmos Jesuítas [...]As Línguas começaram a emudecer-se, as Belas Letras a perder o seu natural agrado, amenidade e beleza, a Filosofia a sentir as terríveis influências dos charcos em que se bebia e a Medicina, cuja saúde dependia da solidez e pureza de todos estes Estudos, foi-se fazendo lânguida e contraiu por fim tal enfermidade, que nem a sabedoria dos Lentos, que imediatamente sucederam no magistério aos primeiros, nem a de alguns outros, que pelo decurso do tempo ocuparam as mesmas Cadeiras, pôde ser-lhe saudável e útil. Esta era a consequência que devia necessariamente seguir-se da ruína dos referidos Estudos. Assim não é de admirar que, tendo-se passado quarenta e sete anos depois desta funesta revolução para as Letras, estivesse a Medicina no deplorável estado em que no seu tempo a pinta o Doutor Tomás Francisco na Carta escrita ao Bispo D. Jorge de Ataíde. (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 339, grifos nossos)<sup>22</sup>.

Figura 1 - Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e estragos feitos nas ciências



Fonte: Biblioteca Digital da Faculdade de Ciências do Porto.

<sup>22</sup> Referência para a obra *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas ciências, nos professores e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados*, de 1771, cujos autores são Marquês do Pombal e a Junta de Providência Literária, publicado pela Editora Campo das Letras, cidade de Porto, Portugal, em 2008, sob a coordenação de José Eduardo Franco.

A Junta de Providência Literária, mencionada acima, foi criada em 1770, e sua existência esteve condicionada à redação dos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*. Esta tarefa ficou a cargo de brasileiros e portugueses, dentre os quais se destacou Francisco Lemos, que veio a se tornar o reitor da Universidade, encarregado da supervisão e da implementação dos Estatutos, trabalho que se estendeu pelo ano de 1771. A Junta ficou incumbida de avaliar o estado do ensino universitário português e de preparar os novos Estatutos que deveriam estar alinhados às proposições reformistas.

Verdadeira peça apologética do Iluminismo português, a obra assinalava não só a rejeição aos peripatéticos, mas também a valorização dos progressos das filosofias e físicas mecanicistas para o desenvolvimento dos estudos médicos. (ABREU, 2007a, p. 87).

Após oito meses, a Junta apresentou o diagnóstico das causas da decadência do ensino universitário em Portugal. O *Compêndio* foi apresentado ao Rei no dia 28 de Agosto de 1771, seguindo-se a aplicação da Resolução régia de setembro do mesmo ano, que previa a elaboração de projetos para a renovação dos cursos, conforme anteriormente mencionado. A obra tem em sua abertura o texto que traz a ordem do Rei, solicitando a criação da Junta, onde se lê: “Carta por que Vossa Majestade, pelos motivos nela declarados, é servido erigir uma Junta de Providência Literária, debaixo da inspecção do Cardeal da Cunha e do Marquês de Pombal, havendo por bem nomear os Conselheiros para a mesma Junta, tudo na forma acima declarada”. (FRANCO, 2008, p. 97)<sup>23</sup>. Dessa maneira, o documento apresenta sua razão de existir, a partir da reafirmação da autoridade do Rei para legitimar a avaliação do ensino:

A Junta de Providência Literária, preocupada em identificar, caracterizar e anatematizar o “mau método” dos jesuítas, o método inspirado na “servidão aristotélica” que produziu uma “filosofia rançosa”, o qual não só obstruiu o progresso de todas as outras ciências, mas também difundiu a confusão entre a divisão entre os professores e as classes, concluiu que o resultado desse ensino deveria ter sido a criação de uma verdadeira Babilônia. (FRANCO, 2006, p. 563).

Os conhecimentos produzidos nas Universidades no período anterior às reformas pombalinas passam a ter sua legitimidade discutida, pois haviam sido divulgados por professores ligados a ordens religiosas, os quais, no caso do Curso de Medicina, haviam provocado severa “restrição dos materiais possíveis para os estudos anatômicos, essenciais para o mapeamento do interior do corpo humano, corpo até então desconhecido para os futuros agentes da saúde”. (VIOTTI, 2011, p. 27).

---

<sup>23</sup> Carta inserida no compêndio histórico de 1771, escrita por João Baptista de Araújo.

No entanto, é importante ressaltar que em Coimbra os jesuítas, apesar de terem tido um papel destacado na Universidade, não estiveram à frente da administração da instituição, o que evidencia certo extremismo em algumas afirmações difundidas pela literatura antijesuítica. Ainda assim, Coimbra passou a ser vista como retrógrada<sup>24</sup> e, particularmente, “os jesuítas que ensinavam naquele Colégio foram acusados de combaterem ferozmente qualquer intuito renovador da actividade científica e pedagógica até a sua expulsão de Portugal”. (MARTINS, 2001, p. 2).

Neste subcapítulo os documentos analisados são os *Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de El Rei D. José I. Nosso senhor pela junta de Providencia Literaria creada pelo mesmo senhor para a restauração das sciencias e artes liberaes nestes reinos e todos seus dominios ultimamente corroborados por sua magestade na sua lei de 28 de agosto deste presente anno*. Esta obra, com mais de três volumes, tinha como seus principais objetivos trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo”. (MAXWELL, 1997, p. 104). Aqui, inserimos o termo de abertura dos *Estatutos* de 1772:

Dom Jose por ordem da Graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquém, e além mar [...] Aos fieis Vassallos de todos os Estados dos Meus Reinos e Senhorios, Saude. **Havendo verificado na minha Real Presença a Junta de Providencia Literaria** (creada em minha Carta de vinte e três de Dezembro de mil setecentos e setenta) em Consulta de vinte e oito de agosto do anno próximo passado pelo Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra, que com ella subio; **não só os deploraveis estragos, com que foram inteiramente destruidos os Sinco (sic) Primeiros Corpos de Estatutos Academicos, que em Portugal,** e no Algarve regêram os Estudos das Artes Liberaes e das Sciencias, em que os Subditos da Minha Coroa se fizeram tão famosos em todas as Partes do Mundo; mas tambem as façanhosas maquinações, com que nos lugares das sobreditas Legislações secundas, e fructuosas se introduziram, e fizeram valer nos tempos de calamidades, e de perturbações, outras Leis tão efiterais e tão perniciosas; como foram a dos Sextos Estatutos promulgados no anno de mil quinhentos noventa e oito; e da aparente Reformação deles publicada no anno de mil seiscentos e doze; ao mesmo tempo que assim os sobreditos Sextos Estatutos, **como a sobredita aparente Reforma se demonstrou na Minha Real Presença pelos mais circunspectos, e concludentes exames, que constituíram hum notório systema de ignorância artificial;** e hum Agregado de impedimentos dirigidos a impossibilitarem o progresso dos mesmos Estudos, que com inaudito dolo se simulou, que se procuravam promover: E tendo claramente visto, e ponderado tudo o referido: O me pertencer como Rei, e Senhor Soberano, que na Temporalidade não reconhece na Terra Superior; como protector da sobredita Universidade; e como Supremo Magistrado; **remover os Meus fieis Vassallos a intoleravel oppressão de huma tão injusta, e prejudicial ignorancia; e facilitar-lhes (quanto possivel for) os meios de serem restituídos.** (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 5, grifos nossos).

---

<sup>24</sup> Para mais informações, consultar Martins (2001, p.2).

O Regimento do Curso de Medicina ocupa a metade do terceiro volume dos *Estatutos*. E, no caso do curso oferecido em Coimbra, o currículo revelaria a preocupação com a formação de médicos “úteis ao Estado<sup>25</sup>”, na medida em que estariam encarregados da manutenção da saúde da população. Essa premissa do utilitarismo gira em torno da ideia de que havia entre os homens de ciência luso-brasileiros uma noção de que o cientista era um homem prático e de ação, que deveria colocar a ciência como um instrumento de intervenção social. (SILVA, 2012, p. 66). Essas reformas realizadas no ensino são emblemáticas, pois estão inseridas em um dos pontos centrais do discurso pombalino, que visava à reforma do estado português. A citação abaixo, retirada da abertura dos *Estatutos*, caracteriza o ensino ministrado no curso de Medicina na Universidade de Coimbra antes da Reforma, apresentando-o como distante do rigor científico e administrado pelas “mãos da ignorância”:

Tendo a Medicina por objeto duas coisas de tão grande importância, como são a conservação, e restabelecimento da saúde dos homens: tem infelizmente sucedido não se fazerem nela os progressos, que convinham; chegando por isso muitos a desconfiar, de que pudesse já mais haver Ciência na Medicina; e outros a desprezar a que atualmente existe; e ainda teme-la, como perigosa e nociva, por ser muitas vezes ministrada cegamente pelas mãos da ignorância. Ao que tudo tem dado motivo: Por huma parte, os estudos superficiaes, que se tem dictado nas Universidades, faltos de verdadeiros, e sólidos principios; e eles mesmos ensinados, e aprendidos de hum modo perfunctório: E por outra parte a Prática destruidora, que depois de taes estudos entrava ousadamente a exercer o commum dos Professores, que procurando unicamente fazer lucrativa sua Profissão, não faziam estudo algum por adiantarem os conhecimentos da Arte; antes apadrinhavam remédios fingidos, e segredos illusorios, e enganavam os enfermos com palavras exquisitas, que por desgraça tiveram tantos annos o lugar de Sciencia na Medicina, com lesão, e estrago da saude dos Póvos, e discredito da mesma Arte. E pedindo com todos estes males o mais eficaz remedio: como Protector da Universidade, e da saude dos meus Vassallos, além de ter dado as Providencias necessarias para acelerar o progresso dos conhecimentos reaes, e verdadeiros da Medicina. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 6).

O novo texto dos *Estatutos* da Universidade de Coimbra redefiniu o papel da prática na formação dos médicos, assumindo contornos melhor definidos já que, segundo os reformistas, os estudos de Medicina e Cirurgia vigentes antes da Reforma traziam consigo uma concepção “prejudicial aos progressos da arte de curar e funesta à vida dos homens não sendo possível que seja bom médico quem não for ao mesmo tempo cirurgião”, determinando que “sejam todos os médicos ao mesmo tempo cirurgiões”. (ABREU, 2007b, p. 155). Nesse sentido, encontramos a valorização da prática no ofício do médico:

Os Estatutos preconizavam a necessidade de acabar com a ignorância que impedia o progresso e declaravam que a medicina consistia na arte de conservar e restabelecer

---

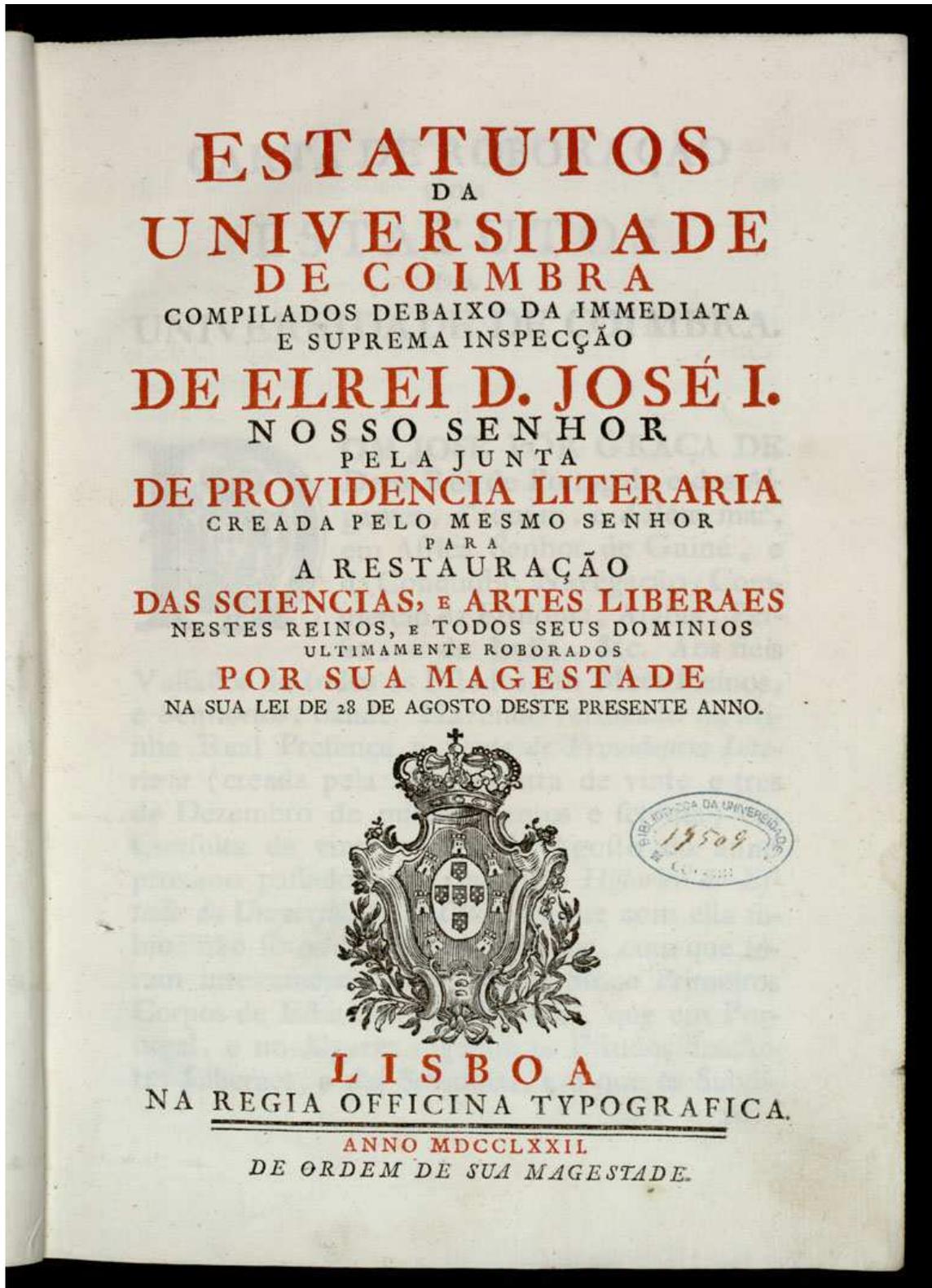
<sup>25</sup> O conceito de “utilitarismo” aqui empregado se baseia em Simone Silva (2012) e em Jean Abreu (2006).

a saúde, e, por isso, não poderia ficar confinada à experiência, que, através da prática, produz lentamente o conhecimento. (SILVA, 2012, p. 62).

Esta avaliação pode ser encontrada no capítulo V da “*Relação geral*”, que refere os antigos “vícios” da Faculdade de Medicina, além de apresentar os obstáculos para o progresso e as providências que deveriam ser tomadas para reparar os danos causados pelos jesuítas ao ensino conimbricense. O parágrafo inicial do capítulo que discute a Faculdade de Medicina nos *Estatutos* de 1772 resume bem esta opção por um novo método de ensino:

Na Instituição da Congregação Geral das tres Faculdades, segundo o que lhe encarrego nos seus respectivos Estatutos, que adiante serão ordenados no lugar competente: Sou servido ordenar os Estatutos seguintes pelo que respeita às Lições da faculdade Médica na Universidade de Coimbra [...] que na mesma Universidade se criem médicos verdadeiramente uteis á saude dos meus Vassalos, e que sejam dignos da Minha Confiança, e do credito público. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 7).

Figura 2 - Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da immediata e suprema inspeção de El-Rei D. José I, nosso Senhor pela Junta de Providência Literária creada pelo mesmo senhor para a restauração das Sciencias e artes liberaes



O novo curso de Medicina seria estruturado de maneira a instrumentalizar o aluno em diferentes áreas, como a Clínica, a Cirurgia e a Farmácia, deixando evidente como a falta de médicos à época exigia que o acadêmico tivesse amplos conhecimentos, de maneira a melhor servir à nação portuguesa. Também os conhecimentos preexistentes exigidos dos futuros médicos esclarecem quanto ao perfil do aluno ingressante na Universidade, que deveria conhecer as línguas fundamentais (como latim, francês, inglês e até mesmo grego), além de amplos conhecimentos de física, a serem comprovados na forma de exame antes do ingresso<sup>26</sup>.

Sendo manifesto, que não póde o Medico fazer progresso algum na sua Profissão sem entrar nella plenamente instruido nos conhecimentos prévios, que ella supõe; os quaes faltando, se tornariam inuteis todos os esforços de estudo, que na mesma Medicina sem empregassem [...]. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 8).

A segunda parte do texto discute os supostos estragos<sup>27</sup> causados pelos jesuítas, dentre os quais destacamos o terceiro: “Dos estragos feitos na Medicina e dos Impedimentos que os pretendidos últimos compiladores puseram para que ela não pudesse sair do caos da ignorância em que a precipitaram e para se aproveitar dos grandes descobrimentos que, a favor do bem comum da Humanidade, se fizeram nestes últimos tempos.” A confecção de um novo Estatuto no ano seguinte seria percebida como a prova dos “malefícios” da influência dos jesuítas nas Universidades e hospitais de Portugal: “[...] Malgrado a assistência que teriam prestado no socorro imediato aos doentes, a ação dos religiosos, especialmente dos jesuítas, é veementemente condenada pelos homens de ciência. (VIOTTI, 2011, p. 20). Tanto o texto, quanto aqueles que o redigiram caracterizam-se por um antijesuitismo radical, conforme evidenciamos abaixo:

[...] depois de haverem **preso o Reformador, o Reitor, os Deputados e os Conselheiros, que constituem o Governo da Universidade**, com os grilhões daqueles prévios juramentos, passando à destruição das cadeiras e das matérias que nelas se deviam ditar, e preterindo as fontes puras e limpas da Escritura, e as Regras sólidas e comuns da Tradição, dos Santos Padres, dos Concílios, da História Eclesiástica, que antes se estavam ditando, para contra elas fazerem **prevalecer as**

<sup>26</sup> “Tambem he para desejar que os Estudantes Medicos se instruem nas Linguas vivas da Europa; principalmente na Ingleza e Franceza, nas quaes estam escritas, e se escrevem cada dia muitas Obras importantes de Medicina. Porém não Obrigo que o estudo destas Linguas preceda necessariamente á matricula do Primeiro anno, ne que dellas se faça exame”. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 9)

<sup>27</sup> Os capítulos do *Compêndio* estão organizados da seguinte forma: I “*Dos estragos feitos no estudo da Teologia e dos impedimentos para ela poder ressuscitar da ignorância em que foi sepultada*”; II, “*Dos estragos feitos na Jurisprudência Canónica e Civil e impedimentos com que lhe cortaram os meios para poder restituir-se ao estado florente em que se achava antes de ser corrompida pelos maquinadores dos novos estatutos e para poder aproveitar-se dos progressos que nos tempos subseqüentes fizeram estas necessárias disciplinas*”.

**opiniões particulares, as alterações e as discórdias, ordenaram pelo Livro III, Título V a respeito das ciências maiores, o que abaixo vai fielmente transcrito palavra por palavra.** (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 165, grifos nossos).

Nos *Estatutos* de 1772, encontramos os regimentos dos cursos separados; no caso da Medicina, encontra-se no Livro Terceiro, que está dividido em sete títulos, totalizando 36 capítulos, distribuídos ao longo de mais de 140 páginas. O primeiro título diz respeito à *Primeira parte do curso Medico*, seguido *Da preparação para o Curso Medico*, *Do tempo do Curso Medico*, *A distribuição das Lições pelos annos do Curso Medico*, *e do modo, que nellas ha de haver*, *Dos Exercicios Literarios do Curso Medico*, *e do modo, que nelles ha de ter*, *Dos Exames, Actos, e Grãos*, *Do Hospital, Officinas, e Partidos pertencentes á Faculdade de Medicina*, *Do Conselho Medico; dos seus Officios; e das pessoas, de que se ha de compôr*, além *Das lições do primeiro anno*, *Das lições do Segundo Anno*, *Das lições do Terceiro Anno*, *Das Lições do Quarto Anno*, *Das Lições do Quinto Anno* e *Do Dispensatorio Pharmaceutico*.

O ensino das Ciências<sup>28</sup> ministrado no período anterior à *Reforma* era considerado decadente, como faziam questão de afirmar enfaticamente os *Estatutos* redigidos à época de Pombal. Nos referidos *Estatutos* encontraremos críticas ao predomínio da leitura de obras clássicas, muitas delas consideradas obsoletas para os teóricos modernos, como, por exemplo, Hipócrates e Galeno, e à exclusão de obras tidas como modernas à época e que não eram bem aceitas pela Companhia em Portugal. Por não haver consenso entre os jesuítas (principalmente em relação à Astronomia e à Física), eles foram percebidos como o “bastião a abater no quadro do novo ideário da mudança”. (FRANCO, 2006, p. 309). Dessa maneira, o ensino da Medicina da Universidade de Coimbra acaba por ser considerado desatualizado em relação ao que era ministrado em outros países, como podemos inferir nesta citação extraída do *Compêndio Histórico*:

Outra de Noa (sic) de Anatomia, em que se lerão os Livros de Galeno ‘De usu partium’ e lerão cada semana duas lições de Cirurgia. A qual se lerá da uma às duas horas, ou depois da lição de Prima na hora da Catedrilha maior, como parecer mais conveniente em Concelho do Reitor e Conselheiros. E juntamente, o lente desta cadeira fará Anatomia de membros particulares seis vezes cada ano e três gerais. (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 168).

---

<sup>28</sup> Ver mais em Martins (2001).

Durante o século XVIII, a Medicina em Portugal<sup>29</sup> esteve fortemente pautada na teoria hipocrático-galênica, embora tais aspectos não se limitassem à medicina portuguesa, o fato é que a cultura lusa se manteve relativamente fechada às inovações da ciência ocorridas em diversos países da Europa. O *Compêndio* estabeleceu as prioridades a serem enumeradas no posterior *Estatuto* de 1772. Sendo assim, encontramos nele os elementos que basearão o currículo de medicina, em que os estudos anatômicos e cirúrgicos terão destaque, bem como a menção ao trabalho prático em hospitais ao longo da formação acadêmica: “Os lentes de Prima, Véspera e Avicena em Medicina serão obrigados a visitar o Hospital às terças do ano, como se dispõe no Título 55 deste Livro”. (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 170).

Quando da proposição da *Reforma* do ensino, os cursos ministrados pelos jesuítas, em especial, o de Filosofia, contavam com forte influência da corrente Escolástica, tida como retrógrada. Já a Medicina ensinada pelos jesuítas em Coimbra estava pautada nos peripatéticos<sup>30</sup>, o que, contudo, não invalida a produção e a influência exercida por certos teóricos da Companhia<sup>31</sup>, inclusive sobre Mello Franco e que será retomada no terceiro capítulo.

Sabemos que os professores jesuítas foram acusados de se manterem presos a ideias “ultrapassadas” e de utilizarem exclusivamente a teoria, em vez de confrontar as teorias com a prática e de adotar o experimentalismo científico. Os reformistas acreditavam que este modelo de ensino teria deixado profundas e permanentes marcas na formação dos jovens portugueses.

Dirigindo-se a Medicina ao fim de conservar e recuperar a saúde do corpo humano, podia-se com razão esperar que os Jesuítas cuidassem em que ela se ensinasse utilmente e não fosse privada dos grandes bens que lhe procuraram os Sábios. Porém, examinando-se com a devida exactidão tudo quanto obraram relativamente a

---

<sup>29</sup> Ver Abreu (2007).

<sup>30</sup> Os jesuítas eram descritos como Peripatéticos em razão de sua filosofia de ensino, baseada na leitura das obras clássicas. Para os redatores dos Estatutos: “os Peripatéticos, ou os Jesuítas (principais Fatores desta velha e rançosa Filosofia, que por tantos séculos corrompeu os Espíritos e fechou os olhos para se não ver e contemplar a Natureza) não puderam deixar de se mover com uma revolução que necessariamente tendia à total ruína do Peripato. Tudo foi por eles posto em obra para apartarem de si este golpe fatal. Argumentos, argúcias, subtilezas, calúnias, invectivas, que mais? Eles se valeram da autoridade e poder que tinham nos Gabinetes dos Príncipes para fazerem proibir o ensino da Filosofia Cartesiana, como herética [...]”. (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 356).

<sup>31</sup> Os tratados *Conimbricenses*, redigidos pelos professores do Colégio das Artes da Companhia em Coimbra, foram, posteriormente, utilizados para os estudos filosóficos nos colégios da Companhia, traziam a [...] definição de alma como ato primeiro substancial do corpo, forma do corpo e princípio de atividade, definição esta que remonta à doutrina aristotélica clássica. A alma possui capacidades peculiares que, na linguagem da dita doutrina, são chamadas de potências. Baseada em uma analogia entre a alma e o corpo, a Medicina da Alma pressupõe a existência de “enfermidades da alma”, ou seja, admite a especificidade da patologia psicológica, ao mesmo tempo em que a dimensão psicológica é tida como intermediária entre a orgânica e a espiritual. (MASSIMI, 2001).

esta Ciência, se vê com admiração e espanto que, sendo Eles tão subtis em ver os interesses do seu Corpo assim Moral, como Físico, se deixaram de tal sorte cegar com o desordenado desejo de arruinar as Ciências, que igualmente envolveram a Medicina nesta geral calamidade das Letras. (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 328).

O trecho acima permite evidenciar as intenções da Junta quando da redação do *Compêndio*, apresentando os procedimentos que seus integrantes consideraram ser necessários para reformar o Curso de Medicina em Portugal. Como foi possível constatar, sob a perspectiva dos reformadores que elaboraram o *Compêndio* e os *Estatutos*, o ensino de Medicina anterior à *Reforma* de 1772 era essencialmente teórico e os estudantes se concentravam exclusivamente nas leituras de antigos textos médicos. Foi este ensino que os homens de ciência da Ilustração, os “estrangeirados”, consideraram obsoleto. (SILVA, 2012). Para melhor compreendermos como se estruturou o novo currículo, optamos por analisar comparativamente o *Compêndio Histórico* e os *Estatutos*, a fim de evidenciar a renovação do ensino proposta para o curso de Medicina na Universidade de Coimbra.

Para homens ilustrados como Verney e Sanchez, a Universidade de Coimbra deveria se tornar um centro de referência do desenvolvimento científico em Portugal, no qual seus estudantes deveriam:

[...] não somente se instruir nas Obras Originaes dos Authores Gregos, mas tambem para entender qualquer Escritos de Medicina, cujos termos facultativos são quasi todos Gregos; [...] Deverão tambem os Estudantes de Medicina ter adquirido o conhecimento de Lingua Grega, de forte que a entendam com sufficiencia, e desembaraço [...]. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 8).

Dessa maneira, a Universidade seria o berço de jovens que seriam úteis ao Estado português e que colocariam seus conhecimentos a serviço da saúde pública, o que pode ser constatado na criação de disciplinas como Fisiologia, Patologia, Terapêutica e Higiene. Esta última acrescentada ao currículo como forma de prevenir as doenças. Também o tempo do curso foi alterado para cinco anos, com a possibilidade de prolongamento por mais um ano, para a aquisição do título de Licenciado, o que permitia lecionar Medicina:

Sendo manifesto, que não póde o Medico fazer progresso algum na sua Profissão sem entrar nella plenamente instruido nos conhecimentos prévios, que ella supõe; os quaes faltando, se tornariam inuteis todos os esforços de estudo, que na mesma Medicina sem empregassem [...]. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 8).

Como é possível constatar, pressupostos de Anatomia e de Fisiologia tinham prioridade, dada a necessidade de compreensão do funcionamento do corpo humano, sob uma perspectiva mecanicista, como encontrado nas lições de Boerhaave, médico que afirma que os conhecimentos físicos eram essencialmente necessários a um médico:

A Física, sendo a Ciência da Natureza, é de indispensável necessidade para a Medicina. Esta verdade, tão clara e conhecida em todos os tempos, foi posta pelo grande Boerhave em tanta luz, que seria supérfluo entrarmos aqui em uma maior e mais exacta indagação. Podem-se ver no admirável Método do Estudo Médico, que este sábio compôs, as excelentes instruções que dá aos seus discípulos médicos, para se dirigirem utilmente no Estudo da Física. (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 334).

A matéria do segundo ano previa o estudo dos mecanismos do corpo, percebendo “[...] a situação, e natureza de suas partes similares, e organizadas; porque sem estes conhecimentos nem se poderão entender as causas da saúde e da vida; da doença, e da morte [...]”. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 35-36). Percebe-se que os *Estatutos*, alinhados com a teoria do corpo-máquina de Boerhaave, propunham que o aluno compreendesse o corpo como uma rede de tubulações articuladas entre si:

Por isso explicará o uso das partes do Corpo humano; não sómente de cada huma por si; mas tambem de todas juntas: mostrando a harmonia, com que se ajudam humas ás outras; e com que concorrem por hum mecanismo admiravel para a conservação do todo, por meio das suas differentes acções, e funções. Taes são as Vitaes, que dependem da boa constituição do cerebro, do coração, e do bofe; as Naturaes, que dependem de todos os órgãos que concorrem para a nutrição, que são da mastigação, deglutição, diggestão, chylificação, circulação, secreções, &tc; e as Animaes, que dependem dos órgãos, para cuja acção concorre a alma de hum modo mais particular; como são os movimentos musculares; o uso dos sentidos; o somno; a vigia; a fome; a sede, etc. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 51).

A partir da *Reforma*, novas teorias passam a ser aceitas e discutidas na Universidade de Coimbra, como a perspectiva moderna do corpo-máquina, vinda da Holanda e bem aceita no restante da Europa, desde o século XVII. Essa discussão sobre o funcionamento do corpo humano - como uma rede de tubulações - não deixa de estar presente na obra de Francisco de Mello Franco, que discute as enfermidades do ânimo e seus reflexos no corpo humano. Contudo, nela também estão evidentes resquícios dos estudos clássicos conimbricenses:

Os Conimbricenses, assim como toda a cultura do seu tempo, atribuem grande importância aos estados da alma definidos como paixões, e que na linguagem da psicologia moderna correspondem às emoções ou sentimentos. As paixões são entendidas como movimentos do apetite sensitivo, provenientes da apreensão do bem ou do mal, acarretando algum tipo de mutação não natural do corpo. (MASSIMI, 2001, p. 03).

É preciso ressaltar que os jesuítas à frente da Universidade de Coimbra percebiam as paixões a partir de uma perspectiva positiva, a partir dos estudos de Aristóteles e São Tomás, como observado por Massimi (2001, p. 03), que afirma o seguinte: “As paixões podem ser definidas como doenças ou distúrbios do ânimo apenas enquanto se afastam da regra e moderação da razão”. Considerando que, dentre as questões discutidas pelos conimbricenses, estava o equilíbrio como chave para a manutenção da saúde do espírito e do corpo, podemos afirmar que, ao discutir as enfermidades da alma, como a cólera, o amor e a bebedice, Mello Franco acabaria por revelar a continuidade de certos estudos realizados na Universidade de Coimbra antes da expulsão dos jesuítas, tema que discutiremos com mais profundidade nas seções 4 e 5 deste estudo.

Na passagem abaixo, extraída dos Estatutos, podemos constatar a mudança nos textos referenciais utilizados nas disciplinas do Curso de Medicina, com destaque para os de Boerhaave:

As Lições das mesmas Disciplinas se farão sempre pelos melhores Authores, que tiverem escrito sobre ellas de hum modo elementar, e abbreviado, mas de forte que sejam cheio de doutrina. Pelo que igualmente serão excluidos das Lições Academicas dos Compendios superficiaes [...]. Também o serão os Tratados volumosos, em que se acham as materias discutidas ao largo [...] se recomendarão para a Lição particular dos estudantes [...]. As quaes, mando que se façam pelos tratados, que ao mesmo tempo forem os mais abreviados, e os mais succosos; tendo concentrado no mais curto espaço, que for possível, a maior copia de doutrina [...] do modo que Boerhaave (ainda que com alguns defeitos) o procurou executar nas suas Instituições, e Aphorismos. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 21).

É preciso, no entanto, frisar que as descobertas no campo da Anatomia não foram totalmente ignoradas no Reino. Sabe-se que os conhecimentos anatômicos produzidos e divulgados por meio de obras de referência no restante da Europa chegaram aos portos portugueses no decorrer do século XVIII. Para Costa e Cardoso (2011), é incontestável o lugar central desempenhado pelos livros como veículo da construção e circulação do saber médico ocidental. Pode-se também afirmar que a Medicina é a área do conhecimento científico associada a mais antiga e a mais vasta cultura literária, o que parece justificar: “[escolhas feitas pela Junta da Congregação geral, para deliberar sobre os livros] Declaro e Ordeno, que nenhum Author nacional, ou estrangeiro, seja fixamente adoptado para as Lições de Medicina [...]”. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 22). Nesse contexto, percebe-se a preocupação da Universidade em disponibilizar uma ampla gama de

Tratados médicos<sup>32</sup>, anatômicos e cirúrgicos, Manuais de medicina doméstica, ensaios e receituários de autores, principalmente de procedência francesa, inglesa e holandesa, alguns publicados em Portugal e traduzidos, outros disponibilizados em formato original. Os professores da Universidade de Coimbra, após a *Reforma*, buscaram manter-se atualizados em relação às novas publicações que circularam na Europa:

Universidade de Coimbra foi o centro de contato mais avançado do saber ilustrado. As páginas dos Estatutos dedicadas à medicina colocam em evidência não só a tentativa de transformar os estudos médicos, mas também a de garantir o devido valor às disciplinas até então colocadas em segundo plano, como a anatomia. Da mesma forma, almejava-se que os estudantes tivessem acesso mais à observação e à prática da medicina, valorizando-se, por exemplo, os estudos farmacêuticos e a cirurgia. (ABREU, 2007a, p. 152).

Como já exposto, a Universidade de Coimbra, inspirada no Iluminismo, buscou seguir o avanço da ciência moderna, inspirado no racionalismo<sup>33</sup>. Embora a *Reforma* do ensino não tenha rompido totalmente com a tradição escolástica, o fato é que a Universidade de Coimbra se tornou, conforme nos diz Abreu (2007), o “centro de contato mais avançado do saber ilustrado”. Isso ocorreu por meio da valorização de certas disciplinas, como a Anatomia, e da divisão do currículo por áreas, que viriam a ser a Oftalmologia, a Angiologia, a Gastroenterologia, especialidades que se mantêm até os dias de hoje:

[...] Dando primeiro huma idéa geral do Corpo humano; da situação de suas partes principaes; e das fibras mínimas, e simplicíssimas, de que ellas se compõem: Passando depois a explicar com individuação e miudeza as partes desta Sciencia: A saber: A Ofteologia, que mostra a figura e situação dos olhos: a Splanchnologia, que estuda a estrutura e posição das estranhas: A Angeiologia, que descobre o calibre e comunicação dos vasos: A Adenologia, que explica a fórma, e configuração das glândulas: A Neurologia, que indaga a origem, e ramificação dos nervos: E Myologia, que demonstra o mecanismo, e acção dos músculos. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 36).

A partir da *Reforma*, as demonstrações de Anatomia passaram a ser feitas em cadáveres e não mais em partes já dissecadas: “Para o uso da anatomia, servirão os cadáveres dos que morrerem nos dous Hospitaes, da Universidade, da Cidade, e dos que forem justicados, no caso de os haver”. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 39). Os novos *Estatutos* previam também que:

Acabado o Curso Anatomico [...] no resto do tempo passará a ensinar aos mesmos Estudantes deste Anno hum Curso de Attaduras, Partos e Operações Cirurgicas: Porque estas materias suppõem os conhecimentos Anatomicos; e depois deles ter

---

<sup>32</sup> Ver mais em Neves (2013).

<sup>33</sup> Ver mais em Abreu (2007).

por isso o lugar mais próprio, e mais acomodado. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 43).

As *demonstrações oculares*, como eram chamadas as aulas em que o professor executava as operações e os discentes tomavam notas, eram feitas primeiramente em cadáveres, antes da execução em pacientes, nos hospitais. Os alunos eram supervisionados pelos *Lentes* de cada disciplina e seus auxiliares. E, ainda, contavam com planos de exercícios para o aperfeiçoamento da técnica. Para os redatores dos *Estatutos*, a Anatomia não poderia ser ensinada sem haver dissecações de cadáveres, pois através delas os alunos aprenderiam de maneira adequada as estruturas, a configuração e a conexão de qualquer parte do corpo humano com as outras partes. Além disso, poderiam também executar as operações ensinadas, aperfeiçoando a técnica por meio da repetição.

Este século, sendo feliz para as mais Ciências, não foi menos para a Anatomia. O Estudo Anatómico, tão desprezado por aquela longa série de séculos, principiou a ser cultivado com incrível ardor. A superstição foi desterrada, as Leis fundadas sobre falsos princípios, perderam o seu vigor, não houve horror, nem dificuldade para a dissecação dos cadáveres e a cega superstição que se dava a Galeno principiou a diminuir-se. (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 347).

Os estudos anatómicos são uma questão largamente discutida pelos estrangeirados e pela Junta, uma vez que consideravam fundamental que os estudantes tivessem contato direto com o corpo humano, através, por exemplo, do manuseio de cadáveres, e que a formação adequada de um físico-cirurgião demandava contato com procedimentos cirúrgicos:

O papel de destaque consagrado à anatomia indica as transformações pelas quais passaram o ensino da medicina em Portugal nas últimas décadas do século XVIII. A percepção de que o médico deveria entrar em contato cada vez mais com o corpo humano estava na base também da valorização da cirurgia, necessária para um melhor conhecimento das técnicas de intervenção sobre a doença. (ABREU, M. 2007, p. 155).

Com o avanço do curso, as disciplinas de Anatomia, Botânica e Cirurgia se mantiveram na grade curricular: “[...] Passarão no Terceiro Anno de seu Curso a estudar a *Theorica Medica*, que se funda nos principios estudados nos ditos Primeiros dous annos, combinados com os principios da *Fysica* e *Mathematica* [...]”. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 48). Entretanto questões ligadas à saúde pública, como a vacinação e a higiene, também passaram a ser discutidas no curso:

Embora seja em fins do século XVIII que se percebe maior quantidade de títulos, pode-se falar de uma tradição de manuais de medicina em Portugal nos quais as

questões relativas aos cuidados com o corpo e à conservação da saúde estavam presentes. O público ao qual se dirigiam os autores desses manuais era amplo, incluindo a nobreza, as camadas médias urbanas da sociedade e a população de uma maneira geral. (ABREU, 2010, p. 3).

Essas novas preocupações permitem discutir sobre o papel que o médico deveria desempenhar após a conclusão do curso. Uma das grandes críticas feitas pelos governantes e pelos próprios médicos no Setecentos está relacionada com a atuação de barbeiros e curandeiros, que exerciam as artes de curar sem autorização, sem conhecimento acadêmico formal:

Tal era o estudo público da Medicina e tais os Médicos que dele saíam. E que diremos da inumerável cópia de Cirurgiões, de Boticários, de Barbeiros, de Charlatões, de Segredistas, de Mezinheiros, de Impostores e até de mulheres Curadeiras, que pelas Cidades, pelas Vilas, pelos Lugares e Campos se metiam a praticar a Medicina e conseguiam a fortuna de serem atendidos e chamados até que a triste experiência de muitas mortes, de que eram réus, os fizesse ser desprezados? (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 361).

Os estudantes de Coimbra viam com desprezo e, ao mesmo tempo, com preocupação as atividades desempenhadas por tais homens e mulheres, que contavam com a confiança da população, enquanto o médico recém-chegado era visto com desconfiança: “[...] Tais objeções datam desde o início do século XVIII e avançam pelo século XIX. A valorização do médico era acompanhada de uma perseguição sistemática contra os “falsos médicos”, que gozavam de considerável reputação entre as populações”. (ABREU, 2013, p. 14). No caso português, percebemos como a definição dos ofícios relacionados às artes de curar esteve intimamente relacionada com os estudos da Anatomia humana. No século XVIII, os ofícios do cirurgião e do barbeiro eram tidos como inferiores ao de médico, uma vez que os primeiros trabalhavam com feridas e com sangue.

A valorização da Cirurgia enquanto conhecimento dependeu, efetivamente, das mudanças na mentalidade da sociedade em relação ao papel desempenhado pelos ofícios mecânicos. O ensino de Cirurgia proposto pela *Reforma* previa uma aproximação dos médicos ao ofício desempenhado pelo cirurgião, o que significava um avanço na maneira de se conceber a formação dos médicos e representava a valorização do trabalho manual, uma vez que a distinção entre medicina e cirurgia havia sido prejudicial às artes de curar no passado. Para tanto, “O Theatro Anatomico he, depois do Hospital, o Estabelecimento mais necessario, e essencial da Faculdade: “Porque sendo a Anatomia a base de toda a Cirurgia, e a Medicina [...]”. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 120).

A Cirurgia ensinada no curso de Medicina possibilitava que o médico substituísse o cirurgião em atividades simples, como as sangrias feitas por barbeiros e, até mesmo, partos feitos por parteiras, nas cidades que careciam de hospitais e médicos. O que percebemos é a intenção de qualificar o médico para a realização de procedimentos anteriormente praticados por indivíduos “sem instrução”:

[Operações Cirurgicas] Mostrando o uso dos instrumentos Cirurgicos e o Methodo de praticar com eles em todos os casos: Principiando pelas operações mais faceis: E acabando nas mais dificultosas; sem omitir a explicação de operação alguma, que até então seja conhecida na prática, desde a Sangria mais difficil, e delicada operação da mesma Cirurgia. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 43).

Contudo, por mais que a Cirurgia fosse considerada uma prática de grande relevância na formação acadêmica, isso não significava que o cirurgião viesse a contar com ascensão social; pelo contrário, segundo Figueiredo (2008), aqueles que manipulavam as vísceras e o sangue eram tidos como profissionais inferiores, em razão da diferença de formação. Aqui, percebe-se a importância da prática nos hospitais, que passaria a ser atividade comum aos acadêmicos, pois a vivência e a observação das enfermidades propiciariam ao aluno melhores meios de diagnóstico e acompanhamento do tratamento.

Importante ressaltar que já nessa época, encontramos preocupações em relação à higienização dos espaços como meio de manutenção da saúde “[...] destinados a cuidar da limpeza dele [...] Procurará, que seja lavado frequentemente com vinagre, ou com outros liquidos, que sejam preservativos da corrupção; de forte, que nelle se possa entrar sem incommodo, e assistir sem prejuizo algum da saude”. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 122).

A prática em hospitais iniciava-se no terceiro ano e, a partir deste ano, as lições de Cirurgia e Clínica passaram a ser feitas dentro destas instituições. A essa altura do curso, o aluno passaria a interagir com os pacientes, acompanhando-os desde o diagnóstico, passando pelo tratamento (fosse ele, medicamentoso ou algum procedimento), até o final. Deveriam acompanhar o paciente, redigindo diários da rotina, nos quais deveriam ser descritos os sintomas, remédios e demais anotações de acompanhamento. Era solicitado ao aluno que expusesse em suas anotações as obras médicas nas quais havia pesquisado, além de descrever o raciocínio por trás do diagnóstico proposto. Como podemos encontrar descrito nos *Estatutos*, o ofício de médico exigia a compreensão da enfermidade como um conjunto de sintomas. Dessa maneira, fazia-se necessário observar o paciente - e o corpo humano - como um todo:

[...] Que os seus Discipulos notem, e distingam cada hum dos symptomas, e fenomenos, que se puderem observar em cada hum dos enfermos, por minimos que sejam: Que combinem entre si: E que pelo concurso de todos venham no conhecimento exacto, e determinado pela molestica actual, e das particulares, e individuaes circumstancias della. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 120).

Já o estudo da Fisiologia era visto como vital, pois não se poderia entender a doença sem compreender as funções físicas e mecânicas dos seres vivos. Essa teoria baseava-se no conceito desenvolvido pelo inglês William Harvey<sup>34</sup> e tinha inspiração em Galeno:

Eles reconheceram a sua indispensável necessidade [da anatomia]. Porém, **impedindo a superstição dos tempos**, sustentada pelas Leis públicas, examinar as partes do corpo humano por meio da dissecação dos cadáveres, não podia deixar a Anatomia de fazer muitos pequenos progressos. [...] **Galeno conheceu muito bem a necessidade da Anatomia. Ele chama-a o Olho direito da Medicina** e inculca-a em repetidos lugares. Mas, sem embargo dos grandes desejos que tinha de avançar os seus conhecimentos por meio da dissecação dos cadáveres, não pôde vencer as dificuldades que se lhe opunham. Contudo, podemos julgar que se aproveitaria de todas as conjunturas favoráveis para satisfazer estes desejos, porque vemos que ele dissecava os meninos mortos expostos, observava nos sepulcros a estrutura dos ossos, aconselhava aos Médicos que fossem à famosa Escola de Alexandria, para verem os esqueletos dos homens e não se contentassem do que liam nos Livros e ultimamente se exercitava na dissecação dos animais, especialmente daqueles que tinham mais semelhança com os homens, o que tudo bem mostra que ele desejava dissecar cadáveres humanos e que não perderia alguma ocasião cômoda que se lhe apresentasse. (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 346-347, grifos nossos).

No novo curso de Medicina foram introduzidos os estudos de diagnóstico a partir dos sintomas, pois o ofício do médico estava relacionado com a “arte da manutenção da saúde”. Segundo Viotti (2012, p.43), a relevância atribuída ao estudo das doenças e de seus sintomas estaria relacionada com a assertiva hipocrática, pois, conforme esta teoria, apenas a partir da observação do doente e das alterações evidenciadas no desenrolar dos sintomas, é que se poderia chegar à cura.

Consistindo toda a Medicina na Arte de conservar, e restabelecer a saude dos homens; e não podendo isto conseguir-se pelo unico meio da experiencia, a qual além de produzir conhecimentos muito tardos, e vagarosos, he perigosa na pratica; por ser dificultoso achar dous casos perfeitamente semelhantes; e por estarem quasi sempre os casos semelhantes desfigurados com circumstancias accidentaes; e os casos diversos assemelhados aparentemente com indicações equivocadas, que não pode ser decifradas por hum méro Empirico. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 17).

<sup>34</sup> Harvey (1578-1657) foi um médico britânico que, pela primeira vez, descreveu os detalhes do sistema circulatório. Descobriu que algumas veias e artérias eram vias de um só sentido, pois eram providas de válvulas, que levavam o sangue ao coração. Traçou o mapa dos fluxos do sangue pelo coração e pelas artérias, até chegar às veias e voltar ao coração. Em 1628, escreveu a obra “*Exercitatio Anatomica de Motu Cordis et Sanguinis in Animalibus*”, (tradução livre): “Um estudo anatômico do movimento do coração e do sangue em animais”. (Disponível em: <<http://www.bbc.com.uk>>. Acesso em: 15 jun. 2015.).

O médico deveria acompanhar o paciente desde o diagnóstico, incluindo a prescrição de tratamento, o que nos remete aos estudos farmacêuticos, já que uma grande parte do currículo do curso é dedicada ao ensino dos fármacos:

[sobre os estudos de Historia Natural] se limitará a tratar com especificação particular daqueles produtos dos ditos tres Reinos, que tiverem uso na Medicina: Explicando as suas virtudes Medicinaes, deduzidas das propriedades fysicas, e verificadas pelas observações. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 27).

Um dos problemas diagnosticados pela Junta tinha relação com o ensino de Botânica, que carecia de regulamento antes da *Reforma* realizada no ensino. O médico deveria conhecer as virtudes das plantas e, portanto, explorá-las de forma adequada na fabricação de medicamentos.

[...] observamos a falta de um bom Regulamento sobre o Estudo Botânico. Depois de o Médico ser instruído na Matemática, na Física e na Química, pede a ordem, diz Boerhave, que ele aprenda aquelas coisas que pertencem à notícia dos medicamentos símplices. A Botânica conduz o Médico a estes conhecimentos, instruindo-o na História Natural do reino vegetal, donde a Medicina tira grandes socorros para formar os remédios ou medicamentos. Ela contém duas partes: o conhecimento das plantas e das suas virtudes, e para facilitar este conhecimento, reduz a método os vegetáveis e os distribui em diversas classes com subdivisões de ordens, géneros e espécies. (POMBAL; JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 2008, p. 344).

As propriedades medicinais das plantas eram abordadas ainda no primeiro ano de sua formação, por meio do estudo de suas potencialidades:

Assim mostrará: Que o effeito seguido depois da applicação de qualquer remedio, não lhe pode ser attribuido, senão quando evidentemente constar, que não he possivel ter resultado de outra causa: E o único meio de isto constar, he fazer hum numero suficiente de experiencias do mesmo remedio [...]. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 30).

As aulas práticas desenvolvidas junto aos jardins permitiam que o aluno identificasse as plantas em seu estado natural, confrontando as plantas vivas com as ilustrações dos livros médicos, neste caso, mais uma vez, percebemos o enfoque dado ao conhecimento produzido a partir do diálogo entre teoria e prática: Huma vez em cada semana fará uma Lição prática no laboratorio Chymico. Nelle ensinará os Discipulos a fazer as diferentes preparações Chymicas, que relativamente aos usos da Medicina se costumam dar aos differentes productos [...]. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 27).

Percebemos, ainda, o enfoque dado às preparações de medicamentos, o que encontraremos de maneira applicativa no receituário que Mello Franco inseriu na obra

*Medicina Teológica*, visando aplacar as enfermidades da alma. Ao longo da obra, encontramos capítulos compostos exclusivamente de receitas, com descrições que trazem as quantidades de cada ingrediente e o modo de preparo:

Sendo manifesto, que o Estudo da Materia Medica não póde ser completo, se sem aprenderem as diferentes preparações, que se podem dar aos remedios, para os fazer utilmente aplicáveis; tanto no curativo das enfermidades externas, como das internas: E tendo este estudo util, e necessario ao Medico; não somente porque se póde achar lugares, onde não haja Boticario, e seja preciso socorrer a necessidade de algum enferno [...] mas tambem porque, faltando-lhe a instrucção Pharmaceutica; nem se pode cabalmente entender o efeito dos remedios [...]. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 32).

Para Abreu (2006, p.68), o dispensário farmacêutico passava a ser um dos espaços privilegiados para o ensino da Medicina, onde os alunos teriam a oportunidade de realizar experiências. Aos *Lentes* caberia inspirar os aprendizes a “indagarem e averiguarem por si mesmos, fazendo tentativas e experiências químicas e farmacêuticas”. As experiências, previstas no texto dos *Estatutos*, deveriam livrá-los das “idéias insensatas da gravidade escolástica dos médicos arábico-peripatéticos”, redefinindo, portanto, o papel dos trabalhos mecânicos na formação dos médicos.

Também os estudos farmacêuticos passaram a estar em sintonia com a proposição de uma formação mais global do bacharel em Medicina, que deveria ser capaz de lidar com as diferentes necessidades dos enfermos. Essa nova maneira de ensinar Medicina viria a ser útil para aqueles médicos que retornavam as suas pátrias - como o Brasil, por exemplo - e eram os únicos com algum conhecimento de Ciências em suas cidades de origem, o que acabava por demandar uma perspectiva mais geral em sua formação.

Em linhas gerais, ao longo do curso preparatório, o aluno deveria entrar em contato com disciplinas mais específicas da formação do médico. No primeiro ano do curso, o aluno estudaria a Matéria Médica, constituída pela história da Medicina e o estudo das virtudes de diversas plantas e raízes. O segundo ano era dedicado inteiramente à Anatomia, com aulas práticas no hospital, enquanto o terceiro se ocupava das instituições médicas, sendo que os alunos aprendiam Medicina teórica, Fisiologia, Patologia, Semiologia, Higiene e Terapêutica. No quarto ano, os alunos estudavam os aforismos de Hipócrates e Boerhaave, enquanto o quinto era dedicado inteiramente ao ensino clínico da Medicina e à prática no hospital. (ABREU, M., 2007, p. 88).

No subcapítulo seguinte, tencionamos uma discussão acerca da Medicina proposta tanto por Luis Antônio Verney, quanto por Antônio Nunes Ribeiro Sanchez, por meio da

análise dos pressupostos terapêuticos divulgados em suas obras. Apresentamos, ainda, uma análise do *Catálogo* de livros que pertenceram a Francisco de Mello Franco. Julgamos fundamental esta análise, pois esta fonte nos permite especular sobre a provável apropriação dos pressupostos teóricos da época pelo médico mineiro, constituindo-se em abordagem que extrapola a perspectiva institucional perceptível nos *Estatutos* e o *Compêndio*, que já foram apresentados e analisados.

### 2.3 Os dois braços da boa medicina: razão e experiência

Sabemos que “[...] a cultura lusa se manteve relativamente fechada às inovações da ciência e do Iluminismo em voga em diversos países da Europa, o que se devia, principalmente, à influência da escolástica e da Igreja católica”. (ABREU, 2006, p. 2). Para os reformistas, o progresso das Ciências viria com a Ilustração, com a abertura da Universidade às novas teorias que eram discutidas no restante da Europa, especialmente, na França, Inglaterra e Holanda. Inserido nesta conjuntura, “Verney [foi] um perfeito embaixador do Iluminismo em Portugal, apreendendo as suas ideias reformadoras na Itália [...]”. (CARDOSO, 1998). O impulso reformista trazido pelos “estrangeirados” influenciou a valorização do experimentalismo, buscando a formação de um médico que fosse físico, cirurgião e farmacêutico:

[...] Que acudam com diligencia, e promptidão, quando forem chamados: Que assistam com caridade aos pobres: Que tratem com paciencia, e affabilidade os enfermos: Que vigiem muito, em que se cumpram fielmente as receitas, e regimentos, que ordenarem: Que examinem a qualidade dos remedios, e ponham freio ás fraudes dos Boticarios [...] E que andem, e procedam em tudo com a attenção, e cautela necessarias, para que não perigue a vida, e saude dos enfermos por faltas de omissão, ou commissão dos Medicos [...] e para se fortalecerem com os Santos Sacramentos da Igreja; advertindo bem, que a omissão nesta parte será tanto mais culpavel, quanto he maior a perda da vida eterna, que a dita vida temporal, e caduca. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 72).

Como já referido anteriormente, Verney foi um dos grandes defensores de uma nova abordagem na Medicina, dirigindo suas críticas aos jesuítas e sua objeção aos "peripatéticos", que defendiam o conhecimento a partir dos livros. Segundo Abreu (2006, p. 59), as propostas de Verney visavam ao aprimoramento não só a prática médica, mas também a criação dos meios que tornassem acessíveis as novas teorias e debates no âmbito da Ciência Médica aos alunos. O “plano de estudos modernos de Medicina” que propôs principiava pela Filosofia moderna e pelo estudo da história da Medicina, dando ênfase aos estudos anatômicos e privilegiando, igualmente, o estudo da Matemática, da Física e da Química, disciplinas úteis

para o conhecimento do funcionamento das partes do corpo. Verney percebia a Medicina como uma consequência da Física e afirmava que o requisito para um bom médico era o amplo conhecimento de Anatomia, que não deveria estar estruturado em torno de disseções de animais feitas a partir das ilustrações que constavam nos tratados adotados.

A obra “*Verdadeiro Método de Estudar*” de Verney traz, no capítulo dedicado à Medicina, muitas das questões exploradas nos *Estatutos* de 1772, sobretudo, a percepção de que “os que seguem os peripatos nam (sic) podem saber de física”. (VERNEY, 1746, p. 98). Verney defendia uma Medicina que “[...] conferi[sse] mais atenção à observação do doente, aos sintomas e sinais das doenças em sua relação com questões como o clima e os hábitos sociais. As doenças foram percebidas com base nesses elementos e, nesse caso, a necessidade de observá-las e analisá-las”. (SILVA, 2012, p. 67). Para tanto, era preciso que o médico tivesse amplo conhecimento, pois, conforme mencionado no subcapítulo anterior, o novo currículo buscava formar um profissional que conhecesse amplamente o homem, podendo, assim, curá-lo:

Como porém não basta seguir o verdadeiro caminho, se não se ensinarem todas aquellas disciplinas, que devem correr em hum Curso completo de Medicina: E como toda a praxe desta Arte consiste em dous artigos capitães; Iº em conhecer sem equivocação alguma a enfermidade preferente, e presentir a futura; IIº em conhecer os remedios proprios e efficazes para curar de huma, e preservar da outra: e como as mesmas duas cousas suppõem necessariamente no Medico hum conhecimento exacto do estado, e funções do corpo humano, são, e enfermo; dos differentes finaes, por onde se conhece a saude, e a enfermidade [...] Sou servido a ordenar, que as Disciplinas principaes do Curso Medico sejam as cinco partes de que se forma o corpo das Instituições, a saber: Physiologia, Pathologia, Semeiotica, Hygiene, e Therapeutica, com os Aphorismos, que de todas ellas derivam. (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 19).

Para Abreu (2006, p.67), essa nova percepção utilitarista da Medicina visava incorporar a “medicina empírico-racional” na formação dos médicos, a fim de que as “observações bem feitas, examinadas e comparadas” servissem para “retificar, verificar, ampliar, limitar, e aperfeiçoar os conhecimentos da teoria”.

Os *Estatutos* de 1772, da Universidade de Coimbra, deram grande destaque ao experimentalismo na formação médica. A questão dos exercícios práticos, realizados nos “teatros anatômicos” e em laboratórios, é um aspecto que Verney também irá defender ao afirmar que “Como é possível (sic) que posa (sic) um omem (sic), emendar algum vicio dos-olhos, se nam (sic) conhece a estrutura deles?”. (VERNEY, 1746, p. 100). Conhecer a Anatomia seria a maneira de melhor compreender as enfermidades, pois não havia boa

medicina sem a prática. Verney, assim como os demais “estrangeirados”, acreditava na superioridade dos modernos em relação aos clássicos.

Para Verney, a Medicina seria uma corrente derivada da Física. Assim, para estudar Medicina, a Física deveria ser um requisito, conforme proposto nos Estatutos de 1772. Ao exigirem matérias como Anatomia, Química e Física, os Estatutos recuperavam as ideias de Verney sobre a construção do saber médico. O autor também defendia que os médicos deveriam saber cálculo e geometria e, ainda, que “A importância da física para a medicina está no fato dela representar regras fixas e seguras para o pensamento, em um momento em que a razão fundamentava-se nessa área do saber”. (MENDES, 2006, p. 64-67).

“Trata-se da Medicina, que é uma consequência da Física, não é imprópria aos religiosos”. Este é o título da décima segunda carta escrita por Verney, na qual afirma que a Medicina deveria ser percebida como uma ciência que se propõe a conservar e recuperar a saúde do corpo, uma vez que havia a saúde “perfeita” e a “ofendida”, cabendo ao físico recuperar o corpo humano. (VERNEY, 1746, p. 86). À anatomia, segundo o ilustrado português, não havia sido dada a devida atenção no período que havia antecedido a Reforma do ensino, uma vez que dela os alunos “sabiam apenas o nome”. (VERNEY, 1746, p. 90). Para ele, a melhor maneira de identificar doenças cardíacas era através dos estudos anatômicos, condição fundamental para a melhor formação de um médico, diferentemente da abordagem proposta pelos médicos galênicos, que, segundo Verney, não buscavam legitimidade na prática, no experimentalismo, que, como já destacamos, este será valorizado nos *Estatutos* de 1772.

Considerando outras influências refletidas na *Medicina Teológica* que Francisco de Mello Franco recebeu, daremos, também, destaque à obra “Dissertações sobre as paixões da alma”, publicada pelo cristão novo Ribeiro Sanchez, em 1753<sup>35</sup>. Apesar de separadas por mais de quarenta anos, ambas “[...] se aproximavam das novas orientações fisiológicas com raízes mecanicistas, nimistas e vitalistas que redefiniram o antigo problema da interação entre o corpo e a alma, nos homens”. (EDLER, 2013, p. 2). Para ambos, a teoria da Neurologia, que percebia o corpo como um conjunto de redes e tubulações era fundamental, pois possibilitava a aproximação das paixões da alma à Medicina:

O conhecimento do funcionamento dos nervos disponível à época tornava possível explicar as ações humanas e suas “paixões” em termos médicos. A alma, termo associado à religião, passava a ser objeto do saber médico, sendo atribuída a ela as sensações do corpo humano. Era sob esse prisma que Ribeiro Sanchez, antes de

---

<sup>35</sup> Para mais sobre Sanchez, recomenda-se ver Freitas (2012).

Francisco de Mello Franco, abordava a questão, afirmando que trataria das “paixões da alma como causa de muitas doenças e enfermidades, o que pertence essencialmente à Patologia. (ABREU, 2006, p. 9).

Antonio Ribeiro Sanchez nasceu em Penamacor, Portugal, em 1699. Formou-se em Medicina aos vinte anos, na Universidade de Salamanca. De origem judaica, acabou sendo denunciado por um parente, fato que o obrigou a deixar Portugal, com medo da Inquisição. Acabou indo para a Universidade de Leiden, na Holanda, onde se tornou discípulo do médico holandês Herman Boerhaave:

Ribeiro Sanches escreveu também um projeto específico destinado à medicina, Método para aprender e estudar a medicina (1763). Diante da precariedade do ensino médico em Portugal, assunto sobre o qual deixou muitos testemunhos, chegava a propor que estudantes portugueses freqüentassem as universidades estrangeiras, onde eles poderiam adquirir conhecimentos necessários à arte da medicina [...]. (ABREU, 2006, p. 54).

Sanchez acabou se tornando, conforme nos diz Abreu (2006, p. 4), um grande “apologista da Ciência moderna” e defendeu a renovação do ensino em Portugal. Tido como um “estrangeirado”, pois passou grande parte de sua vida fora do Reino, Ribeiro Sanchez acreditava que o ensino da Universidade de Coimbra não oferecia condições para formarem profissionais necessários ao reino de Portugal, sobretudo médicos qualificados, pois “a Faculdade de medicina que existe em Coimbra é insuficiente para aprender o que necessita o naturalista, o físico, o químico, o médico e o anatomista”. (ABREU, 2006, p. 5). Suas maiores críticas tinham como alvo os jesuítas, razão pela qual suas proposições para a reforma da educação em Portugal foram publicadas somente após a expulsão da Companhia de Jesus.

Apesar de não terem convivido na Universidade de Coimbra, Sanchez e Verney serão valiosos instrumentos do impulso reformador que atingirá esta instituição, cujo ensino “era dominado pelos princípios aristotélicos e pela tradição escolástica”. (ABREU, 2006 p. 150). Entre as afirmações feitas por Sanchez, encontraremos a ideia de que a Medicina deveria atender às necessidades do Estado, evidenciando o “utilitarismo” já anteriormente referido. Sua obra, “*Tratado da conservação da saúde dos povos*”, de 1757, traduz as preocupações com a saúde pública existentes na época.

Assim como seu “Tratado”, muitas outras obras de Medicina da época buscavam alcançar mais do que a comunidade acadêmica<sup>36</sup>, visando difundir práticas profiláticas, como veremos em vários manuais de saúde pública publicados no período:

---

<sup>36</sup> “[...] autores como Tissot e Buchan propugnavam o ensinamento do povo por meio de conselhos, como uma forma de combater a ignorância e livrar as populações de embustes dos falsos médicos e charlatães. Ao contrário

Os manuais de medicina publicados em Portugal na segunda metade do século XVIII indicam o esforço de divulgar preceitos de conservação de saúde entre a população, havendo uma complementaridade entre a higiene pública e privada. A partir da leitura dos manuais de medicina, procuramos indicar como o pensamento médico luso estava em sintonia com a literatura médica europeia. (ABREU, 2010, p. 25).

O médico Ribeiro Sanchez acreditava que o experimentalismo era “o alicerce sobre o qual se erguia toda uma concepção de saber”. (ABREU, 2006b, p. 87). O ensino que o médico português propunha estava inspirado nas lições de Boerhaave, devendo haver estudos preparatórios para o domínio de saberes como a Física geral e experimental, a Química, a Anatomia e a História da Medicina, aspectos que localizamos nos *Estatutos* discutidos no subcapítulo anterior. O grande diferencial em relação ao ensino jesuíta repousava no estabelecimento de locais como o “teatro anatômico”, os laboratórios e boticas, pois, para Sanchez, a Anatomia, a Cirurgia e a Clínica tinham papel de destaque, e o aprendizado deveria ser maximizado através do contato dos alunos com o corpo humano.

Dentre as obras escritas por Sanchez, a mais cara a esta dissertação é, sem dúvida, “Dissertação sobre as paixões da alma”, pois nela fica evidente que, para Ribeiro Sanchez, “a origem das paixões humanas deve-se ao fato de que, ao contrário dos animais, os seres humanos encontravam-se, desde o início, carentes dos instintos necessários à sua conservação”. (EDLER, 2011, p. 7). Entretanto, as paixões também estavam relacionadas ao comportamento visto e julgado como imoral, o que tornava seu estudo uma via para regulação da sociedade:

Na filosofia clássica e em suas ramificações, a Razão era unida às paixões. Enquanto a Razão era a faculdade mais elevada da mente ou da alma e distinguia os humanos da bestialidade, as paixões, que ligavam a alma ao corpo, eram compartilhadas por animais e humanos. Para a maioria dos filósofos cristãos, especialmente aqueles vinculados ao pensamento de Platão ou Aristóteles, a capacidade em seguir o caminho da virtude, isto é, do bem, baseava-se na habilidade em usar a razão e controlar ou temperar as paixões. No terreno da medicina, a tradição hipocrático-galênica fundou um discurso sobre os temperamentos alternativo à Ética e pleiteou, juntamente com os filósofos, um papel na orientação dos comportamentos. (PELLEGRIN apud EDLER, 2013, p. 437).

Sanchez defendia, ainda, que era necessário conhecer os nervos para combater os vícios humanos, pois, assim como seu mentor Boerhaave, ele pensava o corpo como uma máquina:

---

de seus colegas de ofício defensores da restrição dos preceitos da medicina, eles acreditavam que o saber era uma arma contra a ‘falsa medicina’”. (ABREU, 2013, p. 15).

Na fisiologia sancheana, o corpo humano seria composto de dois sistemas: o homem sangüíneo, formado pelas artérias, veias e o coração, onde circula o sangue, cuja função seria animar, nutrir e conservar, e; o homem nervoso, cujo ofício (ou função), seria sentir e mover os músculos. Através dos canais ou nervos, percorreria todo o corpo, especializando-se em cada sensação e em cada sentimento, mas seu órgão central seria a medula alongada que teria a faculdade de perceber os objetos que entram pelos cinco sentidos, além dos estímulos da fome, da sede e da geração, intermediados por outros órgãos. Na Medula residiria o sensorio comum - termo criado por Aristóteles em *De anima* e, posteriormente, redefinido em diferentes contextos teóricos - que conservaria e ordenaria as idéias e impressões recebidas pelos diferentes órgãos dos sentidos. (EDLER, 2011, p. 6).

Para ele, a Medicina da época não tinha as paixões da alma como objeto de sua atenção. Elas, contudo, seriam a causa de muitas doenças, e até mesmo da morte: “[...] tratarei aqui as paixões da alma [...] o que pertence essencialmente à Patologia, e, ainda que não seja deste lugar, tratarei de passo, mas não confusamente da causa das paixões da alma, o que pertence tanto ao teólogo [e ao] jurisconsulto como ao médico prático ou terapêutico”. (SANCHEZ, 2003b, p. 1). De uma forma geral, a “Dissertação sobre as paixões da alma” está em consonância com as obras posteriores do médico português, especialmente, no que diz respeito à redefinição do papel da Ciência Médica na sociedade portuguesa.

Na continuidade, como proposto, apresentamos e refletimos sobre o conjunto de obras relacionadas no “*Catálogo do Dr. Francisco de Mello Franco*”, que se encontra disponível no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para além das evidentes influências que Verney e Ribeiro Sánchez exerceram na produção intelectual de Francisco de Mello Franco, já apontadas pela historiografia que se dedica à História da Medicina e à História das Ciências, procuramos, através da análise deste catálogo, especular sobre outras leituras e apropriações feitas pelo médico mineiro<sup>37</sup>.

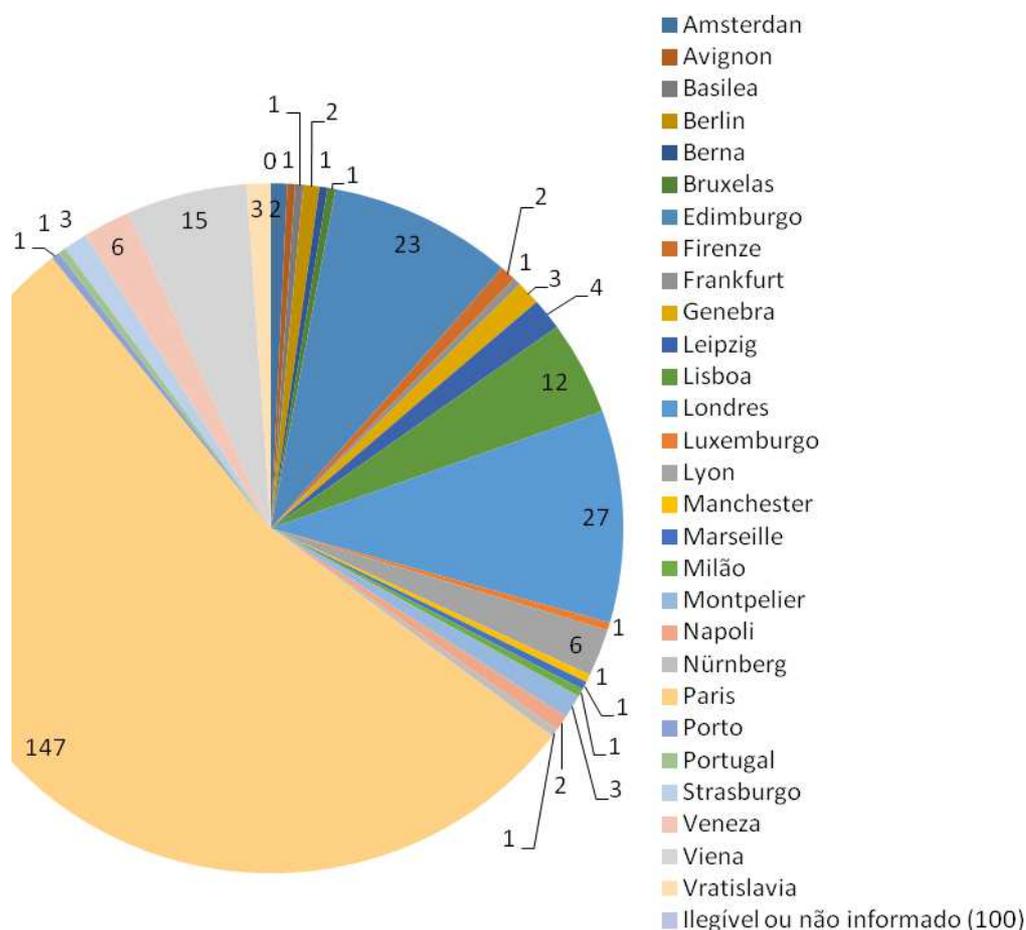
---

<sup>37</sup> Pelo que pudemos apurar na revisão bibliográfica que realizamos sobre as temáticas contempladas nesta dissertação, este *Catálogo*, que localizamos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, não mereceu ainda qualquer estudo mais detalhado por historiadores. A análise que fazemos se constitui, portanto, em contribuição original aos estudos sobre a trajetória de Francisco de Mello Franco.



contempla as 373 obras de Medicina listadas pelo próprio médico e informadas em ordem alfabética, ao longo de suas cem páginas.

Gráfico 1 - Procedência das obras relacionadas no Catálogo de FMF<sup>38</sup>



Fonte: Catálogo de FMF.

A análise do *Catálogo* revelou que a maioria das obras tem procedência francesa, quer sejam elas de autores franceses, quer tenham sido editadas em Paris. Em segundo lugar, encontramos as inglesas, seguidas pelas obras publicadas na Escócia; para, só então, encontrarmos livros editados em Portugal, que ocupam a quarta posição. Observamos, ainda, que muitos dos textos relacionados se encontram em sua língua original, sem traduções para o português falado por Mello Franco:

A tradução de textos estrangeiros, em particular os franceses e ingleses, revela o esforço de apropriação dos letrados luso-brasileiros e inserção no movimento de renovação do conhecimento científico alicerçada pelas Luzes. Traduzir esses textos era uma forma dos letrados luso-brasileiros se colocarem em diálogo com a

<sup>38</sup> Como procedência, compreendemos os países em que as obras foram publicadas.

literatura internacional. Não se tratava somente de uma apropriação passiva dos textos, na medida em que esses homens de ciência buscavam adaptar os conhecimentos às condições locais do mundo colonial. (ABREU apud KURY, 2013, p. 8).

Dentre as obras listadas no *Catálogo* de Mello Franco, encontramos autores como Boerhaave, 1766 (FRANCO, 1815, p. 22), Ribeiro-Sanchez, 1756 (FRANCO, 1815, p. 86) e Le Camus, 1769 (FRANCO, 1815, p. 27), o que confirma a leitura destas obras e a apropriação que o médico mineiro fez das teorias do corpo-máquina e das teorias sobre as paixões da alma.

Como já mencionado, muitos dos livros relacionados no *Catálogo* não foram traduzidos para o português, apresentando-se no idioma original, o que parece apontar para o domínio do francês, do inglês e do latim por Mello Franco, conhecimentos, aliás, tidos como requisitos para o curso de Medicina, como já supracitado anteriormente. Algumas das obras permitem que se possa identificar o que, possivelmente, os alunos da Universidade de Coimbra liam ao longo de sua formação, muitas delas com teor voltado para Cirurgia, Saúde pública, prevenção de doenças através da inoculação, etc. Dentre elas, podemos citar a obra de Jacinto Costa: “*Elementos geraes de chirurgia medica clinica legal*”, publicada em Lisboa, ou a obra: “*Elements of practice of physic in tow parts, containing: natural history of human body*”, de G. Flordyce, publicada em Londres, 1791.

Segundo Abreu (2013), um recurso comumente utilizado por médicos no século XVIII era a defesa do conhecimento adquirido ao longo de anos de experiência, o que podemos relacionar com a época em que estes se graduaram, na qual o experimentalismo era mais valorizado que o estudo teórico, como já citado anteriormente. Neste sentido, o *Catálogo* possibilita identificar quais as obras de referência para os estudantes e profissionais de medicina entre os séculos XVII-XVIII. A presença de obras mais recentes e de clássicos no *Catálogo* revela que, apesar do controle feito por órgãos encarregados da censura, os avanços feitos por pesquisadores, sobretudo, das teorias sobre a circulação sanguínea, dos estudos neurológicos, bem como das novas técnicas e instrumentos médicos, em outros países da Europa começaram a ser difundidos em Portugal.

Como já declarado, a *Reforma* do ensino feita na Universidade de Coimbra baseou-se em ideias dos estrangeirados reformistas. Muitos deles, com formação em Medicina, acabaram por se juntar ao corpo docente desta instituição, introduzindo um ensino baseado no experimentalismo e orientado para a saúde pública. As obras que integravam o acervo pessoal de Mello Franco, plenamente identificadas com as novas teorias e procedimentos terapêuticos, revelam a formação que o jovem mineiro teve em Coimbra.

Esta formação alinhada com a Ilustração não impedirá, no entanto, que Mello Franco preserve, em especial, na *Medicina Teológica*, alguns conhecimentos identificados com o ensino vigente no período anterior à *Reforma* na Universidade, como se constata na proposição de uma Medicina que não deveria descuidar das doenças da alma. Vale lembrar, conforme nos diz Carvalho (2008) e Edler (2013) que à época, os afetos ou as paixões da alma eram percebidos como não-naturais ao ser humano, sendo considerados tanto a causa de muitas doenças, quanto potenciais aliados no combate a outras doenças. Com base nisso, é possível conjecturar que Franco tenha vivido na Universidade de Coimbra um período de transição entre uma Medicina com características mais teóricas e uma que se caracterizaria por ser mais prática e racional, o que parece explicar a conciliação entre Teologia e Medicina que encontramos na obra do médico mineiro.

Assim, apesar de podermos incluir Francisco Mello Franco entre os adeptos da Ilustração, não devemos desconsiderar o fato de que ele viveu em um momento ainda fortemente marcado pelas teorias do período anterior, o que nos leva a pensá-lo como um *homem de ciência* cuja trajetória se construiu entre as teorias defendidas por seus professores jesuítas e as que foram veementemente defendidas pelos reformistas que assumiram a Universidade de Coimbra.

No próximo capítulo, abordaremos questões pertinentes à escrita da obra de Mello Franco e a censura que ela sofreu, logo após sua publicação.

### 3 A MEDICINA TEOLÓGICA

*O homem é uma prisão em que a alma permanece livre.*

Victor Hugo

Em 1794, foi publicada em Portugal a obra *Medicina Teológica* ou súplica humilde feita a todos os Senhores Confessores e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice. O compêndio, segundo o próprio autor, previa a instrução dos padres confessores<sup>39</sup>, a quem os pecadores recorriam em busca de perdão. Para Francisco de Mello Franco, a sociedade portuguesa vivenciava, ao final do século XVIII, os imensos estragos causados por aqueles que ele denominou de os “piores pecados”, a saber, a lascívia, a cólera e a bebedice.

Assim nasceu a obra que, publicada anonimamente<sup>40</sup>, se constituiria em proposição original de mediação entre a Medicina e a Teologia. Já nas primeiras páginas, o médico mineiro, nascido em Paracatu (Minas Gerais), e egresso da Universidade de Coimbra, defende que estas duas “ciências” deveriam estar interligadas:

Não sei na verdade como a Teologia não obriga universalmente a todos, que se aplicam ao seu estudo, a se aplicarem também ao estudo da Medicina. Estas duas Ciências deviam estar tão ligadas, que nunca andassem uma da outra separadas: ambas se dizem uma correlação tão notável, que quem a ela chega a atender, exclama logo: Como é possível que haja Teólogo sem ser Médico! (FRANCO, 2008, p. 20).

A obra, além de ser reconhecida como “Uma das fontes mais importantes para se compreender as relações entre idéias psicológicas e biológicas no contexto luso-brasileiro do século XVIII” (SILVA, 2008, p. 336), é considerada polêmica devido à proposição de substituição dos confessores, razão pela qual foi censurada pelo Santo Ofício, pouco tempo

---

<sup>39</sup> Para Araújo (1997, p. 72-73), no século XVIII o número de confessores era elevado em Portugal, o que talvez nos dê um indício da razão da publicação: “À semelhança dos grandes centros urbanos do Ocidente católico, a capital portuguesa parece evidenciar, durante a primeira metade do século XVIII, grandes ‘reservas de santidade’. Os primeiros sintomas de esgotamento ocorrem perto da viragem do século. Entre a década de noventa de Setecentos e os anos trinta do século XIX, a queda acentua-se. Neste espaço de tempo, o campo sacerdotal perde, pelo menos à escala de Lisboa, força magnética. A pressão do século começa a ter efeitos verdadeiramente corrosivos no tecido eclesialístico. É o primeiro grande passo no sentido da laicização da sociedade portuguesa contemporânea”.

<sup>40</sup> Para Abreu, a “apreensão de Medicina Teológica [...] não deve ser relacionado [...] com a idéia sustentada ao longo do livro de que o corpo humano comparava-se a uma máquina, já que muitos médicos defendiam tal posição. O que tornava as opiniões de Mello Franco tão perigosas era a defesa de que apenas o médico conhecia os meios para curar as doenças, inclusive, aquelas relacionadas com os desvios da alma [...] Por ora importa comentar que a Medicina teológica é basilar para se compreender como a medicina das Luzes procurava desvincular-se da religião e, ao mesmo tempo, se vinculava aos princípios do mecanicismo”. (ABREU, 2006a, p. 100).

após sua publicação. Nela, também, podem ser encontradas passagens que apontam tanto para as mudanças ocorridas no pensamento moderno da segunda metade do XVIII, em especial, das ocorridas na Medicina, em função das teorias que defendiam que o corpo era uma rede de tubulações e vasos que permitiam que os líquidos do corpo circulassem, quanto para a adoção de princípios próprios da teoria hipocrático-galênica<sup>41</sup>:

Durante grande parte do século XVIII a medicina luso-brasileira foi marcada pelas influências da concepção hipocrático-galênica. [...] Embora tais aspectos não se limitassem à medicina portuguesa, o fato é que a cultura lusa se manteve relativamente fechada às inovações da ciência ocorridas em diversos países da Europa, o que se devia, principalmente, à influência da escolástica e da Igreja católica na universidade. (ABREU, 2007a, p. 80-81).

Mais do que as posições - em relação às teorias médicas vigentes - assumidas por Mello Franco ao longo da obra, que serão discutidas nos próximos capítulos, interessa-nos analisar mais detidamente os paratextos nela inseridos, bem como a ação da censura em Portugal na segunda metade do século XVIII, tendo em vista o confisco que a obra sofreu.

### 3.1 Os elementos pré-textuais da obra de Mello Franco

Os elementos paratextuais são elementos que precedem o texto de uma obra e que, no caso da *Medicina Teológica*, permitem compreender o contexto de produção de impressos em Portugal. Até meados do século XVIII, segundo Megiani:

[...] não se dava importância ao registro do nome do impressor ou tipógrafo nas relações e inventários feitos na Península Ibérica, exceto quando se tratava de uma ação da censura inquisitorial sobre os impressos sem licença. Raramente as casas de impressor e de livreiros comerciantes aparecem indicadas nas listas, significando que não se considerava elemento partícipe da obra catalogada, e contanto como dado secundário ao título, autor e dedicatória - dados realmente relevantes. Foi necessário esperar pela segunda metade do século XVIII, isto é, depois da devastação de Lisboa e outras localidades, e da criação da Real Mesa Censória, para que se escrevesse o primeiro trabalho histórico acerca da imprensa e da tipografia em Portugal. (MEGIANI, 2009a, p. 134-135).

Ao analisarmos a capa, o sumário e o prefácio da *Medicina Teológica*, encontramos informações que possibilitam a reconstituição da trajetória da produção e publicação da obra tida como anônima. Encontramos em tais elementos não somente referências a autores nos

<sup>41</sup> De acordo com a teoria hipocrático-galênica ensinada nas Universidades medievais, algumas partes do corpo eram fundamentais para o funcionamento do todo, pois desempenhavam importante função na distribuição dos nutrientes. O cérebro era tido como fonte e origem dos espíritos animais, enquanto o coração era percebido como o responsável pelas três principais faculdades humanas que seriam a razão, a imaginação e a memória, além disso, desenvolvia o calor natural, substância fundamental para a manutenção da saúde. Ver mais em Poletto (2011).

quais o autor se baseou, mas também a dedicatória aos confessores inscrita no título, selos de aprovação, rubricas, custos, enfim, elementos que situam a obra em seu contexto e nos permitem olhar para além dos diagnósticos e prescrições.

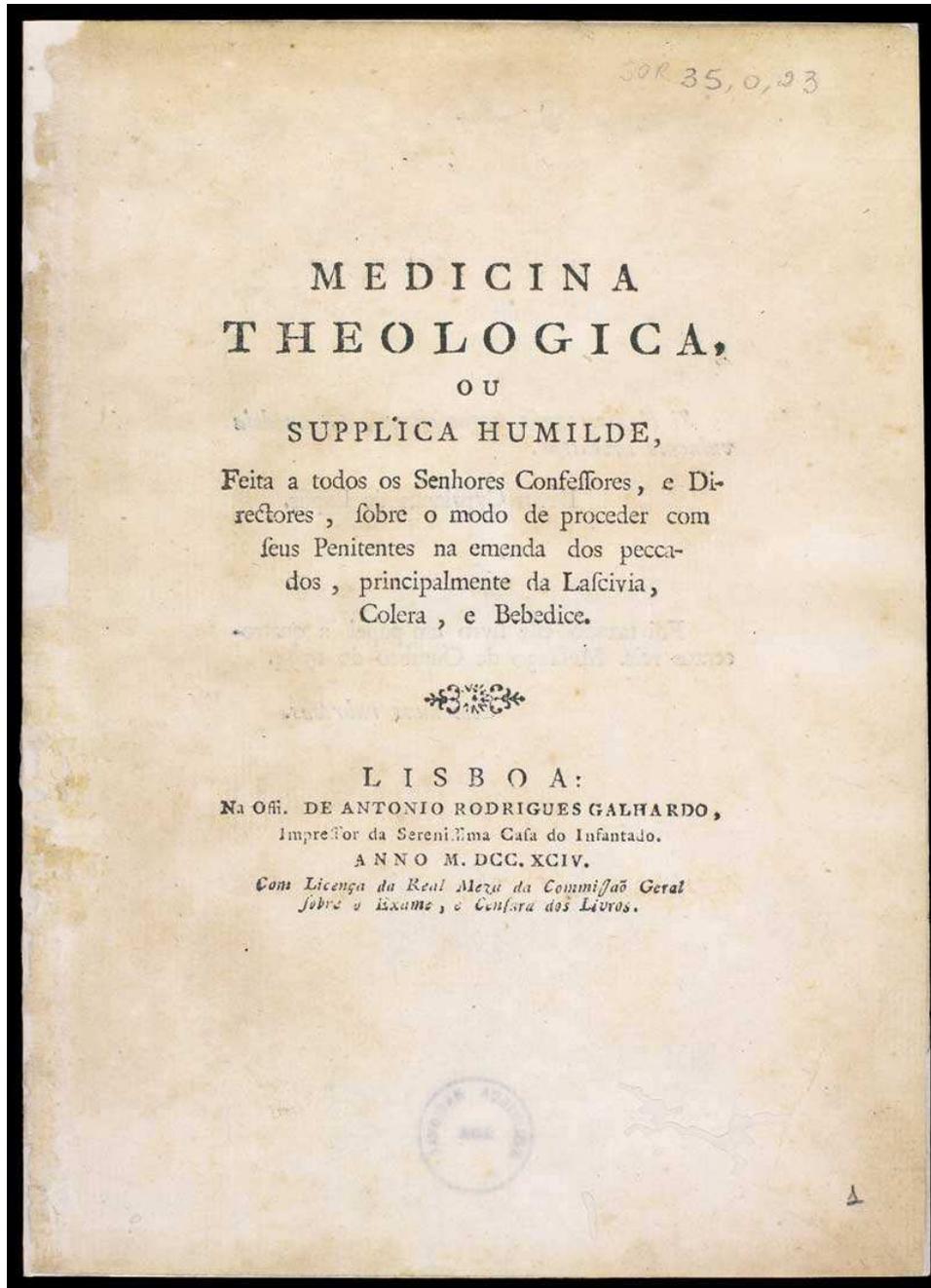
Na página que precede a capa (Figura 4), encontramos o ano de publicação, 1794 (MDCCXCIV), e o nome do responsável pela edição, Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, em Lisboa. Sobre o editor, a única informação que temos é de que era, à época, “Impressor da Serenissima casa do Infantado”. Encontramos, ainda, a permissão para publicação “Com Licença da real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros”, o que indica que a obra passou por uma revisão dos censores e foi considerada adequada.

O confisco da obra pode ser confirmado por meio da publicação da obra “Dissertações teológicas medicinais dirigidas à instrução dos penitentes que no sacramento da penitência sinceramente procuram a sua santificação para que se não contaminem com os abomináveis erros de um livro intitulado: medicina teológica [...] Cujos erros refuta nesta obra frei Manuel de Santa Ana da província de Santa Maria da Arrábida”. Publicada em 1789, esta obra de crítica à *Medicina Teológica* nos leva a crer que seus exemplares não tenham sido imediatamente recolhidos.

O título inscrito na capa - *Medicina Teológica ou súplica humilde feita a todos os Senhores Confessores, e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascivia, Colera e Bebedice* - revela não somente a intenção de seu autor, mas também a quem - no caso, aos confessores - a obra se destinava.

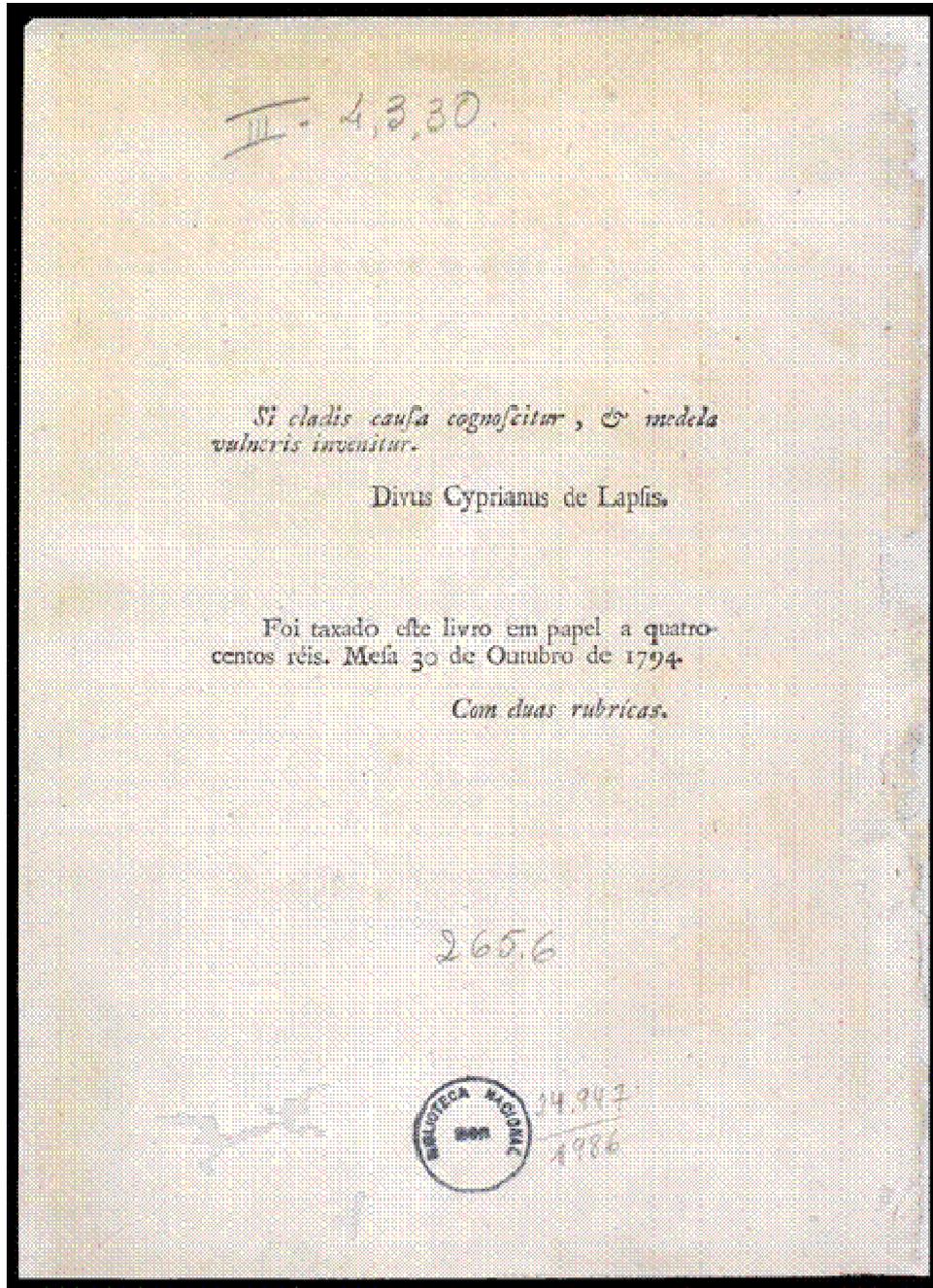
A partir da leitura da folha de verso (Figura 5), podemos inferir uma série de informações sobre o conteúdo da *Medicina Teológica* através das referências que Mello Franco, um médico recém-formado, faz a outros autores, sobretudo, a alguns teóricos identificados com o Iluminismo. Ao longo dos capítulos, encontramos menções a Boerhaave, o pai da clínica médica moderna, e a outros teóricos da época, corroborando as alterações havidas no ensino de Medicina após as reformas Pombalinas.

Figura 4 - Folha de rosto da obra Medicina Teológica



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Figura 5 - Folha de verso da obra Medicina Teológica



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A citação inserida na folha de verso está em latim<sup>42</sup>, mas sua tradução literal é: “Se conhece a causa das feridas, pode curá-las”, atribuída a *Divus Cirpianus de Lapsis*, São Cipriano, bispo da Igreja Católica, no século III; homem culto que, convertido tardiamente, contribuiu intelectualmente para a criação do latim cristão, tendo sido perseguido e martirizado. Pode-se associar a frase à intenção do autor ao escrever o livro, que era a de conhecer as doenças da alma para, assim, poder corretamente curá-las.

Encontramos também o recente carimbo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que, em seu catálogo, classifica a obra - tematicamente - da seguinte maneira: Luxúria - Aspectos religiosos - Igreja Católica - Obras anteriores a 1800. Levando em conta como a obra se encontra catalogada na atualidade, enseja pensar como foi ou tem sido percebida. Ainda assim, parece que as palavras-chave contemplam bem o teor da obra, com exceção da primeira, pois a obra não se limita a discutir apenas a luxúria e suas variações, enfocando também as demais enfermidades da alma.

E, por fim, também, a informação sobre a taxa feita pela Mesa Censória em 30 de Outubro de 1794, ano de publicação da obra em papel, no valor de quatrocentos réis. Este valor, segundo o catálogo elaborado por Verri (2007), que apresenta dados sobre obras enviadas para o Brasil no período, e no qual constam as editoras, rubricas e valores, parece ter sido um padrão na época. Já o número de rubricas pode estar relacionado com o número de pessoas envolvidas na aprovação das licenças de impressão, uma vez que encontramos livros com três ou mais rubricas, assinaturas estas que vinham da Mesa censória, instituição fundamental para compreendermos as normativas que orientavam as impressões nesta época.

---

<sup>42</sup> A frase original é: *si cladis causa cognoscitur, e medela vulneris invenitur.*

Figura 6 - Primeira página do Index da obra Medicina Teológica

I N D E X  
DOS CAPITULOS QUE CONTEM  
ESTE LIVRO.

**P** Refeição. Pag. 3.

CAP. I. Os Senhores Confessores devem ser chamados Medicos do homem, e não só do seu espirito. 9.

CAP. II. Se póde ser bom Confessor o Theologo, que for bom Medico. 20.

CAP. III. O Confessor deve tambem saber Medicina corporal. 25.

CAP. IV. Basta que os Senhores Confessores saibão a Neurologia. 30.

CAP. V. Da mudança morbifica, que produz no homem as suas paixões. 34.

CAP. VI. O Amor he enfermidade. 38.

CAP. VII. A Nostalgia, ou Saudades he enfermidade. 45.

CAP. VIII. A Erotomania, ou loucura amorosa he grande enfermidade. 51.

CAP. IX. O Satyriazes, ou Salacidade, e nimia propensão aos prazeres de Venus, he nos homens a maior enfermidade lasciva. 57.

CAP. X. Da Nymfomania, ou furor uterino das mulheres. 61.

CAP. XI. Os prazeres do amor tomados com excessso, ou intempeslivamente, são causa de muitas enfermidades dos casados. 66.

CAP. XII. Dos Remedios formulados con-  
ve-

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

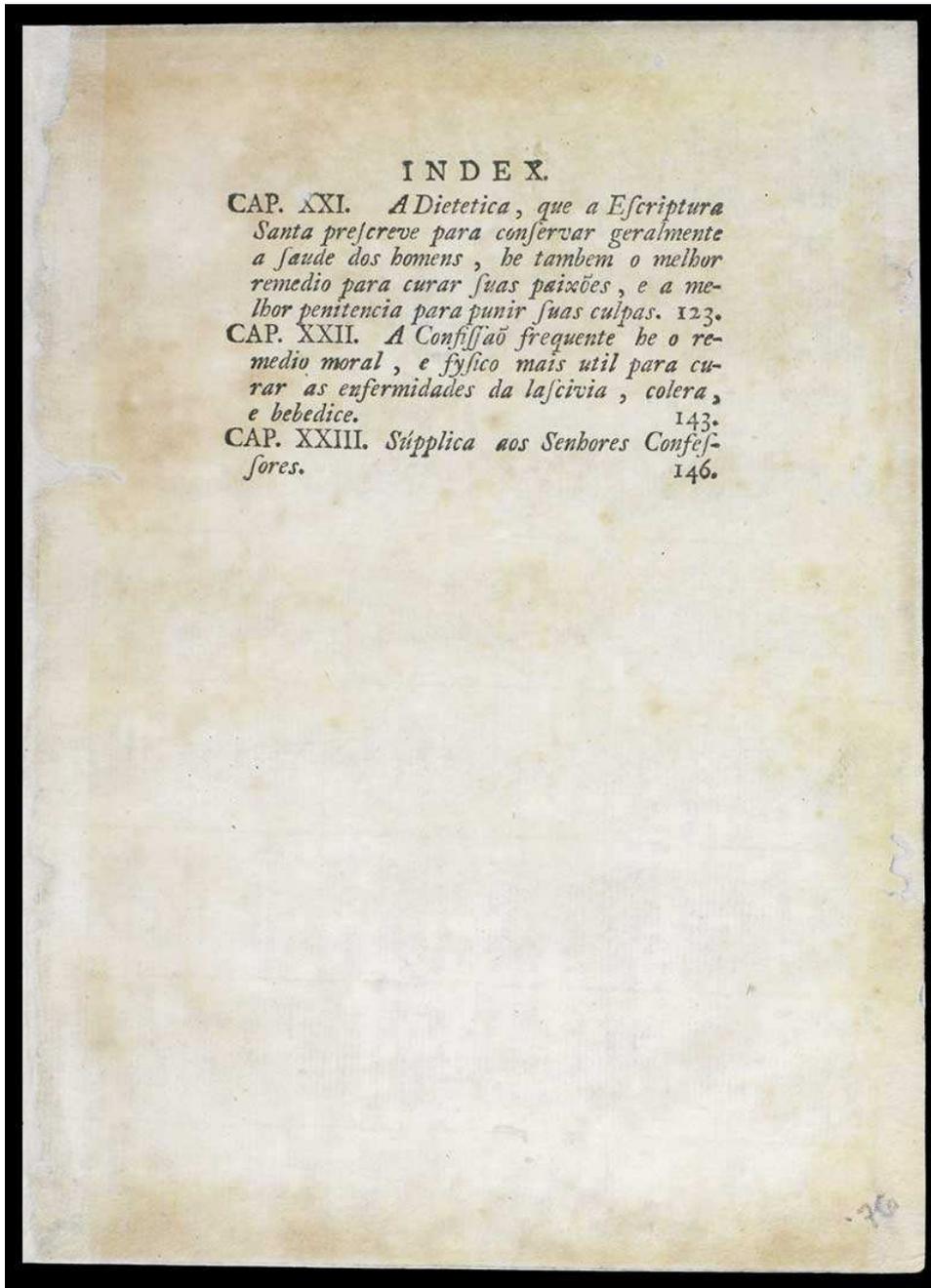
Ao analisarmos a Figura 6 (acima), percebemos que a obra apresenta prefácio, no qual o autor discute a necessidade da escrita da obra para remediar as maiores enfermidades que acometiam Portugal à época: lascívia, cólera e bebedice. Mello Franco segue afirmando que seu compêndio estava voltado para orientar os confessores sobre como deviam proceder, para remediar não apenas a alma, mas também o corpo, pois faltavam ao clero as “armas” para

curar na totalidade, as quais somente os médicos possuíam, enquanto conhecedores do corpo humano.

O Sumário aponta para capítulos com títulos bastante sugestivos, que reforçam o firme propósito de Mello Franco em evidenciar a importância do conhecimento da medicina para o êxito da atuação dos confessores, pois as doenças da alma acarretavam danos ao corpo. Já os últimos capítulos, vide Figura 7, buscam reafirmar o poder da confissão, o que sugere que o autor não desmerece - e descarta - totalmente o papel que vinha sendo exercido pelos confessores.

Contudo, isso não impediu que a obra fosse rechaçada pelos religiosos e confiscada. As críticas que recebeu e a proibição de sua circulação propiciam refletir sobre os mecanismos de censura adotados à época em Portugal e sobre como afetaram a circulação de obras e, conseqüentemente, a difusão das novas teorias médicas. A atuação do Santo Ofício em Portugal nas últimas décadas do Setecentos é o tema do próximo subcapítulo.

Figura 7 - Terceira página do Index da obra *Medicina Teológica*



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

### 3.2 A censura da obra *Medicina Teológica*

Era o dia 20 de novembro de 1794 quando foi publicado o livro “*Medicina Teologica*” ou *Supplica Humilde*. Alguns meses antes, havia sido enviado à Real Mesa da Comissão Geral, órgão encarregado do sistema de censura, em busca de aprovação para publicação”. (NUNES, 2011, p. 99).

Sabe-se que, os primeiros Index em Portugal foram organizados entre os séculos XVI-XVII, os quais foram mantidos até a ascensão de Pombal, que passou a perseguir os jesuítas e os luteranos, desenvolvendo-se, em consequência disso, novos mecanismos de censura:

A censura vai exercer-se de dois modos: a censura preventiva e a censura repressiva. A primeira consistia na censura prévia das obras, o que dará origem mais tarde à elaboração de índices expurgatórios, e era exercida por três entidades: o Conselho Geral do Santo Ofício (censura papal), o Ordinário da Diocese (censura episcopal) e, a partir de 1576, o Desembargo do Paço (censura real). (RODRIGUES, 1980, p. 14).

Como é possível constatar a partir das informações levantadas por Nunes (2011), a obra de Mello Franco foi aprovada pela Real Mesa Censória, em 1794. Essa informação revela que a obra foi efetivamente lida pela comissão censora e aprovada. Publicada sob o manto do anonimato, acabou por ser tirada de circulação um mês depois de sua publicação, quando foi aberta investigação contra a obra, coordenada pela polícia de Lisboa. Vale ressaltar que o inquérito foi feito em Lisboa, onde o recém-formado médico residia e trabalhava como físico, o que parece corroborar a ideia de que Mello Franco tenha sido mesmo seu autor. Sobre a investigação conduzida, sabemos que:

No dia 17 de dezembro de 1794 um relatório foi enviado ao mordomo-mor Marquês de Ponte de Lima. Nele, o Intendente geral de polícia Pina Manique fazia questão de relatar os rumos da investigação. Este buscou averiguar os possíveis autores da obra, mas não foi bem sucedido. Para muitos, era impensável a aprovação de uma obra com teor tão polêmico, pois favorecia os maus costumes, sendo considerado perigoso, pois estava cheio de incitações ao pecado, podendo atizar a imaginação dos portugueses. Não sabemos qual foi a reação do público ao tomar contato com a obra, apenas sabemos que foi rapidamente recolhida e, então, censurada. (NUNES, 2013, p. 1).

Ao falarmos sobre o confisco da obra, não podemos deixar de mencionar o Santo Ofício, que, através da censura, exercia o poder de mediação entre a obra e o leitor. As aprovações para publicação passavam, primeiramente, pelo crivo da Igreja, que determinava se a obra seria censurada em nome da “moralidade” ou da fé.

Uma das armas de defesa empregadas na luta contra a heresia foi a censura dos livros e a proibição daqueles que continham doutrinas heréticas ou simplesmente pouco respeitadas para com as verdades da religião. Para além de queimar e condenar as obras, a Igreja condenava e queimava também os seus autores. (RODRIGUES, 1980, p. 12).

Durante o período pombalino foi instaurado um controle efetivo sobre a circulação das obras, que viria a ser exercido pela Real Mesa Censória e pela Imprensa Régia<sup>43</sup>. A obra de Mello Franco, contudo, foi alvo de censura e confisco no período posterior, conhecido como “Viradeira<sup>44</sup>”, que se caracterizou por uma reação anti-pombalina iniciada em 1781. Portanto, o médico mineiro, que estudou em uma Universidade reformada e que se posicionou contra o novo regime (vide seu poema “Reino da Estupidez”), publicou sua polêmica obra - *Medicina Teológica* - sob um novo regime de censura:

Por lei de 17 de Dezembro de 1794, D. Maria I aboliu o tribunal da Real Mesa da Comissão Geral e regressa-se à censura tripartida da Mesa do Desembargo do Paço, do Ordinário da Diocese e do Santo Ofício da Inquisição. Este regresso vinha responder às instâncias da Igreja que protestava contra a exclusão do poder espiritual no exercício da censura. (RODRIGUES, 1980, p. 37).

Entretanto, ao analisarmos o texto do Prefácio e o Index, localizamos argumentos que parecem justificar as razões para sua proibição. A inadequação da obra surge, de forma explícita, no embate entre religião e ciência que ela propõe e no viés iluminista presente nos títulos da própria obra e de seus capítulos. A obra, apesar de voltada para os confessores, acaba por demonstrar o quanto os religiosos estavam incapacitados de proceder eficientemente à cura dos corpos e almas sem o recurso da Medicina.

Percebido como ofensivo, o manual proposto por Mello Franco não foi recomendado aos católicos, estando, por seu teor “imoral”, sujeito à censura:

As atividades repressivas da Real Mesa Censória e a circulação de escritos que, partindo de premissas religiosas, procuravam refutar as novas ideias filosóficas são um exemplo disto. Criado em 1768, o órgão substituía o antigo sistema tríplice de censura, do qual participavam o Ordinário, a Inquisição e o Desembargo do Paço. A remodelação do aparato censório, cujo fulcro residia na política regalista implementada durante o reinado josefino, transferiu a censura, antes sob a principal responsabilidade da Igreja, para as autoridades régias, através da atuação do Desembargo do Paço. (NUNES, 2011, p. 47-48).

---

<sup>43</sup> “A Imprensa Régia vai imprimir textos fundamentais para o ensino e apoiar directamente as instituições oficiais. [...] “a Régia Oficina Tipográfica estava atenta às realidades culturais da época”. Na realidade, tratava-se de formar uma nova mentalidade política e a imprensa nacional criava-se com esta intenção fundamental. (RODRIGUES, 1980, p. 32).

<sup>44</sup> “Com a Viradeira ocorrida após a destituição do Marquês de Pombal, os livros proibidos proliferavam em Coimbra, e a simples posse era sancionada pelo Santo Ofício. Alguns estudantes foram alvo de processos persecutórios, entre os quais alguns brasileiros que estavam mais vulneráveis que os outros, longe da terra natal e privados do apoio dos parentes chegados onde pudessem procurar alguma proteção. Desprotegidos e vítimas de delação foram presos três estudantes oriundos do Brasil: António Pereira de Sousa Caldas (1762-1814), o Caldinhas, que em 1778, tinha iniciado o curso de Matemática, cuja frequência no primeiro ano se exigia para os candidatos ao curso de Cânones; António de Moraes e Silva (1755-1824) estudante de Cânones e Francisco de Mello Franco (1757-1823), natural de Paracatu, Minas Gerais”. (MARTINS, 2012, p.7).

Vale lembrar que muitos médicos da Universidade de Coimbra, que produziam livros direcionados aos estudantes, eram vistos como “estrangeirados” e tinham suas obras automaticamente censuradas. No entanto, a censura<sup>45</sup> não incidiu somente sobre obras produzidas internamente - como a *Medicina Teológica* -, coibiu também a circulação de obras médicas estrangeiras em Portugal, o que contribuiu para o atraso da publicação de determinadas obras e, conseqüentemente, da divulgação de certas teorias e procedimentos terapêuticos adotados em outros países da Europa. Dentre os autores estrangeiros, estavam Le Camus e Boerhaave, que exerceram grande influência sobre Mello Franco.

Se considerarmos, especificamente, a *Medicina Teológica*, o anonimato isentava o escritor da responsabilidade sobre a obra e, portanto, da punição. Sabemos que: “[...] a categoria “autor” e a presença do nome próprio são princípios fundamentais para a designação das obras proibidas”. (TOMÁS apud CHARTIER, 2012, p. 55). Eram previamente condenadas todas as obras cujos autores eram tidos como heréticos, incluídas as obras que já haviam sido escritas e as obras a serem ainda publicadas no futuro. Percebe-se, assim, que antes mesmo da avaliação da obra, seu autor já era considerado culpado e o texto passível de censura.

Segundo Megiani (2009b), a imprensa chegou a Portugal no século XVI, atraída pelos lucros advindos do consumo de impressos destinados à Universidade. Ao longo dos Seiscentos, os livreiros se submeteram ao Santo Ofício, cabendo aos franciscanos a análise do conteúdo das obras:

A invenção da imprensa foi uma verdadeira revolução cultural. Durante a Idade Média, tinha sido fácil vigiar e censurar as produções intelectuais: os manuscritos eram raros e caros; as teorias consideradas perigosas não se podiam propagar nem depressa nem longe. Para além disso, a teologia escolástica reinava e dominava todas as escolas, os únicos centros de vida intelectual. (RODRIGUES, 1980, p. 13).

Com o Index, as obras passaram a ser alvo de censura, sua circulação controlada e seus autores passaram a estar sujeitos a punições. A maioria das obras consideradas inapropriadas desafiava os dogmas religiosos, como ocorria com certos livros de anatomia utilizados nos cursos médicos, cujas ilustrações não eram bem vistas pelos religiosos. Sabe-se

---

<sup>45</sup> Traduzida neste contexto através do que Rodrigues (1980) chamou de “censura inquisitorial preventiva” existente desde 1547 em Portugal, procedendo quanto à qualificação e ordenamento efetivo de obras impressas. Em 1771, foi criada a real Mesa Censória, para confiscar e concentrar as obras impressas em Portugal e no estrangeiro, muitas delas oriundas dos colégios jesuítas. Sendo assim, este órgão regulador é contemporâneo à administração do Marquês do Pombal e das reformas que ocorreram no ensino em Portugal.

que alguns dos livros destinados ao ensino tinham, muitas vezes, suas imagens rasuradas e eram enviados assim para os estudantes.

A dedicatória feita por Mello Franco se apresenta como uma súplica humilde, como uma gentil recomendação feita aos membros do clero, àqueles que deveriam ler a obra, como evidenciado no título: *Medicina Teológica ou súplica humilde feita a todos os Senhores Confessores, e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice*. Esta dedicatória, sob a forma de título, acaba por transferir a autoria àqueles para quem a obra foi dedicada. Para ilustrar esta transferência, Chartier recorre à obra “Dom Quixote”, mostrando as diferentes maneiras através das quais o autor buscou a aceitação da coroa ou, então, do patrocinador. Independente dos recursos retórico-narrativos empregados por Mello Franco, sabe-se que a obra, apesar de ter sido aprovada pela Mesa Censória portuguesa e de ter sido publicada, foi rapidamente retirada de circulação em razão de seu conteúdo. Contudo, Abreu destaca que:

Quanto à apreensão de Medicina teológica, tal fato não deve ser relacionado, a meu ver, com a idéia sustentada ao longo do livro de que o corpo humano comparava-se a uma máquina, já que muitos médicos defendiam tal posição. O que tornava as opiniões de Mello Franco tão perigosas era a defesa de que apenas o médico conhecia os meios para curar as doenças, inclusive aquelas relacionadas com os desvios da alma [...] Por ora importa comentar que a Medicina teológica é basilar para se compreender como a medicina das Luzes procurava desvincular-se da religião e, ao mesmo tempo, se vinculava aos princípios do mecanicismo. (ABREU, 2006, p. 100).

A regulação das obras, contudo, vai além do Index, o que pode ser observado nos registros para obtenção dos direitos de cópia (*copyright*), em que temos o autor como proprietário dos produtos de seu trabalho, obtendo uma espécie de direito natural sobre seus livros. Tais práticas remetem ao século XVIII e estão intimamente relacionadas aos contratos com editoras e às tratativas comerciais para obtenção de lucro a partir da publicação. A ausência de assinatura em uma obra - como marca do autor -, de seu nome enquanto marca (famosa, infame ou vendável) acaba, contudo, por impedir que seu autor obtenha lucro através de sua comercialização. Como já mencionado, em Portugal o controle da imprensa começou no período pombalino: “[...] através da concessão de privilégios de impressão e venda que os livros em geral exibiam e que eram a única garantia legal da propriedade literária e editorial”. (RODRIGUES, 1980, p. 15).

Francisco de Mello Franco, aliás, nunca assumiu ser o autor da *Medicina Teológica*. Mas, afinal, o que teria levado o jovem médico a não assumir a autoria desta obra? Uma das possíveis explicações para o anonimato tem relação com suas polêmicas afirmações:

[Senhores Confessores] dai-nos remédios aos nossos males, ensinai-nos com que Medicina nos curemos, que nós em retribuição pediremos também a Deus que vos encha de Ciência e santidade para que continuardes a ser em seus Igreja como luzes brilhantes, que iluminam a todo o homem, e o sal da terra que a preserva da corrupção. Amem. (FRANCO, 2008, p. 147).

Acreditamos que a opção pelo anonimato da obra de 1794 tenha decorrido do temor que o autor tinha de ser aprisionado novamente. Após passar quatro anos no cárcere e ter visto a perseguição de outra de suas obras - no caso, o poema *Reino da Estupidez*, sobre a qual abordaremos adiante -, parece plausível supor que o autor tenha escolhido conscientemente não assumir a autoria deste texto pelo temor da perseguição e do aprisionamento. De qualquer maneira, hoje, historiadores brasileiros e portugueses atribuem a obra *Medicina Teológica* a Mello Franco.

Sabemos que em Portugal, ao longo do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, muitas obras foram alvo de censura devido às posições teóricas que defendiam, outras, no entanto, passaram pelo crivo da censura, tendo sua publicação autorizada, inclusive, a *Medicina Teológica*. Considerando a publicação e a larga difusão de outros tratados médicos no mesmo período, podemos questionar: por que, justamente, a obra escrita por Mello Franco foi confiscada?

Manuais morais-medicinais, como o de Mello Franco, são bastante raros, sendo, também, pouco explorados pela historiografia. Dentre eles, podemos citar a obra de Antonio Ribeiro Sanchez, *Dissertações sobre as paixões da alma*, publicada em 1753 e, frequentemente comparada, a de Mello Franco, já que ambas discutem as relações entre alma e corpo. E, também, *Âncora Medicinal*, escrita por Francisco da Fonseca Henriques e publicada em 1731, que será discutida nos capítulos seguintes. Estas duas obras, curiosamente, não são referidas por Mello Franco na *Medicina Teológica*, como se pode constatar em relação à obra do francês Antônio Le Camus, *Medicina do Espírito*, publicada em 1769.

As obras de Medicina publicadas à época de Mello Franco se caracterizam por estarem voltadas para a Cirurgia e para a Medicina prática, em sintonia, portanto, com as premissas dos *Estatutos* de 1772. Sabemos que a *Viradeira* não implicou na proibição do experimentalismo instituído na Universidade de Coimbra durante o governo anterior. Conforme Martins e Silva (2002), várias obras dirigidas a médicos e cirurgiões, como *Elementos de Cirurgia Ocular*, escrita pelo cirurgião oftalmologista Joaquim José de Santana, em 1793, foram publicadas. Segundo Silva (2002, p. 309), esta obra se constitui no primeiro tratado de Oftalmologia publicado em Portugal, evidenciando o empenho de médicos e

cirurgiões em adequar-se ao pensamento da época. Outra obra de *Medicina prática* que podemos destacar é a escrita pelo ortopedista Manuel Alves da Costa Barreto, em 1797, *Ensaio sobre as Fracturas*, voltada para o atendimento de pacientes nos hospitais portugueses.

Como referido no capítulo anterior, o físico formado em Coimbra deveria conhecer também os elementos constituintes e as aplicações dos fármacos. Sendo assim, muitos tratados de Farmácia foram também publicados nesta época (PITA; PEREIRA, 2011), como o escrito em 1794, por Francisco Tavares, professor de Medicina de Coimbra, intitulado *Farmacologia Geral para o Reino e Domínios de Portugal*. Outra obra sobre medicamentos foi escrita por Manuel Joaquim Henriques de Paiva, que trabalhou como químico na Universidade de Coimbra. Entre suas obras, destacamos *Curso de medicina teórica e prática* e *Curso de medicina theorica e pratica destinado para os cirurgiões que andam embarcados, ou que não estudaram nas Universidades*, publicadas em 1792. Suas obras eram destinadas ao grande público e, também, aos cirurgiões em formação, instrumentalizando-os teoricamente. Considerando que o cirurgião não possuía a mesma formação acadêmica que a do médico, Henriques de Paiva se dedicou à elaboração de manuais para os que trabalhavam com o sangue e os fluidos.

Outra obra contemporânea à *Medicina Teológica* foi a obra *Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres dos templos e methodo de os prevenir*, escrita pelo médico Vicente de Seabra Silva e publicada em 1800, pela Tipografia do Arco do Cego, de Lisboa. Nesta produção, Seabra Silva apresenta os riscos que os sepultamentos dentro das igrejas traziam para a população, evidenciando preocupações com a saúde pública.

Vale ressaltar que na virada do século XVIII para o XIX, a saúde pública ganhou grande destaque, implicando na adoção de medidas para contornar as epidemias que atingiam as cidades mais populosas da Europa. Mello Franco também dedicou-se ao tema em sua obra *Elementos de Higiene*, de 1813, na qual propôs medidas como vacinação e de controle das doenças venéreas.

Segundo Pita e Pereira (2011) o *Tratado de Polícia Médica*, de 1818, tem como autor José Pinheiro de Freitas Soares, que era egresso do Curso de Medicina da Universidade de Coimbra e membro da Academia de Ciências de Lisboa, assim como Mello Franco. Em sintonia com as preocupações relativas à saúde pública, Freitas Soares defendeu que os códigos de polícia eram fundamentais para a harmonia social, a boa ordem e a segurança pública, como se pode constatar nesta passagem extraída de sua obra:

[...] esta Sciencia porém, abrangendo muitos e varios objectos, toca também aquelle de conservar a saúde do homem na sociedade, e de lhe prolongar a vida, a fim de augmentar a população que hé a primeira fonte da riqueza nacional; e d'aqui vem a necessidade do conhecimento da Hygiene Publica, cujos preceitos versando sobre a direcção das faculdades phisicas e moraes do homem e sobre a salubridade dos differentes objectos que tem realação com a sua existencia, são da partilha immediata da Polica Medica para a sua execução. (FREITAS, 2013, p. 1).

Segundo Subtil e Vieira (2012), este autor também recorreu a Ribeiro Sanchez para tratar de questões que remetem à conservação da saúde da população. Não foi, contudo, alvo de censura ou confisco, o que certamente se deveu ao fato de ter priorizado a prevenção de doenças contagiosas, a fiscalização e a higienização dos alimentos.

Considerando esta breve exposição dos tratados médicos produzidos contemporaneamente à *Medicina Teológica*, parece-nos claro que não foram os teóricos nos quais Mello Franco se inspirou ou os medicamentos e procedimentos terapêuticos que ele propôs, as causas do confisco da obra escrita pelo médico mineiro em 1794. A proposição da substituição do confessor pelo médico foi, em nosso entendimento, a razão para o confisco e, portanto, para a proibição da circulação da *Medicina Teológica*. A historiadora Márcia Abreu tece considerações sobre a avaliação inicialmente feita pelos censores e sobre as razões que motivaram o posterior confisco da obra:

O livro de Francisco de Mello Franco, publicado anonimamente, dissociava a prática médica do domínio religioso, colocando em questão a autoridade da Igreja no campo da saúde, o que não foi visto como grave problema pelos dois censores que assinaram, juntamente com presidente da Mesa, D. Miguel José de Noronha, a licença para impressão da obra. Entretanto, à publicação da obra sucedeu tal escândalo que fez com que ela tivesse de ser imediatamente recolhida. (ABREU, M. 2007, p. 7).

Sabemos que os livros que mais sofriam censura eram os de Medicina e os de Política, pois havia o entendimento de que:

Quando estes infinitos e incessantes Tratados se empregam em Patologia, Farmácia, Métodos curativos, Sistemas, ora seguidos e logo sepultados, maior mal fazem ao corpo que ao espírito: enterram, mas não pervertem; quando a sua matéria é a decantada Fisiologia (ainda que seja a de Heller) e Anatomia Comparada, temos logo um seguro Vade mecum ao Materialismo e Ateísmo; e é desgraça que este Naturalismo tenha invadido tanto os modernos Italianos! (RODRIGUES, 1980, p. 69).

O início do século XIX trouxe significativos avanços na Medicina, especialmente, com a descoberta, por Edward Jenner (1749-1823), da vacina contra a varíola, que contribuiu para a redução das elevadas taxas de mortalidade na Europa. Nos anos 1800, surgiu um novo campo da medicina, mais especificadamente, a área das doenças mentais. Dentre as primeiras

publicações sobre o tema, estão as escritas pelo médico Phillipe Pinel (1745-1826), com destaque para *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale*. Segundo Alves (2009, p.03) este novo campo da Medicina, das doenças mentais, anteriormente definido como Alienismo e, mais tarde, como Psiquiatria, irá propor a “utilização de terapêuticas específicas (morais) e a criação de instituições médicas especializadas (hospícios de alienados)”. (ALVES, 2008, p. 8). A *Medicina Teológica* de Mello Franco, escrita na última década do século XVIII já anunciava alguns destes procedimentos que seriam adotados no tratamento de doentes mentais, contudo, mantinha, ainda, a percepção de que certas enfermidades, por ele denominadas de *doenças do ânimo*, decorriam de vícios e de condutas morais condenáveis.

Cabe, aqui, lembrar do que nos diz Henrique Carneiro (1994): “Uma característica comum aos médicos portugueses do século XVIII é a crença na ação demoníaca como responsável por muitas doenças”. Até mesmo os remédios eram divididos entre supersticiosos, mágicos, divinos ou eclesiásticos. Assim, uma medicina que se aproximasse do experimentalismo acadêmico acabaria por confrontar uma realidade de superstição e fé, pois “melhor morrer com Deus que curar contra Deus”. (CARNEIRO, 1994, p. 69).

No entanto, não apenas obras médicas foram alvo de censura ou de confisco no Setecentos e nas primeiras décadas do Oitocentos. Também textos literários, poemas e peças teatrais, tidas como não adequadas à moral vigente, não puderam ser lidos ou encenados. É o que nos mostram os estudos mais recentes sobre as práticas de leitura na Europa e, especificamente, em Portugal, durante este período.

### **3.3 Livros, autores e autoria: uma discussão pertinente**

Para Costa e Cardoso (2011), é incontestável o lugar central desempenhado pelos livros como veículo da construção e circulação do saber médico ocidental. Podemos também afirmar que a medicina é a área do conhecimento científico que está associada a mais antiga e a mais vasta cultura literária, que cresceu consideravelmente com a introdução do livro impresso.

A publicação de livros<sup>46</sup> na segunda metade do século XVIII tinha um custo bastante elevado, tornando-se, muitas vezes, inviável, a não ser que o autor contasse com patrocinadores, homens que pertenciam à aristocracia, que financiavam a edição das obras. A intervenção de um agente que custeava a obra também é um fator a ser considerado quando

---

<sup>46</sup> A posse privada do livro cresce ao longo do XVIII, permitindo a reflexão a partir da leitura - seja para a literatura religiosa, ou mesmo para aqueles livros que poderiam ser lidos apenas no foro privado.

tratamos da questão da autoria, pois uma obra só existe - fisicamente - em razão do interesse de um ou, então, de vários homens. “O livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação”. (CHARTIER, 1994, p. 8). Esta parece ter sido a situação vivida tanto por autores portugueses setecentistas, como Mello Franco, quanto por estrangeiros, cujas obras enfrentaram dificuldades para circular em Portugal, por não se sujeitarem à ordem instaurada ou aos patrocinadores.

Os livros, vale ressaltar, eram produzidos para atender justamente à demanda de certa comunidade de leitores. A prática da leitura, como afirma Chartier, foi desenvolvida aliada aos crescentes números de alfabetizados ao longo dos séculos XVII e XVIII. O historiador francês oportuniza a lembrança de que estas leituras podiam ser silenciosas ou realizadas em grupos, o que nos remete às Universidades e ao seu público letrado e altamente erudito e a uma linha que diferencia os leitores leigos dos especialistas, como os médicos. No Setecentos, já existiam editoras especializadas em livros médicos, voltados para a academia e também para aqueles que, como Mello Franco, já exerciam o ofício.

Deve-se levar em conta, também, que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos. [...] Aqueles que são capazes de ler textos não o fazem da mesma maneira, e há uma grande diferença entre os letrados talentosos e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que leem para poder compreender, ou que só se sentem à vontade com algumas formas textuais ou tipográficas. (CHARTIER, 1994, p. 13).

Todas estas atividades pressupõem um leitor, o que corrobora a ideia de que os livros existem porque há leitores para lhes dar significado. O conceito de recepção trata precisamente sobre os meios pelos quais conseguimos perceber as reações dos leitores em relação ao material a que têm acesso. Em nosso entendimento, ao ser dedicada aos confessores, a obra de Mello Franco traz implícitos não apenas o seu potencial público leitor, os religiosos e, por extensão, os penitentes, mas também uma *recepção possível* - e até previsível - à obra. Acreditamos, também, no fato de que a obra tenha sido confiscada por seu conteúdo, pois seu autor falava, dentre outros temas, das doenças decorrentes dos excessos de sexo e do consumo de álcool, que vinham sendo tratados, até então, exclusivamente, pelos religiosos nos confessionários.

Por outro lado, o vocabulário empregado por Mello Franco não é rebuscado, contando com exemplos simples e receitas detalhadas, o que pode indicar que a obra também visasse atingir públicos de leitores distintos, além dos confessores e médicos identificados com as

novas teorias do século XVIII. Segundo Darnton (2010), a leitura é um fenômeno social, uma prática que vai além da decodificação de signos, é uma habilidade que estabelece significado, e que varia entre culturas. Passando pela maneira como era ensinada, a leitura carregava significações diferentes daquelas que atribuímos ao hábito de ler que temos hoje. Cabe destacar que dentre as estratégias de mediação entre autor e leitor, algumas objetivavam o controle da ordem, outras apenas buscavam direcionar o assunto para seu público alvo.

Assim como as obras literárias tendem a criar uma cumplicidade com seu potencial leitor, por meio de recursos de escrita, como a descrição de um cenário sem um preciso estabelecimento geográfico e temporal, pode-se supor que a obra de Mello Franco, por seu cunho científico, tenha buscado se aproximar do leitor através do emprego de estudos de caso, das referências à Bíblia e, até mesmo, o tratamento respeitoso em relação aos confessores. Da mesma maneira, parece-nos que o autor visou alcançar o íntimo do seu potencial leitor, levando-o a um (auto)reconhecimento, como é possível constatar na descrição dos males da alma, tão comuns à época, segundo o próprio autor. Enfim, como bem apontado por Chartier, diversos são os meios que intentam a aproximação do leitor com a obra e com seu autor:

D. F. McKenzie escreveu: “Novos leitores produzem novos livros” [...] e seu significado é função de suas novas formas”. Parafrazeando essa observação, podemos dizer que novos livros produzem novos autores, ou seja, a construção da autoria é função de uma nova forma de livro, cuja unidade é física e autoral. (CHARTIER, 2012, p. 64).

O que era ser autor de obras científicas na Era Moderna? Esta autoria estava ligada aos profissionais que desenvolviam experimentos e os validavam a partir da divulgação dos resultados, pautando-se em autores de referência para conferir legitimidade e veracidade as suas obras. Foi em decorrência da Revolução científica ocorrida no século XVII que, pela primeira vez, discutiu-se o papel do autor de obra científica, questão que atravessaria também o século XVIII, momento da publicação da *Medicina Teológica*. Mello Franco, no entanto, abdica da autoria da publicação da obra, por temer o retorno à prisão. Neste caso, o autor Mello Franco pode ser pensado como indivíduo, que fez suas escolhas, pensando em sua carreira ou em seu *status* social. Conforme Chartier (2012, p. 38): “A “função-autor”, portanto, pressupõe uma radical distância entre o próprio indivíduo e a construção do sujeito a quem o discurso é atribuído”. E ainda: “[...] o “autor” não é apenas uma função que se desloca e transforma a personalidade de um indivíduo que escreve; é também uma ficção que proporciona realidade a uma ausência”. (CHARTIER, 2012, p. 40).

Foucault, antes de Chartier, discutiu a distinção entre autor literário e científico. O quiasso<sup>47</sup> de Foucault está pautado na hipótese de que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, houve uma inversão nos papéis e os escritos científicos passaram a ser anônimos, enquanto os escritos literários passaram a apresentar a referência do autor, uma vez que a ciência deveria julgar os textos validando apenas o conteúdo, não se utilizando do autor para uma referência de legitimidade. Por outro lado, os literários deveriam apresentar o autor para que fossem avaliados em seu conjunto de produção, especialmente, no que concerne às punições devido ao teor das obras. Chartier procura contradizer essa proposta, na medida em que afirma que no XVI e XVII: “[...] a indicação do nome do príncipe validava a verdade do texto científico”. (CHARTIER, 2012, p. 32).

Dessa maneira, o autor era passível de punição, caso suas obras tivessem caráter transgressor, como se pode constatar em relação ao poema *Reino da Estupidez* e à obra *Medicina Teológica*, escritas por Mello Franco e que foram consideradas inadequadas por razões diferentes. É preciso frisar que também a última obra de Mello Franco, *Ensaio sobre as febres*, não foi bem aceita pela comunidade médica, tendo em vista as críticas direcionadas ao autor, já que não foi publicada anonimamente.

Para além das questões afetas à possível aferição da recepção e à autoria da *Medicina Teológica*, entendemos ser também necessário saber quem eram os confessores a que o autor se referiu ao longo da obra e qual o papel que desempenhavam na cura das doenças do ânimo em Portugal no Setecentos.

### 3.4 Os confessores

Na obra de Mello Franco encontramos menções ao trabalho dos confessores, que por meio do sacramento da confissão<sup>48</sup> orientavam os penitentes em relação às suas angústias e às

---

<sup>47</sup> Podemos entender Quiasso como um estilo linguístico, em que as palavras repetidas têm sua ordem invertida, no caso, autor científico e autor literário.

<sup>48</sup> Segundo Lopes (2010, p. 1-2), “A confissão auricular dos pecados, instituída no ano de 1215 pelo IV Concílio de Latrão, constituiu-se como prática obrigatória a todos os fiéis que desejassem se colocar no caminho de sua salvação. A partir do século XIII, cada católico deveria, anualmente, relatar seus pecados a um padre e receber deste a penitência e absolvição. Visto que o pecado acompanha o homem durante toda a sua vida, este deve estar preparado para observar suas próprias faltas, rever seus erros e arrepender-se deles. Entretanto, por mais que a confissão fosse obrigatória a todos os fiéis, nem todos sabiam como proceder nessa prática. Nem mesmo os confessores, aos quais se atribui essa tarefa, tinham todo conhecimento de doutrina exigido pela obrigação formal de confessar. Dessa maneira, os confessores contam com os manuais de confessores, suportes escritos que explicitam a forma de orientar o penitente na prática confessional. [...] Para além dos aspectos de controle moral e social exercido pela Igreja através da confissão obrigatória, Jean Delumeau atenta para a possibilidade de ver nesse procedimento inquisitorial um importante elemento para que os homens tivessem conhecimento de sua própria vida, de seus atos, de sua alma. O autor afirma que apesar de exigir do fiel a confissão explícita, a

enfermidades da alma. Para o médico mineiro, eles deveriam atuar como um intermediário entre o médico e o penitente, aprendendo com os físicos como remediar os pecados. Para o autor:

Ora que a alegria do coração seja uma Panacéia geral para a conservação da vida, e saúde, não há médico algum que o não tenha lido em todos os Autores da Medicina, e que deixe de a aconselhar a seus enfermos; porém qual seja o remédio seguro, e infalível para conseguirmos esta alegria, podemos todos dizer que é a Confissão; porém ninguém o pode ministrar se não os Senhores Confessores. (FRANCO, 2008, p. 144).

Jean Delumeau (1991) apresenta a confissão como uma ferramenta de caráter coercitivo e culpabilizador, tendo em vista que a Igreja não apenas punia os corpos dos fiéis, mas oferecia também o perdão e a cura espiritual, que viabilizava a tão desejada salvação da alma. Para Mello Franco, a confissão seria necessária para o processo de cura, remetendo, em alguns momentos, às Escrituras Sagradas para corroborar seu argumento:

A Escritura, e Santos Padres a tem estabelecido, e os mesmos Hereges não deixam de reconhecer sua verdade. Santiago nos exorta que confessemos uns aos outros nossos pecados: e S. Paulo assevera que a confissão se faz para por ela se conseguir a saúde [...]: Saúde sim, não só da alma, mas também do corpo; porque primeiramente sendo certo pela fé, e experiência, que a inocência, e a piedade é útil para tudo, e que principalmente nela temos vinculadas as promessas favoráveis, não só a esta vida presente, mas também à futura [...]. (FRANCO, 2008, p. 143).

Ao instruir os confessores sobre como remediar os males da alma que se encontravam refletidos no corpo, Mello Franco percebia a confissão não apenas como um instrumento de diagnóstico, mas, também, como um meio de controle da Igreja sobre os fiéis, pois: “Diante da vida pecaminosa, entregue a paixões, vícios e deleites, o cristão condenado estaria fadado a nunca deixar de ser atormentado com o mesmo rigor por toda a eternidade”. (FLECK; DILLMANN, 2013, p. 29). Se morrer em pecado significava uma eternidade no inferno, a confissão era o meio de livrar-se desta possibilidade e de assegurar a salvação<sup>49</sup>.

---

Igreja concede a ele o perdão que o conforta e mantém suas pretensões de salvação. Fundamentado em extensa documentação referente aos manuais de confissão e escritos teológicos, Delumeau considera ainda que a confissão ampliou um discurso produtor de medo, culpabilizador e coercitivo, que, todavia, propunha uma contrapartida: o perdão. Para Delumeau, a Igreja Romana quis confortar os fiéis atestando-lhes o perdão divino. Em troca do que exigiu deles uma confissão explícita”.

<sup>49</sup> Sobre a salvação no século XVIII, SILVA (2008, p. 336) destaca: “Na realidade, o discurso teológico vigente, sobretudo aquele derivado do tomismo, admitia uma estreita união entre corpo e alma e, inclusive, analisava os efeitos da comunicação, simpatia ou contágio entre os acidentes das duas partes formativas do ser humano. O médico defendeu uma inversão na interpretação das causas e efeitos, elegendo o campo do somático como a principal causa das paixões. Por essa razão, a salvação da alma passaria a depender da saúde do corpo”.

Desde a Idade Média, a Igreja instituiu a obrigatoriedade de o cristão realizar a confissão de seus pecados, para o recebimento do perdão, mediante exame de consciência sobre todas as circunstâncias da ação pecadora, o que implicava refletir “quem peca, qual é o pecado, onde pecou, quantas vezes pecou, com quem e contra quem cometeu, a razão de ter cometido, como pecou e quando pecou”. (FLECK; DILLMANN, 2013, p. 11).

A confissão era prática comum à Igreja Católica desde a Idade Média. Por ocasião do Concílio de Trento, realizado entre os anos de 1545 e 1563, serão feitas as primeiras menções à confissão obrigatória anual. Antes do estabelecimento desta prática, este sacramento era um negócio, na medida em que se pagava pela salvação, o que fazia com que ela não estivesse disponível para todos. Segundo Pieroni (2012, p. 2), durante a confissão: “O padre ficava sentado e estes ficavam separados por uma divisória contendo uma abertura que, frequentemente, era coberta por uma grade, e então era feita a confissão auricular, onde o padre ouviria o relato dos pecados”. Esta prática simbolizava não apenas a busca por perdão, mas a reafirmação da fé cristã, como bem apontado por Mello Franco em sua obra:

E sendo em segundo lugar também certo que a reverência que mostramos a Deus, isto é, a obediência prática às suas vontades, e o cumprimento de suas leis influi em nossos corações um prazer amável, um alegria celeste, um contentamento divino, vem também a ser certo, que esta mesma inocência, piedade, e reverencia para com Deus nos há de conservar em uma vida permanente, e prolongada com saúde corporal e espiritual neste mundo, e no outro [...]. (FRANCO, 2008, p. 143-144).

A expiação dos pecados era viabilizada através da confissão, pois, segundo Pieroni (2012, p. 3): “Confessando, o penitente demonstra que ele não quer ser identificado com o pecado. Mas para receber a graça divina, esta confissão deve ser precisa, objetiva e clara; é necessário se auto-acusar das faltas graves, uma a uma”. Para Mello Franco, a confissão deveria ser feita por aquele que reconhecesse suas culpas:

A Confissão frequente sincera, e voluntária, que lhe fazemos de nossas culpas, é a que nos faz levantar intimamente consolados, e por consequência com um esforço, que nos sustenta na graça de Deus, e nos ajuda a resistir a todas as tentações da carne, do mundo e do Demônio. (FRANCO, 2008, p. 144).

Dessa maneira, a Igreja é a intermediária entre os pecadores e a salvação, cabendo aos religiosos ouvir os fieis em confissão e orientar sua conduta. Os confessores deveriam ser alguém de confiança<sup>50</sup> da comunidade, estando encarregados de auxiliar os fiéis na cura dos males de suas almas. Como afirma Lopes:

---

<sup>50</sup>“A espiritualidade atribuída ao bom pastor, bem como a representação do sacerdote como um pastor das almas não são fabricações espontâneas. A Igreja tem um papel fundamental na elaboração de tais representações, as quais constituem-se como identidades religiosas a serem seguidas pelo clero e transmitidas de alguma forma aos

[...] a Igreja construiu a si própria como indispensável na remissão dos pecados a partir do século XIII, com a institucionalização da confissão anual e obrigatória e através da ação dos confessores. Dessa forma, o confessor, após ouvir e conduzir toda a confissão do pecador, tem o dever de estipular as penitências que o pecador deve cumprir para obter o perdão e a remissão pelos pecados. Assim, o confessor se constitui como possuidor das “chaves do reino dos céus”; seu poder “é firmemente ancorado, e definitivamente ancorado, no interior do procedimento da revelação das faltas”. (LOPES, 2011, p. 5).

Sabemos que muitos manuais de confissão foram escritos durante a Idade Média com a intenção de melhor conduzir as atividades confessionais. Para Pieroni (2012), ao confessor cabia conhecer os pecados de cada um de seus penitentes, resgatando-os do pecado e auxiliando-os na adequação às regras de boa conduta cristã, por meio dos sete sacramentos, ou oferecendo remédios para curá-los:

[...] que a remissão de nossos pecados, e a alegria que dela se segue, isto bastava para que nós chegássemos continuamente ao tribunal da penitência; mas se a este pensamento juntarmos o de que os Senhores Confessores nos podem ensinar também os remédios físicos com que moderemos nossas paixões, e curemos nossa lascívia, extingamos nossa cólera, e evitemos a embriaguez, então qual será a utilidade que confessemos haver achado na Confissão Sacramental? Serão tantas quantas são as virtudes, que podemos praticar conduzidos da graça do Espírito Santo: Serão tantas, quanto os frutos que no Cristianismo chamamos de Espírito Santo, e que se podem todos deduzir da inocência. (FRANCO, 2008, p. 145).

Na passagem acima, percebe-se que, ao mesmo tempo em que recorre à confissão, Mello Franco deixa claro que, em sua opinião, esta não seria suficiente para a cura. Além de confrontar-se com seus pecados, o penitente deveria receber indicações de medicamentos para otimizar o processo de cura. Assim:

Ao abordar os malefícios dos pecados capitais e oferecer “remédios” para eliminá-los ou “curá-los”, o manual cumpria uma missão clara e precisa: conduzir os sujeitos pecadores a conhecerem-se, a estabelecerem uma relação consigo, a meditar sobre suas atitudes e pensamentos; e, assim, sujeitos dóceis (sem ira), obedientes à Igreja (sem soberba e avareza), com atitudes moralmente aceitas (sem luxúria), com hábitos saudáveis (sem gula e sem preguiça), enfim, sujeitos capazes de contribuir com e para a Igreja Católica. (FLECK; DILLMANN, 2013, p. 32).

A *Medicina Teológica* é um compêndio escrito para auxiliar os confessores, mas foi escrito por um médico. Assim, sua intenção, inicialmente, é a mesma daqueles manuais escritos por religiosos, tais como *O Espelho dos penitentes*, de João da Fonseca, de 1687, e editado em Évora, o *Manual dos Confessores e Penitentes*, de 1552, editado em Coimbra e o

---

fiéis. Ao mesmo tempo em que fornecem sentido para a própria instituição, tais identidades foram manuseadas a fim de servirem como uma das muitas estratégias utilizadas pelo catolicismo para se manter vigente perante a conjuntura cultural e política desde o início dos anos oitocentos”. (PIRES, 2013, p. 481).

*Breve Memorial dos Pecados*, do autor laico Garcia de Rezende, editado em Lisboa, em 1521.

Sobre os manuais de confissão:

[...] é possível dizer que livrar os cristãos de todo e qualquer pecado e da possível condenação ao inferno era um dos objetivos fundamentais dos manuais de devoção católicos que circularam na Europa e na América entre o século XVIII e o XIX. Os discursos sobre os pecados capitais - cometidos pelo cristão que desobedecia ou contrariava as leis divinas - eram revestidos de tal gravidade que conduziam a alma aos sofrimentos do inferno. Tanto os pecados “de costume”, quanto os pecados capitais eram entraves à salvação das almas no Juízo Final, e, para combatê-los, eram “receitados” alguns “remédios” para sua “cura”, configurando assim o reforço de uma prática salvacionista da Igreja. (FLECK; DILLMANN, 2013, p. 7).

Segundo Fleck e Dillmann (2013), a literatura religiosa, sob a forma de sermões, catecismos, missais e manuais de devoção, foi abundante ao longo dos Setecentos em Portugal, acompanhando o incremento das práticas de leitura. Os manuais de confissão<sup>51</sup> consistiam em orientações aos penitentes quanto às posturas virtuosas que deveriam ser tomadas para assegurar tanto o “bem viver”, quanto o “bem morrer”. De acordo com Jean Delumeau, eles representaram “um ponto de inflexão fundamental na constituição da consciência moderna e um divisor de águas na história das sensibilidades ocidentais”, sinalizando “uma mudança de perspectiva em relação ao tratamento à remissão dos pecados, dando origem ao que se costuma designar de modelo de penitência contricionista”, o que implicou “transformar a confissão num sacramento”. (MACEDO, 2006, p. 3).

Os pecados cometidos em “pouco tempo de vida” poderiam ter efeitos “sem remédio” por toda a eternidade, já que a condenação poderia ser eterna. Diante da vida pecaminosa, entregue a paixões, vícios e deleites, o cristão condenado estaria fadado a nunca deixar “de ser atormentado com o mesmo rigor por toda a eternidade”. Esse seria o maior suplício e sofrimento de quem morreu em pecado, sem o necessário conhecimento de si, sem a eliminação dos maus pensamentos, e, portanto, sem o direito de purgar seus pecados. (FLECK; DILLMANN, 2013, p. 29).

Por outro lado, no Setecentos, gradualmente, “No lugar do pecado e do vício, impôs-se, lentamente, a noção de doença somática. Em vez de cominar o castigo ou o ascetismo, um grupo de médicos passou a almejar a normalidade pela cura”. (FREITAS, 2013, p. 4). Segundo Silva (2008, p. 336), os remédios morais teriam propriedades curativas apenas para a alma, e somente essa abordagem não seria a mais adequada, pois a cura não seria alcançada

---

<sup>51</sup> Segundo Macedo (2009, p. 02): “[...] a confissão auricular assegurou à Igreja e aos seus ministros um sistema de regulação dos comportamentos coletivos pelo qual o confessor não apenas detectava, mas também constituía, mediante severo interrogatório, as faltas do penitente. Nesse aspecto, o dispositivo da confissão transformava-se num mecanismo de controle social. Por outro lado, a contrição e remissão dos pecados liberavam o penitente de eventuais culpas, reconciliando-o com sua consciência e permitindo-lhe experimentar maior densidade emocional e espiritual, motivo que explique talvez a razão de seu sucesso e de sua excepcional duração como prática social”.

por meio de orações, jejuns e disciplinas. Mello Franco via o corpo como um subordinado da alma.

Sendo assim, o confessor deveria aprender Medicina, para entender como o corpo funcionava. Não bastava ser apenas médico de almas, ele deveria necessariamente saber como remediar também o corpo. Dessa maneira, as relações entre penitentes e confessores mudam ligeiramente, pois: “[...] “E também qual é o Penitente que sabendo que algum Teólogo é justamente Médico o não queira ter com preferência por Confessor pois porque obram assim todos, se não porque por um sentimento comum estão capacitados da necessidade da união da Medicina com a Teologia, ou só é bom Confessor o que também é bom Médico?”. (FRANCO, 2008, p. 24).

A *Medicina Teológica* foi pensada como um manual para ser usado pelos confessores na emenda daquelas enfermidades que estariam na raiz dos pecados, como a lascívia, cólera e bebedice. Estas doenças não eram exatamente pecados, com exceção da lascívia e sua direta associação com a luxúria. Os teólogos deveriam administrar remédios, prescrever terapêuticas e, ainda, recomendar alimentos. Sobre a *Medicina Teológica*:

Mello Franco afirma que após o advento bíblico da queda, ofuscada a razão e atenuado o livre-arbítrio, o homem passou a viver debaixo da rebeldia das paixões. A Igreja Católica, empenhada em construir diques à torrente de vícios e pecados com a prática da confissão, falhava por usar apenas os remédios morais nesse ministério. Ao contrário do discurso teológico vigente, de matriz tomista, Mello Franco elegeu o campo somático como a principal causa das paixões, razão pela qual a salvação da alma passaria a depender da saúde do corpo. A novidade que justificava a obra era a ampliação do escopo do ofício dos confessores, com a inclusão do conhecimento médico, já que muitas doenças, depois de infeccionar o corpo penalizariam a alma, fazendo-o desfalecer e cair em pecado. (EDLER, 2013, p. 446-447).

A obra publicada em 1794 é, inequivocamente, resultado das mentalidades de seu tempo. Por meio dela, percebemos as características singulares do Reformismo ilustrado, que ocorreu em Portugal no século XVIII. Um período marcado pelos embates entre reformistas e jesuítas, dentro e fora dos espaços de ensino - como a Universidade de Coimbra em que Mello Franco estudou -, nos quais as disciplinas teóricas cederam lugar a outras mais voltadas para os experimentalismos e a prática médica. Essa mudança de olhar refletiu-se nos discentes que ali estudaram, muitos deles vindos da América portuguesa, como o mineiro nascido em Paracatu, que anos mais tarde, retornaria já médico ao Brasil.

## 4 ENTRE COLÉRICOS, MELANCÓLICOS E ÉBRIOS

*A Igreja diz: o corpo é uma culpa  
A Ciência diz: o corpo é uma máquina*

Eduardo Galeano

### 4.1 Medicina da alma e dos nervos na obra *Medicina Teológica*

A Medicina ensinada na Universidade de Coimbra, tema que desenvolvemos no primeiro capítulo, buscava formar médicos que remediassem a ociosidade e que garantissem a manutenção da saúde dos corpos necessária para o progresso de Portugal. A obra de Mello Franco pode ser, em razão disso, percebida como um manual que argumenta que a *medicina corporal* - expressão utilizada pelo autor - tem como fim recuperar a saúde perdida e conservar aquela já recuperada. Contudo, Mello Franco afirma que este é também o ofício do confessor, o *médico espiritual*<sup>52</sup>, pois além da saúde da alma, deveria assegurar a do corpo, afinal “qual é o Penitente que sabendo que algum Teólogo é justamente Médico o não queira ter com preferência por Confessor, pois porque obram assim todos, se não porque por um sentimento comum estão capacitados da necessidade da união da Medicina com a Teologia [...]. (FRANCO, 2008, p. 24). Para Mello Franco, os médicos tinham os conhecimentos necessários para remediar as doenças do ânimo, por sua experiência e formação acadêmica, conforme podemos constatar na passagem transcrita abaixo:

Os dois braços da boa Medicina são a razão, e a experiência, com eles adquirem os Professores um bom nome, tanto na Teologia como na prática: o Confessor também deve exercitar o seu ministério com estes dois braços: ora a razão lhe mostra, que mal poderá ele combinar os pecados dos homens com as Leis Divinas, se conhecendo somente estas não examinar todas as circunstâncias que influem naqueles; mas como a experiência igualmente mostra que muitos pecados humanos tem sua origem, não digo só nas enfermidades da natureza em geral, mas ainda em doenças particulares do corpo; logo para se dizer que o Confessor é dotado de razão, e experiência [...]. (FRANCO, 2008, p. 23-24).

Como já abordado no subcapítulo “Os Estatutos de 1772”, após a Reforma, novas disciplinas foram introduzidas no curso de Medicina da Universidade de Coimbra, na qual se formou Mello Franco, com destaque para a Neurologia, teorizada pelo médico holandês

---

<sup>52</sup> Mello Franco ironizava os teólogos que se referiam aos confessores como “médicos de espírito”. Para ele, os verdadeiros “médicos do espírito” seriam aqueles que “não dividindo no homem vivo a alma do corpo, mas considerando sempre sua união, e mútua correspondência em todas as acções de qualquer gênero que seja, julgaõ que o espírito he sempre affectado quando no corpo se produz alguma mudança”. (EDLER; FREITAS, 2013, p. 447-448).

Hernani Boerhaave, para quem “elas [as doenças do ânimo] causariam o desequilíbrio entre os sólidos e os líquidos do corpo, perturbando todas as funções espirituais”. (EDLER; FREITAS, 2013, p. 448). O título dado por Mello Franco ao quarto capítulo da obra - “Basta que os Senhores Confessores saibam a Neurologia” - permite identificar o destaque dado ao estudo dos nervos humanos, compreendendo-os como uma rede de tubulações que estavam intimamente ligadas com o ânimo, pois a Neurologia permitiria que o médico e o confessor conhecessem o homem física e moralmente:

[...] Mas para que o Confessor conheça o homem fisicamente, e moralmente qual é a Ciência que em compêndio o dispõe, e facilita? Não é outra mais que a ciência dos nervos, ou instrumentos com que a alma, e o corpo se movem reciprocamente. A Neurologia pois é a Ciência física, da qual eu digo que o Confessor deve possuir uma teoria suficiente, ou que para a saber manejar não é preciso que saiba tudo quanto entra na vasta circunspeção desta Ciência. Basta que tenham algum conhecimento da natureza dos nervos, de sua estrutura, sua disposição, seus usos, e sua simpatia, porque tendo-se destes pontos alguma inteligência, que fenômenos poderão apresentar as paixões humanas, principalmente a da Lascívia, Cólera e Bebedice que não possam depois ser conhecidos pelos Senhores Confessores, e por eles mesmos remediados. (FRANCO, 2008, p. 31).

O autor se deteve, também, nos conhecimentos de Clínica [e de Neurologia] que os confessores deveriam ter para tratar os enfermos. Mello Franco parecia estar preocupado não só com os efeitos de uma prática médica mal executada, mas também com uma orientação mal dada pelos confessores, de maneira que: “[A Santa Igreja] Ela quer sem dúvida que os Senhores Confessores conheçam os homens física, e moralmente, quer que eles evitem aqueles erros do fanatismo, e superstição em que caíram tantos Escritores, que ignorarão os modos com que a Natureza obra”. (FRANCO, 2008, p. 30-31).

É importante ressaltar, com base na teoria de SILVA (2012), que apesar da contestação à atuação de religiosos em certas terapêuticas de cura e da proposição de que esse domínio deveria ser exclusivo dos médicos, Mello Franco não pretendia romper ou refutar definitivamente à religião. Aliás essa questão fica evidenciada no uso que faz de passagens da Bíblia. Sua obra propunha que a medicina fosse aceita e passasse a atuar em um domínio que, até então, era exclusivamente do clero:

A Teologia prática, o ofício de Confessor, é só do que devo tratar, segundo aquele respeito que os faz Médicos das almas, e que para bem cumprirem as suas obrigações lhes é preciso saberem a Medicina do corpo. Nesse sentido é que digo ser bom Confessor o que é bom Médico, e que entre milhares deve ser escolhido aquele que melhor tivesse unido a ciência das enfermidades da alma com as do corpo, e soubesse em que tudo remediar as deste para curar as daquela. (FRANCO, 2008, p. 21-22).

Neste sentido, a *Medicina Teológica* propõe a gradual substituição do confessor pelo médico, como podemos evidenciar nesta passagem:

Neste trabalho, publicado em 1794, Francisco de Mello Franco destacou **a defesa do afastamento dos religiosos dos assuntos médicos e a denúncia das práticas curativas mágico-religiosas**. Segundo Francisco de Mello Franco, era indispensável o domínio médico sobre os cuidados dos corpos e também da moral. O médico dirigiu-se aos confessores espirituais, recusando suas prescrições de práticas curativas indicadas pelos clérigos como água benta, promessas e exorcismos e defendeu o afastamento dos religiosos dos assuntos médicos. (SILVA, 2012, p. 85, grifos nossos)<sup>53</sup>.

Para além de sua original proposta terapêutica - ao abordar questões pouco discutidas no âmbito médico -, Mello Franco também polemiza, ao criticar - às vezes, veladamente e, outras vezes, nem tanto - o clero, o que explica a apreensão da obra após um mês apenas de sua publicação e circulação. Além de abordar novas teorias que, em sintonia com o Reformismo Ilustrado, ampliavam não só o olhar sobre as doenças, suas causas e possíveis tratamentos, como previam também terapêuticas para as doenças do ânimo, as enfermidades psicossomáticas, Mello Franco acabou por se chocar com a Igreja católica:

Quatro são os ofícios que dizem os Teólogos exercitam um Confessor no Sacramento da Penitência, que são: o de Pai, de Juiz, de Doutor, e de Médico. Esses ofícios são distinguidos por todos os moralistas, na intenção de que os Confessores por todos os modos, procurem a salvação de seus Confessados; porém bastava que neles se reconhecesse o ofício de médico para os obrigar a desempenhar todos os demais. (FRANCO, 2008, p. 09).

A substituição do confessor pelo médico deveria se dar através de instruções que Mello Franco considerava “fundamentais” para a cura dos penitentes<sup>54</sup>. Sendo assim, o autor inicia a obra, propondo que os teólogos se instruissem em medicina, para que se tornassem “bons confessores”. Em capítulo intitulado “Só pode ser confessor o Teólogo que for bom Médico”, o autor inicia afirmando que não conseguia compreender como podiam existir Teólogos que não eram Médicos. Mello Franco defende que isso era prejudicial para a cura das enfermidades da alma, pois o bom confessor era aquele que também era bom médico, unindo a ciência sobre as enfermidades da alma com as do corpo, para que soubesse remediar as “desta para curar as daquela”. O confessor só deveria auxiliar os penitentes que sofressem

---

<sup>53</sup> Cabe lembrar que “a crença espontânea na eficácia de um gesto, prece ou benção dá forma a outras expressões de piedade, menos massivas, talvez, mas idênticas na sua finalidade”. (ARAÚJO, 1997, p. 35).

<sup>54</sup> Para Delumeau (1991), os penitentes eram aqueles fiéis que recorriam aos confessores para que estes os ouvissem e atribuísem punições para a expiação dos pecados que atormentavam suas consciências. Os pecadores buscavam assegurar a salvação de suas almas após a morte, através da confissão, purgando seus pecados ainda em vida.

de certas enfermidades, como a cólera e a melancolia, caso dominasse o saber médico. Orações não eram suficientes para viabilizar a cura, era preciso que a Medicina interviesse:

Sim: porque assim como é somente bom Médico do corpo aquele que depois de conhecer as causas das suas enfermidades, e os métodos diferentes de as curar, sabe com prudência aplicar os remédios convenientes na ocasião: assim também deve somente ser considerado por bom Confessor, aquele que tendo antecipadamente um conhecimento exato das causas das enfermidades da alma, as sabe depois remediar por métodos diferentes”. (FRANCO, 2008, p. 22-23).

Segundo Edler e Freitas (2013), Mello Franco percebia as paixões humanas como produto da sensibilidade e do movimento dos nervos, que seriam a estrutura responsável pela ligação da alma com o corpo, formando o sensorio comum, responsável por transmitir as “impressões exteriores até o espírito.” Os nervos são descritos como “vasos delicados, cheio de hum succo subtil, ehtereo, e elástico, e que com este succo subtil esta a alma ligada”. (FRANCO, 2008, p. 31). Conforme afirmam Edler e Freitas (2013, p. 448), inspirado em Ribeiro Sanches, Mello Franco defendia que os enfermos estariam sujeitos a mudanças: as agradáveis gerariam o amor, que analisaremos separadamente a seguir, enquanto as desagradáveis, a cólera. Tais mudanças, quando levadas ao extremo pelas paixões, poderiam gerar danos diversos ao organismo, como podemos deduzir desta afirmação feita pelo autor:

[...] feita esta reflexão para passarmos a ter uma ideia da **simpatia dos nervos**, basta abriremos os olhos sobre nós mesmos, e observarmos que assim como em nós, assim em todos os homens há dois movimentos, um voluntário e outro involuntário; mas para que ambos se executem em nossos corpos são precisos os nervos desembaraçados, e comunicando não só entre si, mas também com o cérebro; e esta comunicação de movimento é que chamarão simpatia. Quem não há sentido doer-lhe a cabeça quando lhe dói o estômago, ou quando lhe dói a garganta doer-lhe os ouvidos? Quem deixa de rir quando lhe fazem cócegas? Quem não se entristece quando o ferem? [...] **Não há outra razão do que a que se tira da simpatia: toda a simpatia supõe um sentimento, e movimento, que se produzem pela mediação dos nervos; ora em todos os quesitos acima propostos se descobre no sentimento, e movimento dos nervos uma razão geral para a explicação de todos os fenômenos que se experimentam;** logo para que os Senhores Confessores tenham uma ideia geral da Medicina para remediar as paixões humanas, isto é, para que se possam conhece-las, dar delas razão, e remediá-las, basta entrarem no Tribunal da Penitência com um conhecimento preliminar do jogo dos nervos. (FRANCO, 2008, p. 32, grifos nossos).

Para o médico mineiro, deveria ser de interesse da Igreja que os confessores se instruissem em Medicina, para que pudessem vir a conhecer o homem no âmbito físico, além do moral, evitando os “erros do fanatismo”. No subtítulo em que se dirige aos confessores, ele apresenta as enfermidades da alma sob o prisma da Medicina, defendendo o domínio da ciência sobre estas doenças, que afetavam o corpo e a mente, isto é, a razão, pois como

destaca Abreu (2006b, p. 132): “A Igreja, ao atribuir a Deus a origem das doenças, tinha por objetivo exercer poder não apenas sobre a alma dos indivíduos, mas também sobre seus corpos”. Além de afirmar que os remédios morais não eram eficazes, Mello Franco recomendava que o penitente fosse encaminhado a um médico nos casos mais graves. Para afastar um determinado vício, antes que o doente fizesse mal a si próprio ou aos demais, era preciso remediá-lo com exercícios e/ou trabalhos penosos e, também, fazer uso de medicamentos. Para os apaixonados, deveriam ser administrados licores amargos ou azedos, e para os coléricos, bebidas doces ou refrigerantes<sup>55</sup>, como evidenciam algumas receitas propostas pelo autor. Ao longo dos vinte e três capítulos da obra, encontramos recomendações de tratamentos e remédios para combater os maus hábitos, como nesta passagem abaixo:

[...] eu considero aos Confessores como Medicos que curão não só o formal dos pecados, porém também o material, isto é, que não somente conhecem os pecados como uma transgressão da Lei, mas também das causas físicas que eles dimanão [sic]: que não somente absolvem os Penitentes depois de se capacitarem de sua dor, e proposito; mas também lhes prescrevem medicamentos físicos, que ajudarão a perseverar na emenda prometida, a vencer os maus habitos [...]. (FRANCO, 2008, p. 16).

Como é possível observar, na perspectiva do médico formado em Coimbra, o emprego desta medicina asseguraria o “bem viver”, já que através do emprego de certos procedimentos terapêuticos, os confessores poderiam melhor aconselhar os fiéis católicos, garantindo, assim, a saúde de seus corpos e mentes. Buscando remediar estas doenças, o autor recomendava tratamentos à base de medicamentos e de exercícios, enfatizando que somente os médicos possuíam a competência necessária para descobrir as causas desses males e curá-los. Entre os conhecimentos que os “bons confessores”, também denominados de “Médicos das Almas”, deveriam possuir estavam os relacionados à Medicina Corporal, assim:

Os Senhores Confessores porque são constituídos Médicos das Almas, ficarão com a obrigação de se prepararem antecipadamente pelo estudo das enfermidades da alma, e seus remédios. Este estudo compreende tudo aquilo que os conduz a conhecer os pecados, igualmente que as virtudes praticáveis em cada estado, e condição dos homens: a Teologia, os Direitos, e a História são as Ciências que se julgam mais necessárias para eles desempenharem o seu ofício, e que com junto título (sic) Medicina espiritual. (FRANCO, 2008, p. 25).

Para o autor, os confessores deveriam saber a “parte da Medicina que ensina a conhecer todas as enfermidades corporais, de que se originam os pecados da alma. A conformidade de decisão deve aqui reinar entre a Medicina e a Teologia”. (FRANCO, 2008,

---

<sup>55</sup> Os chamados líquidos refrigerantes são bebidas carbonatadas, semelhantes às águas minerais naturalmente gasosas, mas que eram produzidas, artificialmente, pelos farmacêuticos.

p. 27). Para isso, eles deveriam tomar contato com os teóricos que haviam dissertado sobre as paixões da alma, como o francês Antonio Le Camus<sup>56</sup>, que analisou o assunto, a partir de modelos físicos e químicos, relacionando com o funcionamento dos nervos, e cuja obra é citada por Mello Franco nas primeiras páginas da *Medicina Teológica*. (EDLER; FREITAS, 2013). As referências a estes teóricos e obras constituíam-se em argumentos científicos para legitimar a subordinação da teologia moral à medicina, abaixo:

[...] porque a maior parte dos pecados de que no Tribunal da Penitência se acusam os homens, são verdadeiras enfermidades também de suas carnes. **O espírito muitas vezes deixa de pecar, se o corpo estivesse são:** as fraquezas deste ocasionarão as quedas daquele: o homem é que peca, a ele é que Deus há punido com os males temporais, e corporais, e estes males só os conhece bem a Medicina corporal, porque só ela se empenha a remediá-los para daí remediar também os que resultam na alma. **Ora devendo os Senhores Confessores remediar os males da alma, pois deles são constantemente médicos, e sendo igualmente certo, que os males do espírito só se remediarão com segurança, quando se remediam os do corpo,** com que aqueles se ligam, segue-se que só sabendo os Senhores Confessores Medicina corporal, é que poderão desempenhar o ofício de Médicos espirituais. (FRANCO, 2008, p. 26, grifos nossos).

Para Mello Franco, a ciência médica<sup>57</sup> que os confessores deveriam conhecer não estava exclusivamente nos livros, pois estes forneciam apenas o suporte teórico, aspecto fortemente rechaçado pelos reformistas, como já observamos no capítulo 1. Aqueles que ouvissem a confissão não deveriam confiar somente em sua formação religiosa para identificar os pecados para, então, auxiliar os fieis em sua cura: “Os pecados v.g. da Lascívia, Cólera, e Bebedice mostram que o Penitente tem uma disposição em sua carne e espírito, que originariamente os inclina aos vícios, e facilita a se firmarem nos maus hábitos”. (FRANCO, 2008, p. 28). Para o médico mineiro, ao ouvirem as confissões de seus penitentes, os confessores deveriam ter condições de precisar se estes tinham predisposição para este ou aquele pecado e, desta forma, poderiam melhor instruí-los para que não incorressem ou reincidissem neles. A cura, para Mello Franco, só aconteceria por meio da remediação dos corpos e das culpas dos penitentes:

[...] Assim com este conhecimento não hesitam de aplicar aqueles medicamentos, que a experiência de outros tem provado infalíveis e depois de os aplicar reconhecendo o seu efeito, vem a saber que tais, e tais culpas de seus confessados

<sup>56</sup> Em 1745, Antonine Le Camus ingressou como professor na Faculdade de Medicina de Paris e em 1766 assumiu - como titular - a Cadeira de Cirurgia. Trabalhou com questões relacionadas ao corpo e sua relação com a alma. Em 1753, publicou a obra “*Medicin de L’espirit*”, obra referenciada por Mello Franco.

<sup>57</sup> Para Bluteau (1712, p. 279), doença é: “Indisposição natural, alteração do temperamento, que ofende imediatamente alguma parte do corpo. Há doenças breves e dilatadas, graves e leves, simples e compostas, agudas, separadas e complicadas, epidêmicas materiais e imateriais. São doenças filhas do pecado e mães da morte. [...] Muitas vezes as doenças do corpo são corretivos dos ataques do espírito”.

são enfermidades corporais, e que tais, e tais remédios são o específico seguro com que elas se curam. E eis aqui a Medicina que só é necessária, e suficiente para o desempenho dos Senhores Confessores. (FRANCO, 2008, p. 29).

Como ressaltado por Carvalho (2006, p.37), à época, os afetos ou as paixões da alma eram percebidos como não-naturais ao ser humano, sendo tanto a causa de muitas doenças, quanto potenciais aliados no combate a outras enfermidades. Dentre as paixões, a menos danosa seria a alegria, pois dava contentamento e podia ajudar a engordar os muito magros; a cólera poderia ajudar aqueles que são fleumáticos, pois aquecia o corpo e intensificava o fluxo sanguíneo; a tristeza podia ser fatal, com exceção daqueles que contavam com boa condição física; por fim, o medo não era indicado em situação nenhuma, apenas em casos de risco de vida, como forma de autoproteção.

Os remédios prescritos ao longo da obra de Mello Franco têm diferentes apresentações. Alguns deles têm propriedades alcalinas, outros absorventes ou refrigerantes, devendo fazer parte do repertório médico dos confessores, a quem cabia, além de absolver, também diagnosticar e prescrever, como veremos adiante. Para Franco, “o confessor deve aprender as leis que regem seu funcionamento [o do corpo]. Não basta ser apenas médico de almas, ele deve necessariamente remediar o corpo”. (SILVA, 2008, p. 336).

Segundo Edler e Freitas (2013, p. 440), o entendimento das paixões - ou das emoções ou sentimentos - tornou-se central na tentativa de definir os diferentes tipos humanos, de maneira que diversas correntes médicas procuram desvendar quais estruturas, materiais ou imateriais, seriam responsáveis pelas sensações e como elas poderiam alterar o estado geral do organismo. Como é sabido, o projeto iluminista fundava-se, justamente, na tentativa de impor a ordem moral sobre a ordem natural, daí as referências à autoridade moral da Natureza:

No lugar do pecado e do vício, impôs-se, lentamente, a noção de doença somática. Em vez de cominar o castigo ou o ascetismo, um grupo de médicos passou a almejar a normalidade pela cura. Assim, a imagem do criminoso, como a do pecador, foi parcialmente reconstruída como uma morbidade, a partir do multifacetado movimento ilustrado luso. (FREITAS, 2013, p. 4).

À época, diagnosticar e tratar as enfermidades da alma era vital para o progresso da nação portuguesa, já que coléricos melancólicos e ébrios eram tidos como sujeitos ociosos, que não trabalhavam e, conseqüentemente, não contribuía para o enriquecimento de Portugal. Os médicos egressos de Coimbra, cabe lembrar, tinham uma formação com ênfase na saúde pública, para que assegurassem a manutenção da saúde da população, regulando e controlando também os ânimos, como aponta Abreu:

Interpretado a partir da concepção teológica, o desequilíbrio dos humores tinha sua causa, portanto, no pecado. Foi a partir da associação entre o saber médico e a **idéia de doença como castigo, que se constituiu o que se propõe denominar de “teologia medicinal”**. Este conceito exprime a tentativa por parte da Igreja de conciliar as teorias médicas disponíveis na época com a perspectiva cristã sobre as doenças. Não se tratava apenas de uma visão sobrenatural da doença, mas de explicá-la segundo conhecimentos médicos que estavam à disposição do clero na América Portuguesa. (ABREU, 2012, p. 136, grifos nossos).

Na continuidade, abordaremos as descrições dos sintomas e as terapias prescritas por Mello Franco para os males da Cólera, Melancolia e Bebedice.

#### 4.2 “A cólera é uma enfermidade mais corporal que espiritual”

Se a mudança lhe for agradável concebe amor, e se lhe foi desagradável se inflama em cólera, deseja o objeto que lhe produziu a primeira, aborrece a segunda que a molestou com crueldade, empenha-se depois a possuir o que é amado, e a apartar longe o que é aborrecido, e quanto mais se repete estas ações, tanto mais se firma em seu exercício, ou adquire seus bons e maus hábitos. (FRANCO, 2008, p. 35).

Neste subcapítulo, abordaremos a cólera, os sintomas que os penitentes que sofriam deste desvio apresentavam e as terapêuticas ocupacionais e farmacológicas prescritas por Mello Franco. É importante lembrar que, segundo a Medicina Hipocrático-Galênica, “o corpo humano seria constituído por sangue, pítuita, bile amarela e bile negra”. (EDLER, 2006, p. 34). Para os teóricos que defendiam e adotavam esse pressuposto, os humores em equilíbrio asseguravam a saúde, enquanto o desequilíbrio, decorrente do excesso de um destes humores, provocava a doença, pressuposto que também pode ser constatado no texto do médico mineiro:

Esta bÍlis, enquanto permanece em sua qualidade natural, é no corpo uma medicina geral que entretém a fluidez, e movimento do sangue: dois requisitos necessários para se prevenir a morte, e as enfermidades: mas **quando esta bÍlis se mude do estado primeiro, e vem a aumentar-se, ou diminuir, exaltar-se, ou condensar-se, então de medicina que era antes saudável se troca em uma origem fecunda de mil enfermidades**. (FRANCO, 2008, p. 109, grifos nossos).

Entre os agentes causadores do desequilíbrio dos humores estariam os alimentos, o ambiente e determinados comportamentos, como o colérico. Abaixo, transcrevemos uma passagem da obra de Mello Franco que evidencia a presença de pressupostos da Medicina hipocrático-galênica:

Sim: a cólera é paixão geral em todos os homens, porém os seus furores são mais de alguns sujeitos que de outros. Aquelas pessoas de um hábito de corpo mais seco, texturas de fibras mais elásticas, sensíveis, e irritáveis, com um sangue mais volátil,

lavado com pouco soro, e este mais acrimonioso, e bilioso, como são os velhos, magros, homens e mulheres, em que se descobre o histerismo, a hipocondria, a melancolia, ou que habitam um clima mais quente tal como o de Portugal, e do Brasil, de Roma, África, etc. Aonde este vício se poderia chamar epidêmico, ou que fazem um uso frequente de drogas incendiárias semelhantes ao cravo, a canela, pimenta, chocolate, chá, café, etc. (FRANCO, 2008, p. 110).

Para além de uma análise sobre a concomitância de teorias inovadoras com pressupostos da teoria dos humores na obra de Mello Franco, é preciso observar que, à época, a cólera era percebida como um pecado, sendo chamada também de ira, por aqueles que Franco chama de “moralistas”. Esta percepção facilita nossa compreensão em relação à proposta do livro, que era a de remediar os males para os quais os confessores só contavam com procedimentos como orações, penitências e jejuns:

**Quando pois a cólera chega a ser um pecado capital, então ela é uma enfermidade, que tem sua origem na agitação da bÍlis** e que comunica por ser estímulo maior movimento nos sólidos, e líquidos, inverte o influxo do suco nervoso, e faz por consequência jogar toda a máquina com movimentos tão perturbados, quais são aqueles em que rompe um homem colérico, e os sabem pintar, tanto os Físicos, como os Moralistas. **Gritar, blasfemar, injuriar, estragar, matar, eis aqui o que entra no quadro que formam os Moralistas;** porém os **Físicos, que notam não só o que se passa no tempo do próximo furioso da cólera, mas ainda que observam o que sobrevêm depois de seus princípios e ímpetos,** dizem que no tempo do ataque se levanta um espasmo em todo o sistema fibroso, que contrai as meninges da cabeça, aperta o cérebro, e o coração, seca a cútis, acelera o pulso, entumece com sangue o rosto, e os olhos, excita febres, e delírio, ocasiona convulsões epiléticas, diarreias, e **outras enfermidades que bastam para ministrarem provas evidentes de ser a cólera não só uma paixão da alma, que tira a saúde, encurta a vida, e chega mesmo a matar de repente.** (FRANCO, 2008, p. 109, grifos nossos).

Todos os homens estavam sujeitos à cólera, o que era um indicativo de que o desordenamento, por menor que fosse, era percebido pela alma, por meio dos nervos, que mantinham o corpo interligado à alma. Se, para os confessores, os coléricos eram aqueles que blasfemavam, Franco defendia que a cólera era uma enfermidade muito mais corporal do que espiritual, pois esta doença se apresentava de maneira muito evidente, através de arroubos de fúria e dos males que o excesso de bile causava ao corpo, sendo, por essa razão, descrita como a enfermidade causada pelo excesso das paixões. Abaixo, a descrição que o autor faz da cólera:

A cólera tem o nome de bÍlis entre os fisiológicos, e de ira entre os moralistas: estes a constituem em um movimento do apetite sensitivo que aborrece aqueles objetos, que são causas de males, e misérias, que se sofre. É verdade que a alma toma grande parte nesta paixão, e se podia dizer que sua origem principal dependia do espírito por porvir daquele juízo, que ela forma sobre a estimação que se faz da pessoa colérica. Contudo como não há conhecimento nem juízo, que não dependa da organização dos sentidos, e entre estes o principal motor são os nervos, por isso não

erraremos, se dissermos ser a cólera nos homens uma enfermidade corporal, assim como a é em todos os animais que não tem juízo [...]. (FRANCO, 2008, p. 108, grifos nossos).

Mello Franco argumenta que haveria uma predisposição para os maus hábitos entre os penitentes e que seria vital que os confessores percebessem essa tendência, na medida em que ela poderia desencadear outros pecados e outras doenças da alma, como a bebedice e a melancolia. A Medicina se apresentava como a melhor alternativa para remediar as doenças do ânimo, pois era preciso, além de curar, também inibir essa disposição ao “pecado”, com prescrições que guiassem os costumes e impedissem o aparecimento de hábitos viciosos, atendendo, assim, a uma das funções últimas dos médicos. Segundo Viotti (2011, p. 92), Confessores e Médicos abordavam de modos distintos os males do espírito, porque suas percepções também se davam de maneiras distintas. Enquanto os primeiros viam no sobrenatural ou no divino as únicas possibilidades de curar os “achques carnis”, especialmente através de orações e penitências, que purificavam o espírito; os segundos relacionavam os males com os incidentes corpóreos e, por isso, seria possível tratá-los. Na passagem abaixo, Mello Franco defende que os remédios morais não seriam capazes de curar os coléricos, sendo necessária a intervenção da Medicina:

Ora para remediar tão grande mal, têm experimentado os Senhores Confessores que não bastam os remédios morais, pois os conselhos não fazem impressão em um espírito perturbado, os jejuns, e penitências produzem na bile mais um grão de acrimônia: as orações e meditações ainda no mesmo tempo que se praticam não podem ter o efeito que se deseja; porque os raciocínios interiores, além de não adoçarem um humor acrimonioso avivam mais o objeto que excita a paixão, por ser impossível persuadir-se a alma a si mesmo da malignidade da sua cólera, sem fazer entrar em seu discurso todos aqueles sujeitos, e predicados a que sua cólera diz respeito. (FRANCO, 2008, p. 111, nossos grifos).

Para Mello Franco, o corpo e a alma eram inseparáveis, pois a “alma obra no corpo e o corpo na alma”. Justamente por perceber que as doenças eram corporais, que ele defendia que “devem ser corporais os remédios”, conciliando medicamentos com exercícios, por exemplo. Aos confessores cabia remediar o corpo dos penitentes, mas guiados pelos médicos:

[Conselhos aos coléricos] São primeiramente **o retiro espiritual** de um dia feito com quietação também do corpo; **a abstinência de comidas bem guizadas**, e a parcimônia dos mesmos alimentos sólidos com uma concessão ampla de **bebidas antiflogísticas**, como são a água com limão ou vinagre, o espírito de Vitriolo, o cozimento de tamarindos com algum nitro, a tinta de rosas tiradas com Vitriolo, a comida de beldroegas, morangos, laranjas, alface, chicória, o pão de broa de milho, e de centeio, os banhos tépidos emolientes, poucos vestidos, **e tudo o mais que conduzir a umectar, dulcificar, refrigerar**, porque os umectantes, dulcificantes e refrigerantes, **são sem dúvida os melhores remédios, que a Medicina tem prescrito para as doenças biliosas [...].** (FRANCO, 2008, p. 112, grifos nossos).

Na passagem acima, encontramos os tratamentos que o médico mineiro prescrevia para o combate da cólera: retiros espirituais, que visavam à meditação e ao silencioso recolhimento para que não se agitassem os humores, além de orações e banhos frios, que também eram prescritos em casos de lascívia, conforme veremos no próximo capítulo. Em relação a estes últimos, vale lembrar que Avicena<sup>58</sup>, em seu “*Poema da Medicina*”, já os havia prescrito entre métodos de cura.

O “Receituário de Cólera” de Mello Franco é bastante breve, contendo três receitas que não apresentam qualquer explicação acerca da natureza de seus ingredientes, apesar de apontarem para uma abordagem fitoterápica, isto é, um tratamento feito à base de plantas ou de substâncias de origem vegetal, como podemos constatar abaixo:

Cozimento lenitivo de Boerhaave:  
 Respice aveia com casca duas onças  
 Água pura três libras  
 Faça cozimento até diminuir uma libra e então coe, e na coadura misture  
 Sumo de limão fresco uma onça  
 Água destilada de canela duas oitavas  
 Xarope de amoras uma onça  
 Beba o colérico as vezes que quiser entre dia, que também pode lhe servir de alimento. (FRANCO, 2008, p. 113).

A primeira receita proposta por Mello Franco - “Cozimento lenitivo de Boerhaave” - faz direta referência ao médico holandês, teórico com o qual o autor encontra-se intimamente familiarizado. A aveia, primeiro item listado, visava conferir sensação de saciedade, uma vez

---

<sup>58</sup> Nascido na Pérsia em 980, Avicena estudou filosofia e medicina. Em 1012, iniciou a escrita do célebre “Livro do Cânone de Medicina”, sua grande contribuição para o campo da Medicina. Segundo Pereira (2007, p. 2-3): “O Cânone de Medicina é uma gigantesca obra composta de cinco livros, os quais estão subdivididos em temas, resumos e seções (O primeiro deles, “As Generalidades” oferece um panorama geral que trata da fisiologia, nosologia (estudo das moléstias), etiologia, sintomatologia e princípios de terapia e é composto de quatro partes. Na primeira parte são abordados os temas dos elementos, dos humores, da anatomia das partes homeômeras (ossos, músculos, nervos, artérias e veias) e das três faculdades; a segunda discorre sobre os sintomas gerais das enfermidades, sobre o diagnóstico por meio do pulso, sobre as urinas e as evacuações; a terceira trata da higiene e da dieta na saúde, dos estados mórbidos nas crianças, nos adultos e nos velhos, dos efeitos das mudanças climáticas no ser humano, e oferece conselhos médicos aos viajantes. A quarta expõe os métodos gerais de tratamento, tais como os catárticos ou purgativos, as sangrias, as cauterizações, as lavagens e os clisteres, as fricções com unguentos, os lenimentos e fomentos, e descreve as amputações e os tratamentos para o alívio da dor. O segundo livro do autor diz respeito à *Materia medica*, os corpos simples dos três reinos da natureza mineral, vegetal e animal estão classificados por ordem alfabética. Como medicamentos, Avicena descreve suas propriedades gerais enquanto medicamentos, sua potência, seus efeitos, quando e como empregá-los. O terceiro livro é consagrado à patologia especializada: depois de revelar a anatomia das partes heterogêneas ou compostas, apresentadas na ordem em que estão situadas no corpo, Avicena discorre sobre as enfermidades particulares a cada uma dessas partes corporais e explica suas causas, enumera seus sintomas e apresenta o tratamento adequado para cada moléstia. O quarto livro é dedicado às enfermidades que atingem o corpo como um todo, tais como febres e pústulas, abscessos e úlceras, lepra e varíola, ferimentos, luxações e fraturas, envenenamentos e infecções, picadas de insetos e mordidas de animais, bem como aos cosméticos, à obesidade e à magreza, aos cuidados com os cabelos, com a pele e as unhas, e aos odores desagradáveis. “O quinto e último livro dessa vasta enciclopédia médica, destinado à farmacologia, ensina as fórmulas das drogas compostas e relacionadas aos medicamentos apresentados nos livros anteriores”.

que estes medicamentos geralmente eram tomados durante períodos de jejum, então, os cereais impediam que o penitente sentisse extrema fraqueza. A receita acima também nos permite pensar nas propriedades que os açúcares tinham para apaziguar a cólera. Ao xarope de amoras ainda hoje é atribuída a propriedade de calmante, entre tantas outras, tais como a refrescante, emoliente e sedativa.

Como já destacamos anteriormente, Mello Franco afirmava que os medicamentos que apaziguam a bile devem contar com propriedades refrigerantes. Também a canela se encontra entre os ingredientes relacionados. Especiaria trazida da Ásia pelos portugueses, ela era extremamente cara e valorizada, sendo utilizada na alimentação e também com fins medicinais. Em “Um livro de 1256, *Regime du Corps*, Aldebrandin de Siena já afirmava que a canela tem o mérito de “reforçar a virtude do fígado e do estômago”<sup>59</sup>, o que parece explicar as várias restrições alimentares feitas por Mello Franco aos coléricos, objetivando o equilíbrio da bile (amarela e negra) encontrada nestes órgãos. Já o limão conta com propriedades ácidas, trazendo amargor à receita, uma vez que estas não poderiam ser adocicadas demais, pois o medicamento também deveria ser uma forma de punição.

Outro do mesmo autor:

Respice aveia sem casca duas onças

Água pura três libras

Faça cozimento a diminuir uma libra, e depois coe, e guarde assim tépido até azedar um pouco, e então lhe ajunte

Xarope de violas onça e meia

Vinho branco meia libra

Água destilada de casca de cidra onça e meia

Beba entre dia, e se parecer muito deliciosa para matéria de penitência, sempre pode servir para a do conselho com aqueles penitentes, com quem é preciso condescendência. (FRANCO, 2008, p. 114).

Esta segunda receita também traz aveia, cereal utilizado tanto na fabricação de cerveja, quanto do pão, o que a tornava um ingrediente acessível. Atualmente, são atribuídas à aveia propriedades antiinflamatórias das funções hepáticas, antidepressiva, entre outras. O xarope violado<sup>60</sup> é feito de violetas cozidas; um medicamento obtido através do cozimento do sumo ou de outras partes das plantas em algum líquido adoçado com açúcar ou mel. (CARVALHO, 2008). Quanto às propriedades calmantes do açúcar, é importante observar que:

O açúcar, que pelo elevado preço que então tinha pode ser incluído entre as especiarias, ocupava um lugar de destaque na galénica da época devido à

<sup>59</sup> Biblioteca online de Botânica MAST. Disponível em: <<http://ci-67.ciagri.usp.br/pm/cientifico.html>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

<sup>60</sup> Xarope violado. *Sirupusex violis* quer dizer da cor de viola. (BLUTEAU, 1712, p. 509). *Syrupus* é simplesmente água com açúcar.

necessidade de tornar deglutíveis as variadíssimas substâncias de sabor abominável utilizadas na terapêutica medieval, entrando em quantidades apreciáveis na composição de inúmeras formas galénicas, entre as quais se destacavam os electuários, os xaropes e as conservas. (DIAS, s/d, p. 46).

O vinho branco é alcoólico, o que nos remete à afirmação de Mello Franco sobre a parcimônia necessária: “É para se lamentar, que o vinho sendo na Medicina um excelente remédio para curar muitas enfermidades, venha ele mesmo ser por seu abuso um grande veneno, que mata a muitos depois de os fazer gemer com mil enfermidades”. (FRANCO, 2008, p. 115). Por fim, a casca de cidra: “É um fruto medicamentoso, confortante e estomático; não tem parte inútil. [...] Virtudes medicinais: [...] da casca seca da cidra faz-se um xarope de virtude cardíaca e corroborante de estômago”. (HENRIQUES, 1721, p. 196).

Bebida de Gorter  
 Respice aveia limpa três onças  
 Tamarindos meia onça  
 Cabeça de papoula branca  
 Água comua [sic] vinte e cinco onças  
 Faça-se cozimento, e ajunte na coadura  
 Sal de tártaro vitriolado uma oitava  
 Xarope de fumo de cidra uma onça  
 E beba o colérico uma onça desta bebida por cada vez entre dia.  
 (FRANCO, 2008, p. 114).

Quanto à última das receitas - “Bebida de Gorter” -, acreditamos que leve este nome em razão de Johannes de Gorter, que escreveu “*Medicina dogmatica seu Opuscula medico-practica tres morbos particulares delirium, vertiginem et tussim*”, em 1762. Holandês e discípulo de Boerhaave, Gorter trabalhou com Medicina Hipocrática, o que nos leva a presumir que esta seja sua relação com Mello Franco, mesmo que este autor não conste no catálogo de livros pertencentes ao médico mineiro, que analisamos no primeiro capítulo. Entre os medicamentos relacionados, encontramos a papoula, da qual se extrai o ópio (papoula-dormideira), bastante utilizado pela medicina, inclusive pelos hipocráticos, como podemos constatar:

Durante o período anterior à Era Cristã que ficou conhecido como civilização grega, vários filósofos podem ser destacados por suas obras de história natural. Dentre esses destacam-se Hipócrates, considerado o pai da medicina moderna, que se caracterizou por tomar a natureza como guia na escolha de remédios (Natura medicatrix) e o Teofrasto (372 a.C), discípulo de Aristóteles. É seu o registro da utilização da espécie botânica *Papaver somniferum*, planta cujo princípio ativo é a morfina [Documentos sumerianos de 5.000 a.C. referem-se à papoula e tábuas assíricas descrevem suas propriedades]. (VALLE apud ARGENTA, 2011, p. 3).

Sendo assim, podemos inferir que a papoula, neste caso, deve ser empregada como calmante ou como sonífero nesta receita. Sobre o sal de tártaro, hoje conhecido como Carbonato de Potássio, uma das poucas informações que localizamos é a de que era utilizado para fermentar pães no XVIII. Por fim, o xarope de fumo era utilizado para conter hemorragias, controlando o fluxo de sangue, conforme descrição encontrada na obra *Âncora Medicinal*<sup>61</sup> (HENRIQUES, 1731), que além de ser um tratado de nutrição também discute a natureza das doenças do ânimo<sup>62</sup>.

#### 4.3 “Do amor em geral nasce o primeiro ramo de enfermidade, que é a Nostalgia”

No capítulo VII da obra, intitulado “A Nostalgia ou Saudades é enfermidade”, Mello Franco defende que a cólera e a melancolia são enfermidades que possuem aspectos positivos e negativos, isto porque a cólera auxilia os anêmicos e a melancolia acalma os que se encontram tomados pela ira. Os melancólicos, no entanto, não são considerados pecadores pelo médico mineiro, o que faz deste capítulo uma exceção.

A nostalgia é percebida como uma enfermidade dos “fracos de espírito”, uma tristeza que poderia se tornar profunda e até matar; uma doença originada no amor ou de sua privação. Algumas doenças do amor, como a Erotomania, por exemplo, também são vistas como uma doença dos fracos e ingênuos, devendo ser tratadas diferentemente das demais. Abaixo, a descrição que o médico mineiro faz da nostalgia:

Do amor em geral nasce o primeiro ramo de enfermidade, que é a Nostalgia, ou aquele amor da Pátria, dos parentes e pessoas com quem se teve algum comércio, e amizade, mas que por estarem ausentes não podem os amantes tratar com eles, e por isso se assingem (sic), chorão, e correm com tanta pressa a uma phthya nervosa, que em menos de três semanas se vem ser atacados de marasmos, e anorexias, isto é, de magrezas, e fastio; porque não comem, não bebem, não dormem, não querem

---

<sup>61</sup> A obra “Âncora medicinal: para conservar a vida com saúde” foi escrita por Francisco da Fonseca Henriques, formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Muito mais do que um tratado de nutrição em língua portuguesa, a obra pode ser percebida como uma versão setecentista do gênero dos regimes de vida já muito difundido em outros países europeus, sobretudo na Itália. Publicado em 1721, e reeditado em 1731, 1754 e 1769, o livro do médico formado pela Universidade de Coimbra (1688) é dividido em cinco seções que contemplam a administração das chamadas seis coisas não naturais. A primeira seção discorre sobre os efeitos do ar ambiente. A segunda analisa as regras gerais da boa alimentação. A terceira examina vários alimentos em particular. A quarta versa sobre bebidas, tais como águas, vinhos, cervejas, café, chocolate, chás e licores diversos. A quinta e última seção condensa considerações sobre o sono e a vigília, o movimento e o descanso, a excreção e a evacuação e, finalmente, as paixões da alma. (SILVA, 2008).

<sup>62</sup> Para Henriques, as paixões seriam primeiramente morais, de maneira que deveriam ser remediadas com remédios de mesma natureza e não próprios da medicina. Para ele, as paixões afetavam outras esferas que não exclusivamente a corporal, como evidenciado nesta passagem em que refere a ação das paixões sobre os regentes: “Que os Príncipes se alegrem, que sintão dor, que estejam tristes, que tenham piedade, que alguma vez entrem em ira, não he estranho; mas de sorte digna de um Príncipe”. (HENRIQUES, 1731, p. 174).

conversar com os Estrangeiros, entre quem se acham, e faltam ao cumprimento de todas as suas obrigações, ou sejam políticas, ou críticas. (FRANCO, 2008, p. 45).

Ao abordar a melancolia, o autor destaca tanto a saudade da pátria, quanto a separação do objeto amado como os causadores deste mal, que poderia ser remediado da seguinte maneira:

O remedio principal é enviar estes penitentes para as suas patrias, e restabececelos no seu estado antigo; mas se isto não puder executar-se licitamente, como na verdade não poderá ser com alguns Regulares clausurados, mais estreitamente como os Cartuxos, Conegos Renegantes, Freitas &c. então a mudança de objetos, o uso de narcoticos o passio, o exercicio, a lição de Historia natural e civil, mudão as ideias, curão as saudades, e extirpão a raiz de varios pecados. (FRANCO, 2008, p. 47-48).

A recomendação de que o melancólico deveria ser enviado a sua pátria e restabelecido “no seu estado antigo” parecem sugerir uma “escrita de si”<sup>63</sup>. Mello Franco, é importante lembrar, se encontrava longe do Brasil há mais de dez anos, tendo manifestado, por várias vezes, o desejo de retornar<sup>64</sup>, como exposto na reconstituição de sua trajetória, apresentada na introdução deste trabalho.

A possibilidade de analisarmos a obra de Mello Franco enquanto uma “escrita de si” permite uma reflexão também sobre a familiaridade que Mello Franco demonstra ter com os procedimentos adotados pelos padres confesores, o que parece decorrer não somente de sua condição de cristão católico, mas, muito provavelmente, de experiências pessoais. É plausível supor, ainda, que, ao longo dos seus vinte e três capítulos, o médico mineiro apresente tratamentos para os vícios por ele experimentados durante a infância em Minas Gerais, durante os tempos de estudante no Seminário, no Rio de Janeiro, e, posteriormente, na Universidade, ou já como médico na Coimbra e na Lisboa setecentista e iluminista.

Como salienta Foucault (1992, p. 3), “trata-se, não de perseguir o indizível, não de revelar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si”. Nesta perspectiva, a obra *Medicina Teológica* é muito mais do que um manual para confesores, pois tem relação com os tempos que Mello Franco viveu, com sua formação religiosa, já que

<sup>63</sup> “A escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva; ou, mais precisamente, uma maneira reflectida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam o seu uso.” (FOUCAULT, 1992, p. 4).

<sup>64</sup> No discurso fúnebre de Mello Franco, encontramos menção ao desejo do autor de retornar ao Brasil: “Contentando-se com o simples título de bacharel em Medicina, Mello Franco deixou a Universidade com a intenção de regressar a sua pátria, mas o seu correspondente em Lisboa, recusando-se a dar-lhe os meios necessarios para transporte de sua familia, viu-se elle obrigado a persistir n’essa cidade, e a excercitar n’ella a sua profissão”. (IHGB, 1831, p. 373).

estudou em um Seminário, e com seu propósito de curar os “males dos quais sofria a sociedade portuguesa”, na qual ele se encontrava inserido e dos quais ele mesmo poderia sofrer ou já ter sofrido.

A passagem abaixo parece apontar para essa possibilidade:

[...] Os Escritores de todos os Reinos por um testemunho unânime o tem publicado, e eu sei que ainda não há muitos dias que, adoecendo em Coimbra um estudante de Lisboa, não mostrou melhora nenhuma com todos os remédios, se não quando o Médico lhe falou sobre voltar para a sua terra. (FRANCO, 2008, p. 46).

Na passagem anterior, quando Mello Franco descreve que o melhor remédio para um penitente melancólico seria devolvê-lo a sua pátria, o autor parece evocar os anos em que cursou medicina e trabalhou como físico em Lisboa, aguardando pelo momento de retornar ao Brasil, o que aconteceria anos depois. E, ainda, não considerar a melancolia como um pecado, o autor parece absolver-se da condição de pecador. As saudades são tratadas com certa gentileza por Mello Franco, como quando diz: “Porém dir-me-ão que tem os Confessores com as saudades? São por ventura as saudades algum pecado?”. (FRANCO, 2008, p. 46-47). Aqui, podemos no valer de Foucault para refletir sobre as passagens que remetem às vivências do autor de *Medicina Teológica*, pois “Escrever é, pois mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro”. (FOUCAULT, 1992, p. 8). Na passagem abaixo, o médico mineiro procura mostrar aos confessores que a melancolia podia causar enfermidade até entre os mais devotos:

Só individuarei um, e por ele vejam os Senhores Confessores quais sejam os outros pecados das saudades. Uma Freira que vive enclausurada em seu Mosteiro, longe de sua Pátria, e que desejava voltar pra ela, mas que por motivos humanos há professado, e se conserva como forçada em sua cela, devorando infinitas tristezas; esta Freira chegando a adoecer, e não querendo admitir outros remédios mais que o egresso da clausura, e ou mesmo adoecendo de desesperação se arroja a procurar amizades, e correspondências indecentes, até enfim chegar a apostatar, não diremos que suas saudades eram pecaminosas, ou ao menos que foram ocasiões próximas de seus pecados? (pecados para aliviar as saudades). (FRANCO, 2008, p. 46-47).

Segundo Mello Franco, a enfermidade decorrente de nostalgia era manifestada por meio da privação do apetite, da fraqueza e do enfraquecimento, uma vez que:

[Sobre a nostalgia] As pessoas mais atacadas deste mal, são as gentes moças de qualquer sexo que sejam, e que tiverão educação mole, entretida na variedade dos prazeres, e que vendo-se obrigados a ausentar-se por algum motivo, não podem tirar de seus corações o habito do amor com que estão presos, e faltando-lhes ao mesmo tempo o objeto, em que este amor se empregava, formão inuteis desejos, desesperão de o tornar a possuir, e se enchem de tristeza, e melancolia, ou adoecem, e enlouquecem. (FRANCO, 2008, p. 45).

E quando não houvesse a possibilidade de devolver os saudosos a suas pátrias e famílias e o *objeto* que havia sido afastado dos jovens apaixonados, era necessário tratar a nostalgia com terapia ocupacional. Para o médico mineiro, entre os que contraíam as enfermidades da melancolia estavam os que haviam tido “educação mole” e eram fracos de espírito, pois se desesperavam com facilidade diante da perda do *objeto* amado. Por mais que o autor tente aqui estabelecer um distanciamento, ainda assim podemos estabelecer um vínculo entre as experiências vividas pelo ex-estudante mineiro e por aqueles que viviam “entretidos nas variedades dos prazeres”. É bastante comum a associação entre Coimbra e a vida boêmia<sup>65</sup> de seus estudantes universitários, especialmente em obras literárias, perspectiva que também devemos levar em conta na análise da *Medicina Teológica* que estamos realizando, pois a História e a Literatura “abordam temas comuns sob diferentes perspectivas, utilizam formas aproximadas para se concretizarem - a escrita em suas variadas dimensões”. (CAMILOTTI; NAXARA, 2009, p. 15). A Literatura oportuniza certa “imaginação controlada” que, muitas vezes, nos permite pensar para além dos dados que encontramos:

Embora não estejam disponíveis documentos que permitam maiores aproximações ao cotidiano dos estudantes brasileiros em Coimbra, algumas indicações dão a perceber a sua atuação como grupo. No dia 22 de Setembro de 1772, todos os sinos da cidade entraram em repique festivo anunciando a chegada do Marquês de Pombal para a entrega oficial dos Estatutos da reforma da Universidade. Nessa noite, espalharam-se por toda a cidade fantásticas luminárias. As memórias contemporâneas referem o deslumbramento causado pela iluminação “que fizeram os estudantes brasileiros com efeitos de perspectiva, representando a *Scienza caihindo*, e entre nuvens sahindo uma mão que a sustenta pelo braço”. (CRUZ; PEREIRA, 2009, p. 221).

Parece-nos perfeitamente plausível pensar em Mello Franco como um estudante boêmio nas ruas de Coimbra, convivendo com melancólicos, ébrios, coléricos e outros que

---

<sup>65</sup> É acertado afirmar que os literatos têm se ocupado mais da vida boêmia em Coimbra do que os historiadores. Referindo-se ao cotidiano dos estudantes da Universidade de Coimbra, Cruz (2009, p. 211) observou: “Se, por um lado, estudar em Coimbra significava para os estudantes do ultramar enfrentar as dificuldades do viver longe da casa paterna, por outro, constituía oportunidade de estreitar relações com conterrâneos, travar contato com jovens de outras partes do Brasil e formar com eles laços de solidariedade. Esse aspecto não será irrelevante ao observarmos os desdobramentos que essa rede de solidariedades regionais propiciou, em termos da agregação dos estudantes brasileiros em torno dos novos espaços de sociabilidade que o universo acadêmico e o viver na metrópole ofereciam”.

sofriam de doenças do ânimo<sup>66</sup>, aproximando-o ainda mais da condição de um autor cuja obra revela uma “escrita de si”<sup>67</sup>.

Na tentativa de remediar os males que, muito provavelmente, vivenciou e sobre os quais escreveu em sua obra *Medicina Teológica*, Mello Franco prescreve uma série de receitas, que deveriam ser utilizadas pelos confessores como matéria para a penitência, pelo amargor ou pela propriedade nauseante que as caracterizavam. Assim, percebemos que o medicamento contava com múltiplas funções, podendo ser empregado para a cura, para alimentar e também para punir. Durante muito tempo, a doença foi vista como manifestação do pecado e o remédio como expiação, como penitência: “Todos estes remédios apontados se podem impor por penitência, porque no estado desta enfermidade elas são penosas aos enfermos, que nada buscam mais que o retiro, e ociosidade para melhor se entregarem as suas tristezas”. (FRANCO, 2008, p. 48).

As receitas prescritas para os melancólicos visavam remediar a ociosidade que a tristeza acarretava, o que era percebido como contraproducente para o Estado, uma vez que deixavam de trabalhar para se entregarem às tristezas. Segue o receituário de Mello Franco para o tratamento da Melancolia:

Respice de Açafão

Canela, Mirra, faça-se pílulas para se tomarem em dois dias.

Respice cabeça de papoula branca em pedacinhos e sem semente. Coza-se em água de fonte, a diminuir, depois coe-se, e dê de beber ao deitar.

(FRANCO, 2008, p. 48-49).

A mirra é conhecida por suas propriedades antiinflamatórias (HENRIQUES, 1731, p. 350) a primeira tem origem no continente africano. O açafão ainda hoje é utilizado com fins fitoterápicos em razão de suas propriedades antidepressivas. Por suas propriedades adstringentes, a ingestão de suas folhas é indicada para evitar o estupor e a paralisia, pois: “[...] o nímio uso de açafão causa um riso morboso” [...]. (HENRIQUES, 1731, p. 211). Além desta, Mello Franco propõe também outra receita:

<sup>66</sup> Sabe-se que entre 1772-1808, foram registrados 608 estudantes brasileiros em Coimbra. Mello Franco passou sua juventude cercado de outros estudantes, muitos deles, brasileiros como ele. Ao descrever a saudade da Pátria, os amores dos jovens “fracos de espírito, de criação mole”, Mello Franco parece falar não apenas de pacientes, mas de pessoas com quem conviveu, já que as descrições que faz parecem transcender os aspectos formais.

<sup>67</sup> Segundo Foucault, os “hypomnemata” seriam as anotações dos pensamentos, além de trechos já lidos e observações feitas, que poderiam a toda hora ser consultadas. Para Albano (2005, p. 15), “Os hypomnemata combinavam o já-dito tradicional com a individualidade da verdade nele contida e ainda com a circunstância para seu uso. Tal processo se dá na pessoa do escritor e acontece de forma heterogênea. O sujeito faz um recorte nas obras lidas e depois as reconstrói em determinado contexto para reafirmar algo que lhe interessa. Nesse trabalho é possível reconhecer a identidade do escritor, uma vez que o já lido e assimilado adquire forma própria quando reescrito para determinado fim, sob um determinado olhar”. Essa última ideia aponta para a escrita de si, na qual as experiências se fundem aos conhecimentos adquiridos.

Respice cabeças de papoula branca  
 Coza-se em água limpa a diminuir e então se coará,  
 E na coadura de pisarão sementes de papoula branca, e de melão,  
 E se fará expressão na qual se dissolva, Xarope de Golfãos (?).  
 E o enfermo que tome esta emulsão repartida em duas doses, uma logo ao deitar e  
 outra de madrugada.  
 (FRANCO, 2008, p. 49).

Esta prescrição traz alguns elementos presentes em receitas já analisadas, como a papoula branca, com a adição do melão, fruta açucarada, fria e úmida, que mitiga a sede e refrigera as entranhas e, segundo Henriques (1731), é conhecida por sua virtude diurética, limpando os rins, sendo indicada também em casos de infecções na bexiga. O xarope que deveria ser adicionado ao sumo de papoula e melão também é conhecido por sua natureza diurética: “O cozimento que se faz de uma onça para duas libras de água e que se dá em dose de seis onças por vez acalma as irritações da bexiga e da uretra, provocando alívio imediato<sup>68</sup>”. Sabemos também que o xarope de Golfo, feito a partir do cozimento das flores e das folhas de Golfão (*Nymphaea indica*) era utilizado tanto no tratamento de hemorróidas, quanto da lepra.

Como evidencia a composição das receitas indicadas para o tratamento da melancolia, Mello Franco se atinha fortemente à administração de diuréticos para o restabelecimento do ânimo daqueles que se encontravam deprimidos.

Respice de quatro sementes frias maiores,  
 Pisem-se em cozimento de cevada e de raiz de Altéa  
 Faça-se coadura na qual se dissolva Diacódio, para tomar na hora do sono.  
 (FRANCO, 2008, p. 49).

Por suas propriedades, a raiz de Altéa é utilizada para umidificar o corpo, internamente - como diurético -, ou externamente - como emoliente natural para as extremidades. Já o diacódio era bastante utilizado antes de os remédios derivados do ópio se tornarem comuns, assim, pode-se inferir que esteja sendo empregado como um substituto da papoula. É plausível supor que, por reconhecidamente induzir ao vício, o ópio tenha sido substituído pelo diacódio nas orientações aos Confessores, como é possível verificar nesta passagem, em que Mello Franco refere os religiosos que se encontravam enfermos:

Destas receitas e remédios podem também usar os Prelados das Religiões para curar os seus Religiosos da Nostalgia; porque eles também são Médicos espirituais, e não hão de dar menos contas a Deus de seus súditos pela obrigação que tem de os

---

<sup>68</sup> Biblioteca online de botânica MAST. Disponível em: <<http://ci-67.ciagri.usp.br/pm/cientifico.html>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

conduzir, de modo que lhes tirem os impedimentos de aspirarem à perfeição, com fervor, e alegria. (FRANCO, 2008, p. 49-50).

Em outra receita, transcrita a seguir, encontraremos novamente a indicação do diacórdio e a adição de papoula em uma receita que deveria ser ingerida na hora do sono. Encontraremos nela, também, a primeira menção feita à planta beldroegas, cujas folhas possuem propriedades diuréticas e refrescantes. Por isso, ao serem aplicadas sobre feridas, favoreciam sua cicatrização, combatendo também inflamações, e quando colocadas embaixo da língua ajudavam a aplacar a sede. Ao serem esfregadas nos dentes, as folhas de beldroegas “afasta[riam] os sonhos venéreos”, muito provavelmente, por suas propriedades adstringentes, que auxiliavam o melancólico a sair de seu estado de torpor. Já a flor de laranjeira era utilizada para induzir o sono, sendo também recomendada em casos de angústia e depressão.

Respice de Diacórdio

Aguas destiladas de papoula vermelha, e de Beldroegas, água de flor de laranja, Misture para bebida repartida em duas doses, que se tomarão de noite, uma ao deitar e outra de madrugada, se com a primeira não houver o enfermo ainda bem dormido. (FRANCO, 2008, p. 49).

Para Mello Franco, os confessores deveriam obrigar os penitentes à confissão também com os médicos, para que estes pudessem melhor prescrever os remédios, não apenas nos casos de melancolia. Muitas das receitas por ele recomendadas requeriam a supervisão de um profissional dotado de conhecimentos de medicina e de farmácia, tanto para a prescrição e definição da dosagem, quanto para o acompanhamento do tratamento. Na passagem abaixo, Mello Franco procura convencer os confessores de que o médico seria mais adequado no tratamento de alguns casos:

[...] além desta Nostalgia ou saudade que acabo de falar, e que na Medicina se chama Nostalgia simples, há a outra a que chamam Nostalgia complicada, que é aquela que vem acompanhada de febre synodica, terçãs, e outras doenças que agravam ordinariamente as enfermidades, fazendo-as parecer de mau caráter; mas neste caso é preciso que os Prelados, e Enfermeiros, que sabem da queixa do enfermo, avisem ao Médico para que ele além dos remédios particulares prescreva aqueles que são necessários, e conduzirem para o alívio também das saudades. (FRANCO, 2008, p. 50).

Por mais que Mello Franco não tenha tido, em relação à melancolia, a mesma percepção evidenciada no tratamento proposto às demais enfermidades da alma, ele não deixou de considerá-la um sentimento perigoso, capaz de desencadear outras doenças, como a bebedice, que analisaremos a seguir.

#### 4.4 “A bebedice é uma enfermidade, que nunca se cura com remédios morais, e dificilmente com os físicos”

As Histórias estão cheias de sucessos, que nos fazem mover a compaixão. Um grande amor, uma grande saudade, uma grande cólera, e uma grande bebedice ocasionarão sempre sintomas nervosos os mais funestos, e horríveis. (FRANCO, 2008, p. 35).

Ao tratar da bebedice, Mello Franco ressalta, primeiramente, os benefícios do vinho para a saúde, não descuidando, no entanto, de mencionar que, assim como na abordagem dada às outras doenças anteriormente mencionadas, o exagero levava à enfermidade: “[...] Os autores da Medicina dizem geralmente que o uso moderado deste licor prolonga a vida, conserva o corpo em saúde, o espírito em vigor, aumenta em ambos suas faculdades e sentidos”. (FRANCO, 2008, p. 115).

Já nas primeiras páginas de “A bebedice é uma enfermidade, que nunca se cura com remédios morais, e dificilmente com os físicos”, o médico mineiro destaca os malefícios do vinho para a saúde e seus efeitos no corpo humano:

[...] o vinho destrói a economia animal, porque esquenta muito, altera nossos fluidos, produz a bebedice ou perda da razão, e dos sentidos, erectiza as fibras, dispõe a hidropesia, a Phtisica nervosa, ao letargo, a apoplexia, a paralisia, a afonia, e outras enfermidades tão terríveis quando se há observado. (FRANCO, 2008, p. 116)<sup>69</sup>.

O título que Mello Franco dá ao capítulo XX da *Medicina Teológica* sugere uma abordagem diferenciada, em relação a outras enfermidades, acerca da bebedice, pois, segundo ele, o álcool induzia ao vício e, caso o penitente sofresse desse mal, seria difícil resgatá-lo. O excesso de vinho acarretava na perda da razão e provocava desequilíbrio motor, sendo, por isso, perigoso e ao mesmo tempo constrangedor:

[...] os que se inebriarão com vinho, quando caem, ficam de costas, estendidos no chão, e que a queda pelos demais licores inebriantes é promiscuamente para algum dos lados, e mesmo adiante a esbarrar narizes, e ficar abafados com o pó e lodo da terra. (FRANCO, 2008, p. 116).

Para o médico mineiro, os penitentes ébrios ficavam inertes para qualquer função do espírito, pois o álcool causava uma estupidez que podia durar muitos dias e, às vezes, por toda

---

<sup>69</sup> Segundo Bluteau (1712), Hidropesia é o inchaço ou tumor no ventre que ocorre quando não há boa “sanguinação” do fígado. Para Silva (1789), a Letargia é a doença do sono profundo e contínuo, que não mata tão depressa quanto a Apoplexia, que, para Bluteau, é uma obstrução dos ventrículos do cérebro que “impede as vias dos espíritos que sobem do coração” (1712, p. 433). A paralisia é também conhecida por “Ar”, pois causa nas pessoas o que os maus ares causam às plantas. A paralisia é um mal que desata os nervos do corpo. Quando ocorre do pescoço para baixo, Bluteau diz que o dano está na medula, quando ocorre no rosto, o dano é no cérebro (1712, p. 257). Por fim, a Afonia, é definida por Silva (1789) simplesmente como a falta de som.

a vida. Esta estupidez implicava no afastamento das suas obrigações religiosas<sup>70</sup> e para com o Estado, comprometendo, neste caso, o tão desejado “progresso” de Portugal. Dentre os efeitos “internos” causados pelo vinho, que seriam muito mais perigosos, estavam:

E na verdade sabendo-se que o vinho, a aguardente, e mais licores inebriantes tem por **primeiro efeito o queimar por sua acrimônia os capilamentos nervosos do estômago**, de que se segue sua crespatura, secura, irritação, e agitação como também por seus espirito **faz expandir todos os vasos, refazer os humores, e mesmo condensá-los como sucede coagular a linfa da boca** quando tomamos na boca, porque deixarão de produzir tantos males descompondo a economia animal de todos os homens? (FRANCO, 2008, p. 117, grifos nossos).

Como já observado anteriormente, na *Medicina Teológica* encontramos diversas referências a Boerhaave, médico holandês que dissertou sobre os nervos e suas correlações com as doenças, e sobre o qual já falamos. Neste capítulo, Mello Franco recorre a um de seus trabalhos para falar sobre os malefícios do vinho: “Mas nós devemos admirar porque não morrem de repente tantos bebedores de vinho, quando só o cheiro do mosto<sup>71</sup>, que fermenta, mata instantaneamente, como afirma Boerhaave em seu livro *De morb. Nervor?*<sup>72</sup>”. (FRANCO, 2008, p. 117). Mello Franco vê, portanto, como necessária a instrução dos confessores para que remediasses os males do álcool: “É, sem dúvidas, nocivo o abuso do vinho, e mais licores espirituosos, nem é preciso mais para persuadir os Senhores confessores de que ser a bebedice uma enfermidade [...]”. (FRANCO, 2008, p. 117).

Para o médico mineiro, nem os remédios morais nem os físicos eram eficientes no tratamento da bebedice, diferenciando-se, por isso, de uma “enfermidade corporal” - como a cólera, por exemplo -, cuja cura se dava através de preparados químicos. (EDLER; FREITAS, 2013, p. 449):

---

<sup>70</sup> No livro de Gênesis, Capítulo 19, versículos 31-36, encontramos menção à bebedice no Livro de Gênesis. Nele, o consumo excessivo de álcool acarreta em nudez, incesto, constrangimento e conflitos entre familiares, sendo o desencadeador do pecado, conforme constatamos a partir da passagem extraída: Então, a primogênita disse à menor: Nosso pai já é velho, e não há homem na terra que entre a nós, segundo o costume de toda a terra; Vem, **demos de beber vinho a nosso pai, e deitemo-nos com ele**, para que em vida conservemos a descendência de nosso pai. E deram de beber vinho a seu pai naquela noite; e veio a primogênita e deitou-se com seu pai, e não sentiu ele quando ela se deitou, nem quando se levantou. E sucedeu, no outro dia, que a primogênita disse à menor: Vês aqui, eu já ontem à noite **me deitei com meu pai; demos-lhe de beber vinho também** esta noite, e então entra tu, deita-te com ele, para que em vida conservemos a descendência de nosso pai. E **deram de beber vinho a seu pai também naquela noite; e levantou-se a menor, e deitou-se com ele; e não sentiu ele quando ela se deitou, nem quando se levantou**. E conceberam as duas filhas de Ló de seu pai. (BÍBLIA SAGRADA, grifos nossos).

<sup>71</sup> Não encontramos qualquer confirmação de que o mosto - sumo das uvas antes do processo de fermentação - seja fatal; entretanto, é comum a associação feita entre álcool e pecado e, conseqüentemente, as feitas entre alcoolismo, doenças e morte.

<sup>72</sup> A obra referida por Francisco de Mello Franco é “*Praelectiones academicae de morbis nervorum*”, escrita por Boerhaave, em 1761. Conta apenas com edições em latim e holandês, tornando, por isso, inviável a leitura desta fonte para melhor conhecimento do que se trata. A obra não consta do Catálogo da Biblioteca de Mello Franco.

Agora o que mais quererão saber os Senhores Confessores são os remédios físicos com que se poderia extirpar o costume de se inebriarem os amantes do vinho? Ao que se pode responder que será difícil acharem-se remédios que tirem este costume com segurança, ou seja no moral, ou no medicinal, porque conselhos, e remedios morais não só podem entrar no conhecimento de homens, que perdendo com a bebedice uma vez sua razão, nunca mais tornam a recuperar perfeitamente. (FRANCO, 2008, p. 118).

O tratamento da bebedice era, segundo Mello Franco, comprometido pelas recaídas e pela incursão dos ébrios em outros pecados, como a cólera e a luxúria, o que o levava a questionar-se sobre a possibilidade de remediar a bebedice, como se constata nesta passagem:

Agora a questão que eu mais quisera achar resolvida era: se se pode aconselhar remédios para rebater a bebedice a todos aqueles que sem se emendarem continuarão a inebriar-se? A dúvida que me embaraça é que, ensinando-se remédios para combater a bebedice, então ainda com mais arrojo se apegam ao vinho os seus amantes, e continuarão em seus pecados. (FRANCO, 2008, p. 120).

Para o médico mineiro, as potenciais vítimas do álcool eram os religiosos que entravam em contato com ele (no caso, o vinho) ao realizar o sacramento da missa. Para a cura deste vício, o autor recomendava - somente em alguns casos - a ingestão de bebidas até causar vômito, buscando, assim, a repulsa. Porém, ele adverte que era preciso tomar alguns cuidados, pois este procedimento terapêutico tornaria abstinência o penitente, impedindo-o de celebrar os sacramentos:

Porém dirão, que bem pode ser o enfermo de bebedice algum Eclesiástico, ou Regular, ou Secular, ao qual não se pode induzir o ter horror ao vinho: porque isto seria constitui-lo abstinência, e pô-lo em um impedimento de celebrar o Santo Sacrifício. (FRANCO, 2008, p. 119).

Aos integrantes do clero, Mello Franco recomendava a abstenção de álcool, além de receitas a partir de fármacos. E, se um confessor fosse vítima do vício, o autor da *Medicina Teológica* recomendava aliená-lo da comunidade, evitando a exposição de tal conduta:

[...] como estes sujeitos acham sempre na santidade, e zelo dos Senhores Bispos, e Prelados, quem os castigue com carcerações, e privações do mesmo vinho, bem se vê que lhes não são necessários remédios físicos, e basta para que os emendar os remédios Canônicos. (FRANCO, 2008, p. 120).

Mello Franco, contudo, adverte que procedimentos terapêuticos que previam a ingestão em excesso de álcool, para provocar vômitos, não eram recomendados para todos os penitentes, pois o vinho poderia causar ainda mais danos ao organismo se consumido em tão altas doses:

[...] que se quer curar a bebedice com vomitório, e praticando depois todas as cautelas, que ele insinuar, digo então que poderá este remédio ter eficácia, se no tempo da aflição dos vômitos se avisar o enfermo do dano, que lhes faz o vinho, e de nenhum modo lhe declarar a confeição que tinha o que ele agora bebeu; mas só assear-lhe em geral todo o vinho, para que ele se forme de todo o licor inebriante uma ideia funesta, e lhe ganhe horror. (FRANCO, 2008, p. 119).

Em razão disso, Mello Franco propõe outras terapêuticas e receitas naturais, que deveriam ser empregadas antes dos agressivos vomitórios. Mas, antes das prescrições, ele procura desacreditar práticas supersticiosas e receitas populares empregadas para a cura da bebedice:

[...] e os remédios físicos eu não sei de algum eficaz que não possa ser pernicioso; porque uma rã, uma enguia, um barbo, afogados no vinho, que se tem dado a alguns beber para lhes tirar o costume de inebriar-se, **lhes tem causado vômitos funestos, seguidos de vertigens** que podem meter medo aos Professores, que querem curar sem dano: **outros remédios preparados também com o vinho**, como os que se fazem infundindo no dito **licor a palmilha suada de umas meias, ou sapatos, um pedaço de bispote barrento, a terra do fundo da sepultura**, tem mais de supersticioso do que de legítimo. (FRANCO, 2008, p. 118, grifos nossos).

Para combater o vício, o médico mineiro recomendava certas penitências e uma dieta que consistia na ingestão de água fria - bebida em jejum pela manhã - e de comidas salgadas (broas e legumes). Tais questões serão abordadas no próximo capítulo, que trata também da dietética, além de banhos frios (do corpo inteiro ou somente dos genitais) no intuito de evitar que os vapores contendo álcool agitassem o corpo, conforme constatamos na recomendação que transcrevemos abaixo:

Todos estes remédios quebrantam o espasmo que o vinho havia produzido com sua irritação, impedem que ele fermente, e levantem vapores, e aplacam a agitação dos mesmos espíritos que se perturbam no cérebro, e mais partes do corpo. (FRANCO, 2008, p. 121).

Se os teólogos acreditavam ser possível remediar a bebedice através de orações, jejuns e disciplinas, pois, para eles, o corpo era sempre olhado como um escravo rebelde e merecedor de tormentos pelos pecados cometidos, Mello Franco condenava os fundamentos desse moralismo “destruidor da humanidade”, propondo tratamentos à base de ingestão de água fria em jejum, de alimentos e banhos frios. (EDLER; FREITAS, 2013, p. 447-448):

O primeiro remédio é a água fria bebida logo de manhã em jejum, e sempre antes de comer. O segundo é a comida de coisas salgadas e misturadas com muito azeite v.g. sardinhas, bacalhau, etc. couves, e a mesma broa, ou qualquer pão, misturado com muito azeite. O terceiro é o banho frio, o semicúpio, ou ao menos o molhamento dos genitais com água fria, ou simples, ou misturada com vinagre. (FRANCO, 2008, p. 121).

O tratamento indicado para a bebedice é bastante breve, contando com apenas uma receita, a “Âncora dos ebriosos”, que, diferentemente das demais registradas por Mello Franco, era vendida em boticas, o que parece sugerir que ela, de fato, causasse maior preocupação, pelos seus efeitos, do que as demais enfermidades por ele referidas. Na passagem abaixo, o autor da *Medicina Teológica*, além de informar quais os ingredientes e suas dosagens, descreve também o seu preparo:

Quarto: o remédio porém mais singular que em Alemanha os Médicos, e o mesmo povo chama a Ancora dos ebriosos, e glutões é o espírito de sal amoníaco aromatizado oleoso na dose de vinte, até trinta gotas em um cozimento de funcho, ou de casca de cidra, ou da laranja [...] Este remédio manda-se comprar nas boticas, porque os mesmos penitentes não terão todas as comodidades para o prepararem, mas se as tiverem, e o quiserem fazer será do modo seguinte:

Respice de canela duas onças

Macif. Meia onça

Casca de cidra onça e meia

Sal amoníaco, e sal tártaro, cada um quatro onças

Espírito de vinho doze onças

Misture-se e dilue-se em fogo de área e guarde-se em garrafa bem fechada para se usar como acima se disse. (FRANCO, 2008, p. 122).

Alguns dos ingredientes desta receita apareceram em outras que já analisamos, como a canela - que tem propriedades reparativas do fígado -, a casca da cidra, por ser antiácida, é eficiente no tratamento de náuseas e problemas estomacais, e por ser calmante, é utilizada no tratamento de insônia e da irritabilidade. O sal amoníaco, por ser muito forte e agressivo, era indicado somente em alguns casos, por sua ação expectorante e, especialmente, no tratamento de coléricos e melancólicos. Por fim, a receita contava com o espírito de vinho que, por mais contraditório que possa parecer, era empregado no tratamento da bebedice, pelas razões já expostas acima.

Consciente de que, apesar de o todo empenho, o penitente podia ter recaídas, Mello Franco recomendava que aos medicamentos e outras prescrições deveriam ser acrescentados jejuns, orações e exercícios penosos que afastassem o pensamento do enfermo de seu vício. Na passagem abaixo, ele informa sobre como afastar o penitente do vício:

[...] ainda que com os remédios se não tira o pecado antecedente da crápula, pois tais sujeitos podem continuar a ser glutões, comendo e bebendo mais do necessário, não só *usque ad satietatem*, porém também sobre posse, ou sobre a mesma saciedade; com tudo com os remédios eles se dispõem a emendar-se do vício, pois ficam com seu juízo desembaraçado para poderem persuadir-se dos motivos da emenda, e sujeitarem-se a cumprir as penitencias de jejuns, e parcimônias que os Confessores lhes prescrevem. (FRANCO, 2008, p. 120-121).

Os médicos do século XVIII baseavam-se em casos clínicos e nos exemplos registrados pela literatura para evidenciar a existência de uma relação recíproca entre tormentos da alma e adoecimento corporal<sup>73</sup>. (SILVA, 2008). As enfermidades descritas na *Medicina Teológica*, analisadas neste capítulo da dissertação, são uma prova desta percepção e da prática médica vigente em Portugal no Setecentos.

Contudo, parece-nos que a preocupação de Mello Franco em remediar as doenças do ânimo não decorria, exclusivamente, do empenho pela manutenção da saúde dos corpos dos cidadãos portugueses, que, por ser tão cara ao projeto iluminista de progresso da nação, acabou por determinar profundas reformas no ensino da Medicina. Para o médico mineiro, formado na Universidade de Coimbra, o tratamento das doenças da alma, que, mais tarde, seriam denominadas de doenças psicossomáticas, competia aos médicos e não aos confessores, como ele procurou defender nos capítulos da *Medicina Teológica*.

Na continuidade, o foco será sobre a enfermidade que Mello Franco considerava ser uma das mais perigosas, pois poderia desencadear todas as demais: o amor.

---

<sup>73</sup> De acordo com Edler e Freitas (2013, p. 444-445), a Medicina da época propunha que “ao contrário dos animais, que não conhecem os conceitos abstratos, o homem estaria sujeito a mil paixões da alma, o que o faria viver uma vida contenciosa e turbulenta, capaz de “inverter ou desviar o fluxo dos espíritos vitais através dos canais nervosos, gerando toda sorte de enfermidades”. Essa seria a origem primeira das enfermidades do ânimo, que surtiriam efeitos também no corpo. A correlação entre alterações nesses dois domínios constitui uma das linhas argumentativas importantes de nosso personagem, já que seu efeito último seria o comprometimento da capacidade de julgar racionalmente, levando o indivíduo a agir contra a sua conservação. Assim, as paixões teriam a capacidade de alterar os movimentos involuntários do corpo e mudar o estado geral do ânimo do indivíduo, afetando suas faculdades racionais e determinando suas ações.

## 5 PARA REMEDIAR O AMOR

*Tão bom morrer de amor e continuar vivendo.*

Mário Quintana

### 5.1 O amor como enfermidade

“Não se pode exepuar do catalogo das enfermidades ao Amor. Qualquer que ele seja, ou Divino, ou Humano é sempre uma doença”. (FRANCO, 2008, p. 38). É com esta citação que o médico mineiro inicia o capítulo sobre os males do amor. Assim como nos demais capítulos da obra, Mello Franco buscou estabelecer as relações entre enfermidades e moralidade<sup>74</sup>.

Quer sob a forma de erotomania, lascívia ou satyriazes, as paixões foram tema recorrente nas obras de medicina, filosofia e religião desde a Antiguidade, tendo sido retomadas, posteriormente, pelos autores franceses, como Le Camus<sup>75</sup>. Para Edler e Freitas (2013, p. 448), os filósofos percebiam a razão e as paixões de maneira articulada. A razão era a faculdade mais elevada da mente ou da alma e distinguiu os humanos das demais criaturas, já as paixões, que ligavam a alma ao corpo, eram compartilhadas por animais e humanos. Para a maioria dos filósofos cristãos, a virtude baseava-se na habilidade em usar a razão e controlar ou temperar as paixões. A medicina, por sua vez, abordou as paixões a partir dos princípios da teoria hipocrático-galênica, fundando um discurso sobre os temperamentos alternativo à Ética.

O médico Mello Franco dedica metade de seu livro ao tratamento da lascívia, ninfomania, erotomania e satyriazes, o que parece comprovar sua percepção sobre o amor como uma perigosa enfermidade, capaz de promover os demais desvios de virtude. “O sentimento amoroso teve um poderoso inimigo [...] a Igreja. Entretanto, ela não está sozinha

---

<sup>74</sup> Segundo Lopes (2010, p. 32), ao abordar os malefícios dos pecados capitais e oferecer “remédios” para eliminá-los ou “curá-los”, os manuais cumpriam uma missão clara e precisa: conduzir os sujeitos pecadores a conhecerem-se, a estabelecerem uma relação consigo, a meditarem sobre suas atitudes e pensamentos; e, assim, sujeitos dóceis (sem ira), obedientes à Igreja (sem soberba e avareza), com atitudes moralmente aceitas (sem luxúria), com hábitos saudáveis (sem gula e sem preguiça), enfim, sujeitos capazes de contribuir com e para a Igreja Católica.

<sup>75</sup> Segundo Silva (2008, p. 339), dentre as obras da Medicina francesa Setecentista que exerceram influência sobre Mello Franco está a do professor Antoine Le Camus (1722-1772), da Faculdade de Medicina de Paris. A obra intitulada *La médecine de l'esprit* (de 1753, e reeditada em 1769) é citada logo na introdução da *Medicina Teológica*. Coube a Le Camus, antes de Franco, realizar uma verdadeira reviravolta na idéia de medicina da alma. O campo da medicina da alma havia sido constituído, primeiramente, no domínio da Filosofia, em analogia à Medicina do corpo. O médico setecentista se propôs, porém, a estabelecer as bases de uma medicina da alma propriamente médica, diferenciando-se do que os filósofos antigos ofereciam enquanto terapia da alma.

para impor a moral cristã. O amor passa a ser perseguido, também, por uma antiga ciência: a Medicina” (DEL PRIORE, 2006, p. 95), que passa a reivindicar o tratamento dos males do amor. Na passagem abaixo, extraída da Medicina Teológica, encontramos a síntese de sua visão sobre o amor:

O Amor em um Hércules, e a cólera em um Aquiles só produzirão dano em outros, e não neles; porém nas pessoas delicadas, que recolhidas nos Claustros, assentadas em seus estrados, ocupadas na lição dos livros, tem seus nervos mui flexíveis, seus fluidos, ou mais abundantes, ou mais voláteis; nestas com toda a certeza produz infalivelmente qualquer paixão todos os sintomas nervosos, males convulsivos, obstruções, schirros, cancos, e as demais enfermidades [...]: fique, pois certo de que as paixões produzem mudanças mórficas no homem, proporcionada a sua maior, ou menor força: uma paixão quando produz uma grande mudança é igualmente grande; e quando aquela é pequena também esta o é; mas ou seja grande, ou pequena esta mudança, sempre ela é enfermidade que desordena a harmonia da alma com o corpo, tira neste o equilíbrio dos sólidos com os líquidos, perturba naquela todas as funções espirituais, e consome assim a vida do homem. (FRANCO, 2008, p. 37-38, grifos nossos).

Segundo Edler e Freitas (2011), o entendimento das paixões - ou das emoções ou sentimentos - tornou-se central na tentativa de definir os diferentes tipos humanos, buscando o modo adequado de garantir a ordem social e o governo dos homens, instaurando a ordem moral sobre a natural. O amor produziria mudanças nos nervos daqueles mais sensíveis, os isolados, os jovens, desequilibrando seus humores, causando, assim, a enfermidade. Ao falar sobre o amor e suas manifestações, Mello Franco apresenta Jesus Cristo como exemplo de um amor devotado ao divino, sobre o qual ele não trataria, pois: “[...] não é este amor que conduz hoje à sepultura tantos enfermos, outro é o amor que devem curar os Senhores Confessores, ou Médicos do homem achacado de paixões”. (FRANCO, 2008, p. 40).

Dessa maneira, confessores e médicos seriam os responsáveis por guiar os enfermos<sup>76</sup> em direção à cura, por meio da confissão. Sabemos que “[...] a Igreja exerceu, por longo período, o domínio das consciências e, nos séculos XVIII e XIX, as ideias do pecado e da culpa ainda dominavam fortemente as sensibilidades religiosas dos cristãos”. (LOPES, 2010, p. 33).

O amor, diferentemente das outras enfermidades, tinha como agravante a fixação em determinado objeto. A cólera e a melancolia, tratadas nos capítulos anteriores, estavam

---

<sup>76</sup> Segundo o Tratado de Veterinária escrito por Macedo Pinto, no XIX, é possível compreender a visão que se tinha da diagnose. Assim, encontramos que para obter-se um acurado diagnóstico de um paciente seria preciso conhecê-lo: “[...] convém observar sua idade, sexo gênero de trabalho, a que é destinado, e se sua constituição é robusta ou fraca. Não é menos importante o conhecimento do seu temperamento: se é sanguíneo, em que predomina o sistema vascular; nervoso, em que predomina o sistema linfático; ou em fim se é misto, sanguíneo-nervoso ou fleumático-nervoso”. (PINTO, 1852, p. 01-02).

associadas a comportamentos do enfermo, enquanto os amores costumavam estar ligados a um amante ou a uma atividade, como a leitura e a oração, por exemplo. A obsessão em relação ao objeto amado seria o causador da enfermidade, a perda ou separação deste resultaria em doença, causando tristeza e ira, induzindo ao consumo de álcool. Comumente, o amor aparecia associado à insanidade, como podemos constatar nesta passagem:

[...] Este amor geral quando se aplica com força a seu objeto, é na verdade grande doença, que produz não só a loucura, mas também uma infinidade de males que os Físicos, e Moralistas tem conspirado numerar, e não tem podido. Produz o Amor a loucura, porque originando-se esta da descomposição (sic) das fibras nervosas, que entram na textura do cérebro, e esta descomposição (sic) provindo da nímia atenção, que se dá a qualquer coisa, vem a ser certo que o amor causa esta loucura; porque ele é o que fixa o pensamento sobre o objeto amado, descompõe a fábrica interior do cérebro, levanta o tumulto nos fluidos nervosos, e desordena a conexão das ideias sobre que se ocupa. (FRANCO, 2008, p. 39).

Para o autor, males como a lascívia e suas derivações produziriam uma “infinidade de males físicos”, oriundos do relaxamento das fibras do corpo humano. Como exposto no capítulo anterior, a Medicina do ânimo no século XVIII estava alinhada com a Neurologia, que percebia o corpo como uma rede articulada de nervos e vasos. A desestabilização das ditas fibras ocasionaria mudanças corporais que acarretariam em danos aos órgãos, que poderiam ser agravadas por sentimentos destrutivos, como a raiva, que causava o enrijecimento, ou por sentimentos como a alegria, que poderiam amolecer os nervos. A medida certa era a moderação, uma vez que os extremos eram danosos.

Abaixo, Mello Franco destaca os sentimentos e sua relação com o sistema nervoso:

Ora é certo, que a cólera, a inveja, a emulação, os ciúmes acompanham ordinariamente ao Amor, e põe as fibras dos nervos em um estado de rijeza, crespatura, e erectismo, que pervertem suas ações, e movimentos, como igualmente é certo, que a alegria, o contentamento, o prazer, que estão gravados no mesmo círculo do Amor, relaxam as mesmas fibras nervosas, e as enfraquecem, vem o Amor por uma consequência necessária a perverter também os fluidos mais principais do corpo, que em sua circulação dependem inteiramente da harmonia dos sólidos. (FRANCO, 2008, p. 41).

Mello Franco vincula a fixação em certos objetos ao “excesso de amor” e, por extensão, a certas doenças dele decorrentes. Segundo ele, se os objetos amados forem livros, resultarão as doenças já referidas por Samuel Tissot<sup>77</sup>:

---

<sup>77</sup> Segundo Abreu (2013, p. 29), Samuel André Tissot foi o autor de “Aviso ao povo sobre sua saúde” (1761), publicado em francês e traduzido em inúmeras outras línguas. Fundamentada no racionalismo e no empirismo, a obra visava transmitir noções de Medicina e de Higiene à população, a partir de procedimentos fundados na autoaplicação de medidas preventivas e terapêuticas, de modo a difundir conselhos para a conservação da saúde. Quanto à citação de outros autores, constatamos que foi recurso retórico recorrentemente utilizado por Mello

Mas tendo isto assim fica claro que do Amor se hão de seguir todas aquelas enfermidades em que a Medicina descobre algum respeito com o objeto amado; quero dizer que se os objetos que se amam forem livros, resultarão aquelas enfermidades em que fala Tissot no seu excelente tratado das doenças dos homens de letras; se forem riquezas nascerão as vigílias, as indigestões, gota, febre pútrida<sup>78</sup>, vertigens, e outras queixas dos mercadores; se forem animais, v.g. um gato, um cão, ficarão seus amantes expostos a asma, e hidrofobia<sup>79</sup>; se for a Pátria virá a nostalgia; se forem licores espirituosos, e o vinho será a bebedice; e enfim se forem pessoas do sexo, além do morbo céltico<sup>80</sup>, e outras enfermidades que se adquirem no seu comércio, serão atacadas da Erotomania, e vexados, ou de satyríazes, ou furor uterino. (FRANCO, 2008, p. 41).

Assim, percebemos que o amor pode ter diversas manifestações, mas todas elas seriam facilmente percebidas, pois seus sintomas eram aparentes, bem como as doenças dele decorrentes:

[...] estes pois que estão tocados da enfermidade de Amor se deixam geralmente conhecer pelos olhos; porque ou os tem fundos; tristes, e abatidos, ou vivos, acesos, e inquietos com movimentos frequentes, principalmente quando suspeitam alguma privação do objeto amado. O pulso nestes amantes não é tal que lhes seja próprio como alguns Médicos pretendem persuadir, mas somente é o mesmo que se observa nas Pessoas que andam com algum cuidado. Alegam-se quando lhes fala no objeto amado, e quando o chegam a ver de repente se põe a confusão em suas ideias, o pulso muda, e se faz fraco e desigual: em algumas pessoas falta também o sono, não agrada o exercício, e só se buscam aqueles divertimentos, que ocupam com o objeto amado. (FRANCO, 2008, p. 42).

O amor produziria enfermidades “capitais”, que acarretariam em vício e arrastariam os pecadores para o inferno. Aqui, Mello Franco se aproxima dos “moralistas”, que percebiam as doenças da alma como manifestações dos pecados. A *Medicina Teológica*, vale lembrar, foi escrita para ser um manual de orientação a confessores para que pudessem aconselhar melhor seus penitentes, com o amparo da Medicina, mas sem dissociar as doenças de seu caráter moral<sup>81</sup>:

---

Franco, que recorria às autoridades médicas antigas e modernas. Por um lado, isso demonstra sua observância às regras de um discurso racional, desprovido de preconceitos e informado por observações empíricas verossímeis; por outro, ao expor suas ideias como imersas na venerável linhagem médica iniciada por Hipócrates, apresentando-se, inclusive, como um compilador, ou, em suas palavras, “mero coletor de escritos”, evitava vincular-se explicitamente a uma corrente teórica específica. (EDLER; FREITAS, 2010, p. 443).

<sup>78</sup> Em seu “Vocabulário Portuguez e Latino”, Bluteau (1728, p. 54) diz: “Febre é doença precedida de calor, seca do sangue e seus humores, cuja efervescência tem início no coração e dele se comunica a todo o corpo pelas veias e artérias”. Também sabemos que, ao longo do XVIII e XIX, um conjunto de doenças estava abrigada sob o “guarda-chuva” das febres, tais como febre tifoide, febre pútrida, febre amarela, etc.

<sup>79</sup> Bluteau (1728, p. 81) caracteriza Hidrofobia como o medo de água que tem os “mordidos por cães danados”. São enfermos que gritam, suam e tremem as mãos, alguns inclusive desmaiam. A doença pode surgir após algumas semanas ou até meses.

<sup>80</sup> Morbo, palavra latina para doença. Há o morbo gaélico, hispano, napolitano, comumente usados para males venéreos, tendo seus transmissores atribuídos aos estrangeiros. Acreditamos que o morbo “céltico” também seja referido a partir de sua origem. Ver mais em Bluteau (1728, p. 574-576).

<sup>81</sup> A *Medicina Teológica* propunha que os penitentes deveriam ser aconselhados e medicados, através de receituários e terapêuticas. Isto só seria possível, segundo Edler - através das mãos “capazes” dos físicos:

Nesse sentido, é possível dizer que livrar os cristãos de todo e qualquer pecado e da possível condenação ao inferno era um dos objetivos fundamentais dos manuais de devoção católicos que circularam na Europa e na América entre o século XVIII e o XIX. Os discursos sobre os pecados capitais - cometidos pelo cristão que desobedecia ou contrariava as leis divinas - eram revestidos de tal gravidade que conduziam a alma aos sofrimentos do inferno. Tanto os pecados “de costume”, quanto os pecados capitais eram entraves à salvação das almas no Juízo Final, e, para combatê-los, eram “receitados” alguns “remédios” para sua “cura”, configurando assim o reforço de uma prática salvacionista da Igreja. (FLECK; DILLMANN, 2013, p. 7).

Mello Franco busca exemplificar as manifestações do amor<sup>82</sup> entre os enfermos como forma de instruir os confessores, para que, no futuro, saibam identificar os sinais entre seus confessados. Entre os casos trazidos pelo médico mineiro, inclui-se aquele de um homem apaixonado por livros de ciência:

Este de dia, e de noite não se tira de cima dos livros, dorme com eles à cabeceira, vai passear sem os deixar, os fenômenos que mostra nos olhos são bem conhecidos de todo mundo, quando lhes traz um livro novo não para sem logo o esfolhear inteiramente, e saber o que contém, e nesta ocasião até lhe treme o corpo todo e quando acaba, confessa uma fraqueza geral em toda a máquina, mas que não faz caso de dor alguma contanto que o deixem ler. (FRANCO, 2008, p. 43-44).

Ao descrever a obsessão dos que sofriam dos males do amor, Mello Franco instrui os confessores no sentido de remediar este “amor em geral com medicamentos também gerais”. A cura seria alcançada através de uma abordagem prática, mudando a atenção dos penitentes para outros objetos, obrigando-os a fixar sua atenção nestes objetos, impostos por penitência para assim os ocupar, e impedir que sejam arrastados pelo objeto amado: “O sábio perdido com os livros que vá cuidar na lavoura de um campo, e que aí pratique sua Ciência com utilidade própria e também de sua pátria”. (FRANCO, 2008, p. 44). Também seria necessária

---

“Vemos que sua descrição naturalística da economia das paixões prescinde de qualquer referência ao modelo cristão de virtude. Assim, na cólera, por exemplo, o agastar-se com muitas queixas, comum nos supurados do bofe, nos hidrópicos e nos melancólicos, não deveria ser reprimido com os princípios teológicos. Pelo contrário, estes movimentos involuntários serviriam para aumentar a circulação do sangue. Ele explica: adquirindo o coração mais força, aumenta-se a secreção da cólera, da urina e da transpiração. Daí o uso terapêutico das paixões moderadas para curar algumas enfermidades, sendo as paixões da ira, e da esperança as mais adequadas. Ele observa que o médico prudente pode incitar no paciente o desejo de vingança para curar a paralisia e a fatuidade, ao alterar o curso dos espíritos animais. A eficácia das leis penais, que depende dos castigos impostos, revelava, como já notamos, a ação curativa do medo. O médico poderia, assim, agir sobre cada temperamento ou inclinação, mudando primeiro o corpo. Dessa forma, numa crítica indireta aos castigos corporais previstos no livro V das Ordenações Filipinas, Sanches se refere às vantagens do recurso à terapêutica médica para emendar a sociedade [...] Através de vários exemplos, o autor mostra como seria possível recorrer à medicina para alterar as inclinações, “os juízos e o modo de obrar e tratar na sociedade civil”, operando através de dietas ou remédios nos nervos ligados não aos órgãos dos sentidos, mas às vísceras, que seriam responsáveis por levar ao sensório comum os gostos ou sentimentos”. (EDLER; FREITAS, 2013, p. 444-445).

<sup>82</sup> Mary Del Priore (1993, p. 180-181) demonstrou que, ao final do século XVIII, “a ideia de amor como enfermidade se consolidara, e a Igreja oferecia-se como ‘médico da alma’”. Toda e qualquer paixão, sintoma da luxúria, seria perturbadora para o estado interior e exterior do ser humano, tirando-lhe a tranquilidade, levando a Igreja a restringir a sexualidade à privacidade do quarto e condenar os deleites sexuais.

a prescrição de remédios farmacêuticos da classe dos amargosos ou dos azedos, porque ambos são penosos à natureza, mas apropriados a cada uma das classes dos amantes: isto é, os azedos para aqueles que se exercitam em trabalhos corporais, e os amargosos para os que têm vida sedentária e ociosa. Em obras como *Âncora Medicinal*, o ócio é visto como um dos males a ser combatido, como nos diz Abreu (2006a, p. 80): “[...] os médicos, sobretudo aqueles que se ancoravam na perspectiva da medicina galênica, defendiam a necessidade de descanso e exercícios moderados. Pois o ócio e a preguiça podiam ser muito prejudiciais: “faltando o movimento e exercício do corpo, não faltarão achaques que acabem a vida, ou a façam morbosa, porque o corpo irá se enchendo dos excrementos e superfluidades que o exercício havia de gastar” (HENRIQUES, 1721, p.278)

No subcapítulo seguinte, analisaremos as descrições que Mello Franco faz da Lascívia, Erotomania e Satyriazes, doenças que aparecem associadas ao amor e à sexualidade. Como o leitor irá constatar, por considerá-las uma das razões da decadência da sociedade portuguesa, o médico irá propor não apenas um controle mais rígido sobre as condutas que provocam estas enfermidades, como também punições mais severas aos seguidores de tais condutas.

## 5.2 “Os prazeres do amor tomados com excesso”

### 5.2.1 Erotomania

Sabe-se que “[...] a Igreja durante muito tempo teve medo do corpo, que muitas vezes foi visto como símbolo de devassidão, exageros, desregramentos, pecado, ocupando uma posição inferior na hierarquia que compreendia mente e alma. (GOMES, 2010, p. 28). Este aspecto pode ser constatado na composição da *Medicina Teológica*, uma vez que dos seus vinte e três capítulos, oito apresentam o amor como desencadeador de enfermidades. Entre as doenças descritas, a primeira é a Erotomania,<sup>83</sup> mas Mello Franco propõe também um tratamento para as Satyriazes, doença que, diretamente relacionada à lascívia e à luxúria, atingia os homens, e para a Ninfomania, que seria a enfermidade desenvolvida pelas mulheres. O médico mineiro definiu a primeira, a Erotomania, como “loucura amorosa”, descrevendo-a da seguinte maneira:

Há duas espécies nesta enfermidade dos amantes: a primeira, que se podia chamar Erotomania pacífica, só produz nos enfermos a tristeza, e o retiro; semelhantes

---

<sup>83</sup> Bluteau (1728, p.294) define *Mania* como paixão violenta. Em termos médicos, a mania é um delírio furioso, acompanhado de ira e atrevimento, mas sem manifestação de frio ou de febre e, nisso, difere do frenesi.

amantes gostam da solidão, fogem da sociedade, e continuamente são afetados de uma doce melancolia; correm às vezes com abundância de seus olhos lágrimas, suas vistas são ternas, e apaixonadas, suas posturas, seu falar, seu andar, são languídos, em uma palavra todo o seu viver é um doce delírio de que gostam suas almas. (FRANCO, 2008, p. 51-52).

Esta enfermidade é a que mais se aproxima daquele comportamento que, no senso comum, se costuma descrever como “paixão”, com suspiros e arroubos de tristeza, assemelhando-se ao que se vê nos jovens apaixonados. Para melhor descrevê-la, Mello Franco recorre a alguns personagens célebres que foram acometidos por esta enfermidade, como Orfeu, que desceu aos infernos para buscar sua amada Eurídice, e acabou juntando-se a ela na morte. Na continuidade, o médico procura deixar claro que esta enfermidade não se limitava à mitologia ou à literatura e que as pessoas podiam ser consumidas pelo sentimento e morrer de amor. Este sentimento, segundo Mello Franco, trazia consigo o ciúme, que desencadeava a cólera ou a melancolia, agindo rapidamente sobre os nervos e, assim, causando enfermidade. O autor vê, portanto, no comportamento destrutivo dos apaixonados a porta de entrada para outras doenças da alma:

A segunda espécie de Erotomania é aquela que produz efeitos mais vivos, onde os enfermos perdem o apetite de comer, e dormir, sustentam uma inquietação oculta, que os devora, ciúmes que os consomem, mil desejos violentos que os agitam, e um fogo oculto que os abrasa, com que as funções de seu espírito se alteram bem depressa, e os amantes caem então em um delírio frenético, a que sucede o furor, e a raiva que os conduzem a precipícios funestos. (FRANCO, 2008, p. 52).

A Erotomania causaria privação de sono e de apetite, podendo provocar, ainda, depressão, se houvesse a separação do objeto de fixação. Para o autor, esta enfermidade atacava, principalmente, aquelas pessoas que “não tendo ainda muito uso do mundo”. (FRANCO, 2008, p. 53-54). Assim, seriam acometidos da “loucura amorosa” as donzelas e os rapazes que “hão chegado à puberdade, mas também poderiam sofrer deste mal as Freiras e os Eclesiásticos”. Segundo Silva, os sintomas seriam facilmente perceptíveis:

Os sintomas de todas as enfermidades do amor expressam-se pelos olhos. Eles são fundos, tristes, abatidos ou excessivamente vivos, acesos e inquietos, sobretudo, quando há a suspeita da privação do objeto amado. Alegam-se quando ouvem falar do objeto amado e quando o vêem, ficam confusos e o pulso altera-se, tornando-se fraco e desigual. Algumas pessoas sofrem alterações no sono, recusam-se a se exercitar, e só aceitam os divertimentos que envolvem o objeto amado. (SILVA, 2008, p. 341).

O confessor deveria estar atento às mudanças sutis de comportamento de seus penitentes, para diagnosticá-las rapidamente e, então, remediá-las adequadamente. Mello

Franco deixa evidente que os que sofriam de amor eram jovens cuja educação havia sido permissiva e que o acesso aos prazeres do corpo havia sido facilitado. Quando essas pessoas se viam privadas do objeto de seu amor, experimentavam inúteis desejos, desesperavam-se, enchiam-se de tristeza e melancolia ou adoeciam e enlouqueciam. Para evitar que os penitentes se deixassem levar, seria preciso que os confessores percebessem as gradações da Erotomania:

O Segundo grau, a que sobe a enfermidade do amor, é a Erotomania, ou aquele amor com que em silêncio se busca a presença do objeto amado, suspira-se em segredo, e quando os amantes se encontram, tratam-se com um respeito singular, mas que porque na Cidade, e no Campo nada fazem sem relação ao seu dito objeto amado, julgando umas vezes que o estão vendo nas pessoas, com quem falam, e outras vezes escrevendo seus nomes, até sobre as cascas das árvores; já dirigindo-lhe a palavra como se estivessem presentes, já entregando-se a extravagâncias fantásticas [...]. (FRANCO, 2008, p. 51).

A loucura amorosa descrita por Mello Franco poderia ser remediada sem o uso de medicamentos ou mesmo de terapêuticas. Assim como para a Melancolia, analisada no capítulo anterior, o autor deixa evidente que uma medida simples para o tratamento da Erotomania seria tornar viável a união entre os jovens apaixonados, através do sacramento do matrimônio. Se ambos eram cristãos, por que manter dois amantes separados se não havia impedimentos? Sob a benção da Igreja, poderiam se tornar marido e mulher e viver dentro da moral da época. Esta alternativa, segundo Mello Franco, deveria ser proposta pelos confessores antes de qualquer outra medida, como fica evidenciado na passagem abaixo:

Os Confessores pois devem **persuadir as Pessoas, que podem casar**, e não tem impedimento legítimo, que logo cuidem em se casarem, empregando aqueles meios que permitem as Leis do Reino, v.g. se são filhos famílias prostrando-se aos pés de seus Pais, expondo-lhes sua paixão para tal, e tal pessoa até conseguirem seu consentimento; porque **se os Pais forem Cristãos, e tiverem com prudência piedade**, logo verão que os empenhos de seus filhos se não são racionáveis, e de conveniência podem por eles ser dissuadidos com mais eficácia, e substituídos por outros **que com mais decoro os conduza à salvação da alma, e do corpo**. Quero dizer que os Pais que forem Cristãos, e tiverem com prudência piedade **não impedirão absolutamente os matrimônios de seus filhos, porque sabendo eles que S. Paulo chama hereges a todos os que proibissem casar, por ser mais perfeito o casar do que o consumir-se nas chamas da lascívia, e amor profano, quando virem que os matrimônios que apetezem seus filhos** não são iguais, nem à condição superior de suas pessoas, nem à grandeza de suas riquezas, com tudo nem por isso os obrigarão a tomar outros estados, e muito menos a fazerem-se Eclesiásticos, mas sim cuidarão em lhes procurar outros matrimônios que lhes agradem a eles, e a seus filhos para assim atenderem pelo bem de suas casas, e juntamente pela salvação de suas almas, pois é certo que tanto os Pais, quanto os filhos se assim não fizerem se exporão a caírem em uma teia de culpas, que nunca mais poderão desfazer. (FRANCO, 2008, p. 54-55, grifos nossos).

Por outro lado, para aqueles que, padecendo de Erotomania, não podiam se casar - como as freiras, religiosos e eclesiásticos - deveriam ser administrados, primeiramente, os remédios morais condizentes com esta enfermidade. Estes, segundo o autor, seriam basicamente a ridicularização do objeto amado e a ocupação em atividades agradáveis ou ao ar livre, das quais poderia resultar uma nova paixão, tais como os estudos de ciência e as orações. Caso os remédios morais não surtisses efeito, deveriam ser empregados alguns medicamentos para acalmar a agitação dos humores e, assim, diminuir a sensibilidade dos nervos:

Por remédios refrigerantes, e adoçantes, como as sangrias, sanguessugas, purgativos antiplogísticos, banhos frios, leite misturado com chá de Golfãos, e as emulsões das quatro sementes frias. Por remédios antipasmódicos, como o Sal sedativo, nitro, chá de macela, e enfim as bebidas aciduladas, tanto com ácidos vegetais, como as laranjas agras, limão, vinagre; quanto com os ácidos minerais, como o espírito de enxofre, e de vitriolo, os licores anodinos de Hoffman, e Boudon, igualmente que outros julepes<sup>84</sup> combinados com as gotas anódinas de Talbot, e de Ingaterra, o láudano líquido de Syndinhão, o Diacódio, e outros medicamentos [...]. (FRANCO, 2008, p.56).

Encontramos prescrições de medicamentos com efeito adoçante e refrigerante, como o leite frio, o chá de Golfãos - que Mello Franco também prescreve para casos de Cólera, como já mencionado no capítulo anterior -, feito a partir da folha de Golfo, e também o chá de macela, planta que tem reconhecidas suas propriedades antiinflamatórias, calmantes e bactericidas. Faz menção, ainda, a bebidas aciduladas, na forma de ácidos vegetais laranjas agras, limão, vinagre, e a medicamentos de natureza ácida que auxiliam na recuperação do ácido estomacal, quando enfraquecido por enfermidades<sup>85</sup>. Diferentemente das enfermidades tratadas no capítulo anterior, para o tratamento dos males do amor encontramos menções a sangrias<sup>86</sup>, realizadas por meio da aplicação de sanguessugas, e também a purgativos. Estas terapêuticas são, sem dúvida, muito mais radicais e invasivas do que a ingestão de chás, os banhos frios e a terapia ocupacional recomendados por Mello Franco<sup>87</sup>.

<sup>84</sup> Julepes é um termo usado pelos farmacêuticos para se referir a bebidas doces compostas de águas destiladas, cozidas com açúcar, elaboradas com o intuito de acalmar e confortar os espíritos. (BLUTEAU, 1728, p. 221).

<sup>85</sup> Para mais informações sobre os usos medicinais das plantas, ver: Henriques (1731).

<sup>86</sup> Segundo Carvalho (2008, p. 863), em manuais do XVIII, as sangrias deveriam ser aplicadas com “[...] a periodicidade (‘uma vez em um mês, se pode bem fazer’)”, devendo ser observadas as “restrições por idade ou condição especial (gravidez, fraqueza extrema). Recomenda ainda que a sangria seja feita antes das refeições, e que depois se tome vinho ou cerveja. No entanto, após a operação não se deve dormir, como também aqueles que são atingidos pela peste não devem dormir, pois isto permite o alastramento da pestilência no organismo. O risco é tão grande que o sono deve ser evitado a todo custo, pelo menos até uma hora após as refeições, quando à quentura intrínseca do sono se acrescenta a da digestão, com possíveis conseqüências graves”.

<sup>87</sup> Corroborando esta ideia, ABREU (2010, p.19) aponta que Francisco de Mello Franco observava que o amor produzia «uma infinidade de males físicos», proveniente «tanto da relaxação como da construção das fibras do

A Erotomania, assim, seria uma enfermidade dos jovens e ingênuos, e seus tratamentos condiziam com a intensidade do mal que acometiam os penitentes. Por outro lado, as Satyriazes e a Ninfomania eram vistas como pecados que corromperiam as almas daqueles que delas sofressem, sendo necessária a adoção de uma abordagem muito mais rígida pelos Confessores e pelos Médicos. Na continuidade, apresentamos as recomendações feitas por Mello Franco para a Satyriazes.

### 5.2.2 Satyriazes

O capítulo 9 da obra de 1794, intitulada “Satyriazes, ou Salacidade,<sup>88</sup> e nímia propensão aos prazeres de Venus, é nos homens a maior enfermidade lasciva”. Para o autor, esta enfermidade estava relacionada com a luxúria, tida como um dos pecados capitais pelos moralistas e teólogos. Seus excessos, segundo o autor da *Medicina Teológica*, provocavam enfraquecimento, enfermidade e, até mesmo, a morte. Abaixo, Mello Franco apresenta a definição de Satyriazes:

O Satyriazes é o último grão da lascívia dos homens, que adoecendo pelos estímulos de Venus apetece com nimiedade todos os seus prazeres, sentindo não só aqueles movimentos da virilidade, que mostram a existência da vida do corpo, mas também aqueles furores que os confundem com o estro (sic) dos animais naqueles meses do ano, em que se aplicam à produção da sua espécie. Esta enfermidade é própria da gente moça, que há chegado à puberdade, não só com vigor, e saúde, mas também com uma vida deliciosa passada na ociosidade, e boa mesa, sem outro cuidado que a da lição dos Romances do amor, e seu exercício. (FRANCO, 2008, p. 57).

Esta enfermidade atacaria pessoas já maduras, principalmente, celibatários, que não observavam rigorosamente seus votos. Para Mello Franco, o celibato trazia consigo o acúmulo de “muitos sucos” e, por conseqüência, [...] “maior abundancia de fluido prolífico, vem este a ficar em orgasmo, e turgência, distendendo por sua quantidade as vesículas feminais, irritando as membranas destas partes com todos os nervos, e do qual partem as oscilações para todo o tronco do corpo, e suas extremidades e comunicando assim ao espírito toda a agitação, e furor que se levanta nos genitais”. (FRANCO, 2008, p. 57-58). Mello Franco indica quais os sinais que deveriam ser observados pelos Confessores:

---

corpo humano». Propunha, por isso, uma série de remédios antiafrodisíacos, como a sangria, banhos, purgantes, anti-sépticos e as bebidas refrigerantes.

<sup>88</sup> Nos Dicionários de época que consultamos (Bluteau e Chernoviz), não encontramos os verbetes Satyriazes ou Salacidade. Entretanto, encontramos o verbete lascivo, que na definição de Bluteau (1728, p. 47) significa: “Amoroso, amigo de delícias e às vezes brincador, como os namorados e amigos de brincar”.

Os sinais com que os Senhores Confessores podem conseguir a diagnose deste vício, são os primeiros tomados das confissões dos mesmos enfermos, que sendo perguntados responderão que o fogo da concupiscência, e lascívia os inflama com ardores, e desejos excessivos, de que se seguem pruritos e moderados, titilações contínuas, ereções veementes com que a razão se turba, o pulso fica ligeiro, a respiração curta, e convulsiva, todos os membros inquietos com agitações, e ansiedades, que tiram igualmente o sono, e a vontade de comer, dessecam as fibras das faces, esôfago, e estômago, causando sede, e apetência de licores refrigerantes que aliviam um pouco, mas que passado o tempo volta a enfermidade com enfado, que tira aos enfermos a vontade de tornarem a beber, os faz desesperar, e romper em todas as monstruosidades da luxúria, amontoando pecados a pecados com que se aliviam um pouco, mas que depois pagam bem caro o momento de remissão, porque repetem os sintomas com mais violência [...]. (FRANCO, 2008, p. 58-59, grifos nossos).

Os sintomas apresentados pelos enfermos seriam ardores e desejos, que precisavam ser remediados, evitando-se, assim, maiores danos à saúde. Ao descrever as Satyriazes, o autor parece afastar-se do viés explicativo fundamentado no discurso moral teológico, apresentando, longamente, seus sintomas, tais como a pulsação acelerada, a respiração curta e convulsiva, a inquietude e a ansiedade. Todas essas manifestações, além de prejudicar a razão, promoviam alterações na fisiologia e nos sistemas “nervoso, membranoso e vascular”, as quais analisamos no capítulo anterior.

As Satyriazes acometiam os que abusavam dos prazeres da carne, razão pela qual o remédio recomendado era o seu oposto, o celibato, pois “Não só os Celibatários são sujeitos as enfermidades que produz o amor; os mesmos casados, que tem a permissão de buscar no uso do matrimônio o remédio da concupiscência, são sujeitos a mil enfermidades quando dele abusam”. (FRANCO, 2008, p. 66). Como observa Gomes (2010, p. 87), Francisco de Mello Franco propôs que os clérigos fossem afastados do tratamento de certas doenças, mas não propôs que os fiéis abdicassem de sua fé e, muito menos, da observância da virgindade.

Ao abordar a intimidade dos casais, o autor da *Medicina Teológica* defende que regular e incentivar a abstinência eram os meios de manter os penitentes no caminho da salvação. Assim, o uso moderado do matrimônio seria, sem dúvida, saudável não só para a alma, mas, também, para o corpo. Mello Franco (1794, p. 68-69) refere a obra *Livro de conservar a saúde*, de Celso<sup>89</sup>, na qual o autor defendia que os celibatários de “temperamento sanguíneo” e fegoso só deixavam de ser enfermos, quando se ligavam pelo sacramento do matrimônio.

Por outro lado, os “usos do matrimônio” em demasia podiam ser letais, não apenas porque os penitentes podiam se deixar levar pela luxúria, mas também porque provocava o desgaste dos frágeis tecidos e o desequilíbrio dos líquidos, devendo ser praticado apenas com

---

<sup>89</sup> Acreditamos que o autor referido por Mello Franco seja o filósofo grego Celso, que se opôs ao Cristianismo.

fins de reprodução: “[...] se o sexo, mesmo com fins procriativos, já era em si pecaminoso, as demais práticas sexuais, mesmo dentro do casamento, caíam no domínio da luxúria, sendo classificadas como fornicação”. (GOMES, 2010, p. 31). O autor, como é possível constatar na passagem abaixo, estabelece relação entre a abstinência e a saúde dos homens:

A fábrica dos genitais do homem é muito delicada: o fluido que neles se prepara é muito sutil, e não somente destinado para a geração, mas também para a robustez do corpo, e sua vida. Este fluido precioso é inteiramente análogo ao do cérebro, a que os antigos chamaram espíritos animais. Eles ambos se comunicam e se misturam: e quando um falta, perde o outro muito de sua energia. Hora ambos estes fluidos são os motores da circulação: logo, quando no abuso do matrimônio ambos se desperdiçam, vira sem dúvida a enfraquecer a circulação, e por consequência a encurtar-se também a vida. (FRANCO, 2008, p. 68).

Para Mello Franco, o “desperdício” deste fluido podia provocar a enfermidade, cujos sintomas eram “náuseas, cruezas do estomago, flatos hipocondríacos, dores de gota, diarreias, febres, epilepsias, contrações de músculos, oftalmias, palpitações do coração, e outros males sempre funestos à prolongação da vida”, ou a morte, porque abusavam do “matrimônio” e não sobreviviam às núpcias. (FRANCO, 2008, p. 68-69). Estes sintomas não se limitavam às núpcias, podendo ser decorrentes de experiências anteriores, como sugere esta passagem:

Mais (sic) **se o corpo padece nos excessos venéreos**, que não sofrerá a alma unida a este corpo, e dependendo dele em suas funções? Por certo que ninguém há que não possa dizer que então se extraga (sic) a memória, se hebeta o juízo, se encurta do discurso, e mesmo se amortecem aquelas chamadas do Amor que a fantasia acende, e são necessárias para trabalhar na geração dos homens, enquanto permanece a fecundidade de ambos os consortes. (FRANCO, 2008, p. 69, grifos nossos).

Quanto aos “excessos venéreos”, recorremos a Bluteau (1728, p. 398), que define venéreo como “Cousa de Venus imunda ministra das delícias carnis”. Descrito como “cópula carnal”<sup>90</sup> por outros autores do XVIII, o sexo poderia acarretar muitas enfermidades, decorrentes da corrupção da carne e da alma. Para Gomes (2010, p. 30), as práticas sexuais mais condenáveis eram aquelas que objetivavam maior deleite, incitando à sexualidade e ao erotismo. As doenças - decorrentes dos excessos cometidos - eram vistas, sobretudo, como uma manifestação da desordem da alma, implicando na expiação dos pecados cometidos pelos luxuriosos:

[...] Chegam os segundos finais que se manifestam por pruritos enfadonhos originados de uma acrimônia universal que infecciona toda a máquina, se faz sensível nos olhos, e narizes, levanta uma contração espasmódica de todo o sistema nervoso, vasculoso, e membranoso, que faz cair os enfermos em um delírio furioso,

---

<sup>90</sup> Ver mais em SILVA (1789, p. 840).

que se aumenta com a dificuldade que sobrevêm no urinar, e a retenção das fezes que não descem, mas se nicham (sic) em alguma circunvalação do cólon, e aí ocasionam flatos, intumescência do baço, obstruções das demais vísceras, até produzir vertigens, febres agudas, e todos os acidentes hipocondríacos, que matam enfim a semelhantes enfermos. (FRANCO, 2008, p. 58-59, grifos nossos).

Podemos perceber que alguns dos sintomas descritos pelo autor assemelham-se aos da sífilis<sup>91</sup>, tais como as lesões na pele, especificamente nos lábios e narizes, os delírios furiosos e o mau funcionamento nervoso, cujo tratamento era feito à base de mercúrio. Apesar de não haver um capítulo específico para as doenças venéreas na *Medicina Teológica*, parece plausível supor que alguns penitentes doentes dos males do amor pudessem sofrer do “mal gaélico”. De qualquer maneira, os males causados pelos excessos estavam relacionados com as inflamações dos nervos, desequilibrando o organismo e acarretando em enfermidade:

Sendo pois a enfermidade principal um estado inflamatório, e suas causas todas aquelas que induzem à inflamação, segue-se que os remédios, de que devem usar os Senhores Confessores para curar a tais enfermidades, são todos aqueles de que se servem os Médicos nas febres inflamatórias, **hora eles se reduzem a sangrias, banhos, purgantes, antissépticos, julepes, ou bebidas aciduladas, combinadas de modo que fiquem mais ou menos refrigerantes, medindo-se tudo pela qualidade dos temperamentos, e idades dos sujeitos, como também pela condição, e estado das pessoas, pois é certo que onde houver maior incêndio, haverá necessidade de maior abundância de água** para que se apague, e evite o dano: quero dizer que um homem velho, ou de fibra laxa pode satisfazer-se com qualquer bebida refrigerante preparada com o nitro depurado, ou cristal mineral, e os ácidos tirados dos vegetais com algumas gotas do licor anódino de Hoffman, **depois de poucas sangrias, e alguns purgantes com os Tamarindos, e o Ruibarbo**; mas os rapazes fogosos, e já então celibatários de profissão, destes são necessárias sangrias por dezenas, e os mesmos purgantes com Tamarindos, e o Ruibarbo, e Julepes com águas de Beldroegas, cozimentos de alfaces, e azedas, flores de malvas com suas gotas de espírito de Vitriolo simples, que sejam até féis, e continuadas por quinze, vinte, até quarenta dias; porque só assim se **conseguirá o efeito de os aquietar**. (FRANCO, 2008, p. 60, grifos nossos).

Observando as particularidades dos casos e idades, os confessores deveriam indicar remédios e banhos refrigerantes, os primeiros para aplacar os ardores e os segundos para que servissem como reparadores das forças, pois os poucos fluidos os fariam frágeis, além de atuarem como reguladores do calor sexual. Entre os medicamentos recomendados, estariam aqueles de sabor amargo como o Ruibarbo (que ainda hoje é usado para causar repulsa em bebês, para que deixem de mamar no peito), e os que provocam o amortecimento dos

---

<sup>91</sup> Para Avelleira e Botinno (2006, p. 1), ainda no século XVI, duas teorias foram elaboradas na tentativa de explicar a origem da sífilis. A primeira, chamada de colombiana, defendia que a sífilis era endêmica no Novo Mundo, tendo sido introduzida na Europa pelos marinheiros espanhóis que haviam participado da descoberta da América. A outra propunha que a sífilis era proveniente de mutações e adaptações sofridas por espécies de treponemas endêmicos do continente africano. As denominações mal espanhol, mal italiano e mal francês dadas à doença refletiam a beligerante situação sociopolítica da Europa. Já o nome sífilis tem sua origem associada a um poema de Hieronymus Fracastorius.

sentidos. Essa planta é popularmente conhecida por suas propriedades antiinflamatórias e laxativas, podendo ser também empregada nas purgas, indicadas em alguns casos mais extremos, assim como em alguns casos de bebedice, juntamente com as sangrias, que eram vistas como curativas. Abaixo, o autor defende o emprego destas terapêuticas:

Assim pois a todos estes devem os Senhores Confessores curar com aqueles remédios, que podem fazer numero no rol das penitencia, com que os hão de punir, e emendar. Estes remédios devem ser os analépticos, ou os corroborantes que reparem as forças perdidas, como também os refrigerantes, anódinos, demulcentes, e antiespasmódicos que aplaquem, e componham as comoções dos fluidos com a turbulência desenfreada dos sólidos. (FRANCO, 2008, p. 70-71).

Com o objetivo de punir e emendar os penitentes, os confessores deveriam prescrever estes medicamentos, pois pelo fato de acarretarem na evacuação de sangue ou fluidos, eram uma forma de penitência e disciplinarização do corpo, desestimulando a reincidência nos excessos venéreos. Punir o corpo era, assim, um meio de assegurar a salvação da alma. Na visão de Mello Franco, esta remissão, como se pode constatar no tratamento da Ninfomania, se dava por meio da intervenção da Medicina.

### 5.2.3 Ninfomania

Mello Franco revela que “[Ninfomania] é um delírio melancólico, furioso e lascivo, de que as donzelas, as mulheres solteiras, as viúvas, e ainda mesmo as casadas são infeccionadas em consequência de uma paixão amorosa, excessiva e carnal<sup>92</sup>”. (FRANCO, 2008, p. 61). Para o autor, seus sintomas estavam visíveis aos confessores:

Os sinais desta enfermidade são bem notórios: porque as mulheres que delas são tocadas perdem ao princípio a vontade de comer, e dormir, nada gostam de suas ocupações ordinárias: fiar, cozer, bordar, etc. é para elas então um tormento insofrível; buscam o desafogo da janela para verem, e serem vistas dos passageiros: mas nesta estação a melancolia se pinta com sombras sobre a sua face, e depois degenera depressa em um furor amoroso de que elas não se podem reter, e as fazem entregar-se a toda a sorte de indecências, tanto em suas ações, quanto em suas palavras: chegam enfim a provocar os mesmos homens até força-los a extinguir os ardores que as devoram. (FRANCO, 2008, p. 62).

Além da tristeza que, segundo Mello Franco, se “derrama no rosto”, os sintomas desta enfermidade consistiam em suspiros, em rostos inflamados e em “vistas lascivas”. Assim, as mulheres acometidas deste mal se distraíam facilmente e deixavam seus afazeres de lado,

---

<sup>92</sup> Lopes (2010), ao falar sobre o manual *Breve Memorial dos Pecados*, destaca que a Lascívia era também abordada por outros autores contemporâneos a Mello Franco, sendo apresentada como pecado associado a tudo o que era exagerado e, especialmente, ao despertar - e ao realizar, em si ou em outrem - desejos carnavais.

sentando-se na janela, procurando um meio de aliviar suas angústias. Ao fazer referência às “indecências”, o autor traz o exemplo de uma donzela que, ao chegar à puberdade, “se inclina a aceitar os respeitos de um amante, de quem não se lhe concede lograr”. (FRANCO, 2008, p.61-62). Os confessores deveriam estar atentos à Ninfomania, pois esta enfermidade macularia a “honra” das donzelas e senhoras casadas e, até mesmo, das religiosas. Na passagem que transcrevemos, Mello Franco aconselha os confessores:

Quando podem a enfermidade há de chegado ao seu último grau, não é preciso aqui declarar-se seus sinais, por que todo o mundo os conhece, e o descaramento é então abominado das pessoas que tem alguma piedade, e pudor, e também igualmente pesado ao zelo dos Senhores Confessores, que por experiência quando no tribunal da Penitência o chegam a descobrir, desesperam da salvação, ou emenda de tais almas, nem sabem com que remédios morais as possam curar, porque todos se frustram, nenhum consegue o efeito que eles desejam. (FRANCO, 2008, p. 62-63).

Para o médico mineiro, a imaginação seria o elemento desencadeador da Ninfomania, pois “[...] primeiramente a força da imaginação que simpatiza com os nervos que entram na composição dos genitais das mulheres, e depois o é também a irritação destas mesmas partes produzida pela ação estimulante de alguns humores [...]”. (FRANCO, 2008, p. 63). Um agravante seria a ociosidade, pois a cabeça vazia seria propícia para a imaginação fértil. Também o consumo de comidas tidas como afrodisíacas - com adição de pimenta ou outros temperos - podia levar à exaltação dos comportamentos e, assim, “não só levantar incêndio, mas reduzir a cinzas”. A enfermidade acontecia devido às conversações apaixonadas, à visualização de imagens obscenas, às carícias em objetos amados, entre outros.

Do que fica dito se conhece que esta enfermidade deve ser tratada como uma inflamação [...] todas aquelas mulheres, que tem morrido neste estado, acharam inflamadas não só aquelas partes que no corpo estão situadas no exterior, mas também no interno, que entram em sua composição, ou tem alguma dependência. (FRANCO, 2008, p. 63-64).

Tratando do “furor uterino”, Mello Franco procurou persuadir as ninfomaniacas de que elas deveriam recorrer a Deus, buscando aplacar suas urgências através da oração e da penitência, para que, assim, retomassem o caminho da castidade. (SILVA, 2008). O confessor, contudo, também deveria encaminhar estas mulheres aos médicos, para que estes pudessem, efetivamente, curá-las:

Assim neste estado devem os Senhores Confessores persuadir a tais penitentes que este vício é uma enfermidade mui rebelde, e perigosa, que por si mata, depois de atrair mil infâmias, e enfermidades que fazem horror à humanidade: e por isso, ou os Senhores Confessores lhes aconselhem que busquem os Médicos para lhes aplicar remédios físicos, ou eles mesmos persuadam que se façam sangrar no braço e no pé,

ou tomem repetidas sanguessugas, e depois purgantes antissépticos, e antiflogísticos, seguidos de comidas, e bebidas refrigerantes como a alface, a chicória, as beldroegas, os golfãos, e seus cozimentos, igualmente que as emulsões, os julepes, as limonadas, os clisteres de Oxirato, os banhos refrigerantes, as fomentações anódinas tais como as que depois se formalizam [...]. (FRANCO, 2008, p.64, grifos nossos).

Para o autor, os confessores deveriam ser os primeiros a remediar e aconselhar os penitentes, pois a cura estava em Deus. Ainda assim, o médico mineiro propõe que os confessores instruísem os confessados a buscar remédios morais: “[...] para não dizer milagres no tempo das enfermidades que atacam a carne, e o espírito, e a que a Medicina chama nos homens Satyriazes, e nas mulheres furor uterino e que para as curar há Deus deixado remédios físicos na natureza. (FRANCO, 2008, p. 99). Quanto ao uso de fármacos reguladores, cabe lembrar que no século XVIII houve:

(...) uma escalada crescente na intervenção do Estado sobre a disciplinarização dos corpos, a medicalização das populações, recenseadas estatisticamente de acordo aos modelos epidemiológicos para os objetivos da eugenia social e racial, a “higiene social” e a “profilaxia moral”, ou seja, tentativas de evitar a deterioração racial supostamente causada pelos degenerados hereditários, entre os quais se incluíam com lugar de destaque os viciados e bêbados. (CARNEIRO, 2002, p. 4).

Dentre as terapêuticas propostas por Mello Franco estavam também exercícios penosos, como rachar lenha, cavar com enxada, viajar a pé, dormir em tábua dura, além de banhos frios, orações feitas de joelhos e, até mesmo, a leitura de livros santos. Esses “exercícios amargos” eram para ele muito mais adequados e eficientes do que as disciplinas e os rosários tradicionalmente usados pelos confessores para castigar os pecadores:

Senhores Confessores lhes aconselhem que busquem os Médicos para lhes aplicar remédios físicos, ou eles mesmos persuadam que se façam **sangrar no braço e no pé**, ou tomem repetidas sanguessugas, e depois purgantes **antissépticos, e antiflogísticos**, seguidos de comidas, e bebidas refrigerantes como a alface, a chicória, as beldroegas, os golfãos, e seus cozimentos, igualmente que as emulsões, os julepes, as limonadas, os clisteres de Oxirato, os banhos refrigerantes, as fomentações anódinas tais como as que depois se formalizam [...]. (FRANCO, 2008, p. 64, grifos nossos)<sup>93</sup>.

Segundo Edler (2011, p. 02) percebemos que os comportamentos tidos como pecaminosos ou imorais foram apresentados [total ou parcialmente] como doentios e, portanto, passíveis de tratamento. As sanguessugas mostram-se uma recomendação comum para remediar os males da luxúria, assemelhando-se às terapêuticas indicadas para as

---

<sup>93</sup>Alguns dos alimentos referidos nesta passagem já foram indicados no tratamento de outras enfermidades, com destaque para os golfões, a alface, as beldroegas e a chicória, conhecidas por suas propriedades “refrigerantes”.

Satyriazes anteriormente apresentadas. O médico prescreveu, ainda, receitas de remédios tidos como antiafrodisíacos, cujo principal efeito seria um “refrigério saudável”:

Com as bebidas refrigerantes se podem ajuntar o sal sedativo até grãos 10. Algumas gotas do espírito de vitriolo até 5. O licor anódino de Hoffman até 30; e o antiespasmódico de Boudon até 20. Mas estes licores, ou outros semelhantes, aonde entra o Vitriolo, não devem ser continuados por motos dias entre aquelas mulheres, que ou são casadas, ou esperam casar-se; porque **o abuso dos Vitriolos quando passa-se dos trinta, e quarenta dias, as poderia refrigerar tanto, que as induzisse à esterilidade**, e ocasionasse outras enfermidades não menos prejudiciais à humanidade: o que os Confessores devem evitar, como os Médicos evitam os remédios, de que é perigoso o uso excessivo. (FRANCO, 2008, p. 64-65, grifos nossos).

Nesta receita, o vitríolo<sup>94</sup>, um sal mineral translúcido, é indicado por Mello Franco para refrigeração dos ânimos<sup>95</sup>. Já os antiespasmódicos: “visavam acalmar os nervos, devido às convulsões, que as pessoas acometidas destes males poderiam vir a sofrer”. (CHERNOVIZ, 1890, p. 1028). Os licores anódinos<sup>96</sup> deveriam ser aplicados sob orientação médica, pois poderiam causar esterilidade ou mesmo esfriar os “ânimos” em excesso. Já as freiras, segundo Mello Franco, podiam sujeitar-se a maiores doses destes medicamentos, pois eram celibatárias:

Sendo porém Freira, a enferma, ou que por estar ligada com votos solenes deve viver no celibato, estas poderão continuar no uso das gotas do vitriolo, até quarenta dias na dose somente de quatro gotas cada dia junto com algum cozimento fresco, ou Julepes antiflogísticos; porque a frialdade, em que poderão incorrer, não lhes é proibida pelos Cânones da Igreja, antes parece lhes é prescrita para viverem com mais paz de espírito, e cumprirem com mais perfeição seus votos, e exercícios claustrais, além de outras razões que o persuadem [...]. (FRANCO, 2008, p. 65, grifos nossos).

Percebe-se que Mello Franco buscou remediar a Ninfomania através de uma terapêutica mais agressiva que a recomendada para as Satyriazes, substituindo ou conciliando as sangrias com a utilização de ácidos. Segundo o médico, a Ninfomania seria uma irritação que acometia o corpo, a qual, assim como as febres, deveria ser tratada recorrendo ao vitríolo.

---

<sup>94</sup>O vitríolo tem diversos usos na medicina, podendo ser encontrado em colírios para catarata, em purgativos e diuréticos. (BLUTEAU, 1728, p. 535). Segundo Carvalho (2008), o vitríolo possui propriedades adstringentes, fortificantes, vermífugas e eméticas, razão pela qual, em sua “administração galênica”, é utilizado em hemorragias e “flúidos mucosos rebeldes”.

<sup>95</sup> O vitríolo também pode ser extraído do tártaro vitriolado, que tem propriedades excitantes, purgantes e diuréticas, podendo ser venenoso em altas doses.

<sup>96</sup> Em grego, anódino significa dor. Os remédios com propriedades “anódinas” seriam aqueles que aliviarão as dores físicas, abrandando as dores ocasionadas pelas enfermidades ou pelos usos dos ácidos, recomendados para remediar os furores.

Nesses casos, recomendava-se o uso dos ácidos, diluídos em água ou, em alguns casos, até mesmo aplicados como medicamento tópico. Sobre os fármacos que contêm o ácido em sua composição, ele afirma:

É verdade que os ácidos extremamente fortes aplicados sob a carne dos animais vivos, ou instigados nos seus fluidos os coagulam, e por consequência ocasionam a gangrena da partes que tocam; mas bem se vê que não são deste modo exibidos os ácidos do vitriolo que se prescrevem [...]: eles são dados em pequenas gotas, e estas espalhadas em muitas águas, que as adoçam, e suaviza primeiramente, e depois as introduz também na circulação, onde comunicam somente aos fluidos aquela leitura, que é necessário para os constituir em um estado de movimento natural, e os faz descair do excesso com que estavam agitados, e tendiam a destruir a máquina. (FRANCO, 2008, p. 80).

Mello Franco adverte que os ácidos aplicados diretamente nas carnes podiam corroê-las, contudo, quando usados em preparados eram bastante efetivos no combate aos furores, não causando grandes danos. Estômagos fracos, entretanto, podiam reagir ao medicamento:

Sendo assim fica claro que **quando o uso contínuo das preparações do Vitriolo encontrar estômagos fracos incapazes de as mudar**, e que concedendo-lhes franca passagem para a circulação, resultará de sua mistura com os humores também supostos enfraquecidos, uma inercia geral em **toda a máquina, que se fará conhecida pelas dores no estomago**, a paixão ilíaca, flatos, espasmos, obstruções, gotas, escrófulas, cancos do peito, tubérculos, vômitos, e principalmente a castração por frialdade como o dizem Ethmulcro, de La Mertrie, e outros que atestam este efeito pelo abuso do espirito de vitriolo. (FRANCO, 2008, p. 83, grifos nossos).

O médico mineiro não deixa, porém, de observar que o medicamento podia alterar os humores se usado em excesso, podendo também causar “frieza”, resfriando tanto os ânimos que estes não voltariam à normalidade, em uma espécie de castração química. Na continuidade, abordaremos as terapêuticas recomendadas por ele para a erradicação das “libertinagens” da sociedade portuguesa.

## 5.3 Terapêuticas e prescrições

### 5.3.1 Receituários de Castidade

O receituário de castidade proposto por Mello Franco oportuniza uma reflexão sobre sua formação em Medicina pela Universidade de Coimbra, que contava com um currículo preocupado com a formação de físicos “úteis ao Estado”. Estes deveriam se encarregar da manutenção da saúde da população, conforme discutimos nos capítulos anteriores. Em

sintonia com esta premissa, algumas das receitas propostas por Mello Franco visavam, justamente, remediar enfermidades que tornavam os sujeitos ociosos.

A receita sob a denominação de *Electuário de Castidade*<sup>97</sup> era composta por:

Respice de sementes de ortigas uma oitava  
 Canfora duas oitavas  
 Alcaçuz em pó quatro escropolos (sic)  
 Misture-se tudo muito bem, e depois se ajunte  
 Conserva de flores de Golfãos três onças<sup>98</sup>  
 Xarope do mesmo quanto baste para o electuario  
 Mandê-se tomar oitava e meia deste electuario todos os dias de manhã, e de tarde, bebendo-se logo em cima um copo de soro de leite, em que se extinguirá um ferro em brasa, e depois lançando lhe cinco gotas do licor anti-espasmodico de Boudon, o que se repetira até se acabar toda a massa do dito Electuário.

Na composição desta receita estão presentes sementes de ortiga, indicadas principalmente para o melhor funcionamento do intestino e do fígado, por serem ricas em ferro e proteínas. Quanto à cânfora, é largamente conhecida por suas potencialidades curativas - antitérmicas, antidiarreicas e moderadoras das secreções -, usada em pomadas por ser também anestésica. O alcaçuz, um regulador hormonal e laxante, pode ter sido inserido na receita por sua ação calmante e por seu gosto adocicado.

Mello Franco dedica um capítulo inteiro a receitas que assegurariam a castidade, diferentemente do que foi feito com outras enfermidades como a cólera, a melancolia e bebedice. Abaixo, outra receita prescrita pelo autor:

Respice fumo, espremido de fresco, e logo depurados, de camoesas quatro onças  
 De limão três onças  
 De romãs uma onça  
 Agua rosada duas onças  
 Açúcar branco meia libra<sup>99</sup>  
 Misture-se tudo em uma garrafa, e daí se irá tirando duas onças por cada vez, e pondo em um copo de água de uma libra; se ajuntará de licor anódino de Hoffman trinta gotas, e se usará de manhã duas vezes, uma pelas oito horas, e outra pelas dez; e se repetirá conforme as circunstâncias. (FRANCO, 2008, p. 75).

Quanto ao ingrediente fumo de camoesas, recorremos a Bluteau (1728, p. 228), que informa o seguinte: “fumo é a umidade que com o calor do fogo exala vapor negro”. Sabendo-se que camoesa é uma espécie de macieira, deduz-se que o autor tenha incluído maçãs defumadas na receita. Ervas e frutas defumadas eram, aliás, bastante indicadas pela Medicina

<sup>97</sup> Electuário ou Eletuário é um termo farmacêutico para preparados sob a forma de pasta, obtidos através de purga. (BLUETAU, 1728, p. 21).

<sup>98</sup> Uma onça equivale a 28 gramas.

<sup>99</sup> Uma libra equivale a dezesseis onças, portanto, 453 gramas.

neste período. Já a romã é conhecida por tratar de inflamações na garganta e na gengiva, além de cólicas e diarreias intestinais. Em bares e tavernas, bebidas à base de limão com mel eram largamente consumidas, pois não causava danos ao estômago. Por fim, a água rosada e o açúcar teriam funções semelhantes, cuja doçura moderava as demais bebidas, resultando em uma ingestão agradável, além de acalmarem os nervos.

A receita chamada “Apostema para os casados e enfraquecidos”, ao contrário das demais, é dirigida a um “público-alvo”, aqueles que talvez tenham abusado dos “usos do matrimônio” e precisavam se restabelecer:

Respice Folhas de Agrimonia, Virga aurea,  
Valeriana hortense,  
Marroios; de cada uma, uma mão cheia  
Flores de Centáurea<sup>100</sup> menor, de Agrimonia, de Hipericão, de cada uma, uma oitava<sup>101</sup>  
Agua commua quatro libras  
Coza-se tudo, e vá o enfermo bebendo entre dia de cada vez dez onças. (FRANCO, 2008, p. 77).

A virga-áurea é uma planta de origem árabe, muito utilizada pela medicina para o tratamento de cistos nos rins e na bexiga, pois auxilia na expulsão das pedras. Na Antiguidade, a agrimônia era utilizada em banhos, com o propósito de relaxar os músculos. A valeriana é uma conhecida planta medicinal, usada em casos de insônia, nervosismo, hipertensão arterial, ansiedade, angústia e enxaquecas. A centáurea menor é geralmente ingerida na forma de um tônico amargo, que serve para aliviar dores reumáticas. É muito provável que o “hipericão”, referido na receita, seja o arbusto hipérico, de cheiro forte, sabor amargo e adstringente. Conhecido como erva de São João, era usado para tratamento da ansiedade, gastrite e outros males do estômago. Por fim, o marroio tem origem hebraica e significa “suco amargo”, usado para infecções do estômago e inapetência. Considerando-se as virtudes terapêuticas dos elementos que compõem estas duas primeiras receitas, infere-se que para Mello Franco, a saúde do estômago era fundamental para que o penitente não recaísse em pecado.

A última receita conta com um componente que não havia sido mencionado por Mello Franco até este capítulo. Trata-se da americana quina, utilizada para o tratamento da malária:

Pílulas para os casados e enfraquecidos  
Respice quina, e Cascarrilha meia onça

<sup>100</sup> De acordo com o Código Farmacêutico Lusitano, de Silveira Pinto (1848, p. 26), Centáurea é: “cardo santo, tônico, adstringente”.

<sup>101</sup> A “oitava” referida por Mello Franco nesta receita é a oitava de onça, equivalente a 3,86 gramas.

Flores de macela em pó uma oitava  
 Cristal mineral dois escropolos  
 Xarope de quina quanto baste  
 Façam-se pílulas de cinco grãos cada um, e o enfermo tomara por cada vez de  
 manha, e de tarde seis pílulas, e depois lhe beberá a agua fria que quiser. (FRANCO,  
 2008, p. 77-78).

A “casca dos jesuítas” ou quina também era usada no combate de febres e indigestões, apresentando propriedades tonificantes e adstringentes. A cascarrilha é composta pela casca de várias árvores, portanto, também, uma espécie de quina. Já a macela (marcela) é um arbusto, muito usado em chás para remediar males do estômago, como má digestão e diarreias. Muitas das ervas<sup>102</sup> que compõem esta receita ainda são usadas em razão de suas suas propriedades homeopáticas.

Alguns medicamentos, segundo Mello Franco, não eram eficazes no tratamento das doenças da alma, pelo contrário, podiam agravá-las. Segundo o autor, alguns médicos haviam afirmado que certas drogas possuíam uma qualidade específica para refrear os estímulos da lascívia, tal como a cânfora, conhecida por suas propriedades antitérmicas, anti-hemorrágicas e analgésicas. No entanto, por mais que Mello Franco tente desacreditá-la, a cânfora ainda era reconhecida como um medicamento “frio”, portanto era útil para aplacar calores.

Quanto aos usos do salgueiro, estes eram, segundo ele, superestimados: “que este licor bebido, ou misturado com farinha, e comido extingue toda a propensão venérea, como igualmente faz o mesmo Salgueiro o cozimento das folhas frescas, e tenras, e bebido de manhã em jejum [...]”. (FRANCO, 2008, p. 104). A obra “Ancora Medicinal” é uma das que traz o salgueiro como um dos recursos naturais para refrigeração dos corpos, o que corrobora a ideia de que, à época, estas plantas eram comumente receitadas. Já o “agnos-castos” era uma erva mediterrânea que, segundo o autor, era usada por matronas atenienses, que deviam guardar castidade, ainda hoje utilizada para alívio dos sintomas pré-menstruais, a partir da infusão em chá.

Mello Franco informa, ainda, que “[...] entre os símplices verdadeiramente antiafrodisíacos a Arruda, a Hortelã, a semente de Bisnaga, o Endro, o Pau de Aquila, Therebentina, etc.; mas todas estas Drogas poderão por si só ter uma tal virtude como tem a pimenta, e por isso não é preciso que mais me canse em refutá-las”. (FRANCO, 2008, p. 105).

---

<sup>102</sup> Segundo Carneiro (1994, p. 13), “A vida da humanidade provém de uma relação com as plantas. A seleção dos alimentos dentro da imensa exuberância da flora foi um aprendizado milenar e imemorial que dotou a espécie do seu primeiro grande matrimônio. Junto às plantas que serviam de alimento a humanidade encontrou também aquelas que “alimentavam o espírito”, que não enchiam simplesmente o estômago, mas produziam um transporte mental”.

Mas, apesar de mencioná-las, logo as descarta devido à semelhança de suas propriedades às da pimenta, que usada em excesso causa ardores e fervor na massa de sangue<sup>103</sup>.

Por fim, o autor menciona a cicuta, que prometia esperanças no alívio das “vexações da castidade”. Esta pequena flor, conhecida por ser altamente venenosa e muito comum em Portugal, é chamada também de “veneno de Sócrates”, pois foi a que o filósofo grego ingeriu ao cometer suicídio. O descrédito das propriedades curativas desta e das demais plantas nos leva a pensar que Mello Franco tivesse a intenção de descartar alguns ingredientes próprios da medicina doméstica, visando à legitimação da Medicina acadêmica.

Em um dos últimos capítulos da *Medicina Teológica*, Mello Franco refere-se aos “regimes de bem viver”, que se constituem de orientações sobre o que se deveria comer e como se deveria ocupar o tempo para não recair em pecado.

### 5.3.2 Dietética sagrada

Para Mello Franco, a Dietética Sagrada “deve entrar na Medicina, com que os Senhores Confessores não de curar seus confessados dos três vícios ou enfermidades [...]”. (FRANCO, 2008, p. 142). Na verdade, Mello Franco estava propondo que os confessores indicassem certos alimentos aos confessados, recomendassem certos hábitos de higiene e os incentivassem a ter horas de sono suficientes para o repouso, de forma que tivessem uma vida regrada, sem se deixar levar pelos males do ócio.

Primeiramente, eu chamado Dietética Sagrada os remédios que vou a propor tirados da Escritura Santa; porque eles são aqueles que podem conservar nosso corpo, e alma no vigor da saúde, e da justiça, segundo o uso legítimo que dele fizemos. (FRANCO, 2008, p. 124).

Como se depreende da passagem acima, para Mello Franco, a Bíblia era a obra em que todos os “grandes ensinamentos” sobre o “bem viver” estavam reunidos, e se as recomendações fossem seguidas, seria possível uma vida em equilíbrio, conforme já apontado ao longo deste trabalho. A *Medicina Teológica*, por isso, deveria ser percebida como um manual de “bem viver”, que apesar de escrito por um médico, estava baseado nos ensinamentos das Sagradas Escrituras:

[...] graças à bondade do Senhor que nos deu um livro que em todas as Ciências nos deixa instruídos se bem o soubermos meditar, e entender. Todas as enfermidades que tenho proposto estão me resumo pintadas na Santa Bíblia com cores tão vivas

---

<sup>103</sup> Para mais informações, ver Henriques (1728, p. 210).

que excedem ao prolixo desenho que delas fizeram todos os Médicos juntos, e seus remédios também aí se acham propostos os mais eficazes, e que sendo praticados à risca não poderão deixar de sortir efeito. (FRANCO, 2008, p. 124).

A saúde, para o médico mineiro, era “este equilíbrio da alma com o corpo” e a prescrição de certos medicamentos visava, justamente, sua conservação. A Dietética proposta pelo médico mineiro tinha, portanto, uma dupla natureza, penitencial e médica, para conservar a saúde da alma e do corpo, conciliando o jejum e a prática de certos exercícios, por exemplo.

Neste capítulo, Mello Franco enumera o que denomina de “seis causas chamadas não naturais”. Como se pode constatar na passagem que transcrevemos abaixo, algumas das recomendações do médico eram as mesmas adotadas pelos confessores, como nesta penitência recomendada para alcançar a paz interior:

Mas porque meios se conseguirá esta paz? Será primeiro pela Confissão, e Comunhão frequente; será em segundo lugar pelos usos dos remédios físicos [...] contra os três vícios declarados. A Confissão limpará a consciência dos pecados, a Comunhão mudará para Deus os afetos e apegos que se tinham as criaturas, e desenganará das vaidades da vida; os remédios físicos enfim extirpando aquelas concupiscências, que se levantam dos ardores da carne, ficará o homem livre da escravidão, e tirania do pecado, e viverá em paz com Deus, consigo e com os demais homens. (FRANCO, 2008, p. 129).

Penitências espirituais como o canto sagrado e a meditação das obras de Deus auxiliavam na perseverança das virtudes e reforçavam os laços do penitente com uma ativa vida religiosa. Os sacramentos da comunhão e, obviamente, da confissão manteriam os confessados longe dos três pecados abordados na *Medicina Teológica*. Somente esta paz espiritual conseguiria afastar os confessados da tristeza, da cólera e dos comportamentos lascivos, dos quais resultavam outras tantas enfermidades:

Esta tristeza, digo bem se vê é aquela infernal desconsolação, que não somente acompanha as gentes lascivas, iracundas, e ebrias, quer elas se precipitem nos seus pecados respectivos, ou deles se abstenham; mas também é causa de que as mesmas pessoas nunca se emendem pois por experiência se sabe que um homem lascivo, quando o domina a tristeza, então é que mais é combatido de pensamentos impuros, e busca com mais ardor as ocasiões de pecar. Por experiência se sabe que um colérico quando triste toma a crueldade, e fereza das bestas carníferas; e um ebrioso corre então com mais pressa para o lugar próprio, em que o vinho só o contenta. (FRANCO, 2008, p. 127).

Para Mello Franco, essa “desconsolação” era um sentimento perigoso, que impedia a razão, obscurecia o juízo e deprimia a elevação da alma, provocando a melancolia, uma das causas de enfermidade, conforme já abordado no capítulo anterior. Para estes casos, o

contentamento seria uma contramedida, já que a alegria é o segundo remédio que melhor convém à saúde da alma, e do corpo.

Dentre as outras recomendações para a manutenção da saúde da alma feitas pelo autor estão os bons ares. Sabemos que nos séculos XVIII e XIX, vários tratados sobre saúde pública são publicados por higienistas que defendiam a teoria dos miasmas e sua relação com a proliferação das doenças. Os governantes decidiram, então, que os cortiços deveriam ser tombados, que os hospitais deveriam ser construídos em localidades mais afastadas e altas e que as pessoas que sofressem de males da fleuma deveriam ser enviadas para as serras de suas regiões. Aqui, vale lembrar que Mello Franco estudou em uma Universidade que, a partir de meados do século XVIII, direcionou seus esforços para a manutenção da saúde da população, o que nos leva a crer que as proposições que faz nesta parte da obra sejam resultantes do contato que teve com estas novas teorias:

[...] ar **para ser saudável é necessário que seja puro**, porque quanto mais puro é tanto melhor promove a circulação do sangue, aumenta o tom das fibras, **favorece a transpiração do corpo e firma as forças do espírito**; mas quando o ar **está infeccionado** cheio de partículas heterogêneas, e maléficas, então bem longe de ser proveitoso, nem para o corpo, nem para o espírito, **é a origem de todas as enfermidades não só epidêmicas, que destroem o corpo como a peste, a lepra, o escorbuto, as bexigas, sarampos, diarreias, e o mesmo gálico**, mas também de todos os males, que **pervertem o espírito, como a loucura com todas as suas espécies, a tristeza, melancolia, cólera, lascívia**, desesperação, etc. (FRANCO, 2008, p. 130, grifos nossos).

Para Mello Franco, os confessores deveriam prescrever bons ares para seus penitentes. Ares saudáveis firmariam o espírito, enquanto ares nocivos seriam a causa de doenças “contagiosas”, que enfraqueceriam as vontades, perverteriam o espírito, tornando-o suscetível aos males do ânimo. A recomendação do médico, com certeza, se devia ao fato de que as áreas de potencial contágio eram também os locais mais propícios para a reincidência de pecados, como os bares e os prostíbulos:

Sendo assim de que modo poderão os Senhores Confessores prescrever o uso do ar aos seus penitentes, para que lhes seja saudável? [...] Prescreverão que se separem do meio das criaturas, e vivam em retiro longe das Cidades, que trabalhem ao ar livre dos campos, e quintais, que de nenhum modo passem por certas ruas infames, nem vão às casas das meretrizes, e do jogo, às tabernas, e outros lugares onde fisicamente se respira um ar pestilento. (FRANCO, 2008, p. 131).

O retiro para áreas distantes da cidade permitiria aos enfermos a convalescência dos males da alma e a adequada aplicação das terapêuticas indicadas, como as orações e a prática de exercícios ao ar livre. Exercício e oração há muito tempo eram vistos como a chave para a

conservação da saúde do corpo e da alma, constituindo-se na rotina de muitos eclesiásticos. Para Mello Franco, elas deveriam ser adotadas também pelos penitentes enfermos.

Como já mencionado, Mello Franco também propõe certos alimentos e exercícios para curar os pacientes/penitentes. Para ele, os alimentos de fácil digestão eram mais aconselhados, evitando-se, assim, possíveis obstruções intestinais que poderiam causar desequilíbrio dos humores.

Hora os melhores corroborantes são os alimentos de bom suco, e fáceis a digerir-se, os caldos substanciais, ovos frescos, e geléias; mas como as penitências, quem impõem os Senhores Confessores, não devem lisonjear os sentidos, mas sim mortifica-los, igualmente que a carne criminosa por isso sem eles tomarem cuidado do alimento podem prescrever outros remédios corroborantes tomados da classe dos amargosos que não deixarão de corroborar, nem também de mortificar os apetites da carne, como são a Quina, a Cascarrilha, a Centaura menor, a Losna, a Veronica, o Marroyo, a erva Santa Maria, e outros vegetais que se podem prescrever em forma sólida, e líquida, reduzindo-se a penitência a que as mastiguem e engulam o suco uma ou duas vezes por dia. (FRANCO, 2008, p. 71).

Sendo assim, a manutenção de uma vida comedida também passaria pela alimentação. Para o autor, o pão, que tinha uma “virtude cordial e confortativa”, somado às ervas e aos legumes eram os responsáveis pela conservação dos corpos e das almas em saúde perfeita. A tríade de ervas, legumes e pão<sup>104</sup> deveria ser, portanto, recomendada aos que desejassem a cura de seus males. A ingestão de muita comida ou bebida, como já referido anteriormente, também consistia em uma forma de transgressão, reflexo de uma vida de excessos, podendo ser a causa de doenças:

[...] outra parte da Dietética Sagrada é o uso da comida [...] a Medicina tem observado que com muita comida se oprime o estômago, diminui sua força, o chilo (sic) fica cru pela insuficiência da linfa gástrica, e ficando cru não se mistura depois bem no sangue, nem com ele se assemelha, mas se separa, e se converte em humores ácidos, biliosos, e podres, que vem cada um a ser origem de mil enfermidades agudas, e crônicas. (FRANCO, 2008, p. 133).

Como é possível constatar na passagem acima, os alimentos desempenhavam importante função para o balanceamento dos humores. Mas, para remediar as enfermidades, também a privação de alimentos poderia ser adotada: “Queiram todos com sinceridade diante de Deus cumprir a penitência do jejum, alimentando-se uma vez somente [...]”. (FRANCO, 2008, p. 135). À época, jejuns eram largamente indicados pelos confessores. Já a

---

<sup>104</sup> Sobre os alimentos relacionados por Mello Franco, Carneiro (2003, p.53-54) informa: “[...] Dezoito plantas foram identificadas como a base de 75% a 80% da alimentação total da humanidade em todos os tempos e continentes. Entre elas, nove são cereais (trigo, arroz, milho, cevada, centeio, aveia, trigo-sarraceno, milhã e sorgo); quatro são tubérculos (batata, mandioca, batata-doce e inhame); três são arbustos (tamareira, oliveira e vinha); e há uma árvore (bananeira); e uma gramínea (cana-de-açúcar)”.

recomendação da ingestão de pouca comida, não muito mais que o pão e a água necessários para viver, parecia ganhar adeptos também entre alguns médicos:

O Doutor Hecquet<sup>105</sup>, Médico de Paris, no Livro, que fez imprimir sobre as dispensas do jejum, prova com evidência, que o peixe sendo um alimento saudável, não é conveniente a quem não quer ser atormentado de estímulos venéreos: porque diz ele, é alimento que produz muitos sucos, e por consequência faz no genitais abundar o seu fluido estimulante. (FRANCO, 2008, p. 135).

A privação da alimentação era recomendada tanto como uma medida terapêutica, quanto como uma forma de expiação dos pecados<sup>106</sup>. Mas havia regras para os jejuns, que inclusive previam exceções, como para a água. Mais do que provocar a fome, o jejum era percebido como um meio de educar os penitentes, levando-os a adotarem uma alimentação mais frugal, orientada para a eficácia de uma dietética para as enfermidades da alma:

E não há dúvida porque bastava ser essa uma verdade ditada pelo mesmo homem Deus, para todos nos capacitarmos, ser o jejum com a oração um remédio infalível para curar a lascívia dos pecadores. O que se pede demais uma atenção nos Senhores Confessores, e penitentes, é que uns, e outros não consintam naqueles jejuns, que se fingem com a comida abundante da variedade de carnes ao jantar, e uma leve consoada à noite; naqueles jejuns que se fazem, tomando-se entre dia boas xícaras de chá, café, chocolate, vinho, água, outras bebidas, que no espírito dos Santos Padres, e da mesma Medicina quebra o jejum; porque não só sustentam o corpo, mas o enchem de um fluido acrimonioso, que excita mais a propensão à lascívia, ira, e outras paixões. (FRANCO, 2008, p. 134).

Sendo assim, jejuns, seguidos de oração, somados a uma dieta que equilibrasse os humores compunham outra terapêutica proposta pelo autor. A dietética é, sem dúvida, a menos invasiva das terapêuticas, se comparada às sangrias usadas para curar as enfermidades da lascívia ou os vomitórios indicados para a cura da bebedice. Por outro lado, prescrita pelos médicos, a dietética assumia muito mais o propósito de “evitar” do que o “remediar”, como nos “receituários” tratados no capítulo anterior.

A alimentação encontrava-se aliada aos líquidos, principalmente à água, percebida como um purificador dos corpos, pois é “de onde vem todas as criaturas”. Já o vinho, por mais que tivesse recomendado seu uso com parcimônia, seria causa de enfermidade e morte, assim: “Com a comida se ajunta a bebida, e esta concorrendo mais que tudo para a conservação da saúde, tanto do corpo, quanto da alma por poder ela só fazer a matéria da penitência dos pecadores arrependidos”. (FRANCO, 2008, p. 136). Entretanto, o autor estabelece regras para a ingestão de líquidos, sendo proibido seu consumo durante as

<sup>105</sup> O médico e escritor francês Philippe Hecquet foi apologista do vegetarianismo.

<sup>106</sup> “A fome provoca um suplício lento, dores prolongadas, um mal que habita e se esconde no interior da gente, uma morte sempre presente e sempre lenta a chegar”. (CHONCHOL apud CARNEIRO, 2003, p. 7).

refeições, pois ao serem ingeridos junto com os alimentos causavam a expansão do estômago, fazendo com que a pessoa se sentisse faminta em pouco tempo, resultando em excessos. A água deveria ser ingerida depois das refeições, para que auxiliasse a digestão, evitando que os alimentos ficassem no organismo, resultando em enfermidades:

Quando porém se não permitisse bebida alguma, nem no tempo da comida, nem fora dela então poderia a saúde alterar-se, e com efeito se alteraria se a proibição total da bebida, fosse estendida a muitos dias; porque então os fluidos animais viriam a adquirir grande espessura, e desta espessura se seguirão estagnações, ou encolhes inflamatórios, que por graus subiriam em malignidade até a morte, ou concorresse em ocasião de comidas salgadas, e defumadas, que requerem água para se diluírem, e não deixarem em todo o corpo impressões de sua salsugem cáustica; pois é certo na Medicina que muitas enfermidades da pele, como a lepra, a sarna, os herpes, &c. são ordinariamente ocasionadas pela comida de peixes, e carnes salgadas, sobre que depois não se bebeu bastante água, e por vezes repetidas. (FRANCO, 2008, p. 137).

Graves doenças, segundo Mello Franco, resultavam da pouca hidratação do organismo, dentre as quais estavam a lepra, a sarna e o herpes, que hoje sabemos serem doenças transmissíveis. Às comidas defumadas ou salgadas como o bacalhau, largamente consumido em Portugal, deveria se seguir a ingestão de água. Moderação era, portanto, a palavra de ordem para o médico mineiro, e se estendia também ao descanso:

Mas não é só a moderação na comida, e bebida a que é saudável para o corpo, e alma; também o é aquela moderação que regula o nosso descanso. Moderação, digo, no descanso, não só aquela que evita a ociosidade e faz ocupar o dia em algum trabalho, mas a que sabe combinar o sono com a vigília, e prescreve a cada um seus tempos determinados. (FRANCO, 2008, p. 138).

O sono em demasia, a preguiça, seria também foco potencial para a doença, uma vez que: “Uma ociosidade inteira sem trabalho algum foi sempre reputada por mãe dos vícios morais, e causadora de muitas enfermidades corporais”. (FRANCO, 2008, p.139). Para o autor, pessoas envolvidas em atividades exaustivas, com longas jornadas de trabalho, desconheciam as doenças da alma, pois estavam com suas mentes e corpo ocupados. Por outro lado, as pessoas jovens, “moles de criação”, estavam sujeitas às mais diversas enfermidades:

A Medicina não descobre as dores de pedra, gota, hipocondria, cachexia<sup>107</sup> (sic), o escorbuto,<sup>108</sup> a hidropesia<sup>109</sup> entre os lavradores, que passam a vida no trabalho,

<sup>107</sup> Cachexia: “Cheio de viciosos humores, inchaço de todo o corpo, principalmente das pálpebras dos olhos, uma doença que sobrevem aos convalescentes depois de largas enfermidades ou demasiadas sangrias”. (BLUTEAU, 1728, p. 25).

<sup>108</sup> Scorbuto, conhecido como “mal de Luanda”. Os sintomas desta enfermidade listados na obra Erário Mineral (FERREIRA, 2003, p. 692-693) seriam: “[...] desinteiras, diarreias, cachexias, hidropesias, pleurises, tosses, corrimentos, encolhimento dos nervos, coagulações em várias partes do corpo, apostemas [...]. Após o contágio a morte seria em questão de dois ou três dias”. O tratamento incluía medicamentos e dieta.

como também não tem a Teologia descoberto entre aquela frequência de pecados abomináveis, que fazem horror à humanidade. Sendo pois o trabalho saudável, e por consequência maléfica sua inteira privação, fica claro que no número das penitências, que impõe os Senhores Confessores, uma delas devia ser o trabalho prescrito conforme as circunstâncias do estado dos penitentes. (FRANCO, 2008 [1794], p. 139).

Dentre os potenciais enfermos descritos pelo autor, estavam os membros da Igreja, que não trabalhavam e viviam no ócio. A estes, Mello Franco recomendava leituras, meditações, atividades manuais, para que não fossem vítimas dos males que atingiam a sociedade portuguesa e que se propunham a curar. Esta percepção do médico mineiro fica evidente nos termos que emprega para referir-se aos membros do clero, como relaxação, vagabundos, desordem e ócio, que podem ser observadas na passagem que transcrevemos em seguida. A obra, como já informamos, foi confiscada, o que parece ter resultado não apenas das ideias defendidas por Mello Franco, mas da forma como se referiu aos confessores:

Que mais proveitosa penitência para os Religiosos, e Eclesiásticos, que a do estudo, e escrever por tempo de três, e quatro horas cada dia? O pintar, bordar, &c., e outras obras louváveis não pode ser uma penitencia bem Medicinal para muitas freiras, Frades, e Clérigos, e mesmo Seculares, que vivem na relaxação e desordem, sempre ociosos ou vagabundos? Que mil ofícios se tem inventado, e cada um deles não podia fazer a matéria de penitencia de tantos, que só cuidam em passear, e pecar? Mas porque não impõem os Senhores Confessores estas penitências? Não são eles bem indicados para a reforma dos costumes? Pois quem os impede. (FRANCO, 2008, p. 140).

Para o autor, também a moderação do sono fazia parte de uma penitência saudável para a expiação dos pecados. O sono moderado, sem dúvida, era necessário para conservar as forças do corpo e do espírito, já o excessivo estava longe de ser saudável. Quanto à proposição de vigílias como penitência, Mello Franco ressalta:

[...] Sendo assim não é bem conforme ao espírito da Igreja imporem-se por penitencia as vigílias? Para que praticou ela por muitos séculos estas vigílias, e faz hoje sua comemoração nas maiores solenidades? É só para ostentar uma cerimônia inútil? Sem dúvida que não, mas sim para excitar aos Senhores Confessores a fazê-la observar por penitencia daquele modo, que evita os abusos, que houveram, e seja inteiramente saudável para as almas que os praticam; o que quer dizer que os Eclesiásticos, e Seculares podem observar estas vigílias no esconderijo de suas casas ocupados na lição santa, e na oração, ou em outros trabalhos louváveis e virtuosos. (FRANCO, 2008, p. 140-141).

A Dietética Sagrada, como procuramos demonstrar, se propunha a afastar os penitentes das libertinagens e a manter suas almas e corpos sãos, tanto através da regulação

---

<sup>109</sup> Hidropesia. “Inchaço do ventre, pernas e todo o corpo em razão do acúmulo de líquidos que resulta do mal funcionamento do fígado”. (BLUTEAU, 1728, p. 80).

dos comportamentos, de fármacos e exercícios ocupacionais, quanto da alimentação e da regulação do sono. A conciliação das teorias médicas do século XVIII com as tradicionais práticas penitenciais está, aliás, muito evidente na *Medicina Teológica*. No entanto, isso não parece ter sido a razão para a polêmica que provocou e para seu confisco. Ao apontar os membros do clero como potenciais pecadores, acometidos dos “males do amor”, Mello Franco acabou atraindo para si a condenação da Igreja e, especialmente, dos confessores, aos quais havia dedicado sua obra.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*E no meio de um inverno eu finalmente aprendi que havia dentro de mim um verão invencível.*

Albert Camus

Começo dizendo que, assim como para Camus, dentro de mim existe *um verão*, que me permitiu enfrentar com serenidade estes últimos seis meses, nos quais descobri a solidão e a neve, mas também um novo idioma, novos amigos, novos sonhos e objetivos. Aprendi que a vida muda e é preciso mudar com ela.

A escrita desta Dissertação iniciou no Brasil e se encerrou na Inglaterra. Não há, em razão disso, como não estabelecer aproximações, mesmo que um tanto tortuosas, com o percurso feito por Francisco de Mello Franco, que deixou Paracatu ainda muito jovem para viver suas mais intensas e transformadoras experiências na Europa. Uma das obras que este médico mineiro escreveu fala sobre como podemos lidar com as dores, com os amores, com os sentimentos que, às vezes, nos consomem. Dentre as muitas doenças da alma, a melancolia deve também ter sido - assim como foi para mim - sua mais fiel companhia durante os primeiros meses longe da família e do Brasil. É sobre as doenças do ânimo - também conhecidas como enfermidades da alma - e sobre os medicamentos e terapias indicados para sua cura por Francisco de Mello Franco, em sua obra *Medicina Teológica*, que esta Dissertação trata.

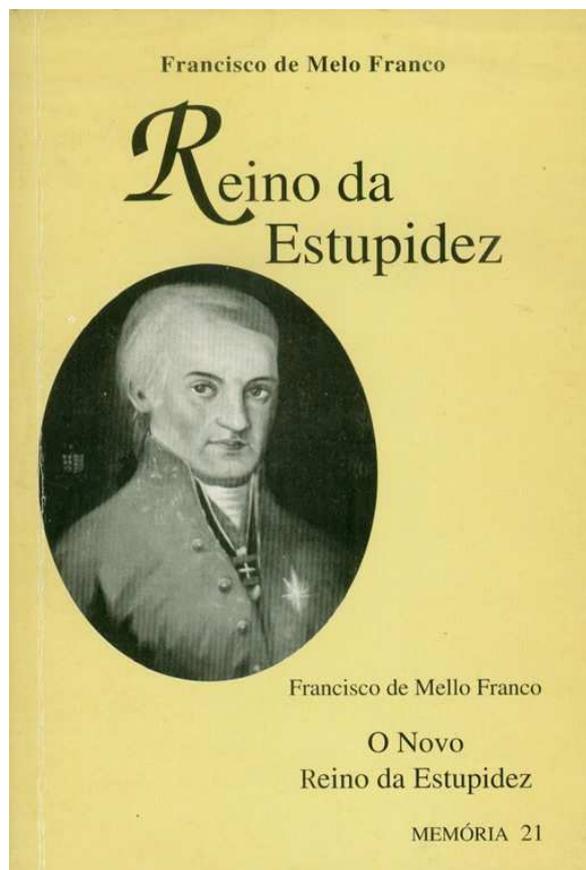
Iniciamos a reconstituição de sua trajetória, descrevendo o contexto Setecentista português no qual Mello Franco se inseriu, com destaque para as cidades de Coimbra e de Lisboa - nas quais Mello Franco viveu como acadêmico do Curso de Medicina e, posteriormente, como médico - e que vivenciaram uma série de reformas planejadas e executadas pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII. Entendemos que este contexto moldou não somente o protagonista desta Dissertação, como também a obra que nela analisamos.

O apoio às ideias do Marquês de Pombal e a receptividade às reformas por ele promovidas ficam evidentes na produção intelectual de Mello Franco, que formou-se médico na Universidade de Coimbra. Sua obra *Medicina Teológica* discute os males da alma sob uma perspectiva que ultrapassa os pressupostos da teoria humoralista aceitos e difundidos no período, na medida em que seu autor defende que os pecados cometidos por coléricos, melancólicos e beberrões precisavam ser erradicados para que o progresso da nação portuguesa fosse alcançado.

A obra publicada em 1794 nos revela, portanto, muito sobre o momento histórico e a sociedade setecentista na qual o mineiro nascido em Paracatu viveu. Entretanto, não só isso. Acreditamos no fato de que a *Medicina Teológica* permite uma reflexão acerca também das experiências vividas na infância, no interior da capitania das Gerais, na juventude passada em Seminários no Rio de Janeiro e em Lisboa, na maturidade desfrutada entre Coimbra e Lisboa, enfim, sobre toda a sua trajetória e produção intelectual.

Os quatro anos vividos na prisão, após ter sido acusado de irreligião, e a posterior retomada do curso de Medicina antecedem a escrita e a publicação da obra que analisamos mais detidamente nesta Dissertação. Suas polêmicas ideias foram, no entanto, divulgadas pela primeira vez, em um poema satírico intitulado *Reino da Estupidez*, que seria publicado em 1785. Escrito nos tempos de estudante em Coimbra, o poema revela muito sobre o ambiente acadêmico e sobre a percepção dos estudantes em relação às reformas introduzidas no curso de Medicina.

Figura 8 - Capa do Reino da Estupidez, com retrato de Francisco de Mello Franco



Fonte: Miranda (2015)<sup>110</sup>

Para Marques (2007, p. 5), o poema satírico *Reino da Estupidez* é um misto de saudosismo e ironia, supervalorizando as reformas realizadas por Sebastião José de Carvalho e Mello e criticando a *Viradeira*, que teria reconduzido Portugal à condição de “porta de entrada” da estupidez na Europa. Contando com a parceria de José Bonifácio Andrada e Silva, o poema consistiu na defesa das medidas pombalinas, em especial, no ensino universitário.

Tornando aos seus estudos, julgou prudente suportar com indiferença tudo o que visse e ouvisse; mas antes de terminar o tempo escolástico, quis mimosear a Universidade com uma obra que fizesse patente a todo o mundo o que ella era no seu conceito. Unindo-se ao amigo, e então collega, José Bonifacio Andrada e Silva, emprehendeu o poema intitulado - Reino da estupidez -: em quinze dias foi elle feito, copiado e corrigido, e quando se celebrava uma festa na Universidade, achou-se disperso pelos logares mais públicos da cidade. [...] Entretanto, o poema, voando á côrte de Maria I, produziu o desejado effeito: o Reitor foi mudado e a Universidade soffreu algumas reformas com a vinda de outro, sob cuja administração começaram tempos mais ditosos. (IHGB, 1831, p. 369).

<sup>110</sup> Disponível em:

<[http://www.antoniomiranda.com.br/poesia\\_brasis/minas\\_gerais/francisco\\_de\\_melo\\_franco.html](http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/minas_gerais/francisco_de_melo_franco.html)>.

Acesso em: 15 jul. 2015

A Coimbra da *Viradeira*, na percepção de Mello Franco, seria retrógrada, por não dar continuidade ou aprofundar as reformas introduzidas ou propostas pelo 1º ministro do Rei D. José I. Assim, a obra de Mello Franco seria um manifesto contra a estupidez “Que vem [...] em breve tempo Seus domínios cobrar, seu diadema, Armada de terrível companhia. Na minha fantasia acende, Oh Musa, Um fogo vivo; põe na minha língua Expressivas palavras”. (FRANCO, 1785, p. 16). Como é possível verificar, as críticas feitas por Mello Franco evocam as Musas, guardiãs dos saberes:

Minerva, que o ardil não desconhece, nos ânimos infunde novas luzes; Luzes, que dissipando a fosca névoa, com que a reta razão manchada fica, com que as próprias cores a verdade pinta. Da Gálica nação, ligeira e douta, mil pragas vomitando, foge todas. (FRANCO, 1785, p. 05).

Nesta passagem, segundo Marques (2007) encontramos menção às luzes ofuscadas pela névoa, que deveria ser dissipada para que a Ilustração tivesse vez. Estas luzes, segundo o jovem estudante de Medicina, teriam fugido para a Gália (a França), deixando Portugal e sua principal Universidade à mercê do retrocesso. Segundo Marques (2007 p. 5), “Ao afirmar que os alunos, a direção e os professores da Universidade de Coimbra aceitaram a volta da ‘estupidez’ à instituição, Mello Franco acusa de certa forma, o meio acadêmico de conivente com tal contexto”. Para ele, não apenas a Universidade se encontrava à mercê dos inimigos dos que nela estudavam, mas também a cidade de Coimbra, descrita como pobre, mal calçada e frequentada por pessoas ambiciosas e de mau caráter:

Do fértil Portugal, quase no centro, A vistosa Coimbra esta fundada: Pelo cume soberbo de alto monte [...] A linda perspectiva da cidade Que tem tanto de bela, quanto é dentro Imunda, irregular e mal calçada. A terra é pobre, é falta de comércio: O povo habitador é gente infame, Avarenta, sem fé, sem probidade, Inimiga cruel dos estudantes, Mas amiga das suas pobres bolsas. (FRANCO, 1785, p. 15).

Mello Franco revela, ainda, que os saberes se encontravam na condição de reféns da escuridão, uma vez que: “Em triunfo é levada a Deusa Augusta a um soberbo e majestoso trono; Gemem debaixo dele aferrolhados A Ciência, a Razão, o Desabuso”. De acordo com Marques (2007), a “Deusa Augusta” a que o autor se refere seja a estupidez, à qual todos em Portugal deveriam, segundo ele, prestar seus respeitos: “Os doutores vêm logo por seu turno Vassalagem render, e vão passando. A mole Estupidez brinca, entretanto com os lindos anéis do bom morgado” [...]. (FRANCO, 1785, p. 22). Alguns historiadores acreditam que o poema *Reino da Estupidez* reflita muito mais do que o apoio de Mello Franco ao reformismo do governo pombalino, demonstra também seu rechaço a todos que o perseguiram e prenderam.

Outra de suas obras, o *Tratado da Educação física dos meninos, para uso da nação portuguesa*, publicada em Lisboa, em 1790, tem como preocupação central a saúde das crianças, um tema que, segundo Abreu (2006a), havia sido tratado anteriormente apenas por Francisco Henriques, autor do tratado *Medicina Lusitana*. Nela, Mello Franco revela a crescente preocupação dos médicos com a vacinação e com a higiene, apontando para um “processo em que a medicina passa a exercer cada vez mais um papel pedagógico”, na medida em que “diversos são os conselhos dados não só à melhor forma de criar as crianças, mas também ao cuidado que se devia ter com a saúde dos pais”. (ABREU, 2006a, p. 78).

*Tratado da Educação física* traz, ainda, menções à saúde das meninas, recomendando que estas não se casassem cedo, pois seus corpos “não estariam prontos”, e a cuidados com as grávidas, especialmente, com sua alimentação para a qualidade do aleitamento, isso porque para Mello Franco, o corpo da criança: “era uma página em branco e que, sendo assim, poderia ser moldado”. (ABREU, 2006a, p. 79).

Figura 9 - Capa da obra Elementos de Higiene (edição de 1823)

ELEMENTOS DE HYGIENE,  
O U  
DICTAMES THEORETICOS, E PRACTICOS  
PARA CONSERVAR A SAUDE,  
E  
PROLONGAR A VIDA.  
PUBLICADOS POR ORDEN  
D A  
ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS  
PELO SEU SOCIO  
FRANCISCO DE MELLO FRANCO.

---

TERCEIRA EDIÇÃO

---



L I S B O A  
NA TYPOGRAFIA DA ACADEMIA,  
1 8 2 3.

Fonte: Livraria Ferreira (2015)<sup>111</sup>

Já a obra *Elementos de Higiene*, de 1814, está voltada para “a perspectiva da saúde do indivíduo como resultado de um equilíbrio entre aspectos de sua constituição interna (sexo, idade, tipo temperamento, alimentação, conduta moral) e externa (clima, lugar onde nasceu, lugar onde vive), sem estabelecer limites claros entre um domínio e outro”. (FREITAS, 2013).

---

<sup>111</sup> Disponível em:

<<http://www.livrariaferreira.pt/9672/ELEMENTOS+DE+HIGIENE/FRANCO+%28Francisco+de+Melo%29>>.  
Acesso em: 15 jul. 2015.

Nesta obra, à semelhança do proposto na *Medicina Teológica*, de 1794, o corpo é visto como uma máquina e a saúde é assegurada através do equilíbrio físico, cabendo ao médico o papel de mediador.

Para Mello Franco, muitos eram os meios que asseguravam o equilíbrio e mantinham a saúde. Um deles, abordado no capítulo sobre as enfermidades do amor, dizia respeito à conservação dos “líquidos do homem”, associados às doenças venéreas comuns à época e combatidas por confessores e higienistas. Constata-se, portanto, que “Paralelamente aos preceitos cristãos, os médicos procuravam construir uma nova moral, fundada nas regras de higiene e na observância dos bons comportamentos. A percepção que o saber médico tinha do corpo feminino direcionava-se principalmente para a maternidade”. (ABREU, 2010, p. 244). Assim como na obra que Mello Franco escreveu sobre a educação das crianças, na *Medicina Teológica* também à mãe era atribuído o papel central de criar filhos saudáveis.

A última obra escrita por Mello Franco, *Ensaio sobre as febres*, foi publicada postumamente, em 1829, pela Academia Real de Ciências de Lisboa. Já no prefácio, o médico mineiro apresenta como necessário o estudo das febres, pois as percebe como uma doença complexa, que produz diagnósticos contraditórios e requer inúmeras abordagens para seu tratamento. Interessantemente, parece-nos que Mello Franco entende a febre como uma doença, e não como um sintoma, como hoje a compreendemos. Ao longo dos capítulos que compõem a obra, ele descreve tratamentos para as febres - indicando o uso da quina também proposto na *Medicina Teológica* -, seus distintos suores, além de abordar o tifo, doença não contemplada em obras anteriores.

Em relação a sua mais polêmica obra, *Medicina Teológica*, publicada em 1794, ela parece não apenas apontar para as mazelas<sup>112</sup> que atingiam a sociedade portuguesa da segunda metade do XVIII, como também evidenciar as reflexões que seu autor fez sobre as situações que conheceu e viveu enquanto estudante em Coimbra. Seu autor, vale lembrar, já havia sido alvo do Santo Ofício, e na obra em questão, empenhou-se em oferecer terapêuticas para remediar doenças que ele e seus pares podem ter vivenciado. A narrativa de Mello Franco sugere grande familiaridade com as Sagradas Escrituras e com os procedimentos adotados pelos confessores, que pode ser explicada por sua formação católica e pelos anos vividos em Seminários no Brasil (no Rio de Janeiro) e em Portugal (Lisboa):

---

<sup>112</sup> A própria definição do termo doença no século XVIII indica a associação entre fatores de “ordem natural” e de ordem “teológica”. Bluteau afirmava ser a doença uma “indisposição natural, alteração do temperamento, que ofende imediatamente alguma parte do corpo” e, ao mesmo tempo, considerava “as doenças filhas do pecado, e mães da morte”. (ABREU, 2006a, p. 135).

Nela [*Medicina Teológica*], Mello Franco afirma que após o advento bíblico da queda, ofuscada a razão e atenuado o livre-arbítrio, o homem **passou a viver debaixo da rebeldia das paixões**. A Igreja Católica, empenhada em construir diques à torrente de vícios e pecados com a **prática da confissão, falhava por usar apenas os remédios morais nesse ministério**. Ao contrário do discurso teológico vigente, de matriz tomista, **Mello Franco elegeu o campo somático** como a principal causa das paixões, razão pela qual a salvação da alma passaria a depender da saúde do corpo. **A novidade que justificava a obra era a ampliação do escopo do ofício dos confessores, com a inclusão do conhecimento médico, já que muitas doenças, depois de infeccionar o corpo penalizariam a alma, fazendo-o desfalecer e cair em pecado**. Embora, posteriormente, tenha se aproximado da concepção estritamente mecanicista e materialista a respeito da relação entre o físico e o moral defendida do médico sensualista Georges Cabanis (1757-1808), conforme Massimi, na *Medicina Theologica* ocorre uma referência constante à ação recíproca entre alma e corpo. A razão para subordinar a teologia moral à medicina se devia à melhor compreensão da etiopatogenia das paixões, fornecida pelos novos modelos físicos e químicos relativos ao funcionamento dos nervos, desenvolvidos por Albrecht Von Haller (1708-1777) e Antoine Le Camus (1722-1772), anteriormente atribuídos às faculdades da alma. Sobre esse aspecto, Mello Franco ironizava os teólogos que se referiam aos confessores como “médicos de espírito”. **Para ele, os verdadeiros Médicos do Espírito seriam aqueles que “não dividindo no homem vivo a alma do corpo, mas considerando sempre sua união, e mútua correspondência em todas as ações de qualquer gênero que sejam, julgam que o espírito é sempre afetado quando no corpo se produz alguma mudança”**. (EDLER; FREITAS, 2013, p. 447-448, grifos nossos).

Na *Medicina Teológica*, identificamos também algumas das teorias médicas vigentes em Portugal no século XVIII e com as quais o autor tomou contato como acadêmico de Medicina na Universidade de Coimbra. Em sintonia com as novas formas de perceber o corpo humano, as causas das doenças e as terapêuticas, nesta obra, Mello Franco propõe a substituição do confessor pelo médico no tratamento de certas enfermidades - de natureza psicossomática - o que se constituiu em uma aberta crítica ao clero:

Em *Medicina Teológica*, de 1794, o médico luso-brasileiro Francisco de Mello Franco não só concebia o corpo como uma “máquina visível”, como asseverava que “só o médico tem dela um conhecimento mais profundo”. Para esse autor, os nervos forneciam a explicação para os movimentos do corpo humano, bem como para a comunicação entre o cérebro e o corpo. (ABREU, 2006b, p. 99).

É sabido que o embate entre a Fé e a Ciência marcou profundamente o século XVIII. Em Portugal, os “estrangeirados” desempenharam um importante papel na divulgação da Ilustração, especialmente, o Marquês do Pombal, Verney e Ribeiro Sanchez, que defenderam o desenvolvimento e o fortalecimento do Estado português através da adoção de preceitos do reformismo ilustrado, se opondo veementemente ao ensino ministrado por professores jesuítas. Vistos como retrógrados, os membros da Companhia de Jesus foram culpabilizados pelo atraso que caracterizava Portugal em meados do século XVIII. Os reformistas, simpáticos às reformas de caráter ilustrado, realizaram primeiramente uma avaliação dos

“danos” causados pelos jesuítas, da qual resultaram uma série de relatórios, como o *Compêndio Histórico*, de 1771, que implicaram na redação do novo *Estatuto* da Universidade de Coimbra.

O *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas*, publicado em 1771, é um dos primeiros passos dados em direção ao projeto de renovação do ensino em Portugal, tendo sido liderado pelo Marquês de Pombal. Ao longo de seus extensos capítulos são averiguadas as causas do declínio do ensino e da investigação científica em Coimbra, o que, segundo os redatores, se devia aos jesuítas, que acabaram por ser associados ao reacionarismo e à ignorância.

A *Reforma* do ensino realizada na Universidade de Coimbra se deu a partir das proposições do Marquês de Pombal e dos relatórios elaborados pela Junta Literária, que baseou-se em ideias dos estrangeirados reformistas. Muitos deles, com formação em Medicina, acabaram por se juntar ao corpo docente da Universidade após sua reforma, o que determinou mudanças drásticas no currículo, que passou a se preocupar com a formação de médicos que viessem a servir o Estado português e se encarregassem da manutenção da saúde da população.

Como é possível concluir, a obra *Medicina Teológica* apresenta muitas das ideias reformistas e também das convicções do médico formado em Coimbra, na medida em que propunha uma aliança entre Teologia e Medicina, duas “ciências” que segundo Mello Franco, deveriam estar interligadas para assegurar o “bem viver”, o equilíbrio tão necessário para a manutenção da saúde dos corpos. Com base nesta aliança, os confesores poderiam melhor aconselhar os fiéis católicos para que buscassem a cura das doenças do ânimo, por meio de certos tratamentos que, segundo ele, somente os médicos possuíam a competência necessária para recomendar.

Identificado com o racionalismo cientificista do período e protegido pelo manto do anonimato, o autor da *Medicina Teológica* condenaria e denunciaria as práticas curativas mágico-religiosas [que incluíam água benta, promessas e exorcismos], propondo que as doenças da alma - até então afetas, exclusivamente, aos religiosos - passassem a ser alvo da atenção também da Medicina:

O livro foi escrito para discorrer sobre as enfermidades que estariam na origem dos pecados da lascívia, da cólera e da bebedice. Tais males que, em si, não eram pecados e ensejavam remédios físicos, diferiam daqueles imputados à violência do demônio, à qual se adería por livre-arbítrio. Apenas estes últimos deveriam ser combatidos com a dietética sagrada e as penitências, administradas pelos teólogos. Somente os médicos teriam os conhecimentos fisiológicos que explicavam a união do corpo à alma e sua mútua correspondência em todas as ações de qualquer gênero.

Como vimos, para o médico mineiro, o espírito seria sempre afetado quando, no corpo, se produzisse alguma mudança. Remediada essa mudança do corpo curava-se a turbação do espírito. **Assim, ao contrário dos teólogos que pregavam uma resistência constante da vontade através de orações, jejuns e disciplinas, e para quem o corpo era sempre olhado como um escravo rebelde e merecedor somente de ser dilacerado com tormentos, por concorrer para a execução dos pecados, o médico esclarecido condenava os fundamentos desse moralismo “destruidor da humanidade”.** (EDLER; FREITAS, 2013, p. 448, grifos nossos).

A obra escrita por Mello Franco, ainda que publicada anonimamente, acabou por ser censurada e seus exemplares foram retirados de circulação pouco tempo depois. Sabe-se que ao longo do século XVIII, a censura aos livros médicos foi bastante intensa em Portugal. Tratados de anatomia tiveram suas imagens removidas, obras foram proibidas de circular, principalmente, aquelas cujos autores eram estrangeiros. Julgamos que Mello Franco optou pelo anonimato por temer - pelas ideias que a *Medicina Teológica* propunha - ser novamente preso, situação que ele havia vivido quando ainda era estudante de Medicina.

O título dado à obra, sob a forma de uma dedicatória, deixa claro que seu autor percebia a *Medicina Teológica* como um manual redigido por um médico e que deveria ser aplicado pelos confessores, tradicionalmente encarregados de tratar as enfermidades da alma. Os manuais da época, vale lembrar, eram comumente escritos por membros do clero, que remediavam os males da alma através da recomendação de uma série de penitências:

[...] o confessor deveria, segundo os manuais, questionar aquele que confessa acerca de cada pecado que comete, mas também acerca de cada uma das circunstâncias nas quais foram cometidos. Assim, perguntar o ofício e o modo de vida da pessoa se constituía como a primeira circunstância a ser mencionada - o sujeito que comete pecado. (LOPES, 2011, p. 131).

Mello Franco, diferentemente dos confessores, percebe os males da alma enquanto doenças físicas, razão pela qual propõe o emprego de fármacos e outras terapêuticas para acalmar ou estimular certos sintomas que denunciam condutas viciosas da sociedade portuguesa do Setecentos. *Cólera e Melancolia*, por exemplo, são descritas pelo autor como enfermidades que podem fazer bem ou mal, tendo em vista que podem ser utilizadas para a cura de certas enfermidades ou causar outros males. A *Cólera*, por sua vez, é descrita como a enfermidade causada pelo excesso das paixões. O médico mineiro a associa à bile, evidenciando a manutenção dos pressupostos da teoria dos humores. Para Mello Franco, a alteração dos humores provocava o desequilíbrio, causando a doença. Sobre a teoria dos humores, vale destacar:

Interpretado a partir da concepção teológica, o desequilíbrio dos humores tinha sua causa, portanto, no pecado. Foi a partir da associação entre o saber médico e a idéia

de doença como castigo, que se constituiu o que se propõe denominar de “teologia medicinal”. Este conceito exprime a tentativa por parte da Igreja de conciliar as teorias médicas disponíveis na época com a perspectiva cristã sobre as doenças. Não se tratava apenas de uma visão sobrenatural da doença, mas de explicá-la segundo conhecimentos médicos que estavam à disposição do clero na América Portuguesa. (ABREU, 2006b, p. 136).

Os humores poderiam ser alterados através da ingestão de certos alimentos, de algumas ações, de determinados objetos de amor, do ódio ou da saudade. Para tratar a enfermidade resultante deste desequilíbrio - a Cólera -, Mello Franco prescreve medicamentos e terapias, com destaque para retiros, banhos frios ou para o consumo de certas comidas, como alface, por exemplo, que seriam frias.

Já a *Melancolia* é descrita pelo autor como uma doença dos jovens, dos fracos, dos que foram afastados de seus objetos amados. Essa tristeza poderia, segundo Mello Franco, se tornar profunda e provocar a morte. A nostalgia poderia causar a privação do apetite, fraqueza e enfraquecimento, sendo necessário remediá-la através de uma terapia ocupacional, quando não houvesse a possibilidade de devolver ao melancólico o objeto que provocava sua saudade. Para remediar este mal, o médico mineiro recomenda, primeiramente, o reencontro com o objeto amado, quer fosse ele uma pessoa (desde que de acordo com os princípios cristãos), quer fosse o retorno à Pátria. Os medicamentos por ele indicados têm caráter antidepressivo, podendo restaurar o ânimo dos enfermos.

A *Bebedice* é descrita pelo autor como um vício decorrente dos excessos do consumo de vinho, que ingerido na dosagem certa seria benéfico à saúde, no entanto, o exagero levaria à enfermidade. Entre os remédios recomendados estão os exercícios, para distração do vício, vomitórios, para que o doente passasse a evitar o consumo de álcool, além de receitas calmantes indicadas para combater a insônia e a ansiedade.

As doenças do *Amor* contam com um número expressivo de capítulos, pois para Mello Franco o amor era uma doença que se manifestava na *Erotomania*, na *Satyriazes* e na *Ninfomania*. A primeira estava relacionada aos amores jovens, caracterizando-se por sintomas como suspiros e arroubos de tristeza dos casais apaixonados. O melhor tratamento seria casá-los, desde que dentro da Igreja, seguindo os preceitos cristãos. A *Satyriazes* era a doença provocada pelos excessos carnavais, que causavam a escassez do “líquido vital” dos homens, deixando-os doentes. A *Ninfomania* seria o furor uterino, mal do qual as mulheres de todas as idades poderiam sofrer, sendo fácil para o confessor identificar seus sintomas. Para seu tratamento, Mello Franco aconselha remédios físicos (sanguessugas, purgantes e banhos frios), além de alimentos frios (como a chicória).

As doenças abordadas por Mello Franco na *Medicina Teológica* estão, como pudemos verificar, associadas ao pecado e à imoralidade, usualmente tratados pelos padres confessores. A obra de Mello Franco, no entanto, propõe a substituição do confessor pelo médico que, segundo ele, estaria mais apto para curar as doenças do ânimo através de medicamentos, exercícios e o consumo de certos alimentos.

Muitas das doenças e dos tratamentos propostos por Mello Franco na *Medicina Teológica* remetem tanto a uma sociedade portuguesa em transformação, na segunda metade do Setecentos, quanto às experiências por ele vividas como estudante de Medicina, encarcerado, boêmio e, por fim, médico. Nesta perspectiva, a obra parece ser fundamental tanto na reconstituição do contexto social no qual seu autor se inseriu, quanto de sua trajetória:

[Senhores Confessores] dai-nos remédios aos nossos males, ensinai-nos com que Medicina nos curemos, que nós em retribuição pediremos também a Deus que vos encha de Ciência e santidade para que continuardes a ser em seus Igreja como luzes brilhantes, que iluminam a todo o homem, e o sal da terra que a preserva da corrupção. Amem. (FRANCO, 2008, p. 147).

É com uma súplica - sob a forma de prece - que Mello Franco encerra sua obra. Nela, o médico mineiro pede que os confessores, inspirados por Deus - que deveria enchê-los de “Ciência e santidade” - consigam discernir “com que Medicina” poderiam ser curados os males do ânimo e, assim, “continua[sssem] a ser em seus Igreja”, argumento que sustentou ao longo dos vinte e três capítulos da *Medicina Teológica*.

O irreverente e boêmio estudante de Medicina, aprisionado por quatro anos, após ter sido acusado de irreligião, na *Medicina Teológica* parece ter reencontrado sua religiosidade, mas para reforçar o espaço que cabia a Deus, à Igreja e, especialmente, aos confessores no tratamento das enfermidades da alma.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Jean Neves. A educação física e moral dos corpos: Francisco de Mello Franco e a medicina luso-brasileira em fins do século XVII. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 2, p. 65-84, dezembro de 2006.
- \_\_\_\_\_. Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII. *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 149-172, jul-dez 2007.
- \_\_\_\_\_. Higiene e conservação da saúde no pensamento médico luso-brasileiro do século XVIII. *Asclepio: Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*. Vol. LXII, nº 1, enero-junio, págs. 225-250, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Corpo, a doença e a saúde: O saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- \_\_\_\_\_. Tratados e Construção do Saber Médico: Alguns Aspectos dos Paratextos nos Impressos de Medicina Lusobrasileiros - Século XVIII. *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, vol. 6, n. 2, jul.-dez., 2013.
- \_\_\_\_\_. *Nos Domínios do Corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2012.
- ABREU, Márcia. O Controle À Publicação De Livros Nos Séculos XVIII E XIX: Uma Outra Visão Da Censura. *Revista de História e Estudos Culturais*. Volume 4, Ano IV, Outubro-Novembro, 2007.
- ALBANO, Adriana Helena de Oliveira. *No rastro dos Boitempos: considerações sobre poética memorialista em Drummond e dois contemporâneos seus*. Dissertação Mestrado em Teoria Literária e Crítica da Cultura. Universidade Federal de São Paulo, 2005.
- ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. V. 1. 218. São Paulo: Annablume, 2009.
- ALVES, Manuel Valente. Cultura Médica e Cosmopolitismo e Portugal nos séculos XIX e XX. *Anais do Simpósio sobre Saúde Portugal-Brasil 200 anos*. Rio de Janeiro, 2008.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.
- ARGENTA, Scheila Crestanello. Plantas Mediciniais: Cultura Popular Versus Ciência Medicinal Plants: Popular Culture Versus Science. In: \_\_\_\_\_; GIACOMELLI, Sandro Rogério; CEZAROTTO, Verciane Schneider. *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI*. Vivências. Vol.7, N.12: p.51-60, Maio/2011
- ARRUDA, Paulo H. de M. As reformas pombalinas na universidade de Coimbra: algumas considerações. *IX Congresso Nacional de Educação – PUCPR*. 2009.

AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTINNO, Giuliana. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. *Anais brasileiros de Dermatologia*. Vol. 1, n. 2 Rio de Janeiro, Mar/abril, 2006

BÍBLIA SAGRADA.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e latino*, v. 01-02, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

\_\_\_\_\_. *Vocabulario Portuguez e latino*, v.05, Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOUZA, Fernando. Corre Manuscrito. *Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BRAGA, Teófilo. *Francisco de Mello Franco (1757 - 1823)*. Disponível em: <<http://arlando-correia.com/201110.html>>. Acesso em: 21 Jul. 2015.

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C. História e Literatura: Fontes Literárias na Produção Historiográfica Recente no Brasil. *História: Questões & Debates*. N. 50, p. 15-49, jan./jun. 2009. Curitiba: Editora UFPR.

CAMPOS, Rafael Dias da Silva; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. Doutores da Devassa: sedição e teses médicas de luso-brasileiros em Montpellier. *História Unisinos*, v. 17, p. 61-65, 2013.

CARDOSO, Luis Miguel O. Barros. Luís António Verney e o Verdadeiro Método de Estudar: Um Pensamento Inovador entre Portugal e a Europa. *Millenium online*. N °11, julho-1998.

CARNEIRO, Henrique. A fabricação do vício. *Anais do XIII Encontro Regional de História da ANPUH*. Minas Gerais, 2002.

\_\_\_\_\_. *Comida e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

\_\_\_\_\_. *Filtros mezinhas e triacas: as drogas no mundo moderno*. São Paulo: Editora Xamã, 1994.

CAROLINO, Luis Miguel. *O Ensino de Filosofia Natural nas Universidades Portuguesas: ideias e percursos académicos*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

CARVALHO, Eduardo Teixeira de. *Verney e a questão do iluminismo em Portugal*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em História – Universidade do Paraná. 2005.

CARVALHO, Paulo Roberto. *O Impossível Regime das Paixões da Alma*. Rev. Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. Vol.11, n.1. São Paulo, Mar. 2008

CARVALHO, Diana Maul de. O regimento contra a pestilência e a receita do bálsamo: alguns comentários à luz da ‘medicina científica’. *História Ciência Saúde-Manguinhos*. Vol.12 n. 3. Rio de Janeiro, Setembro-Dezembro, 2005.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (orgs.) *História da Leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 2000.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. *A Ordem dos Livros*. Brasília: Editora UNB, 1994.

\_\_\_\_\_. *A história ou a leitura no tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

\_\_\_\_\_. História Intelectual do Autor e da Autoria. In: FAULHABER, Priscila; LOPES, José Sérgio Leite. *Autoria e história cultural da ciência*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessórias para Uso das Famílias*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

COSTA, Palmira Fontes; CARDOSO, Adelino (org.) *Percurso na História do Livro Médico*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Ciência, identidade e cotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n. 9, 2009.

CRUZEIRO, Maria Eduarda. A reforma pombalina na história da Universidade. *Análise Social*, vol. XXIV(100), 1988.

DAFLON, Claudete. Uma pedagogia da escrita: intelectuais Luso-brasileiros no século XVIII. *Matraga*: Rio de Janeiro, v.18, n.29, jul./dez. 2011.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEL PRIORE, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DEL VALLE, Ivonne. *Escribiendo desde los márgenes*. Colonialismo y jesuítas en el siglo XVIII. México: Siglo XXI, 2009.

DELUMEAU, Jean. *A Confissão e o Perdão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DIAS, José Paulo Sousa. *Homens e medicamentos*. Uma introdução à História da Farmácia, da Farmacologia e da Terapêutica Parte I. O legado terapêutico da Antiguidade. Do primeiro milénio a.C. ao século XVI. Disponível em: <<http://www.ff.ul.pt/~jpsdias/docs/Homens-e-medicamentos-parteI.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

EDLER, Flavio Coelho; FREITAS, Ricardo Cabral de. Corpo e alma: o discurso médico-antropológico português na segunda metade do setecentos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. O imperscrutável vínculo: corpo e alma na medicina lusitana setecentista. *Varia hist.* [online]. vol.29, n.50, 2013.

\_\_\_\_\_. *Boticas e Pharmacias: Uma História Ilustrada da Farmácia no Brasil*. Editora Casa da Palavra. Rio de Janeiro, 2006.

ESGUERRA, Jorge Cañizares. *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo*. México: FCE, 2007.

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra. *Estatutos compilados debaixo da immediata e suprema inspecção d'el-Rei D. José I pela Junta de Providencia Litteraria ultimamente roborados por sua magestade na sua Lei de 28 de Agosto deste presente anno*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 3 vol , 1772.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época Pombalina (política econômica e monarquia iluminista)*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de Curar: cirurgiões, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2008.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: Editora Educ, 1997.

FERREIRA, Luis Carlos. *Erário Mineral*. São Paulo: Fiocruz, 2003.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. Os sete pecados capitais e os processos de culpabilização em manuais de devoção do século XVIII. *Topoi*. Vol.14 no.27 Rio de Janeiro July/Dec. 2013.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992.

FRANCO, Francisco de Mello. *Medicina Teológica ou súplica humilde a feita todos os Senhores Confessores e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice*. [1794] Rio de Janeiro: Editora da Biblioteca Nacional, 2008.

\_\_\_\_\_. *Catálogo dos livros do Sñr. Dr(or) Fran(co) de Mello Franco*, 1815. Biblioteca Nacional – RJ.

\_\_\_\_\_. *Reino da Estupidez*. Belém do Pará: Editora da Universidade da Amazônia. 1785.

FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*. Lisboa: Gradiva, 2006.

FREITAS, Flavio Coelho. Francisco de Mello Franco (1757-1822) na Ilustração Luso-Brasileira (1790-1821): reforma cultural e medicina-filosófica. *Anais do XXVII Encontro Nacional de História da ANPUH*, julho de 2013.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 2004.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Veronica de Jesus. *Vício dos clérigos: a sodomia nas malhas do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Rio de Janeiro, 2010.

HARTOG, François. Memória de Ulisses. *Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal para conservar a vida com saúde. Medico do Sereníssimo REY de Portugal D. João V*. Impressa por ordem & despesa do Excellentissimo Senhor Marquez de Cascaes, Conde de Monsanto; &c. Lisboa Occidental na Officina da Música. An. de M.DCC.XXI [1721].

\_\_\_\_\_. *Medicina Lusitana socorro delphico aos clamores da natureza humana para total profligação de seus males*. Editora de Miguel Diaz, 1731.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. Compêndio do elogio histórico lido na sessão pública da sociedade de medicina do rio de janeiro, em 31 de janeiro de 1831, pelo dr. José Martim da Cruz Jobim. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V.5. Rio de Janeiro, 1885.

KANTOR, Iris. A ciência nos impérios português e espanhol. In: BLEICHMAR, Daniela et alii (ed.). *Science in the Spanish and Portuguese Empires: 1500-1800*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

KURY, Lorelai. In: GESSTEIRA, Heloisa (org.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

LE GOFF, Jacques. *As Doenças têm História*. Lisboa: Terramar, 1984.

\_\_\_\_\_. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1974.

LEITÃO, Henrique; FRANCO, José Eduardo (org.). *Jesuítas, ciência e cultura no Portugal moderno*. Lisboa: Esfera do Caos Editora, 2012.

LEMOS, Francisco. *Relação Geral do estado da Universidade de Coimbra (1777)*. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 1980.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: \_\_\_\_\_. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV editores, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

LOPES, Bárbara Macagnan. Os pecados em manuais de confessores ibéricos (séculos XIV-XVI). *Revista AEDOS*; v. 3, n. 9, Porto Alegre, 2011.

MACEDO. José Rivair. Os Manuais de Confissão Luso-Castelhanos dos Séculos XIII-XV. *Revista AEDOS*. V. 2, N. 2. Porto Alegre, 2009.

MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. A difusão da Medicina acadêmica e das práticas científicas no espaço luso-brasileiro. Da Corte à Província, a trajetória de Francisco de Mello Franco. *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. SBHC: São Paulo, 2012.

MARQUÊS DE POMBAL/ JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA. “*O Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas ciências, nos professores e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados*” [1771]. José Eduardo Franco (coord.). Porto: Campo das Letras, 2008.

MARQUES, Renato Sena. Francisco de Mello Franco. O Reino da Estupidez e a análise de um estudante mineiro sobre a educação no mundo luso-brasileiro do século XVIII. In: IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2007, Juiz de Fora. *Anais Eletrônicos do IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*, 2007.

MARTINS, Décio Ruivo. *A faculdade de filosofia natural da Universidade de Coimbra de 1772 a 1911*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

\_\_\_\_\_. *Brasileiros na Reforma Pombalina: Criando novos caminhos da Ciência entre Portugal e o Brasil. A Universidade de Coimbra e o Brasil: Percurso iconobibliográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.

MASSIMI, Marina. A Psicologia dos Jesuítas: Uma contribuição à História das Ideias Psicológicas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. V.14(3), 2001.

\_\_\_\_\_. As ideias psicológicas de Francisco de Mello Franco, médico e iluminista brasileiro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v.7, nº1, 1991.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês do Pombal, paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEGIANI, Ana Paula Torres. Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha, séculos XV-XVII. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Império por escrito [...]*. São Paulo: Alameda, 2009.

\_\_\_\_\_. Imprimir, Regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640). In: SOUZA, Laura de Mello e et al. (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

MENDES, Alexandre Claro. *O verdadeiro método de estudar: impasse entre o antigo e o moderno*. Dissertação de Mestrado em História da Ciência pela PUC-SP, 2006.

NOVO DICCIONARIO Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa. Publicado na oficina tipográfica de Casimir. Paris: 1836.

NUNES, Rossana Agostinho. *Nas sombras da libertinagem: Francisco de Mello Franco entre luzes e censura no mundo luso-brasileiro*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2011.

PEREIRA, Rosalie Helena de Souza. *A Arte Médica de Avicena e a Teoria Hipocrática dos Humores*. Disponível em: <[http://www.academia.edu/3587638/A\\_Arte\\_M%C3%A9dica\\_de\\_Avicena\\_e\\_a\\_Teoria\\_Hipocr%C3%A1tica\\_dos\\_Humores](http://www.academia.edu/3587638/A_Arte_M%C3%A9dica_de_Avicena_e_a_Teoria_Hipocr%C3%A1tica_dos_Humores)>. Acesso em: 25 jul. 2015.

PIERONI, Geraldo. *A Inquisição e os Padres Confessores Banidos para o Brasil*. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st7/Pieroni,%20Geraldo.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

PINTO, J. F. Macedo. *Compendio de Veterinaria ou Medicina dos Animaes Domesticos*, Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1852.

PIOVESAN, Greyce Kely. *Biografia, trajetória e história*. IV Encontro Regional Sul de História Oral, 2007, Florianópolis, 2007.

PIRES, Thiago. O Cura d'ars e a representação do pastor das almas (1786-1859). *Revista de História Regional*. V. 18(2), p. 480-500, 2013. Disponível em: <[http://revistas2.uepg.br/ojs\\_new/](http://revistas2.uepg.br/ojs_new/)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. Farmácia e saúde em Portugal: de finais do século XVIII a inícios do século XIX. In: FORMISINHO, Sebastião (org.). *Sementes da Ciência*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

POLETTI, Roberto. Continuidades e avanços nos saberes médicos na Europa da primeira metade do século XVIII: uma análise dos Tratados Médicos de Ayala (1705) e Sanz de Dios (1730). *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Vol. 3 Nº 6, Dezembro de 2011. P. 202-211.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Editora do Instituto de Língua Portuguesa, 1980.

SANCHES. Antonio Nunes Ribeiro. *Tratado sobre a saúde dos Povos (1756)*. Covilhã: Editora da Universidade de Beira Interior, 2003.

\_\_\_\_\_. Dissertação sobre as paixões da alma. Covilhã: Editora da Universidade de Beira Interior, 2003.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SILVA, Paulo José Carvalho da. Saúde e Conhecimento na França do século XVII. *Memorandum*, v.10, p. 33-50, 2006.

SILVA. Paulo José Carvalho da. O impossível regime das paixões da alma. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundação São Paulo*, v. 11, n. 1, p. 119-133, março 2008.

SILVA, J. Martins. Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911. *RFML*. Série III; 7 (5): 237-249, 2002.

SILVA, Simone Santos de Almeida. *Illuminismo e ciência luso-brasileira: uma semiologia das doenças nervosas no período joanino*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde *FIOCRUZ*. Defendida em janeiro de 2012.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Innocêncio. *Dicionario bibliographico portuguez*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

SILVEIRA PINTO, Agostinho Albano da: *Código Pharmaceutico Lusitano*. Porto: Typographia constitucional, 1846.

SUBTIL, Carlos Lousada; VIEIRA, Margarida. Os Tratados de Polícia, fundadores da moderna saúde pública (1707-1856). *Revista de Enfermagem Referência*. vol.III, n.7 Coimbra, Julho de 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Catálogo Online*. Plantas Medicinais, aromáticas e continentares. Disponível em: <<http://ci-67.ciagri.usp.br/pm/>>. Acesso em: 22 Jul. 2015.

VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Colonial*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

\_\_\_\_\_. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

VARELA, Alex Gonçalves. *Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)*. São Paulo: Annablume, 2006.

VERNEY, Luís Antonio. *O Verdadeiro método de estudar para ser útil a República e a Igreja proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal*. Valência: Oficina de Antonio Balle, 1746.

VERRI, Gilda. Livros e leituras na Paraíba no século XVIII. João Pessoa, *Graphos* v. 9, n. 2, 2007

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censuras e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677 -1808)*. Dissertação. Programa de Pós- Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Niterói, 2011.